

Relatório GESTÃO ANUAL 2012



Relatório **GESTÃO ANUAL** 2012



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ARACAJU
2013



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA

CORREGEDORA-GERAL

MARIA CRISTINA DA GAMA E SILVA FOZ MENDONÇA

COORDENADORA-GERAL

ANA CRISTINA SOUZA BRANDI

OUVIDOR

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA FILHO

SECRETÁRIO-GERAL

JOSÉ RONY DA SILVA ALMEIDA

COLÉGIO DE PROCURADORES

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA - PRESIDENTE

MOACYR SOARES DA MOTTA

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA FILHO

MARIA CRISTINA DA GAMA E SILVA FOZ MENDONÇA

MARIA CREUZA BRITO DE FIGUEIREDO

RODOMARQUES NASCIMENTO

MARIA HELENA FERNANDES DE BARROS

LUIZ VALTER RIBEIRO ROSÁRIO

JOSENIAS FRANÇA DO NASCIMENTO

ANA CHRISTINA SOUZA BRANDI

CELSO LUÍS DÓRIA LEÓ

MARIA CONCEIÇÃO DE FIGUEIREDO ROLLEMBERG

CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO

ERNESTO ANÍZIO AZEVEDO MELO

JORGE MURILO SEIXAS DE SANTANA

CHEFE DE GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

MANOEL CABRAL MACHADO NETO

Sergipe. Ministério Público de Sergipe

S484m

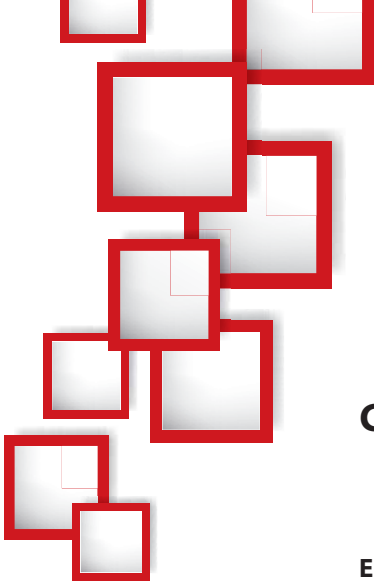
Relatório de Gestão Anual 2012 do Ministério Público do Estado de Sergipe –
Aracaju: Ministério Público do Estado de Sergipe, 2013

1. Ministério Público 2. Relatório

CDU : 347.921.5

“Tudo está nu e descoberto aos olhos daquele a quem devemos prestar contas.”

Hebreus 4.13



CRÉDITOS

EDITOR

Ministério Público do Estado de Sergipe

ORGANIZAÇÃO

Orlando Rochadel Moreira

Procurador-Geral de Justiça

José Ailton Nunes da Silva

Diretor de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil

Alessandra Souza de Santana

Coordenadora da Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos

Givanilson Santos de Jesus

Coordenador da Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Estatística

Carina Farias Lemos Nascimento

Assessora da Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos

Érika Valéria Cabral Tavares Rezende

Técnica do MP

PRODUÇÃO GRÁFICA & DIAGRAMAÇÃO

Vanderley dos Santos Rodrigues

Assessor da Diretoria de Tecnologia da Informação

FOTOGRAFIA

Mirailton Silva Oliveira

Assessor da Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos

Celene Socorro de Moraes Oliveira

Agente Administrativo

Mônica Barbosa Lima Ribeiro

Assessora de Imprensa

Studio Osmar

APRESENTAÇÃO

“Quem deseja participar da construção de um mundo mais justo e fraterno, não perde a esperança. E sente, invisível, a sombra protetora do Pai.”

Dom Hélder Câmara

Este Relatório de Gestão Anual, além de dar publicidade às ações empreendidas pelo Ministério Público do Estado de Sergipe em sua missão institucional, compõe o processo de prestação de contas, referente ao exercício de 2012, a ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, em cumprimento às disposições da Resolução TCE nº 270, de 17 de novembro de 2011.

Após um ano de grandes conquistas, que teve seu ponto alto na criação de novas Promotorias de Defesa do Cidadão, com suas especializações; na Reestruturação Administrativa do Órgão; em investimentos maciços na área de Tecnologia da Informação; e na criação de novos projetos sociais, voltados para a melhoria do atendimento à população, iniciamos o ano de 2012 com muitos desafios.

O maior desses desafios, a conclusão da construção da Nova Sede, teve o seu momento de grandeza no dia 24 de agosto de 2012, data histórica de sua inauguração, quando o Ministério Público do Estado de Sergipe realizou, finalmente, o sonho que se tornou possível: o de possuir a sua própria Casa.

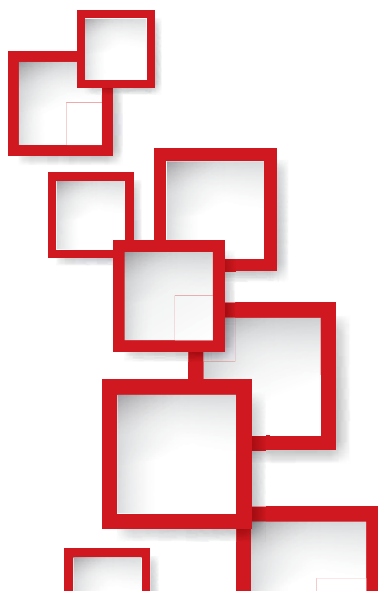
Outros fatos de relevância foram condensados neste trabalho, representativos da atuação do Ministério Público Estadual em 2012, a exemplo do desempenho dos Centros de Apoio Operacionais, da evolução das tratativas das ações previstas no Planejamento Estratégico do Órgão, dos Projetos Sociais e Institucionais, além dos benefícios a Membros e Servidores.

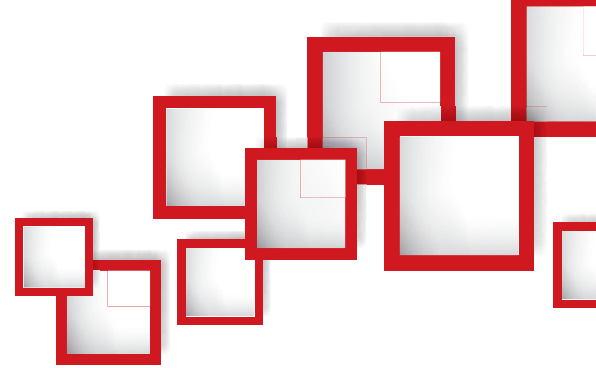
Essas e muitas outras atividades das áreas fim e meio do Ministério Público Estadual ocupam espaços de grande dimensão neste Relatório, fruto da eficiente e dedicada colaboração dos representantes de diversos setores, os quais, por medida de justiça, merecem todo nosso apreço.

Administração do Ministério Público do Estado de Sergipe



Foto 1 - Administração do Ministério Público do Estado de Sergipe





Trabalhando de forma proativa, a Procuradoria-Geral de Justiça, em 2012, manteve as Despesas com Pessoal do Órgão abaixo do Limite Prudencial previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dando ênfase à gestão participativa e democrática, registramos, ainda, o fato inédito do aproveitamento de **99,89% (noventa e nove inteiros e oitenta e nove centésimos por cento)** dos recursos orçamentários disponibilizados pelo Governo do Estado, utilizados para atender, não apenas as despesas de Pessoal, mas também os gastos com manutenção e investimentos, garantindo a plena funcionalidade da Instituição, dentro do que foi planejado para o exercício.

Assim, concluímos mais um ano de gestão plenamente convictos de que, apesar dos objetivos atingidos e dos resultados favoráveis, máxime da seriedade e comprometimento dos Membros e Servidores em seus diferentes níveis de responsabilidades, muito ainda temos por realizar, pois a população clama por um Ministério Público atuante, crédulo, consciente do seu dever de transformar a realidade social e depositário da esperança de uma sociedade igualitária.

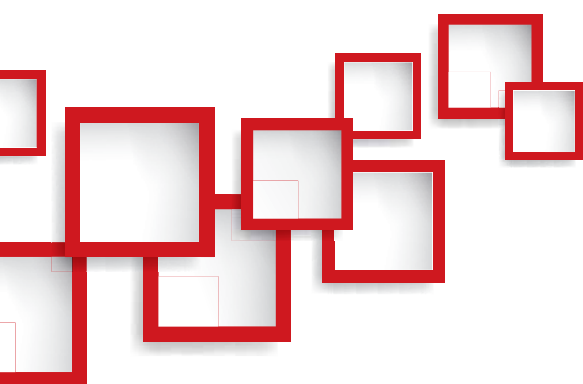
Por fim, reafirmamos que os objetivos atingidos e em execução, mencionados neste Relatório, não seriam possíveis sem a participação dos prezados colegas, Membros, servidores, estagiários, assessores e parceiros, aos quais devotamos sinceras palavras de agradecimento.

“Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova.”

Mahatma Gandhi

Muito Obrigado!

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA
Procurador-Geral de Justiça



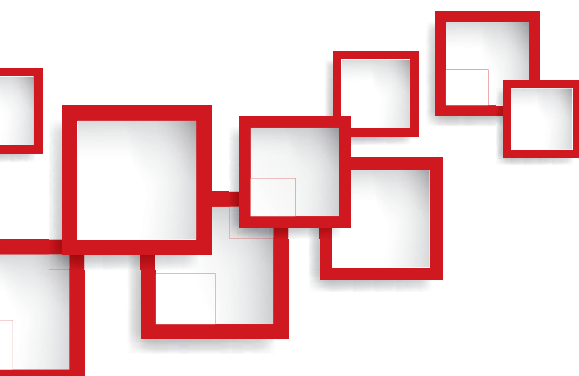
SUMÁRIO

1. PERFIL DA INSTITUIÇÃO.....	15
1.1. ESTRUTURA.....	16
1.1.1. PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.....	16
1.1.2. COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA.....	18
1.1.3. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	20
1.1.4. CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	21
1.1.5. COORDENADORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	23
1.1.6. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA.....	25
1.1.7. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA.....	27
1.1.7.1. TRABALHO EM PARCERIA COM ÓRGÃOS DE APOIO.....	31
1.1.7.1.1. CENTRO MÉDICO.....	31
1.1.7.1.2. DIVISÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO.....	32
1.1.7.1.3. DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL.....	32
1.1.7.1.4. GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL.....	35
1.1.7.1.5. PERÍCIA TÉCNICA.....	35
1.1.8. SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	39
1.1.9. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL - CAOps.....	41
1.1.9.1. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS ATIVIDADES CÍVEIS E CRIMINAIS.....	41
1.1.9.2. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.....	43
1.1.9.3. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA ORDEM TRIBUTÁRIA.....	45
1.1.9.4. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.....	45
1.1.9.5. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE PROTEÇÃO AO RIO SÃO FRANCISCO E ÀS NASCENTES.....	47
1.1.9.6. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	48
1.1.9.7. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO TERCEIRO SETOR.....	49
1.1.9.8. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO, PATRIMÔNIO SOCIAL E CULTURAL.....	49
1.1.9.9. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS À EDUCAÇÃO.....	50
1.1.9.10. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS À SAÚDE.....	54
1.1.9.11. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER.....	55
1.1.10. ÁREA ADMINISTRATIVA.....	58
1.2. RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.....	60
1.2.1. HUMANOS.....	60
1.2.1.1. NOVOS PROMOTORES DE JUSTIÇA VITALICIADOS.....	61
1.2.1.2. CONVOCAÇÕES DE APROVADOS EM CONCURSOS.....	61
1.2.1.3. PRORROGAÇÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	62
1.2.1.4. NOVO CONCURSO.....	62
1.2.1.5. ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	62
1.2.1.6. CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO - ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO.....	63
1.2.1.7. CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO - ESTÁGIO OBRIGATÓRIO.....	63
1.2.2. ORÇAMENTO.....	64

1.2.3. PATRIMÔNIO.....	67
1.2.4. TECNOLÓGICOS.....	68
1.3. ORGANOGRAMA.....	71
1.4. MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE MELHOR ESTRUTURADO PARA O CIDADÃO.....	72
1.4.1. NOVA SEDE.....	72
1.4.1.1. MINIAUDITÓRIOS.....	77
1.4.1.2. AUDITÓRIO.....	77
1.4.1.3. ESTACIONAMENTOS.....	80
1.4.2. A OBRA.....	82
1.4.3. A INAUGURAÇÃO.....	87
1.4.3.1. DOS DISCURSOS.....	90
1.4.4. O SUCESSO DA MUDANÇA.....	96
1.4.5. NOVA SEDE PARA A ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	96
1.4.6. SUBSEDES.....	96
1.4.6.1. ITABAIANA.....	96
1.4.6.2. CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO.....	98
2. DESTAQUES DO PERÍODO.....	102
2.1. PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS/ACORDOS DE COOPERAÇÃO.....	102
2.2. DESTAQUES DA ÁREA FIM.....	103
2.2.1. PROJETOS SOCIAIS.....	103
2.2.1.1. CENSO EDUCACIONAL.....	103
2.2.1.2. CENSO SOCIAL.....	104
2.2.1.2.1. CENSO SOCIAL DO BAIRRO MATADOURO - ARACAJU/SE.....	104
2.2.1.2.2. CENSO SOCIAL DOS BAIRROS AREIA BRANCA E MOSQUEIRO - ARACAJU/SE.....	108
2.2.1.3. PROJETO “MP ITINERANTE”.....	112
2.2.1.4. PROJETO “BOM SAMARITANO”.....	117
2.2.1.4.1. VISITA AO ASILO RIO BRANCO.....	118
2.2.1.4.2. VISITA À CASA MÃE DA MISERICÓRDIA – LAR FREI CRISTIANO.....	120
2.2.1.5. PROJETO ÁRVORE DA SOLIDARIEDADE.....	122
2.2.1.6. PROJETO FLORESCER “CONSTRUINDO A LIBERDADE”.....	124
2.2.2. EXTINÇÃO DA FEIRA DAS TROCAS.....	127
2.2.3. ATUAÇÃO NO COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL.....	129
2.2.4. PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDO - PAE.....	130
2.2.5. PROJETO PATERNIDADE RESPONSÁVEL.....	132
2.2.6. PROJETO ROMPENDO COM O SILÊNCIO.....	133
2.2.7. IMPLANTAÇÃO DOS MATADOUROS REGIONALIZADOS.....	133
2.2.8. REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS COMO FORMA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	134
2.2.8.1. VEICULAÇÃO DE CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NAS CONTAS DE ÁGUA E ENERGIA.....	135

2.2.9. APOIO AO PROJETO RECRIARTE.....	138
2.2.10. PROGRAMA DE ESCLARECIMENTO DE PESSOAS IDOSAS QUANTO A EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.....	140
2.2.11. CUMPRIMENTO DA META 2 DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.....	140
2.2.12. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DIREITOS DO CIDADÃO.....	140
2.2.12.1. DOS DIREITOS HUMANOS.....	141
2.2.12.2. DA EDUCAÇÃO.....	142
2.2.12.3. DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA.....	143
2.2.12.4. DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO, PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIAL.....	144
2.2.12.5. DA MULHER.....	145
2.2.12.6. DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA ORDEM TRIBUTÁRIA.....	147
2.2.12.7. DA PROTEÇÃO AO RIO SÃO FRANCISCO E ÀS NASCENTES.....	148
2.2.12.8. DA RELEVÂNCIA PÚBLICA.....	148
2.2.12.9. DA SAÚDE.....	150
2.2.12.10. DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	150
2.2.12.11. DO TERCEIRO SETOR.....	151
2.2.12.12. DISPONIBILIZAÇÃO DOS MANUAIS DE ROTINA.....	153
2.3. AVANÇOS NA GESTÃO DE PESSOAS.....	155
2.3.1. ESTAGIÁRIOS MOTIVADOS.....	155
2.3.2. MEMBROS E SERVIDORES MOTIVADOS.....	155
2.3.2.1. AVANÇO POR TITULAÇÃO.....	155
2.4. VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO.....	159
2.4.1. CORAL VOZES DA CIDADANIA.....	159
2.4.2. MOVIMENTO PRÁTICA ESPORTIVA.....	165
2.4.3. EXAMES MÉDICOS ANUAIS/PERIÓDICOS.....	167
2.4.4. PROJETO EVOLUÇÃO HUMANA.....	168
2.4.5. PROJETO SAÚDE DO TRABALHADOR.....	171
2.5. EFICIÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS.....	173
2.5.1. ECONOMIA COM LICITAÇÕES.....	173
2.5.2. LEILÕES REALIZADOS NO EXERCÍCIO.....	174
2.6. INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA.....	175
2.6.1. MONITORAMENTO DE CÂMERAS E INCÊNDIO.....	175
2.6.2. IDENTIDADE FUNCIONAL.....	177
2.6.3. REGULAMENTAÇÃO SOBRE O USO DOS ESTACIONAMENTOS.....	179
2.7. APRIMORAMENTO DOS PROCESSOS DE TRABALHO.....	181
2.7.1. ÁREA FIM.....	181
2.7.1.1. ACESSO DIRETO DOS MEMBROS AO SISTEMA DE AUDITORIA PÚBLICA - SISAP.....	181
2.7.1.2. INTEROPERABILIDADE COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE.....	181
2.7.2. ÁREA ADMINISTRATIVA.....	182
2.7.2.1. REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS DIVISÕES DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO E DE PERÍCIA TÉCNICA.....	182
2.7.2.2. REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DIVISÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL.....	183

2.8. DESTAQUES DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	185
2.8.1. INÍCIO DA IMPLANTAÇÃO DO ARQUIMEDES.....	185
2.8.2. INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS COM O TRIBUNAL DE CONTAS DE SERGIPE.....	185
2.8.3. <i>DATACENTER</i> - GARANTIA DA SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES.....	187
2.8.3.1. MONITORAMENTO DE PARÂMETROS DE AMBIENTE.....	188
2.8.3.2. SEGURANÇA FÍSICA DO <i>DATACENTER</i>	189
2.8.4. PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO DA NOVA SEDE.....	189
2.8.5. GARANTIA DA DISPONIBILIDADE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	190
2.8.6. EFICIÊNCIA NA COMUNICAÇÃO.....	191
2.9. APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO.....	193
2.9.1. CONCURSO MELHOR ARRAZOADO JURÍDICO E FORENSE.....	193
2.9.2. BIBLIOTECA.....	193
2.9.3. EVENTOS VOLTADOS PARA A FORMAÇÃO DE PESSOAL.....	195
 3. APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	 200
3.1. DA OUVIDORIA.....	200
3.2. DA TRIAGEM TÉCNICA.....	201
 4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	 206
 5. INDICADORES DE GESTÃO.....	 211
 6. DESTAQUE LEGISLATIVO.....	 215
 7. MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE NA MÍDIA.....	 219
 8. MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE.....	 224





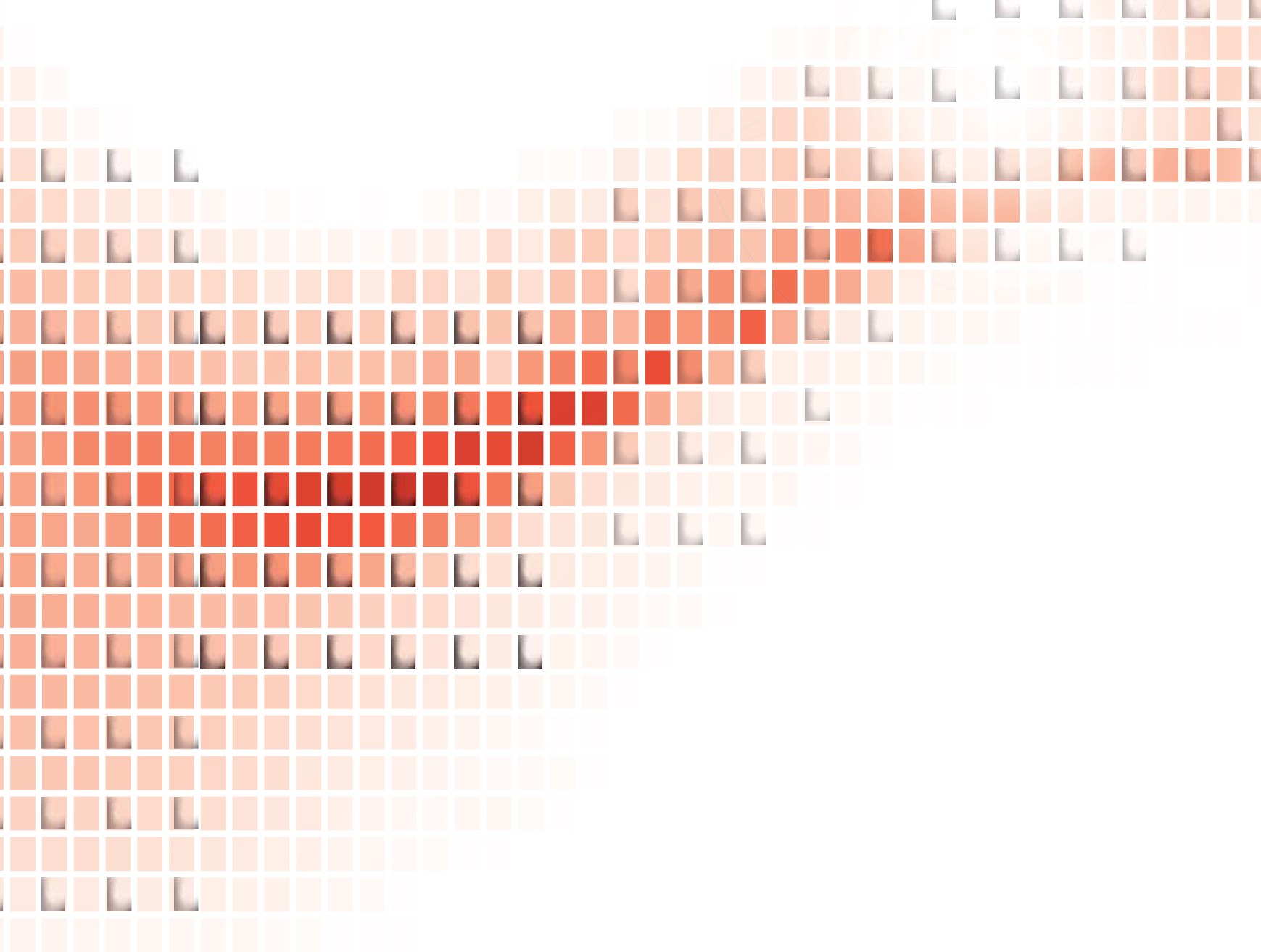
Defender a Ordem Jurídica, o Regime Democrático, os Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis, a fim de garantir a Cidadania Plena e o Desenvolvimento Sustentável.



Consolidar-se como Instituição organizada, moderna e proativa, objetivando cumprir integralmente sua missão constitucional de forma autônoma, independente, eficiente e transparente, para a transformação da realidade social.



Probidade
Independência
Urbanidade
Proatividade
Efetividade
Transparência.





1. PERFIL DA INSTITUIÇÃO

“Nós somos aquilo que fazemos repetidamente. Excelência, então, não é um modo de agir, mas um hábito.”

Aristóteles

O Ministério Público, de acordo com o que preceitua a Constituição Federal, é uma Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Cumprindo as funções que lhe são cometidas pela Carta Magna, tem assumido frequentemente a interlocução com os diversos setores da sociedade. Exercita suas funções institucionais nos processos penais e cíveis, é curador da saúde, da educação, do meio ambiente, do consumidor, do idoso, do deficiente, da criança e do adolescente, vela pelos grupos minoritários e vulneráveis, defende o patrimônio público, a ordem tributária, exerce o controle externo da atividade policial, fiscaliza o sistema prisional e as entidades do terceiro setor, os serviços de relevância pública, o patrimônio histórico e cultural, as normas urbanísticas, ao tempo em que procura fomentar o desenvolvimento da cidadania, promovendo eventos (cursos, simpósios, congressos, campanhas) sobre os temas acima elencados.

1.1. ESTRUTURA

1.1.1. PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

A Procuradoria-Geral de Justiça é o órgão executivo da Administração Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe, tendo por titular o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado para um mandato de dois anos, dentre uma lista tríplice integrada por Membros da Instituição com mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade e 10 (dez) anos de carreira, escolhidos por todos os Membros do quadro ativo da carreira deste Órgão Ministerial.

O Procurador-Geral de Justiça poderá ser reconduzido por mais um biênio, observado o processo eleitoral previsto na Lei Complementar nº 02, de 12 de novembro de 1990, e exerce atribuições concernentes à administração financeira, orçamentária, patrimonial e de pessoal, além de atribuições processuais.

O Procurador-Geral possui uma Assessoria Técnica que desempenha funções relacionadas às atividades meio e fim do Ministério Público, chefiadas por Promotores de Justiça Assessores.

Os resultados alcançados pela Assessoria Técnica do Procurador-Geral de Justiça, durante o exercício de 2012, estão representados na tabela e gráfico abaixo:

Movimentação Mensal de Processos do Gabinete da PGJ - 2012													
Origem/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Recursos Cíveis	36	30	33	31	40	38	40	41	32	42	37	17	417
Recursos Criminais	171	199	214	222	242	186	193	236	162	341	250	119	2.535
Tribunal Pleno	74	113	105	101	106	89	121	96	78	91	70	73	1.117
Inquéritos Policiais Remetidos à PGJ	0	3	1	1	8	2	4	4	1	1	2	3	30
TOTAL	281	345	353	355	396	315	358	377	273	475	359	212	4.099

Tabela 1- Movimentação Processual do Gabinete da PGJ

Movimentação Anual de Processos do Gabinete da PGJ - 2012

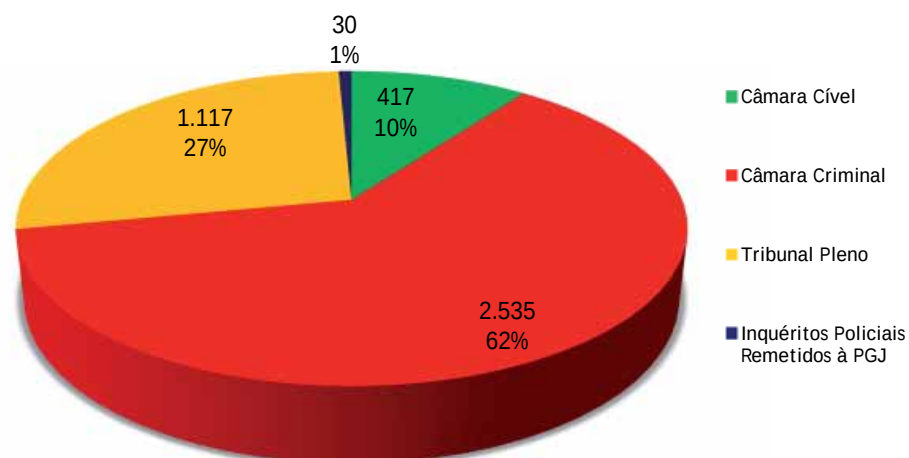


Gráfico 1- Movimentação Anual de Processos do Gabinete da PGJ

No ano de 2012, o Tribunal Pleno do Estado de Sergipe julgou 395 (trezentos e noventa e cinco) feitos, que demandaram manifestação do Procurador-Geral de Justiça, restando acatados, integralmente, 348 (trezentos e quarenta e oito) dos pareceres lançados, representando **88,10% (oitenta e oito inteiros e dez centésimos por cento)** do total, conforme demonstrado em seguida:

Manifestações da PGJ no Tribunal Pleno - 2012

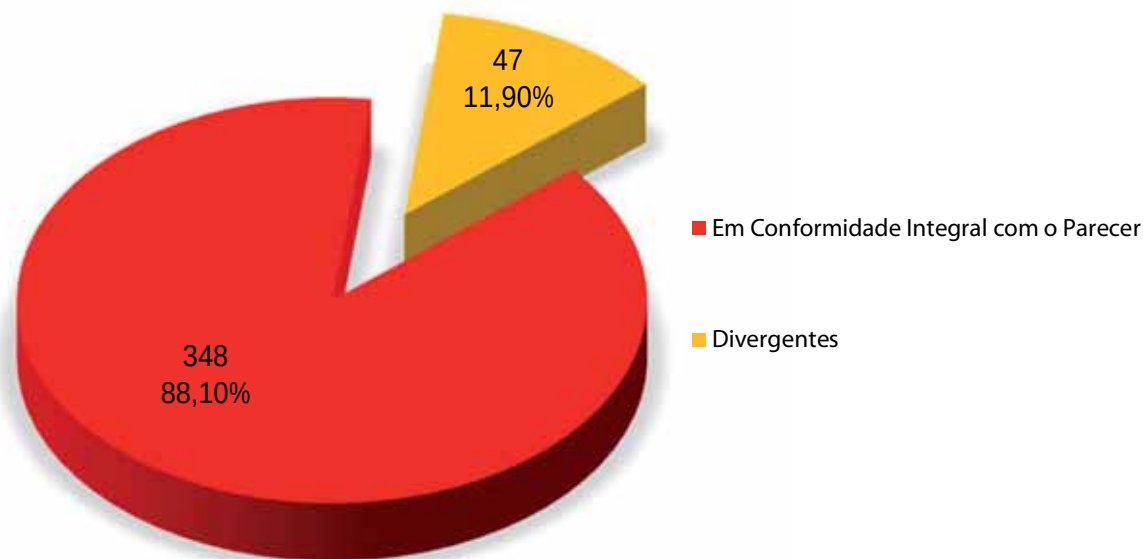


Gráfico 2 - Processos Julgados pelo Tribunal Pleno

O Procurador-Geral de Justiça, por meio da Coordenadoria Recursal, interpôs 637 (seiscentos e trinta e sete) recursos, dentre os quais, 98 (noventa e oito) perante o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, 517 (quinhentos e dezessete) perante o Superior Tribunal de Justiça e 22 (vinte e dois) frente ao Supremo Tribunal Federal.

Recursos Interpostos pela PGJ por Tribunal - 2012

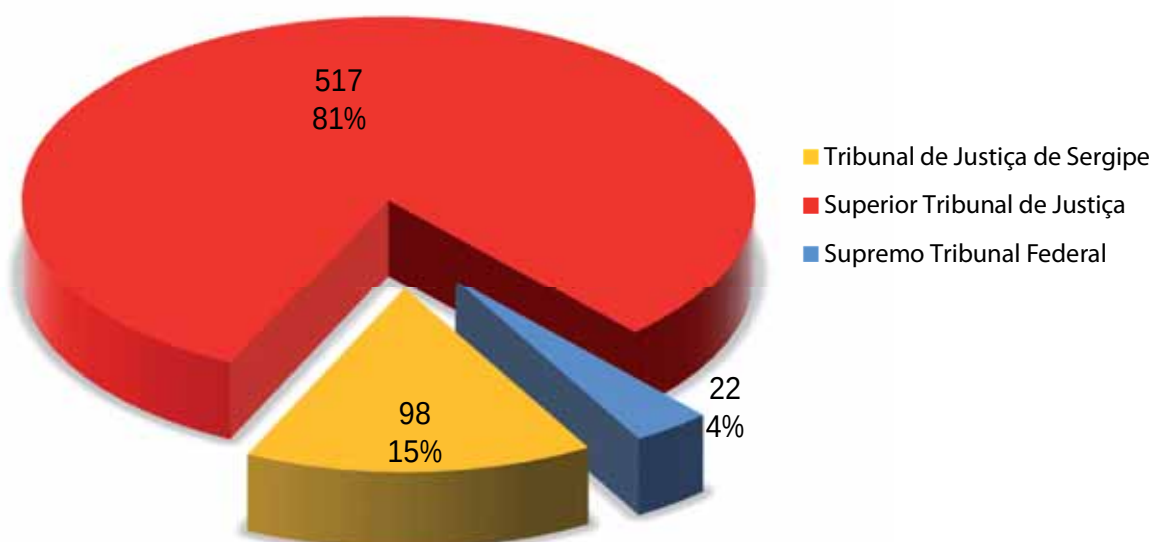


Gráfico 3 - Distribuição de Recursos Interpostos por Tribunal

1.1.2. COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

O Colégio de Procuradores de Justiça, órgão opinativo e deliberativo da Administração Superior, é integrado por Procuradores de Justiça e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, conforme apresentado na foto a seguir:



Foto 2 - Colégio de Procuradores de Justiça

Suas reuniões ocorrem, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, por convocação do Procurador-Geral de Justiça ou por proposta de 1/3 (um terço) de seus Membros, sendo obrigatório o comparecimento dos Procuradores de Justiça às reuniões, das quais se lavrarão atas circunstanciadas, na forma regimental.

Ao Colégio de Procuradores de Justiça compete, dentre outras atividades:

- Opinar, por solicitação do Procurador-Geral de Justiça ou de 1/4 (um quarto) de seus integrantes, sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público e sobre outras de interesse institucional;
- Aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, elaborada pela Procuradoria-Geral de Justiça e projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;
- Recomendar ao Corregedor-Geral do Ministério Público a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra Membro do Ministério Público;

- Rever, mediante requerimento de legítimo interessado, decisão de arquivamento de inquérito policial ou peças de informação determinada pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária;
- Dar posse ao Procurador-Geral de Justiça, aos membros do Conselho Superior e ao Corregedor-Geral;
- Desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas por Lei.

O Colégio de Procuradores de Justiça, no exercício do Poder Regulamentar, editou 15 (quinze) Resoluções no decorrer de 2012, destacando-se as Resoluções nº 001/2012, 014/2012 e 015/2012 que, respectivamente, instituiu o auxílio-saúde para Membros e Servidores, aprovou o Projeto de Lei que revê o vencimento básico dos Cargos e Funções do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe e instituiu o auxílio-alimentação para os Membros da Instituição, conforme tabela adiante:

Resoluções do Colégio de Procuradores de Justiça do MPSE - 2012		
N.º/Ano	Data	Ementa
001/2012	12/jan	Regulamenta a concessão da assistência à saúde, através de auxílio, de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento parcial das despesas dos Membros e Servidores ativos e inativos do Ministério Público do Estado de Sergipe, conforme previsto na Lei nº 7.375, de 29 de dezembro de 2011, e dá outras providências.
002/2012	02/fev	Regulamenta a alínea “e” do inciso I do artigo 100 da Lei Complementar nº 02, de 12 de novembro de 1990.
003/2012	08/mar	Renumerar e disciplina a alocação das Promotorias de Justiça Cíveis da Cidade de Aracaju.
004/2012	08/mar	Altera a redação dos artigos 3º, 4º e 5º da Resolução nº 011/2011 – CPJ, que atribui numeração às Procuradorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, prevê regras de vinculação e dá outras providências.
005/2012	14/jun	Regulamenta a eleição para formação da Lista Tríplice objetivando a escolha do Procurador-Geral de Justiça. Revogada a Resolução nº 006/2010 – CPJ.
006/2012	14/jun	Institui Comissão Eleitoral. Revogada a Resolução nº 007/2010 – CPJ.
007/2012	21/jun	Aprova a Proposta Orçamentária do Ministério Público de Sergipe para o Exercício 2013.
008/2012	26/jul	Aprova Projeto de Lei Complementar que “transforma cargos de Promotor de Justiça e dá outras providências correlatas”.
009/2012	02/ago	Aprova Projeto de Lei que “Dispõe sobre alterações no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe e dá providências correlatas”.
010/2012	02/ago	Denomina “Promotor de Justiça Valdir de Freitas Dantas” o Auditório do Edifício Governador Luiz Garcia, prédio-sede do Ministério Público do Estado de Sergipe.
011/2012	30/ago	Prorroga, por mais 02 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Sergipe.
012/2012	06/set	Prorroga, por mais 02 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Sergipe. Revogada a Resolução nº 011/2012 – CPJ.
013/2012	22/nov	Regulamenta a eleição para escolha do Ouvidor do Ministério Público do Estado de Sergipe. Revogada a Resolução nº 019/2010 – CPJ.
014/2012	29/nov	Aprova Projeto de Lei que “revê o vencimento Básico dos Cargos e Funções do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe e dá outras providências correlatas”.
015/2012	18/dez	Institui o auxílio-alimentação para Membros do Ministério Público do Estado de Sergipe, no efetivo exercício dos respectivos cargos, e dá outras providências.

Tabela 2 - Resoluções do Colégio de Procuradores de Justiça

1.1.3. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Superior do Ministério Público, órgão deliberativo incumbido de fiscalizar e superintender a atuação do Ministério Público, além de velar pelos seus princípios institucionais, é integrado pelo Procurador-Geral de Justiça, seu Presidente, e pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, Membros natos, e por 03 (três) Procuradores de Justiça eleitos por integrantes do quadro ativo da carreira do Ministério Público, conforme demonstra a foto 3. O mandato dos representantes da classe junto ao Conselho Superior será de 02 (dois) anos, permitida uma reeleição, observado o mesmo procedimento.



Foto 3 - Conselho Superior do Ministério Público

Dentre as atribuições do Conselho Superior, pode-se destacar:

1. Eleger os Membros do Ministério Público que integrarão a Comissão de Concurso de ingresso na carreira;
2. Decidir sobre vitaliciamento de Membros do Ministério Público;
3. Aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre reclamações formuladas a esse respeito;

4. Apreciar a promoção de arquivamento de Inquérito Civil ou peças de informação, na forma da Lei; e
5. Exercer outras atribuições previstas em Lei.

Os números referentes à execução de parte dessas atribuições são apresentados na seguinte tabela:

Números do Conselho Superior do MPSE - 2012	
Pedidos de Arquivamento	996
Procedimentos Arquivados	914
Procedimentos Não Arquivados	82
Processos de Promoção	5
Processos de Remoção	16
Reuniões Extraordinárias	15
Reuniões Ordinárias	12

Tabela 3- Números do Conselho Superior do MPSE

Além disso, registrou-se que, em 2012, foram expedidos e encaminhados pelo Conselho Superior do MPSE 1.161 (mil cento e sessenta e um) Ofícios e 104 (cento e quatro) Ofícios-Circulares.

Ocorreu, ainda, a aprovação da Resolução nº 01/2012 do Conselho Superior do Ministério Público, que regulamenta o processo de eleição daquele Órgão Colegiado, além do pedido de inscrição de Membros do Ministério Público de Sergipe para formação de lista sêxtupla, objetivando o preenchimento de vaga de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

1.1.4. CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Corregedoria-Geral é o órgão da Administração Superior responsável por orientar e fiscalizar a atuação e conduta funcional dos Membros do Ministério Público.

O Corregedor-Geral é eleito dentre os Procuradores de Justiça para mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por seus pares ao cargo. Somente pode ser destituído do cargo por voto de maioria qualificada de 2/3 (dois terços) do Colégio de Procuradores de Justiça, em caso de abuso de poder.

Membro nato do Conselho Superior do Ministério Público, compete ao Corregedor-Geral realizar correções e inspeções nas Promotorias de Justiça e inspeções nas Procuradorias de Justiça, relatando as conclusões de tais atos ao Colégio de Procuradores de Justiça.

No ano de 2012, a Corregedoria-Geral do Ministério Público de Sergipe desenvolveu diversas atividades, detalhadas em seguida, cumprindo o seu dever institucional. Esteve próxima dos Membros Ministeriais, ouvindo suas reivindicações, orientando-os no desenvolvimento dos trabalhos, na tentativa de sempre aperfeiçoar os serviços, para que o cidadão sergipano possa receber, cada vez mais, um atendimento de excelência.

Atividade		Resultado
Correições Ordinárias		35
Inspeções		1
Procedimentos Administrativos Disciplinares	Pedidos de Providência	3
	Sindicâncias	3
	Apurações de Comunicações da Ouvidoria do MP/SE	1
Fiscalização das Atividades dos Membros do MP/SE	Visitas a Estabelecimentos Prisionais	Unidades Prisionais visitadas e Relatórios encaminhados ao CNMP.
	Cumprimento das Metas Traçadas pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública - ENASP	- Reuniões de trabalho para orientar a atuação dos Promotores de Justiça realizadas; - Participação do Promotor Gestor Estadual da ENASP em 03 (três) reuniões nacionais realizadas; - Alimentação do "Inqueritômetro" no site do CNMP, realizada; - 6º lugar nacional no <i>ranking</i> de Resolutividade dos Inquéritos ocupado pelo Estado de Sergipe.
	Controle Externo da Atividade Policial	227 (duzentas e vinte e sete) Visitas realizadas.
	Fiscalização de Estabelecimentos de Internação de Adolescentes (Unidades Socioeducativas)	Relatórios enviados bimestralmente ao Conselho Nacional do Ministério Público analisados.
	Controle dos Lançamentos de Dados de Interceptações Telefônicas	Controle Realizado.
	Acompanhamento de Visitas a Unidades de Abrigamento	Relatórios de Fiscalização dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes Remetidos.
	Lançamento de Dados Estatísticos das Atividades Funcionais dos Promotores de Justiça	Coleta Mensal e Totalização de Dados Através das Tabelas Substitutivas ao Sistema de Apuração de Estatísticas das Promotorias - APEP, enquanto o Sistema de Gestão e Autos - Arquimedes não entra em total funcionamento.
	Acompanhamento do Vitaliciamento dos Promotores de Justiça em Estágio Probatório	- Acompanhamento de 15 (quinze) Promotores de Justiça em Estágio Probatório realizado; - Elaboração de Relatório de Vitaliciamento dos Promotores de Justiça que estarão concluindo seu período de Estágio Probatório.
	Acúmulo do Exercício das Funções Ministeriais com o Exercício do Magistério	Acompanhamento dos 9 (nove) Promotores de Justiça no exercício do Magistério realizado.
Promoção de Reuniões		5 reuniões realizadas.

Tabela 4 - Atividades Executadas pela Corregedoria-Geral

Ressalte-se, ainda, que durante o ano em questão, a Corregedoria-Geral realizou Correições Ordinárias em todas as Promotorias do Estado, até o dia 30 de novembro, atingindo a meta fixada para o biênio da gestão da Corregedora Dra. Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça. A equipe da Corregedoria-Geral do MPSE, no biênio 2011/2012, elaborou 108 (cento e oito) Relatórios de Correição Ordinária e 05 (cinco) de Inspeção, oportunizando um retrato atualizado da Instituição em todo o Estado, que servirá de base para o acompanhamento da sua atuação nos próximos anos.

1.1.5. COORDENADORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Na definição da Lei Orgânica Estadual, a Coordenadoria-Geral é órgão auxiliar do Ministério Público, com atribuição precípua de articular e supervisionar as ações promovidas pelas Promotorias de Defesa do Cidadão atuantes no Estado de Sergipe, em especial, na defesa e tutela dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

O cargo de Coordenador-Geral do Ministério Público é privativo de Procurador de Justiça, indicado pelo Procurador-Geral de Justiça e aprovado pelo Colégio de Procuradores de Justiça, para um mandato de dois anos, coincidente com o do Corregedor-Geral do Ministério Público, assessorado por um Promotor de Justiça da mais elevada entrância, por ele indicado e designado pelo Procurador-Geral de Justiça.

Em face das disposições legais, as atribuições da Coordenadoria-Geral estão compreendidas na defesa e proteção judicial e extrajudicial:

- Do patrimônio público e previdência pública;
- Das entidades do terceiro setor e fundações;
- Do meio ambiente e urbanismo;
- Do consumidor;
- Dos bens e direitos de valor social e cultural - artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico do Estado e serviços de relevância pública;
- Da dignidade da pessoa humana - criança e adolescente, mulher, idoso, pessoa com deficiência, pessoa atingida pelo crime e fiscalização das respectivas políticas públicas;
- Do controle externo da atividade policial, questões agrárias e sistema prisional;
- Da saúde;
- Da educação; e
- Outros interesses difusos e coletivos, além dos individuais homogêneos.

Constam da tabela a seguir as recomendações emitidas pelo Órgão em 2012:

Recomendações - Coordenadoria-Geral do Ministério Público	
Recomendação N.º 001/2012 – CGMP	Recomenda aos Membros do Ministério Público do Estado de Sergipe atuantes nas Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde, do Consumidor, do Meio Ambiente ou dos Serviços de Relevância Pública, que adotem as medidas jurídicas necessárias para evitar e coibir os desvios de água, nas esferas cível e criminal, inclusive mediante requisição ou instaurações de inquéritos policiais e da atuação de força policial bem como solicitação de atuação das Secretarias Municipais onde as respectivas Promotorias e Justiça oficiam, para prestarem apoio à Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO na identificação e interrupção das ligações clandestinas.
Recomendação N.º 002/2012 – CGMP	Recomenda aos Membros do Ministério Público do Estado de Sergipe atuantes nas Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde, da Educação, da Infância e Juventude, do Meio Ambiente, Proteção ao Idoso e Deficiente Físico, do Consumidor ou dos Serviços de Relevância Pública, que adotem as medidas jurídicas necessárias para evitar e coibir os desvios de verbas, ilegalidades e irregularidades na contratação de bandas, shows, logística e infraestrutura em geral para a realização de festejos populares, em detrimento da atenção aos direitos fundamentais da coletividade, tais como saúde, educação, proteção às crianças e aos adolescentes, acessibilidade, saneamento básico, meio ambiente em geral e outros que visem concretizar o princípio da dignidade da pessoa humana, atuando nas esferas cível e criminal, inclusive mediante requisição ou instaurações de inquéritos e ajuizamento de demandas judiciais.
Recomendação N.º 003/2012 – CGMP	Recomenda aos Membros do Ministério Público do Estado de Sergipe atuantes nas Promotorias de Justiça de Defesa do Cidadão do Controle Externo da Atividade Policial que adotem as medidas jurídicas necessárias para revogar todo e qualquer Ajustamento de Conduta que institua ou autorize aos Entes Municipais ou Particulares a pagarem, a qualquer título, gratificações aos Agentes Policiais do Estado, sejam eles Cíveis ou Militares, em razão da atuação ordinária ou extraordinária na segurança de eventos públicos ou de acesso público, bem assim em absterem-se de firmar qualquer ajuste no mesmo sentido, devendo o Membro do Ministério Público agir no sentido de coibir tal prática, seja na esfera cível ou criminal, inclusive mediante requisição ou instaurações de inquéritos e aforamento de demandas judiciais.
Recomendação N.º 004/2012 – CGMP	Recomenda aos Membros do Ministério Público do Estado de Sergipe que adotem as medidas necessárias para compelir os prefeitos dos municípios abrangidos por suas respectivas atribuições a afixar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, na sede da câmara de vereadores, relatório resumido da execução orçamentária, permitindo a qualquer do povo tomar conhecimento da entrada total de receitas, de natureza tributária ou não, bem como de recursos próprios, estaduais ou federais, e aqueles recursos resultantes de convênio com outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, bem assim a respectiva destinação, de forma específica, detalhada e didática, os dispêndios municipais e a sua conformidade com a Lei Orçamentária Anual.
Recomendação N.º 006/2012 – CGMP	Recomenda aos Membros do Ministério Público do Estado de Sergipe que adotem as medidas necessárias para viabilizar junto as prefeituras dos municípios abrangidos por suas respectivas atribuições a criação e manutenção, até o dia 28 de maio de 2013, do “Portal da Transparência” na <i>internet</i> , com a publicação mensal, pormenorizada e atualizada dos dados sobre a execução orçamentária e financeira da prefeitura municipal, na forma imposta pelo art. 48-a da Lei de Responsabilidade Fiscal, cumprindo fielmente o prazo definido no art. 73-b, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.
Recomendação N.º 007/2012 – CGMP	Recomenda aos Membros do Ministério Público do Estado de Sergipe que adotem as medidas necessárias para viabilizar junto às prefeituras dos municípios abrangidos por suas respectivas atribuições, a criação e manutenção do “Portal da Transparência” na <i>internet</i> , com a publicação mensal, pormenorizada e atualizada dos dados sobre a execução orçamentária e financeira da prefeitura municipal, na forma imposta pelo art. 48-a da Lei de Responsabilidade Fiscal.
Recomendação N.º 008/2012 – CGMP	Recomenda aos Membros do Ministério Público do Estado de Sergipe que adotem as medidas necessárias para advertir ao chefe do poder executivo municipal sobre a necessidade de elaboração e encaminhamento, para aprovação da respectiva câmara municipal, de projeto de lei de criação do órgão municipal executivo de trânsito e da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, com os serviços de engenharia do trânsito, educação para o trânsito, controle e análise de dados estatísticos e fiscalização, em prazo considerado razoável.
Recomendação N.º 009/2012 – CGMP	Recomenda aos Membros do ministério público, com atribuição nas curadorias de defesa dos direitos humanos, das pessoas com deficiência e do idoso, a expedição de recomendação ao Governador do Estado de Sergipe e aos Prefeitos de todos os municípios que integram a comarca de atuação, no sentido de fazerem constar da Lei Orçamentária Anual (LOA), para o próximo exercício financeiro de 2013, a previsão de despesas para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, adaptando prédios e logradouros públicos, em especial, mas não exclusivamente, aqueles onde funcionam as escolas públicas e as unidades públicas de saúde.

Tabela 5 - Recomendações da Coordenadoria-Geral

1.1.6. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

As Procuradorias de Justiça são órgãos da Administração Superior do Ministério Público, com cargos de Procurador de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desenvolvimento das funções que lhes são cometidas por Lei.

Os Procuradores de Justiça exercerão inspeção permanente dos serviços dos Promotores de Justiça, nos autos em que oficiem, remetendo seus relatórios à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

No que tange à atuação judicial dos Procuradores de Justiça que compõem o Colégio de Procuradores, os dados estatísticos estão demonstrados nas tabelas que se seguem:

Atuação Judicial dos Procuradores de Justiça – 2012	
Câmara Cível	
Tipos Processuais	TOTAL
Ação Cautelar	4
Agravo Regimental	6
Agravos de Instrumento	1.509
Apelações Cíveis	5.915
Embargos de Declaração	46
Exceção de Suspeição	5
<i>Habeas Corpus</i>	20
Peças Informativas	28
Petição	1
Reconst. de Autos	4
Reexames Necessários	152
TOTAL	7.690

Tabela 6 - Atuação dos Procuradores de Justiça - Câmara Cível

Atuação Judicial dos Procuradores de Justiça – 2012	
Câmara Criminal	
Tipos Processuais	TOTAL
Ação Penal Originária	13
Agravo Criminal	425
Agravo de Instrumento (ECA)	3
Agravo Regimental	6
Apelações Criminais	3.763
Correção Parcial	8
Embargos de Declaração	130
Exceção de Suspeição	2
<i>Habeas Corpus</i>	1.761
Inquéritos Policiais	14
Peças Inf. p/Fins de Denúncia	61
Processo Investigatório	22
Queixa Crime	8
Recurso em Sent. Estrito	320
Recurso Ordinário	6
Representação Criminal	26
Restituição de Bens Apreendidos	1
Revisão Criminal	18
Termo Circunstanciado	1
TOTAL	6.588

Tabela 7 - Atuação dos Procuradores de Justiça - Câmara Criminal

Atuação Judicial dos Procuradores de Justiça - 2012	
Câmaras Cíveis Reunidas	
Tipos Processuais	TOTAL
Ação Cautelar Incidental	1
Ação Rescisória	61
Embargos Infringentes	28
Execução de Decisão	3
TOTAL	93

Tabela 8 - Atuação dos Procuradores de Justiça - Câmaras Cíveis Reunidas

Atuação Judicial da Procuradoria-Geral de Justiça - 2012	
Tribunal Pleno	
Tipos Processuais	TOTAL
Ação Cautelar Inominada	3
Ação Cautelar	3
Ação Consignada em Pagamento	2
Ação Declaratória	23
Ação Direta de Inconstitucionalidade	18
Ação Penal Originária	9
Agravo Regimental	10
Agravo Superior Instância	1
Conflito de Competência	89
Conflito de Jurisdição	58
Conflito Negativo de Jurisdição	2
Denúncia	2
Desaforamento	15
Embargos à Execução	6
Embargos de Declaração	6
Embargos Infringentes	31
Execução de Decisão	2
<i>Habeas Data</i>	2
Impugnação do Valor da Causa	2
Incidente de Inconstitucionalidade	7
Incidente de Uniformização de Jurisprudência	7
Inquéritos Policiais	6
Mandado de Injunção	89
Mandado de Segurança	323
Precatório	277
Procedimento Administrativo Disciplinar	8
Queixa Crime	7
Recurso Administrativo	9
Representação	4
Revisão Criminal	74
Suspensão de Execução de Decisão	22
TOTAL	1.117

Tabela 9 - Atuação da Procuradoria-Geral de Justiça - Tribunal Pleno

A atuação judicial dos Procuradores de Justiça no período em tela está ilustrada no seguinte gráfico:

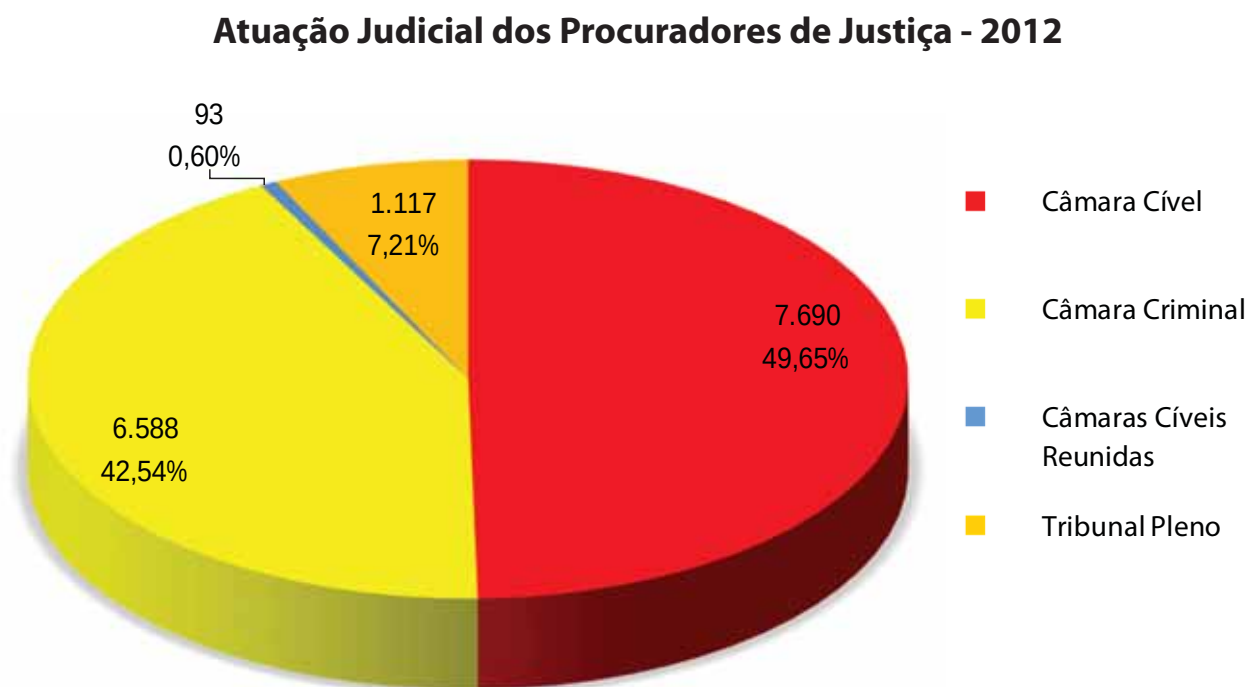


Gráfico 4 - Atuação Judicial dos Procuradores de Justiça por Tipo

1.1.7. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

As Promotorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público, compostos de pelo menos um cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhes forem cometidas por Lei, podendo ser judiciais ou extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas.

As atribuições das Promotorias de Justiça e dos cargos dos Promotores de Justiça que a integram serão fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

Compete aos Promotores de Justiça, entre outras atribuições conferidas em Lei:

- Expedir notificações, através de seus serviços ou dos agentes de polícia civil e militar, sob pena de condução coercitiva, nos casos de não comparecimento injustificado;
- Requerer correição parcial;
- Interpor recursos, impetrar *habeas-corpus* e mandado de segurança contra atos de autoridades administrativas ou judiciárias, praticados em sua área de atribuições funcionais;
- Acompanhar atos investigatórios junto a organismos policiais civis e militares ou administrativos, quando assim considerarem convenientes à apuração de infrações penais, ou se designados pelo Procurador-Geral;

- Promover diligências e requisitar documentos, certidões e informações de qualquer entidade privada ou pública federal, estadual ou municipal, da administração direta ou indireta, podendo dirigir-se diretamente a qualquer autoridade, salvo o disposto no inciso II do § 1º do art. 35, da Lei Complementar nº 02, de 12 de novembro de 1990;
- Inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos prisionais e visitar as Delegacias de Polícia, fiscalizando o andamento de inquéritos;
- Assumir a direção de inquérito policial, quando designado pelo Procurador-Geral;
- Apresentar à Corregedoria-Geral e à Coordenadoria-Geral do Ministério Público, anualmente, até o sétimo dia útil do mês de janeiro, relatório de suas atividades funcionais;
- Promover a execução da pena de multa ou de fianças criminais quebradas ou perdidas.

O Ministério Público Estadual conta atualmente com **110** (cento e dez) Promotorias, sendo **49** (quarenta e nove) na Capital e **61** (sessenta e uma) no Interior, conforme demonstrado na tabela ao lado:

Promotorias	Quantidade
Fórum Des. Fernando Ribeiro Franco (Santa Maria)	2
Fórum Des. Luis Carlos Fontes de Alencar (CEASA)	2
Fórum Olímpio Mendonça (Orlando Dantas)	2
Fóruns do Interior	50
Fóruns Integrados I (Santos Dumont)	3
Fóruns Integrados II (18 Do Forte)	2
Fóruns Integrados III (DIA)	3
Sede	35
Subsedes do Interior	11
Total	110

Tabela 10 - Distribuição das Promotorias do MPSE

Ante a política de publicização de todas as atividades extrajudiciais do Órgão, no tocante à atuação das Promotorias, os dados extraídos do relatório estatístico do Sistema de Procedimentos Extrajudiciais – PROEJ estão representados nos seguintes gráficos:

Movimentação de Procedimentos Administrativos - 2012

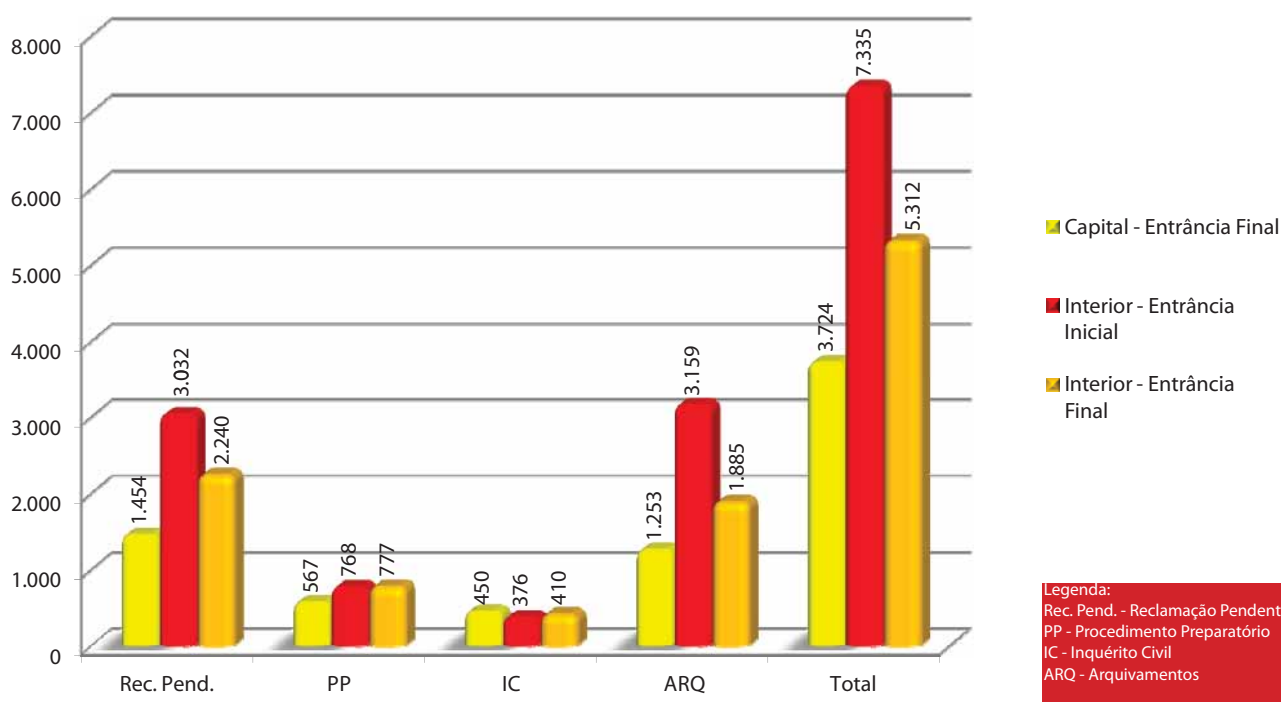


Gráfico 5 – Comparativo de Movimentações de Procedimentos Administrativos por Entrância

Providências Decorrentes - 2012

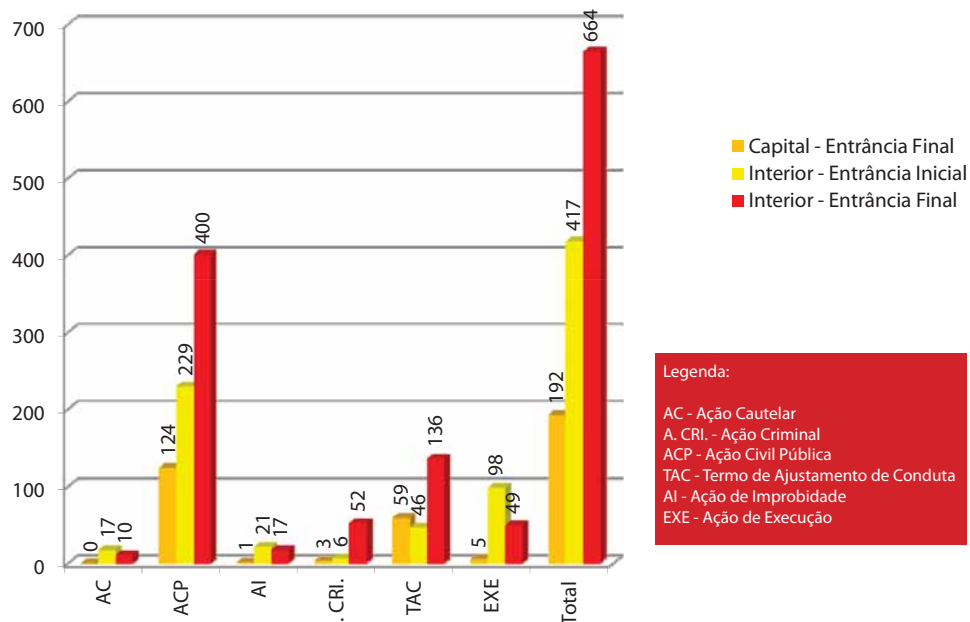


Gráfico 6 - Comparativo de Providências Decorrentes por Entrância

Ressalte-se, ainda, que os Promotores de Justiça realizaram, no ano de 2012, as seguintes atividades, conforme dados contidos nas Tabelas Unificadas:

Extrajudicial	
Inquéritos Cíveis/Procedimentos Preparatórios	TOTAL
Instaurados	3.324
Arquivados	1.391
Sem Ajustamento de Conduta	1.043
Com Ajustamento de Conduta	226
Processos Cíveis no 1º Grau	
Recebidos	75.959
Total de Manifestações	73.802
Processos Cíveis no Órgão do MP que atua perante Tribunais Superiores	
Recebidos	8
Total de Manifestações	9
Controle de Constitucionalidade Abstrato	
Ações Propostas pelo MP	284
Pareceres	946

Tabela 11- Atuação das Promotorias de Justiça – Extrajudicial

Infância e Juventude	
Áreas dos Atos Infracionais	TOTAL
Boletins de ocorrências e outras notícias de Atos Infracionais Recebidos	2.634
Boletins de ocorrências e outras notícias arquivadas sem Concessão de Remissão	165
Representações de Atos Infracionais oferecidas	1.163
Remissões concedidas pelo MP	355
Processos Recebidos	
No Primeiro Grau	14.120
No Segundo Grau	104
No órgão do MP que atua perante Tribunais Superiores	25
Processos Analisados	
No Primeiro Grau	13.292
No Segundo Grau	74
Defesa dos Direitos Transindividuais da área da Infância e Juventude	
Inquéritos Cíveis/Procedimentos Preparatórios	79
Instaurados	1.448
Arquivados	1.207
Sem Ajustamento de Conduta	66
Com Ajustamento de Conduta	53
Ações Cíveis Ajuizadas	475
Visitas à Unidades de Atendimento Socioeducativo	48

Tabela 12- Atuação das Promotorias de Justiça – Infância e Juventude

Criminal	
Inquéritos Policiais/Notícia Criminis	TOTAL
Recebidos ou Requisitados pelo MP	16.468
Baixados à Origem para Realização de Diligência	2.105
Arquivados	4.236
Transações Penais Efetivadas	1.739
Denúncias Oferecidas	7.618
Termos Circunstanciados	
Recebidos ou Requisitados pelo MP	11.483
Processos Criminais no 1º Grau	
Recebidos ou Instaurados pelo MP	70.513
Total de Manifestações	70.360
Processos Criminais no 2º Grau	
Recebidos ou Instaurados pelo MP	3.065
Total de Manifestações	3.087
Processos Criminais no Órgão do MP que atua perante Tribunais	
Recebidos ou Instaurados pelo MP	151
Total de Manifestações	153
Suspensões Condicionais dos Processos Efetivadas (em qualquer grau de jurisdição)	533

Tabela 13 - Atuação das Promotorias de Justiça – Criminal

Militar (1ª e 2ª PARTES)	
Inquéritos Policiais/Notícia Criminis	TOTAL
Recebidos ou Requisitados pelo MP	258
Baixados à Origem para Realização de Diligência	174
Arquivados	158
Denúncias Oferecidas	97
Processos Criminais no 1º Grau	
Recebidos ou Instaurados pelo MP	628
Atos de Controle Externo da Atividade Policial	
Visitas a Estabelecimentos Prisionais	12
Denúncias Oferecidas	6

Tabela 14 - Atuação das Promotorias de Justiça – Militar (1ª e 2ª Partes)

1.1.7.1. TRABALHO EM PARCERIA COM ÓRGÃOS DE APOIO

1.1.7.1.1. CENTRO MÉDICO

O Centro Médico do Ministério Público realiza procedimentos de enfermagem e atendimento médico aos integrantes do Órgão. Outrossim, o referido serviço de saúde presta atendimento, também, às Promotorias de Justiça que necessitam de seu apoio.

Nesse sentido, a enfermeira do setor realiza visitas domiciliares e institucionais com a equipe de Divisão de Serviço Social, por solicitação da 4ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, especializada na defesa do acidentado do trabalho, do idoso, do deficiente, dos direitos humanos em geral e dos direitos à assistência social, na proteção aos direitos da mulher, na fiscalização das respectivas políticas públicas, no combate à discriminação racial e apoio às vítimas de crimes, cujo objetivo primordial é observar o estado geral do paciente, avaliar a assistência prestada pelos órgãos responsáveis e também os cuidados dispensados pela família, orientando e buscando meios para minimizar os problemas identificados.

Após cada visita é gerado um relatório e encaminhado à Promotoria, pormenorizando a situação encontrada e sugerindo as soluções que o caso requer. No ano de 2012, foram feitos 08 (oito) acompanhamentos.

As principais atividades do Centro Médico em 2012 estão relacionadas na tabela em seguida:

Atividades	TOTAL
Acompanhamento de participantes dos projetos:	245
Exames Periódicos	101
Movimento Prática Esportiva	72
Saúde do Trabalhador	72
Atendimento Médico	2.223
Procedimentos de Enfermagem (acompanhamento de pressão, peso, curativos, injeções, outros)	1.165
TOTAL	3.633

Tabela 15 - Atividades do Centro Médico

1.1.7.1.2. DIVISÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

A Divisão de Engenharia e Manutenção do MPSE presta apoio às Promotorias de Justiça em todo o Estado através da realização de visitas, com o objetivo de verificar as condições da estrutura física desses ambientes, propor novos *layouts* e/ou identificar a necessidade de reformas e/ou ampliações.

A partir da identificação de problemas, são elaborados projetos e orçamentos, que são submetidos à aprovação do Procurador-Geral de Justiça e do Tribunal de Justiça, nos casos das Promotorias instaladas nos Fóruns do Judiciário.

O gráfico a seguir demonstra o quantitativo de vistorias realizadas pela referida Divisão em 2012:



Como resultado das necessidades identificadas durante as 41 (quarenta e uma) visitas realizadas nas Promotorias da Capital e do Interior, está sendo elaborado um Convênio, a ser celebrado com o Tribunal de Justiça de Sergipe, com previsão de reforma de 23 (vinte e três) Promotorias, todas situadas em Fóruns do referido Tribunal.

1.1.7.1.3. DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social no âmbito do Ministério Público de Sergipe tem suas funções delimitadas por meio da Portaria nº 734/2012, com as seguintes atribuições:

1. Assessoria a Promotorias de Justiça e aos Centros de Apoio Operacional;
2. Análise de procedimentos;
3. Realização de atendimento individual e familiar;

4. Coordenação, elaboração, execução, supervisão e avaliação de estudos, pesquisas, planos, programas e projetos;
5. Realização de vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres, assessoria em audiências públicas;
6. Articulação com a rede sócioassistencial e sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente;
7. Supervisão, treinamento e avaliação de estágio em Serviço Social;
8. Direção e/ou coordenação dos serviços técnicos de Serviço Social;
9. Planejamento e organização das atividades da Divisão de Serviço Social – DIVSS/MP.

Em 2012, a equipe da Divisão de Serviço Social – DIVSS/MP passou a integrar a comissão técnica instituída pela Portaria do MPSE nº 280/12, objetivando acompanhar as Promotorias de Justiça com atribuições de Curadoria da Infância e Adolescência, Capital e Interior do Estado, na realização de visitas às instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco. Nesta atividade, o Parecer Social identifica as situações de violação de direitos e/ou oferta inadequada de serviços, subsidiando as decisões e ações das citadas Promotorias, em consonância ao disposto nas Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público.

No tocante à atribuição de Assessoria a Promotorias de Justiça e aos Centros de Apoio Operacional e ao trabalho desenvolvido na comissão técnica, as visitas domiciliares e institucionais e sua consequente elaboração de relatórios sociais predominam, atingindo 66% (sessenta e seis por cento) das atividades realizadas pela DIVSS/MP no período.

Atividades Desenvolvidas pela DIVSS - 2012

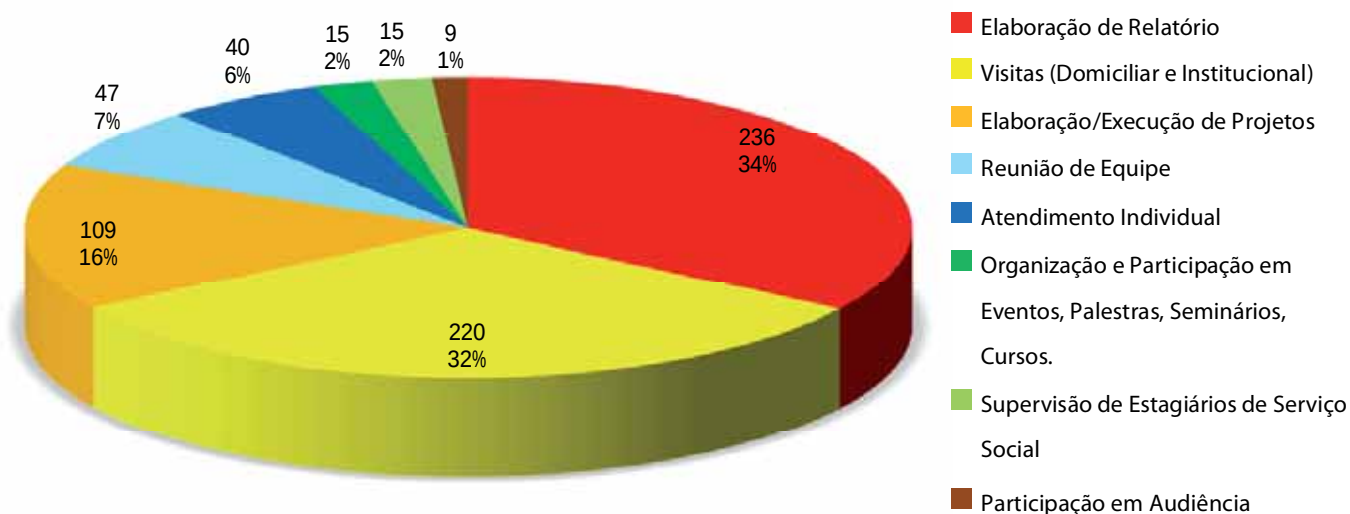


Gráfico 8 - Atividades da Divisão de Serviço Social

Dentre as Promotorias que mais demandaram atividades, conforme gráfico abaixo, destacam-se as com atuação na Infância e Adolescência e as especializadas na Defesa do Idoso, Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos em geral. No caso dessa última, a atuação da DIVSS/MP inicia-se com o estudo do procedimento, elaboração do relatório de avaliação social, sendo identificadas as situações de risco ou vulnerabilidade. Dependendo da gravidade de cada caso, a Promotoria solicita, ainda, a participação em audiência, o acompanhamento sistemático, atendimento individual e/ou familiar, até que se justifique o arquivamento do caso.

Atuação da DIVSS por Especialidade - 2012

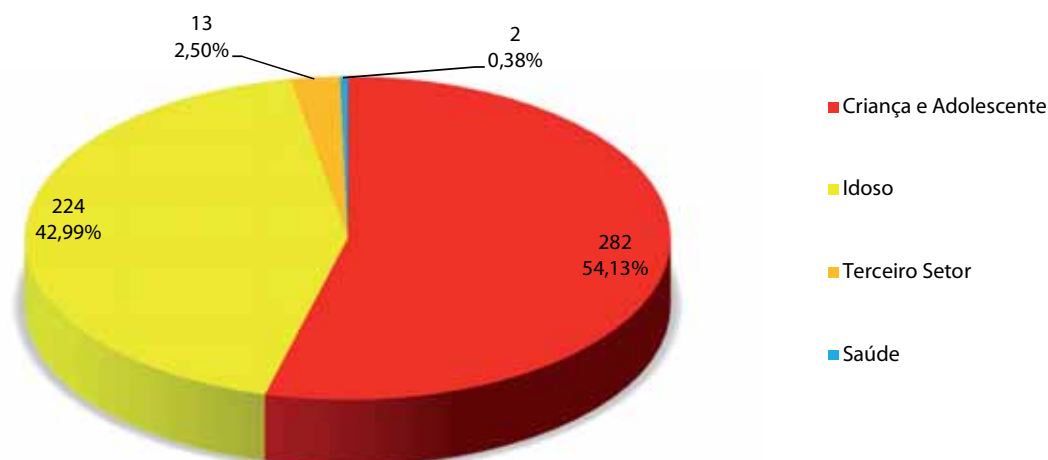


Gráfico 9 - Atuação da Divisão de Serviço Social por Especialidade

A 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, especializada na Defesa dos Direitos à Saúde, e a 5ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, especializada na Defesa do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural, Controle e Fiscalização do Terceiro Setor e Serviços de Relevância Pública, aparecem com o número menor de solicitações. A atividade junto a essas Promotorias refere-se ao estudo social e consequente elaboração de relatórios em casos coletivos e individuais, respectivamente.

No que pertine à comparação entre os demandantes de serviços à DIVSS/MP, o gráfico abaixo demonstra que as Promotorias respondem pelo maior número de solicitações feitas ao setor, contabilizando 521 (quinhentos e vinte e uma), o que representa 70% das atividades. O percentual comprova que a Divisão de Serviço Social tem atuado fortemente em sua função de assessoramento às Promotorias do MPSE, ratificando a relevância de seu trabalho.

Atuação da DIVSS por Demandante - 2012

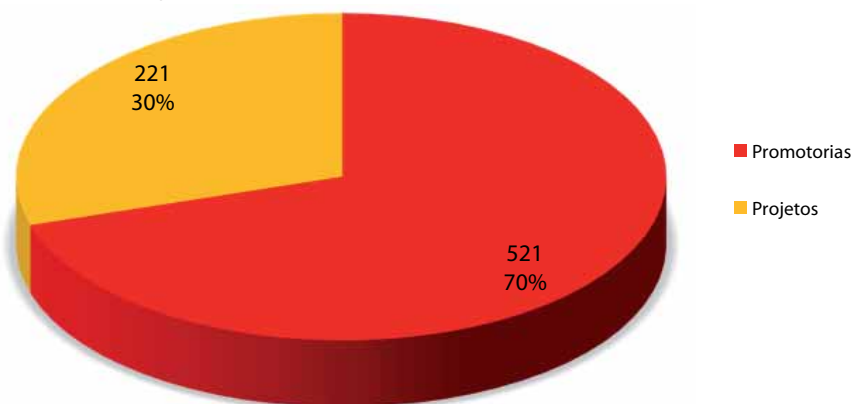


Gráfico 10 - Atuação da Divisão de Serviço Social por Demandante

1.1.7.1.4. GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

O Gabinete de Segurança Institucional – GSI é um órgão com atribuição para adotar medidas de execução e de assessoramento dos Membros do Ministério Público nos assuntos relativos à segurança institucional. A seguir, estão listadas as principais atividades de apoio às Promotorias de Justiça realizadas pelo órgão no ano em foco:

1. Escalas de Agentes de Segurança para acompanhamento dos Promotores de Justiça, por ocasião dos Tribunais do Júri;
2. Escala de Agentes de Segurança para acompanhamento dos Promotores de Justiça, por ocasião das Visitas aos Presídios;
3. Escala de Agentes de Segurança para acompanhamento de Membros e Servidores do MPSE, por ocasião da realização dos Pós-Censos e Censos Sociais;
4. Escala de Agentes de Segurança para acompanhamento, promovendo a segurança física de Promotores de Justiça, por ocasião de atuações contundentes na Promotoria de Itabaiana durante o mês de julho/12;
5. Escala de Agentes de Segurança para acompanhamento de Membros e Servidores do MPSE, por ocasião da inauguração das reformas da Subsede de Canindé de São Francisco e a entrega do Título de Cidadão Canindeense a diversos Membros da Instituição naquela Cidade;
6. Escala de Agentes de Segurança para acompanhamento, promovendo a segurança física de Promotor de Justiça, por ocasião de palestra em escola na cidade de Canindé de São Francisco.

1.1.7.1.5. PERÍCIA TÉCNICA

A Divisão de Perícia Técnica do Ministério Público do Estado de Sergipe auxilia nas atividades fins da Instituição, no que diz respeito à prova técnica.

A seguir, algumas atividades desenvolvidas no ano de 2012, pela mencionada Divisão, conforme fotos apresentadas, dentre as quais se destacam as vistorias solicitadas pelos Promotores de Justiça da Capital e do Interior do Estado de Sergipe:

- Realização de **10 (dez)** vistorias sobre acessibilidade de Pessoas com Deficiência na Capital e **04 (quatro)** no Interior, em estabelecimentos como Bancos, Casas Lotéricas, Supermercados, *Shoppings*, Vias Públicas e Escolas, solicitadas pela 4ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, especializada na defesa do acidentado do trabalho, do idoso, do deficiente, dos direitos humanos

em geral e dos direitos à assistência social, na proteção aos direitos da mulher, na fiscalização das respectivas políticas públicas, no combate à discriminação racial e apoio às vítimas de crimes;



Foto 4 - Vistoria em Estabelecimentos Lotéricos - Aracaju/SE



Foto 5 - Vistoria de Acessibilidade em Banco no Município de Lagarto/SE

- Vistorias trimestrais a abrigos e entidades de acolhimento às crianças em situação de risco, totalizando 25 (vinte e cinco), sendo 16 (dezesesseis) na Capital e 9 (nove) no Interior, conforme solicitação da 8ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, especializada na defesa dos direitos da criança e do adolescente;

- Vistoria no Mercado Municipal de Lagarto/SE, a fim de verificar as condições estruturais do imóvel, por solicitação da Promotoria de Justiça daquela Cidade;



Foto 6 - Vistoria no Mercado Municipal - Lagarto/SE

- Vistorias no Centro de Zoonose-Aracaju, solicitadas pela 5ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, especializada na defesa do meio ambiente, urbanismo, patrimônio social e cultural, controle e fiscalização do Terceiro Setor e serviços de relevância pública;



Foto 7 - Vistoria no Centro de Zoonoses - Aracaju/SE

- Outras vistorias:



Foto 8- Vistoria de Acessibilidade no 1º Batalhão da PMSE - São Cristóvão/SE



Foto 9 - Vistoria em Escola Estadual - Lagarto/SE



Foto 10- Vistoria em Escola Municipal - Aracaju/SE



Foto 11- Vistoria no 1º Batalhão da PMSE - São Cristóvão/SE



Foto 12 - Vistoria em Abrigo - Lagarto/SE



Foto 13 - Vistoria em Casa de Acolhimento - Estância/SE



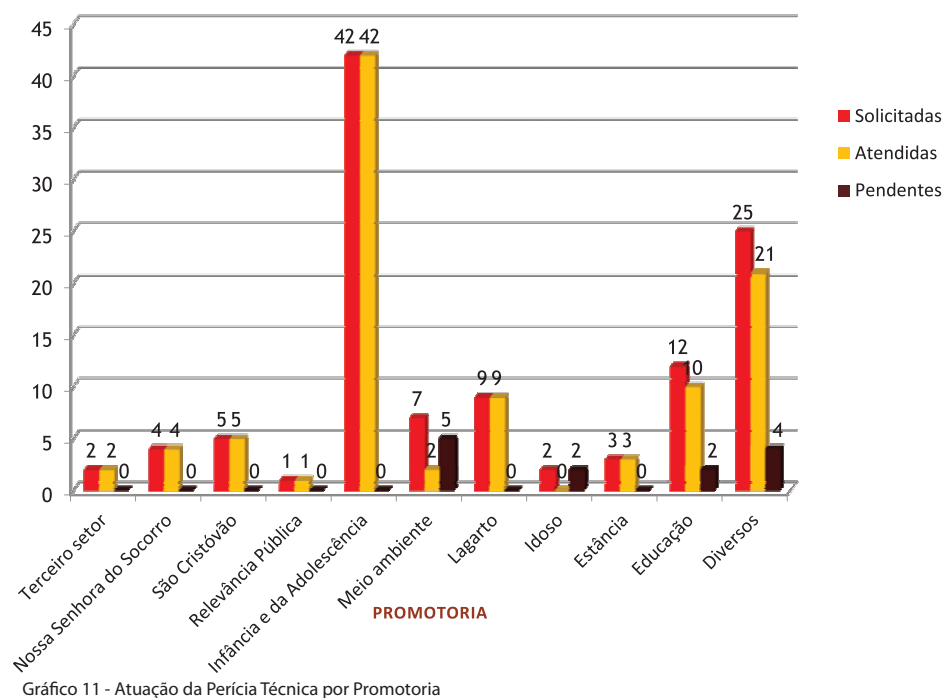
Foto 14 - Vistoria na Companhia de Abastecimento de Água - Simão Dias/SE



Foto 15 - Vistoria de Drenagem no Conj. Parque dos Faróis - N. Srª do Socorro/SE

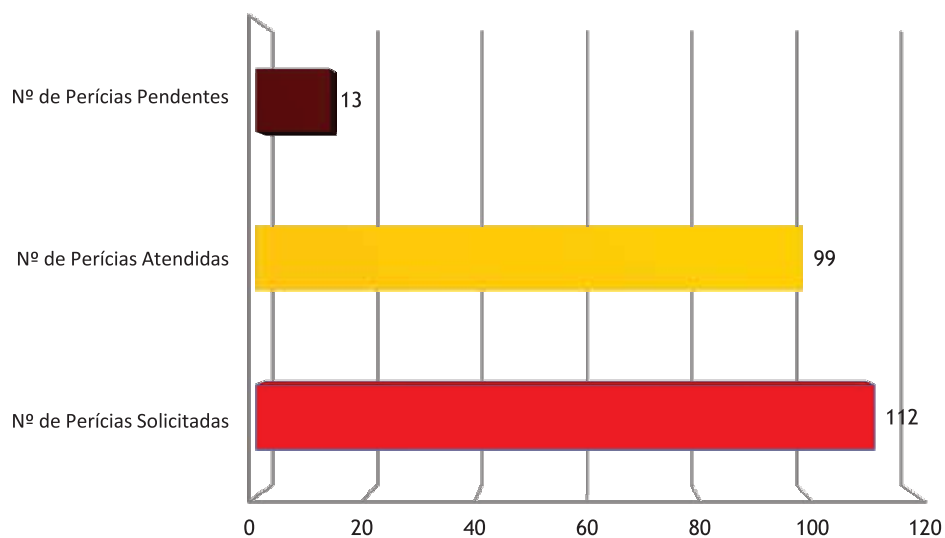
Atuação da Perícia Técnica por Promotoria - 2012

O gráfico 11 demonstra o desempenho da Divisão no tocante ao apoio prestado às Promotorias de Justiça de todo o Estado, exibindo as quantidades de Perícias Técnicas, por Promotoria:



Atuação da Perícia Técnica - 2012

O gráfico 12 apresenta o resumo geral das solicitações à Divisão de Perícia Técnica do Ministério Público de Sergipe:



Destaque-se que o maior volume das perícias solicitadas versa sobre vistorias em edificações, notadamente em abrigos e escolas, além de verificação de drenagem e pavimentação de ruas, voltadas para análise de degradações do Meio Ambiente.

Ressalte-se, ainda, que as perícias da 8ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, especializada na defesa dos direitos da criança e do adolescente, todas elas devidamente atendidas, representaram 37% (trinta e sete por cento) do total de solicitações remetidas à Divisão de Perícia Técnica.

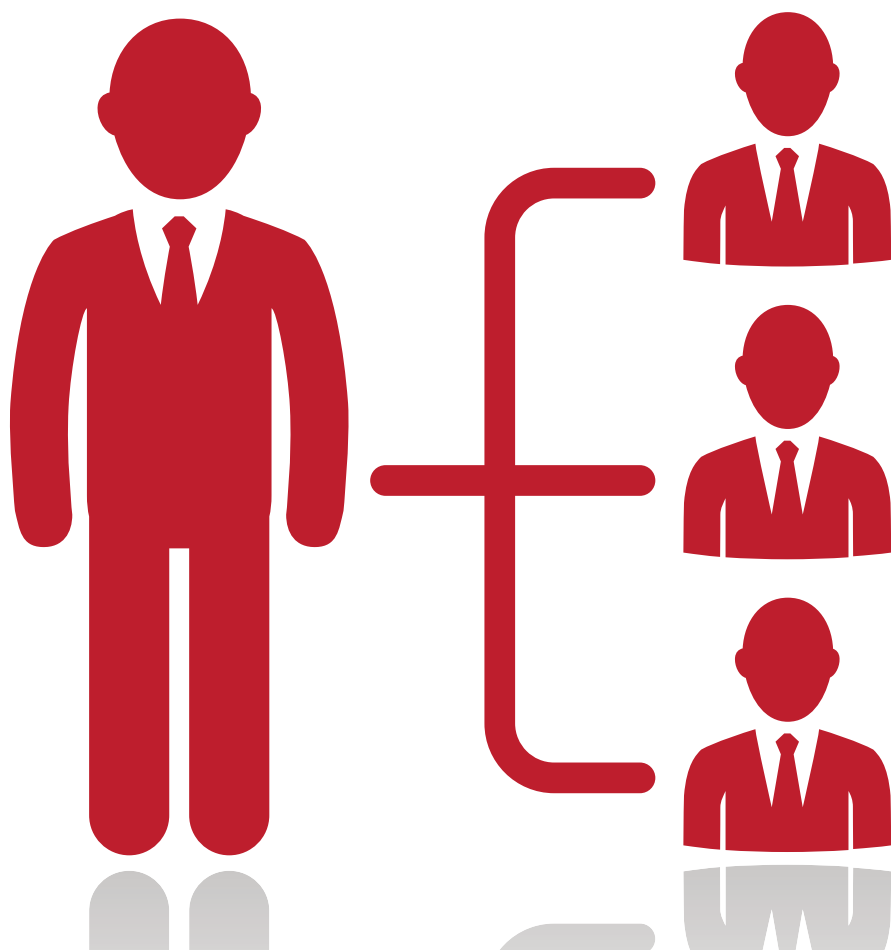
1.1.8. SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Secretaria-Geral do Ministério Público de Sergipe é exercida por Promotor de Justiça da entrância mais elevada, designado pelo Procurador-Geral de Justiça, cabendo-lhe a supervisão dos serviços administrativos.

No período abordado neste Relatório, destacaram-se as seguintes atividades na Secretaria-Geral:

- Elaboração e divulgação da escala de férias com **06 (seis) meses** de antecedência;
- Regularização da escala de férias de todos os Promotores(as) de Justiça, evitando-se a prescrição;
- Divulgação da escala anual de plantões, com distribuição equitativa entre todos os Promotores(as) de Justiça;
- Divulgação da escala de plantão dos Promotores(as) de Justiça, para os dias úteis, com antecedência de **01 (um) ano**;
- Organização de plantões de Recesso, Eleitorais, Mutirões, Carnaval, Feriados, dentre outros;
- Contatos semanais com todos os Promotores(as) de Justiça plantonistas, a fim de lembrá-los(as) do aludido compromisso;
- Comunicação das designações eleitorais à Procuradoria Regional Eleitoral até o dia 05 de cada mês;
- Confecção e organização, com no mínimo **06 (seis) meses** de antecedência, do quadro de designações de substituição de Promotores de Justiça;
- Contatos telefônicos e encaminhamento, para os endereços eletrônicos funcionais das Promotorias e dos Promotores de Justiça, das correlatas Portarias de designação de substituições;
- Confecção, organização e arquivamento de portarias de designação de substituição e outras, totalizando o importe de **1.429** (mil quatrocentos e vinte e nove) portarias;
- Confecção e encaminhamento de **188** (cento e oitenta e oito) Ofícios-Circulares e **1.477** (mil quatrocentos e setenta e sete) Ofícios expedidos;
- Controle e otimização dos gastos com telefone limitados em R\$ 110,00 (Cento e dez reais) por unidade, com remessa mensal de relatório relativo a cada Promotoria de Justiça;
- Auxílio na divulgação e operacionalização do plano corporativo de aparelhos celulares, *chips* e *modems*, com a pactuação de tarifas menores que as regularmente praticadas para os consumidores em geral, além da fixação de **tarifa zero** para conversação entre os Membros do Ministério Público que contratarem o referido plano;

- Organização e envio/reenvio das correspondências encaminhadas à sede do Ministério Público e dirigidas aos Promotores de Justiça;
- Atualização e remessa mensal, via *e-mail*, para os endereços eletrônicos dos Promotores de Justiça, da Lista Telefônica contendo números dos aparelhos celulares e fixos dos Membros e alguns servidores da área administrativa;
- Aprimoramento de rotinas administrativas entre a Secretaria-Geral e as Diretorias de Administração, de Tecnologia da Informação, de Recursos Humanos e de Finanças;
- Implementação das atividades da Comissão de Controle Interno, através do monitoramento e acompanhamento dos gastos do almoxarifado e das copas do Ministério Público, além de despesas com combustível e peças de veículos;
- Implementação do uso de *e-mails* oficiais por todas as unidades do Ministério Público, como forma de agilizar o trânsito das informações e de economizar quantias gastas com AR e SEDEX, as quais somente são autorizadas, em caráter de excepcionalidade;
- Organização dos festejos juninos do Ministério Público do Estado de Sergipe, com a reedição do evento denominado “Arraiá da Scretaria-Gerá”;
- Organização e Realização do Sorteio de Férias dos Promotores de Justiça.



1.1.9. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL - CAOps

Órgãos auxiliares das atividades funcionais do Ministério Público, compete aos Centros de Apoio Operacional, entre outras funções:

1. Estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuam na mesma área e que tenham atribuições comuns;
2. Remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade;
3. Estabelecer intercâmbio permanente com entidades, órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;
4. Manter permanente contato e intercâmbio com entidades públicas e privadas que se dediquem direta ou indiretamente à promoção, à proteção, à defesa ou ao estudo dos direitos, bens, valores ou interesses pertinentes à área de atuação de cada Centro de Apoio;
5. Monitorar e zelar pelo funcionamento do banco de dados do Ministério Público, com acompanhamento do cadastro de Representações, Recomendações, Procedimentos Administrativos, Inquéritos Cíveis e Ações Cíveis Públicas, fomentando maior integração entre os órgãos de execução.

1.1.9.1. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS ATIVIDADES CÍVEIS E CRIMINAIS

O Centro de Apoio Operacional às Atividades Cíveis e Criminais foi criado com a intenção primordial de estimular a integração permanente dos Órgãos Ministeriais com atribuições nas áreas cíveis e criminais, inclusive para efeito de atuação conjunta.

O CAOp – Atividades Cíveis e Criminais debruçou-se sobre temas de relevância institucional, encaminhando estudos a todos os Membros do MPSE por meio de mensagens eletrônicas.

Consigne-se que tais estudos (doutrinários e jurisprudenciais) objetivam subsidiar as atividades dos Membros do MPSE, que são municiados de informações e estudos técnicos de fácil utilização, a exemplo de modelos de portarias, de Ação Civil Pública, acordos de cooperação técnica, artigos sobre temas relevantes, legislação e jurisprudências.

A tabela abaixo especifica as atividades realizadas pelo CAOp – Atividades Cíveis e Criminais, no ano de 2012:

Iniciativas - CAOp Atividades Cíveis e Criminais	
Ofícios Expedidos	42
Participações em Reuniões ou Encontros	24
Pesquisa Doutrinária e Jurisprudencial: - Dependentes químicos menores e maiores de idade; - Municipalização de trânsito e assuntos correlatos; (I) Legitimidade da Defensoria Pública para propor ação civil pública; - Ato de improbidade administrativa, decorrente de descumprimento de decisão judicial; - Jurisprudência referente à terceirização de serviço de assistência técnica de telefonia móvel; - Ação civil pública por descumprimento de decisão judicial e de requisição ministerial; - Falta de publicidade em sorteio que visa contemplar pessoas no Programa Minha Casa Minha Vida; - Material versando sobre: - Implantação da municipalização de trânsito; - Melhoria da circulação de veículos; - Adequação da sinalização do trânsito; - Intensificação de ações fiscalizatórias; e - Realização de campanhas e programas educativos; (In) Existência de concurso material entre os crimes de homicídio e de porte/posse ilegal de arma de fogo; (In) Existência de concurso material entre os crimes de receptação e de porte/posse ilegal de arma de fogo; - Ação Civil Pública ajuizada pelo não pagamento de salário aos servidores públicos municipais ou o pagamento feito de forma extemporânea.	11
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial: - Exemplar da cartilha “Segurança da Mulher”, desenvolvida pelo Centro de Apoio Operacional às Procuradorias e Promotorias de Justiça – CAOp do MPPR; - Boletim de jurisprudência nº 003/2012, do Tribunal Regional Federal da 5a Região; - Material informativo, doutrinário e jurisprudencial, versando sobre municipalização de trânsito e assuntos correlatos; - Boletim de jurisprudência nº 004/2012, do Tribunal Regional Federal da 5a Região; - Boletim de jurisprudência nº 005/2012, do Tribunal Regional Federal da 5a Região; - Boletim de jurisprudência nº 006/2012, do Tribunal Regional Federal da 5a Região; - Nota Técnica do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP sobre foro privilegiado nas ações de improbidade administrativa; - Doutrina sobre organização criminosa; - Modelos de Ações Cíveis Públicas sobre enchentes ocasionadas por chuvas, causando prejuízos à população, destruição de casas e abalos à infraestrutura urbana; - Modelos de Ações Cíveis Públicas sobre limpeza de córregos e contenção de enchentes, nepotismo e disponibilização de educação para alunos especiais; - Material informando que o tema encaminhado anteriormente, através do ofício nº 008/2012, sobre a (i) legitimidade da Defensoria para a propositura de Ação Civil Pública, vai ser analisado pelo Supremo Tribunal Federal - STF também no julgamento do ARE nº 690838, considerando o reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, além da pendência de julgamento da Adin nº 3943; - Breve explanação sobre “licença-prêmio eleitoral”; - Boletim de jurisprudência nº 010/2012, do Tribunal Regional Federal da 5a Região; - Boletim de jurisprudência nº 011/2012, do Tribunal Regional Federal da 5a Região.	14
Outras Atividades de Apoio: - Resposta a consultas formuladas por Membros; - Encaminhamento de material de pesquisa (doutrinária, jurisprudencial e legislativa) solicitado por Membros; - Apoio a demandas solicitadas por Comissões no âmbito do MPSE; - Estudos sobre práticas que visem ao aprimoramento institucional; - Estudos sobre práticas que visem à otimização dos trabalhos institucionais; - Apoio a demandas institucionais que objetivem a qualificação de Membros e Servidores do MPSE.	35

Tabela 16 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp Cíveis e Criminais

1.1.9.2. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

Ao Centro de Apoio Operacional da Infância e da Adolescência compete exercer suas atribuições na área da promoção, proteção e defesa da Criança e do Adolescente, prestando apoio técnico operacional às Promotorias de Justiça da Criança e do Adolescente. Nas tabelas a seguir são demonstradas as principais ações desenvolvidas pelo Centro de Apoio durante o ano de 2012:

CAOp da Infância e Adolescência			
Participação em Seminários, Congressos, Palestras e Outros Eventos Externos			
Tipo	Nome do Evento	Período de Realização	Local
Outros Eventos Externos	Reunião do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH/COPEIJE - para tratar acerca do tema “Crianças e Adolescentes – Política Institucional para implementação de projetos na área”.	25 a 29 de março/2012	Rio de Janeiro/RJ
Outros Eventos Externos	Reunião do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH/COPEIJE - para tratar de assuntos relacionados à infância e adolescência, mais especificamente acerca de saúde mental.	13 a 15 de junho/2012	Salvador/BA
Outros Eventos Externos	Reunião do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP - para tratar acerca do Planejamento Estratégico – Ação Nacional 2011-2015.	18 e 19 de outubro/2012	Maceió/AL
Outros Eventos Externos	Reunião do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH/COPEIJE - quando foram planejadas ações para a implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE em todo o território nacional, e ações de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.	05 a 07 de novembro/2012	Canela/RS
Congresso	III Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público - Evento realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, no qual, especificamente no que tange à área infantojuvenil, a Comissão da Infância e Juventude promoveu oficinas para expor e discutir temas afetos à área, em especial, a assinatura recente da Carta de Constituição de quatro Estratégias Nacionais.	03 a 05 de dezembro/2012	Brasília/DF

Tabela 17 - Participação do CAOp da Infância e Adolescência em Eventos

CAOp da Infância e Adolescência			
Eventos Promovidos pelo CAOp			
Tipo	Nome do Evento	Período de Realização	Local
Workshop	Projeto Rompendo com o Silêncio - Articulou-se um conjunto de ações a serem desenvolvidas na 3ª (terceira) semana de maio, finalizando com o dia 18/05/2012, dentre as quais podemos destacar: distribuição de material educativo sobre o tema, abordagem direta de pessoas nos hotéis, restaurantes, lanchonetes, bares e similares, realização de passeatas, palestras e audiências públicas, além de apresentações teatrais.	Maio/2012	Sede do MPSE e algumas localidades de Aracaju, tais como Praça da Bandeira e Orla de Atalaia
Seminário	Seminário sobre Políticas Públicas no Atendimento de Crianças e Adolescentes no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS * Público-alvo: Promotores de Justiça, Juízes, membros dos CRAS, dos CREAS e dos Conselhos de Assistência, Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direitos, equipes do Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis – DAGV, representantes da Secretarias de Estado da Educação e Saúde, e da Fundação Renascer; * Apoio: Secretaria Estadual de Inclusão e Desenvolvimento Social; * Tópicos abordados: organização, gestão e financiamento da Política Nacional de Assistência Social no âmbito do SUAS; cofinanciamento estadual; Planos Nacional e Estadual de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária; Serviços de atendimento a crianças e adolescentes no âmbito do SUAS; e o Plano Estadual de Enfrentamento ao crack.	6/11/2012	Auditório Promotor de Justiça Valdir de Freitas Dantas, sede do MPSE
Projeto Festa Natalina	Árvore da Solidariedade - Realizou-se no dia 30 de novembro, no late Clube de Aracaju, e contou com a participação de diversas entidades de acolhimento da Capital; Durante o evento foram realizadas atividades lúdicas e recreativas, além da distribuição de lanches e brindes. Houve, ainda, a participação do “Papai Noel”, que presenteou a todos.	30/11/12	late Clube de Aracaju

Tabela 18 - Eventos Promovidos pelo CAOp da Infância e Adolescência

Iniciativas - CAOp da Infância e Adolescência	
Ofícios Expedidos	558
Participações em Reuniões ou Encontros	5
Audiências Públicas: - Reunião pública para tratar da questão da segurança nos Bairros Atalaia e Coroa do Meio, nesta Capital, em razão do envolvimento de crianças e adolescentes com o uso e tráfico de drogas, e com a exploração sexual, além de situação de prostituição e tráfico em geral que atinge toda a comunidade; - Reuniões com representantes da Secretaria de Estado da Inclusão e Desenvolvimento Social – SEIDES, com vistas a conhecer os projetos daquele órgão para implementação de políticas públicas estaduais voltadas para o público infantojuvenil, mormente no que tange ao combate às drogas e à questão do acolhimento institucional, inclusive demonstrando interesse em desenvolver atividades conjuntas; - Foram realizadas, ainda, diversas reuniões para acompanhamento das atividades desenvolvidas nos projetos levados a cabo pelo CAOp, a exemplo de: Projeto Transformando pela Fé, Projeto Rompendo com o Silêncio, Projeto Árvore da Solidariedade e Projeto Esperançarte; - Reuniões, algumas, inclusive, com representantes da Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB, com vistas a viabilizar a doação de um terreno, localizado no Bairro Coroa do Meio, para construção de um espaço físico voltado ao desenvolvimento de atividades do Projeto Transformando Pela Fé, em parceria com as associações de moradores e segmentos religiosos; - Reunião com Representantes da Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Inclusão Social – SEIDES, da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMASC, e os Coordenadores dos Abrigos da Capital, notadamente da Casa Santa Zita, Oratório Dom Bosco e Lar Cristo Redentor, para tratar da situação do acolhimento no Estado de Sergipe, em virtude da falta de políticas públicas voltadas à efetivação do direito à convivência familiar, social e comunitária de crianças e adolescentes. Naquelas assentadas tratou-se, precipuamente, de se buscar uma solução para o destino do público até então acolhido na Casa Santa Zita, Oratório Dom Bosco e Lar Cristo Redentor, que estavam na iminência de encerrar suas atividades no dia 31.12.2012.	50
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial: - Acolhimento institucional e familiar; - Classificação indicativa de programas televisivos, mais precisamente acerca da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2404, em trâmite no STF, com vistas à declaração de inconstitucionalidade do art. 254 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; - Sistema Único de Assistência Social – SUAS; - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE; - Abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes; - Resolução nº 152, de 09 de agosto de 2012, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente – CONANDA, a qual dispõe sobre as diretrizes de transição para o processo de escolha unificada dos conselheiros tutelares, em todo o território nacional, a partir da vigência da Lei nº 12.696/2012.	6
Outras Atividades de Apoio: Projeto Transformando pela Fé - Tem como proposta a intervenção nas comunidades, até então restritas aos bairros Atalaia, Coroa do Meio e Augusto Franco, com o objetivo de, em parceria com representantes dos diversos segmentos religiosos, trabalhar a prevenção e o combate às drogas nestas localidades, sobretudo entre a população infantojuvenil, resgatando valores éticos e morais, com vistas à consecução do exercício da cidadania e vida plena; Projeto Paternidade Responsável - Tem como finalidade precípua viabilizar o reconhecimento formal da paternidade, mediante a inclusão dos dados do genitor no Registro de Nascimento de crianças, adolescentes e eventualmente, adultos carentes, resguardando direitos daí decorrentes; Sistema de Aviso Legal por Violência, Maus Tratos e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (SALVE) - Conjunto de mecanismos próprio do MPSE, destinado a estabelecer processo de comunicação para os casos de violência, maus tratos ou exploração sexual contra criança ou adolescente; Projeto Rompendo com o Silêncio - Tem o propósito de instigar a população para a quebra do silêncio diante de suspeita ou confirmação de casos de abuso ou exploração sexual contra crianças e adolescentes, visando prevenir, combater e punir tais práticas; Projeto Árvore da Solidariedade - Tem a finalidade de promover a convivência comunitária e a inclusão social das crianças e adolescentes acolhidos, levando até estes o verdadeiro espírito do Natal; Projeto Esperançarte - Tem como objetivo promover, em conjunto com instituições parceiras, a socialização e o desenvolvimento de habilidades artísticas das crianças atendidas pelas instituições da capital supervisionadas pelo CAOp, através de ações esportivas, educativas, artísticas e culturais; Projeto Pouso Seguro da Criança: fruto de parceria firmada entre a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, o Estado de Sergipe, através da Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social – SEIDES, a Empresa Sergipana de Turismo S/A – EMSETUR, o Município de Aracaju, através da SEMASC – Secretaria de Assistência Social e Cidadania, a Associação Comunitária de Mulheres Trabalhadoras em Reciclagem – MATER e o Ministério Público do Estado de Sergipe, o Projeto Pouso Seguro da Criança visa, em linhas gerais, contribuir para o desenvolvimento social sustentável das comunidades em risco social do entorno do Aeroporto Santa Maria, em Aracaju, abrindo novas perspectivas para a construção de um mundo próspero e socialmente mais justo. Através dele, são oferecidos cursos de inclusão digital, reforço escolar e atividades físicas a crianças a adolescentes carentes que residem nos Bairros 17 de Março e Santa Maria, em Aracaju/SE; - Inspecções, juntamente com o Núcleo de Assistência Social, nas fazendas terapêuticas localizadas nos municípios de São Cristóvão, Areia Branca, Nossa Senhora do Socorro, Itaporanga, Santana do São Francisco, Lagarto e Gararu; - O Grupo Gestor do Projeto Transformando pela Fé, em atuação no Bairro Augusto Franco promoveu, em 13/02/2012, uma caminhada de alerta ao uso do álcool e outras drogas naquela localidade.	6

Tabela 19 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp da Infância e Adolescência

1.1.9.3. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA ORDEM TRIBUTÁRIA

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária do Ministério Público de Sergipe é um órgão que tem priorizado o estabelecimento de condições técnicas e administrativas para o pronto atendimento das mais diversas demandas oriundas das Promotorias de Justiça, com atuação na defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária de todo o Estado, além das requisições que advêm de outros representantes do Sistema de Governo, a exemplo das Secretarias de Governo, das organizações não governamentais e da sociedade em geral.

A tabela a seguir especifica as principais atividades realizadas por esse CAOp no ano de 2012:

CAOp de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária	
Atividades	Quantidade
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial: Modelo de recomendação aos gestores públicos.	2
Ofícios Expedidos	6
Outras Atividades de Apoio: Viagem ao Estado de Santa Catarina com a finalidade de obter elementos de estrutura e funcionamento dos Centros de Apoio do MPSC, com o fim de dar efetividade e otimizar os trabalhos a serem desenvolvidos.	1
Participações em Reuniões ou Encontros	2
Pesquisas Realizadas: - Pesquisa no SISAP; - Outros.	10
Visitas Institucionais Realizadas	2

Tabela 20 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp de Defesa do Patrimônio Público e Ordem Tributária

1.1.9.4. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Ao Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos compete exercer suas atribuições na promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, idoso, vítimas de crimes, saúde do trabalhador e dos direitos constitucionais do cidadão; consumidor e serviços de relevância pública.

O CAOp dos Direitos Humanos promoveu no ano de 2012, os seguintes eventos:

CAOp dos Direitos Humanos			
Eventos Promovidos pelo CAOp			
Tipo do Evento	Nome do Evento	Período de Realização	Local
Workshop	Workshop sobre Acessibilidade - Projeto Calçadas Livres - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos - Maria Beatriz Pestana Barbosa, Coordenadora da Comissão de Estudos de Acessibilidade – ABNT 9050-2004.	21/05/12	Sede do MPSE
Workshop	Apresentação do Projeto Mobilidade Urbana pela ONG Rua Viva, vencedora da licitação realizada pela Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito - SMTT.	13/06/12	Sede do MPSE

Tabela 21 - Eventos Promovidos pelo CAOp dos Direitos Humanos

O CAOp dos Direitos Humanos realizou, no ano de 2012, as seguintes atividades, dentre outras:

Iniciativas - CAOp dos Direitos Humanos	
Ofícios Expedidos: - No total, foram expedidos 159 Ofícios pelo Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos no decorrer de 2012, dentre os quais merecem destaque: - Os Ofícios nº 84/2012 e 89/2012, expedidos a fim de promover acompanhamento da instalação dos equipamentos disponibilizados pelo MEC às escolas vinculadas à Secretaria Estadual de Educação – SEED. Tais equipamentos destinam-se a possibilitar a promoção da educação especial aos alunos com necessidades educacionais especiais, nos termos da legislação vigente; - O Ofício nº 141/2012, expedido à Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMASC, requisitando o encaminhamento a este Órgão de informações acerca dos projetos referentes ao Plano Viver Sem Limites encaminhados à União; - O Ofício nº 69/2012, encaminhado à Coordenadoria Geral deste Órgão, suscitando o acompanhamento pelos Promotores Eleitorais da promoção da acessibilidade nos locais selecionados para votação, por ocasião das Eleições 2012.	159
Participações em Reuniões ou Encontros: - Promoção de 20 (vinte) reuniões ao longo do ano de 2012, a fim de elaborar, junto aos Órgãos competentes, a Cartilha Calçadas Livres, no intuito de uniformizar os critérios de acessibilidade a serem utilizados na fiscalização e implementação da Acessibilidade no Estado de Sergipe; - Frequência às reuniões trimestrais do Grupo Nacional de Direitos Humanos, totalizando a participação em 04 (quatro) encontros ao longo do ano.	24
Pesquisa Doutrinária e Jurisprudencial: Merecem destaque as pesquisas realizadas no arcabouço legislativo nacional, estadual e municipal, no que se refere à garantia do direito à acessibilidade e à educação inclusiva às pessoas com deficiência. Devem ser pontuadas ainda as pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais no tocante à efetivação desses direitos junto ao poder público. Normas técnicas de implementação da acessibilidade em logradouros públicos e privados também foram estudadas.	15
Audiências Públicas: Foram realizadas audiências públicas de acompanhamento do efetivo funcionamento do Sistema de Aviso Legal contra a Violência e Exploração - SALVE Idoso.	2
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial: - Cartilhas elaboradas pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência - CONADE, com a finalidade de orientar, respectivamente, a criação de Conselhos Municipais de Direito das Pessoas Idosas e com Deficiências; - Modelos de peças processuais e toda a legislação pertinente à pessoa idosa e com deficiência; 03(três) spots elaborados pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco para a campanha nacional, solicitando a colaboração dos colegas Promotores na promoção de sua transmissão pelas emissoras de rádio de todo o Estado de Sergipe.	3
Outras Atividades de Apoio: - Dentre as atividades descritas neste campo, merece destaque a atuação junto à Comissão de Direitos Humanos, na elaboração de kit constituído de peças necessárias à prática judicial e extrajudicial para auxílio aos Membros do MPSE na promoção da acessibilidade nas comarcas de sua atribuição; - Promoção da acessibilidade nos locais selecionados para votação nas eleições do ano de 2012; - Acompanhamento da instalação de Salas de Recursos nas escolas de todos os Municípios do Estado de Sergipe; - Sugestão de expedição de Recomendação aos Municípios do Estado de Sergipe; - Avaliação do quadro de funcionários da Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB; - Participação em campanha nacional promovida pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais a fim de promover esclarecimentos acerca da realização de empréstimos consignados por pessoa idosa; - Acompanhamento da implantação das Residências Inclusivas e Centros-Dia pelos Municípios do Estado de Sergipe, nos termos do Plano Viver Sem Limites, lançado em novembro de 2012 pelo Governo Federal.	7

Tabela 22- Atividades Desenvolvidas pelo CAOp dos Direitos Humanos

1.1.9.5. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE PROTEÇÃO AO RIO SÃO FRANCISCO E ÀS NASCENTES

O Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes atua como órgão de apoio às Promotorias de Justiça das Comarcas do Rio São Francisco, na defesa do meio-ambiente, objetivando a proteção e revitalização do Rio São Francisco, além de atuar na tutela dos recursos hídricos do Estado de Sergipe.

O CAOp tem participado de todas as atividades referentes à gestão florestal e de recursos hídricos no Estado de Sergipe, a exemplo de: seminários, fiscalizações, reuniões dos comitês de Bacia dos Rios Japaratuba e Sergipe, reunião da Câmara Consultiva Regional do Rio São Francisco e outras ações, destacadas nas tabelas seguintes:

Iniciativas - CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes	
Ofícios Expedidos	355
Participações em Reuniões ou Encontros: - Reunião de planejamento no mês de setembro, para fiscalização dos recursos hídricos, com o Superintendente de Recursos Hídricos de Sergipe; - Participação nas reuniões dos Comitês da Bacia do Rio São Francisco, Japaratuba, Piauí e Sergipe.	21
Audiências Públicas	10
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial: Medidas a serem adotadas para assegurar a revitalização e proteção da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.	5
Outras Atividades de Apoio: - Fiscalização e inspeções das nascentes; - Fiscalização e inspeções da Bacia do Rio São Francisco; - Inspeções em áreas degradadas; - Ações para recuperação ambiental de áreas degradadas; - Levantamento da situação florestal do Estado de Sergipe.	20

Tabela 23 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp da Bacia do Rio São Francisco e Nascentes

CAOp da Bacia do Rio São Francisco e Nascentes			
Participação em Seminários, Congressos, Palestras e Outros Eventos Externos			
Tipo do Evento	Nome do Evento	Período de Realização	Local
Congresso	Congresso da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente - ABRAMPA - Temática ambiental voltada para a Lei Complementar 140/2011.	Abr/2012	Brasília
Outros Eventos Externos	PAN Cavernas do São Francisco (CECAV) 1) Dar conhecimento sobre as etapas de implementação do Plano e reafirmar os compromissos para a execução das ações, buscando a sensibilização dos tomadores de decisão, assim como a participação de novos colaboradores; 2) Apresentar minuta de instrumento legal para estabelecer compromisso entre o CECAV/Instituto Chico Mendes e as Instituições parceiras.	30/08/2012	Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais do Estado de Sergipe - CODISE

Tabela 24 - Participação do CAOp da Bacia do Rio São Francisco e Nascentes em Eventos

CAOp da Bacia do Rio São Francisco e Nascentes		
Eventos Promovidos pelo CAOp		
Tipo do Evento	Nome do Evento	Período de Realização
Palestra	Plano Estadual de Recursos Hídrico - Palestrante: João Carlos Santos da Rocha (Diretor da SRH/SEMARH).	12/11/2012
Palestra	Política Estadual de Resíduos Sólidos - Palestrante: Genival Nunes Silva (Secretário de Estado do Meio Ambiente).	19/11/2012
Palestra	Projeto Águas de Sergipe - Palestrante: Ailton Francisco da Rocha (Superintendente de Recursos Hídricos da SEMARH).	26/11/2012

Tabela 25 - Eventos Promovidos pelo CAOp da Bacia do Rio São Francisco e Nascentes

1.1.9.6. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ao Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública compete exercer suas atribuições em questões agrárias, no controle externo da atividade policial e no sistema prisional.

A seguir, as principais ações desenvolvidas pelo CAOp no ano em foco:

Iniciativas - CAOp de Segurança Pública	
Ofícios Expedidos	298
Participações em Reuniões ou Encontros: Prevenção e repressão ao uso e tráfico de substâncias entorpecentes e aprimoramento do controle externo da atividade policial.	3
Audiências Públicas: Referente ao Pré-Caju, Cavalgadas, Forró Caju e Fiscalização em Casas de <i>Show</i>.	8
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial: - Para a localização de endereços e identificação da existência de empresas Ativa ou Inativas; - Sobre como fazer levantamentos de sociedade empresarial, objetivando atender solicitações de Promotorias que estão com Procedimentos Administrativos em andamento.	80
Outras Atividades de Apoio: - Participação no Censo Social e Projeto MP Itinerante - Ônibus da Cidadania; - Participação na extinção da "Feira das Trocas"; - Estruturação da polícia científica de Sergipe; - Término da permissão da remuneração de agentes policiais, diretamente pelos organizadores de eventos; - Visitas a delegacias constatando a superlotação nas carceragens; - Suspensão de "eventos privados" como forma de preservação da Segurança Pública.	30

Tabela 26 – Atividades Desenvolvidas pelo CAOp de Segurança Pública

1.1.9.7. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO TERCEIRO SETOR

O Artigo nº 14, da Resolução nº 007/2011-CPJ, publicada em de 21 de julho de 2011, define como atribuição do órgão o controle e a fiscalização de entidades do Terceiro Setor no âmbito estatal.

Os trabalhos realizados pelo CAOp estão destacados nas duas tabelas seguintes:

Iniciativas - CAOp do Terceiro Setor	
Ofícios Expedidos: Agendamento de reuniões, envio de documentos (Peças da Promotoria) e investigação de entidades do interior – Programa Carta de Crédito.	78
Participações em Reuniões ou Encontros: - Participação do Centro de Apoio no Seminário Direção de Orçamento na Aplicação de Recursos – DOAR; - Reuniões objetivando a confecção de módulo contendo peças jurídicas referentes ao Terceiro Setor para facilitar a fiscalização por parte dos Promotores das outras Comarcas.	16
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial	145
Outras Atividades de Apoio: - Solicitação de números de convênios firmados entre as entidades do Terceiro Setor e as Secretarias de Estado e do Município; - Cadastro das entidades não governamentais; - Averiguação de entidades não governamentais.	236

Tabela 27 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp do Terceiro Setor

CAOp do Terceiro Setor			
Participação em Seminários, Congressos, Palestras e Outros Eventos Externos			
Tipo do Evento	Nome do Evento	Período de Realização	Local
Seminário	Seminário Direção de Orçamento na Aplicação de Recursos – DOAR * Palestra proferida por Dra. Ana Paula Machado Costa Meneses, Promotora de Justiça do Terceiro Setor, sobre o trabalho de fiscalização realizado na Promotoria do Terceiro Setor; * Lançamento de cartilha sobre prestação de contas de fundações e entidades de interesse social, resultado do convênio de cooperação técnica entre o Conselho Federal de Contabilidade, a Fundação Brasileira de Contabilidade e a Academia Brasileira de Ciências Contábeis; * O Seminário DOAR proporcionou a permuta de informações entre os órgãos contábeis e o MPSE, de forma a facilitar e enriquecer a forma de fiscalização de entidades do Terceiro Setor pelo Órgão Ministerial.	12/7/2012	Auditório do CRCSE

Tabela 28 - Participação do CAOp do Terceiro Setor em Eventos

1.1.9.8. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO, PATRIMÔNIO SOCIAL E CULTURAL

Ao Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural compete exercer suas atribuições na área de defesa do meio ambiente, urbanismo, patrimônio histórico e cultural, bens de valor turístico, estético e paisagístico.

As atividades desse CAOp que mais se destacaram durante o exercício de 2012 são apresentadas na tabela a seguir:

Iniciativas - CAOp do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural	
Ofícios Expedidos	585
Participações em Reuniões ou Encontros: - Reuniões com os Membros da Comissão de Meio Ambiente do Planejamento Estratégico de Ações do Ministério Público, visando dar cumprimento à meta traçada no Plano Setorial 01; - Reuniões com os Promotores de Justiça com atribuição na curadoria do Meio Ambiente Urbanismo, visando à apresentação do trabalho a ser desenvolvido pela Comissão e à conscientização da necessidade de atuação das citadas Unidades; - Reuniões na Secretaria Estadual Desenvolvimento Urbano, visando à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico; - Reuniões na Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano, visando à elaboração do Plano Regional de Saneamento Básico, que contempla os Municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros, Malhado dos Bois e São Cristóvão; - Reunião com a Associação Sergipana de Supermercados e PROCON, a fim de tratar da possibilidade de substituição das sacolas plásticas nos supermercados desta Capital; - Reuniões com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, visando à celebração de convênio que possibilite a prestação de auxílio por parte deste Conselho através da realização de perícias técnicas; - Reunião com o IBAMA/SE, a fim de tratar da celebração de convênio que permita o acesso do Ministério Público ao Sistema Linha Verde de Ouvidoria - SISLIV.	8
Pesquisa Doutrinária e Jurisprudencial: - Junto aos Centros de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo de outros Estados, visando à obtenção de modelos de Ações Cíveis Públicas envolvendo: - Irregularidades no funcionamento de cemitérios; - Queima da palha de cana-de-açúcar.	2
Audiências Públicas: Tratativas para a implementação do Programa de Regionalização do Abate Sergipano de carne bovina, caprina, ovina e suína.	6
Denúncias de Crimes Ambientais Concluídas	111
Denúncias de Crimes Ambientais em Andamento	49
Denúncias de Crimes Ambientais Encaminhadas às Promotorias	51
Denúncias de Crimes Ambientais Recebidas	160
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial: - Confecção de Modelo de Termo de Ajustamento de Conduta a ser firmado entre o Ministério Público, através das Promotorias de Justiça, e a Polícia Rodoviária Federal, visando à contenção da circulação irregular de animais nas Rodovias Federal e Estaduais; - Confecção de modelo de Temo de Ajustamento de Conduta a ser firmado com os gestores municipais, através das Promotorias com atribuição, visando à adequada prestação dos serviços de esgotamento sanitário no Estado; - Confecção de modelos de ofícios e portaria visando instrumentalizar as Promotorias de Justiça para a instauração de procedimento extrajudicial, a fim de dar cumprimento ao Planejamento Estratégico de Ações do Ministério Público.	3
Outras Atividades de Apoio: - Intermediado por este Órgão Auxiliar, fora firmado, no dia 26/11/2012, Termo de Ajustamento de Conduta entre a Promotoria de Justiça da Comarca de Capela, a Polícia Rodoviária Federal, mediante a 20ª Superintendência, e o Município de Capela, visando, por meio de colaboração mútua, conter a circulação irregular de animais nas Rodovias Federal e Estaduais que cortam aquela Municipalidade; - Intermediação na celebração de convênio com o IBAMA/SE; - Intermediação na celebração de convênio com o CREA/SE; - Intermediação na celebração de convênio com o CAU/SE; - Intervenção junto ao Poder Legislativo visando à elaboração de Projeto de Lei que declare a memória de "Zé Peixe" patrimônio histórico e cultural do Estado; - Participação na Implementação do Programa de Regionalização do Abate Sergipano de carne bovina, caprina, ovina e suína; - Tratativas voltadas à celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com a Associação Sergipana de Supermercados a fim de conter a utilização de sacolas plásticas no Estado.	7

Tabela 29 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp do Meio Ambiente e Urbanismo

CAOp do Meio Ambiente e Urbanismo			
Participação em Seminários, Congressos, Palestras e Outros Eventos Externos			
Tipo do Evento	Nome do Evento	Período de Realização	Local
Congresso	Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, no Rio de Janeiro - Importante fórum de discussões do Ministério Público Brasileiro do Meio Ambiente dedicado ao debate da atuação ministerial, do papel do Poder Judiciário, da legislação ambiental, das técnicas de negociação e do desenvolvimento sustentável.	18 a 21/04/2012	Rio de Janeiro/RJ
Congresso	3º Encontro Regional do Evento Ministério Público – Ação Nacional - De iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público, que visa difundir o Banco Nacional de Projetos, o evento pretende incentivar e compartilhar o conhecimento e as boas práticas que já estão sendo desenvolvidas institucionalmente, dentro dos ramos do Ministério Público, compreendendo, assim, questões relacionadas ao Meio Ambiente e a Ordem Urbanística.	18 a 19/10/2012	Maceió/AL

Tabela 30 - Participação do CAOp do Meio Ambiente e Urbanismo em Eventos

1.1.9.9. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS À EDUCAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação é um órgão auxiliar da 6ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, especializada na defesa dos direitos à educação e das demais Promotorias de Justiça do Estado de Sergipe, com atribuição de promoção, proteção e defesa dos direitos à educação.

São contribuições do Centro de Apoio Operacional:

- Estímulo à integração e o intercâmbio entre as Promotorias que atuam na área da educação;
- Remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à educação;
- Intercâmbio permanente com entidades, órgãos públicos ou privados que atuem na educação, dentre outros.

Na tabela a seguir, as principais atividades desempenhadas por esse Centro de Apoio, durante o ano de 2012:

Iniciativas - CAOp dos Direitos à Educação	
Ofícios Expedidos	172
Participações em Reuniões ou Encontros	51
Audiências Públicas: Programa de Apoio ao Estudo (PAE) - Em todo o ano de 2012 foram feitas diversas audiências, firmados Termos de Cooperação Técnica e convocados diversos empresários para aderirem ao programa.	30
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial: - Destinados à Promotoria de Justiça dos Direitos à Educação da Comarca de Aracaju: - Merenda escolar; - Transporte escolar; - Acumulação irregular de cargos públicos; - Contratação temporária de professores e servidores na área de Educação; - Normas e procedimentos relativos a concursos públicos; - Procedimentos licitatórios; - Aplicação e fiscalização dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; - Composição dos CEACS/FUNDEB; - Improbidade administrativa na aplicação das verbas destinadas à educação; - Sistemas de combate e prevenção de incêndio e pânico nas unidades de ensino; - Data limite para ingresso do aluno na educação infantil e ensino fundamental; - Necessidade das folhas de pagamentos dos profissionais da educação serem disponibilizadas de acordo com a Lei 11.494/2007 (Lei que regulamenta o FUNDEB) e com a resolução nº 243/2007 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe; - Destinados às Promotorias do Interior: - Material sobre sistemas de combate e prevenção de incêndio e pânico; - Modelos de Ação Civil Pública sobre reforma nas escolas para adequação das irregularidades detectadas pela Vigilância Sanitária, como atividade do Planejamento Estratégico; - Encaminhamento do Ofício Circular 381/2012 às Promotorias do Interior de todo o Estado com a finalidade de coibir a atuação de escolas que ofertam ensino à comunidade sem estarem autorizadas pelo Conselho Estadual da Educação; - Ofício circular a todos os Promotores de Justiça do interior do Estado de Sergipe, colocando o Centro de Apoio Operacional à disposição para a implantação da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente - FICAI nos municípios que ainda não tenham implantado o referido programa; - Material sobre merenda escolar; - Material sobre transporte escolar; - Geral: - Cópia do Termo de Ajustamento de Conduta e aditivos firmados pelo Ministério Público do Estado de Sergipe para a execução do Projeto do Centro Educacional Vitória de Santa Maria para a Promotoria de Campo Grande/MS; - Encaminhamento do relatório de rotinas, com diversos modelos de peças na área Educação, para a Promotoria de Pernambuco e para os integrantes da Comissão Do Planejamento Estratégico - Setor Educação; - Ofício circular denunciando irregularidades na contratação de professores.	50
Outras Atividades de Apoio: Programa de Apoio ao Estudo - PAE - Instituído com o objetivo de estimular os alunos da rede pública de ensino a aprimorarem os seus conhecimentos acadêmicos, tendo em vista que poderão ser selecionados para o exercício de atividade de estágio ou profissional junto às entidades públicas e privadas; Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente - FICAI - Diligenciar o retorno do aluno faltoso à sala de aula, quando este se ausentar da escola, sem qualquer justificativa, durante período razoável; Censo Educacional - Realizado periodicamente nos bairros de Aracaju e Municípios de Sergipe, em atuação conjunta com a Secretaria Estadual de Educação, com o objetivo de coletar dados acerca do número de crianças e adolescentes fora das salas de aula; Projeto de Construção do Centro Educacional Vitória da Sagrada Família - Realização de diversas atividades como reuniões e audiências públicas com o escopo de viabilizar a construção e implantação do Centro Educacional Vitória da Sagrada Família.	30

Tabela 31 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp dos Direitos da Educação

CAOp dos Direitos à Educação			
Participação em Seminários, Congressos, Palestras e Outros Eventos Externos			
Tipo	Nome do Evento	Período de Realização	Local
Outros Eventos Externos	1ª Reunião Ordinária de 2012 do Grupo Nacional de Direitos Humanos GNDH/CNPG - Ocorreu reunião extraordinária da COPEDUC, na qual foram discutidos aspectos dos seguintes tópicos: * Plano Nacional do Ministério Público na Defesa do Direito Humano à Educação; * Juridicização de Conflitos; * Atuação do MP na área da educação, dentre os quais concurso nacional do magistério e a elaboração de cartilha de alimentação escolar.	26 a 28/03/2012	Rio de Janeiro
Palestra	Palestra na Associação Brasileira de Recursos Humanos - Palestra sobre o Censo Educacional no Estado de Sergipe	25/4/12	Aracaju
Outros Eventos Externos	Reunião Ordinária do GNDH - Evento da Comissão Permanente da Educação - COPEDUC e Reunião para Tratar da Elaboração do Plano Nacional da Educação - Ocorreu reunião extraordinária da COPEDUC, que abordou os seguintes tópicos: * Aspectos do Plano Nacional do Ministério Público na Defesa do Direito Humano à Educação; * Efetividade das Políticas Públicas da Educação; * Estudos acerca do Corte Erário.	13 a 15/06/2012	Salvador
Outros Eventos Externos	3ª Reunião Ordinária de 2012 do Grupo Nacional de Direitos Humanos GNDH/CNPG - Nesta reunião foram discutidos: * Os convênios que são realizados com os municípios, cujo objeto principal diz respeito a educação infantil; * A campanha contra a violência, através do <i>slogan</i> "Conte até 10, a raiva passa, a vida fica"; * Os investimentos que são feitos no Ensino Médio.	17 a 19/09/2012	Belo Horizonte
Outros Eventos Externos	4ª Reunião Ordinária de 2012 do Grupo Nacional de Direitos Humanos GNDH/CNPG-COPEDUC - Ocorreu reunião da COPEDUC, abordando: * Eleições de Coordenador, Vice-Coordenador e Secretário; * Sugestão de serem realizadas palestras sobre o combate ao uso de drogas nas escolas públicas e particulares; * Debate sobre o Pró-Jovem Urbano, programa que atende jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, que não concluíram o ensino fundamental.	5 a 7/11/2012	Canela – Rio Grande do Sul

Tabela 32 - Participação do CAOp dos Direitos à Educação em Eventos

CAOp dos Direitos à Educação		
Eventos Promovidos pelo CAOp		
Nome do Evento	Período de Realização	Local
Pós-Censo Educacional de Maruim	10/2/2012	Colégio Estadual Dr. Alcides Pereira Maruim/SE.
Censo Educacional no Bairro Jardim Centenário	16/3/12	Escola Estadual Jornalista Paulo Costa Aracaju/SE.
Censo Educacional nos Povoados Mosqueiro e Areia Branca	17/8/12	Escola Municipal Prof. Florentino Menezes Aracaju/SE.
Pós-Censo nos Povoados Mosqueiro e Areia Branca	7/12/12	Escola Municipal Prof. Florentino Menezes Aracaju/SE.
Pós-Censo Educacional no Bairro Jardim Centenário	27/12/12	Escola Estadual Jornalista Paulo Costa-Aracaju/SE.

Tabela 33 - Eventos Promovidos pelo CAOp dos Direitos à Educação

1.1.9.10. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS À SAÚDE

Compete ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde as atribuições de promoção, proteção e defesa dos direitos à saúde.

Os principais trabalhos realizados por esse CAOp em 2012 foram os seguintes:

Iniciativas - CAOp dos Direitos à Saúde	
Ofícios Expedidos	264
Participações em Reuniões ou Encontros: - Reunião do Planejamento Estratégico Plurianual do MPSE para implementação do Plano Setorial para a Saúde: Reestruturação Física de Hospitais, Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Pronto-Atendimento; - Reunião com Curadores da Saúde dos Municípios de Estância, Lagarto, Itabaiana, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro e Propriá, para tratar dos Hospitais Regionais; - I Reunião Ordinária de 2012, da Comissão Permanente de Defesa da Saúde - COPEDS, do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais - GNDH/CNPG, na cidade do Rio de Janeiro/RJ; - Reunião para tratar da reestruturação física dos Hospitais de Pequeno Porte e Unidades de Pronto Atendimento nos municípios de Ribeirópolis, São Cristóvão, Capela, Neópolis, Poço Redondo, Canindé do São Francisco, Porto da Folha, Tobias Barreto, Boquim e Simão Dias; - II Reunião Ordinária de 2012 da Comissão Permanente de Defesa da Saúde - COPEDS, do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais - GNDH/CNPG, na cidade de Salvador/BA; - Reunião com Curadores da Saúde de Municípios que possuem Unidades de Atenção Básica; - III Reunião Ordinária de 2012, da Comissão Permanente de Defesa da Saúde - COPEDS, do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais - GNDH/CNPG, na cidade de Belo Horizonte/MG; - Reunião para tratar da implementação do Plano Setorial para a Saúde do Planejamento Estratégico Plurianual do MPSE - Reestruturação física de Hospitais, Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Pronto-Atendimento.	8
Audiências Públicas: - Fornecimento de medicamentos psicotrópicos aos pacientes em unidades prisionais e sobre o Plano Operativo Estadual de Saúde Prisional; - Matadouros no interior do Estado de Sergipe, com vistas à implantação de rede regionalizada; - Assistência à saúde da população carcerária e revisão do Plano Operativo de Saúde no Sistema Prisional do Estado de Sergipe.	7
Inspecções Realizadas	1
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial: - Modelo de Ação Civil Pública, versando sobre rescisão de contrato; - Ofício contendo determinações dos teores de fluoreto na água de abastecimento público; - Relação das principais normas do Sistema Único de Saúde; - Exemplar do Relatório Final nº 02/2011, da Subcomissão Temporária, da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, destinada a analisar e propor soluções para o problema do consumo de álcool e de drogas psicoativas pela população brasileira; - Plano Diretor de Regionalização - PDR, Programação Pactuada Integrada - PPI e Contrato de Ação Pública - CAP, pactuados no Estado de Sergipe; - Material referente à Hanseníase e Direitos Humanos - Direitos e Deveres dos Usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, oriundo do Ministério da Saúde; - Material referente a Orientações para Conselheiros de Saúde, produzido pelo Tribunal de Contas da União; - Legislação sobre oncologia no Sistema Único de Saúde; - Legislação atualizada sobre urgência e emergência no Sistema único de Saúde - SUS; - Enunciados aprovados pelo Comitê Executivo de Monitoramento das Ações de Saúde - CEMAS, acerca da temática judicialização da saúde; - Enunciados aprovados pela Comissão Permanente de Defesa da Saúde - COPEDS, sobre a terceirização de ações e serviços de saúde no SUS; - Roteiro de atuação e material de apoio produzidos pela Comissão Permanente de Defesa da Saúde - COPEDS e aprovados em sessão plenária do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH, do qual faz parte a referida Comissão, tendo por objetivo o conhecimento da realidade da atenção pré-natal, obstétrica, puerperal e neonatal prestada no âmbito de cada município e a adequação dessa atenção aos parâmetros preconizados na legislação vigente; - Arquivo eletrônico da petição inicial da ação civil pública nº 201210301763, ajuizada pela Promotoria dos Direitos à Saúde de Aracaju, a fim de que, respeitada a independência funcional do Promotor, fosse analisada a eventual necessidade e adequação da adoção de medidas semelhantes na unidade hospitalar sob a gestão da Fundação Hospitalar de Saúde, acaso existente na Comarca, para garantia do direito à saúde dos usuários do SUS; - Termo de Cooperação Técnica nº 44/2012, firmado entre o Tribunal de Justiça de Sergipe, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Secretaria de Estado de Saúde de Sergipe e o Ministério Público de Sergipe, visando à criação de um banco de peritos, não oficiais, médicos, servidores públicos estaduais, ocupantes de cargos de provimento efetivo, indicados pela Secretaria de Estado da Saúde que atuarão na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, nos feitos que envolvam violência sexual às crianças e adolescentes.	14

Outras Atividades de Apoio: - Participação no Projeto MP Itinerante, realizado na cidade de Carira/SE; - Participação no Pré-Censo e Censo Social dos bairros Areia Branca e Mosqueiro, Município de Aracaju; - Arquivamento de representação formalizada pelo SINDIMED, SINDIFARMA, SINTASA, SINTRAFA, SINTELAB, CUT SINODONTO, SINPSI, SINDASSE e SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO SAMU, cujo teor faz menção à não aprovação de proposta do Governo do Estado de Sergipe quanto ao plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV; - Participação no Curso para Utilização do Sistema de Auditoria Pública-SISAP, realizado na Escola de Contas do TCE; - Participação, como debatedor, no I Curso para Gestores Municipais de Saúde no Contexto Interfederativo do SUS Sergipe; - Participação no Curso Semipresencial de Direito Sanitário para Membros do Ministério Público da União, ocorrido em Brasília/DF, na Escola Superior do Ministério Público da União.	50
---	-----------

Tabela 34 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp dos Direitos à Saúde

CAOp dos Direitos à Saúde			
Participação em Seminários, Congressos, Palestras e Outros Eventos Externos			
Tipo do Evento	Nome do Evento	Período de Realização	Local
Outros Eventos Externos	Pré- Censo Social - Evento promovido pelo Ministério Público de Sergipe, realizado na Escola Municipal Florentino Menezes.	10/08/12	Aracaju-SE
Outros Eventos Externos	Censo Social - Evento promovido pelo Ministério Público de Sergipe, realizado na Escola Municipal Florentino Menezes.	17/08/12	Aracaju-SE
Outros Eventos Externos	118º Assembleia Geral Ordinária - Evento corresponde ao PMAQ – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica.	11/10/12	Aracaju/SE
Outros Eventos Externos	I Curso para Gestores Municipais de Saúde no Contexto Interfederativo do SUS.	26/10/12	SEST-SENAT, Aracaju/SE
Outros Eventos Externos	Curso presencial de Direito Sanitário para Membros do Ministério Público da União.	03 e 04/12/12	Brasília-DF
Outros Eventos Externos	Curso presencial de Direito Sanitário para Membros do Ministério Público da União.	03 e 04/12/12	Brasília-DF

Tabela 35 - Participação do CAOp dos Diretos à Saúde em Eventos

1.1.9.11. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher atua no acompanhamento da implementação de políticas públicas de promoção da igualdade, especificamente na conscientização sobre os efeitos pessoais e sociais negativos da violência contra a mulher e no reconhecimento dos seus direitos e garantias.

Dentre as principais atividades realizadas pelo CAOp dos Direitos da Mulher, no ano em tela, destacam-se as seguintes:

Ofícios Expedidos:

- Convite para participação no Censo Social no bairro Matadouro;
- Realização de reunião do Plano Estratégico Plurianual de Ação do Ministério Público;
- Solicitação de informações sobre programa de reeducação e reabilitação para homens agressores;
- Disponibilização de informações à Corregedoria-Geral do Ministério Público de Sergipe;
- Solicitação de informações ao Secretário de Saúde;
- Solicitação de viabilização de parceria com a DESO;
- Solicitação de viabilização de parceria com a Energisa;
- Solicitação de deferimento para participar da reunião do GNDH;
- Solicitação do protocolo de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual à Coordenadora da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes;
- Convite aos órgãos para participar do Censo Social no povoado Areia Branca;
- Apresentação de relatório de atuação no Censo Social;
- Encaminhamento, aos Promotores de Justiça dos interiores, do protocolo de atendimento às vítimas de violência sexual em Sergipe;
- Solicitação de agendamento de visita ao abrigo Núbia Marques;
- Solicitação de orçamento para confecção de cartilha;
- Encaminhamento de vítima de violência doméstica à Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis - DAGV;
- Firmação de Termo de Cooperação com a Secretária de Educação do Estado de Sergipe.

60

Participações em Reuniões ou Encontros:

- Participação em reuniões da Câmara Técnica Estadual de enfrentamento à violência contra a mulher;
- Participação em encontros no Tribunal de Justiça de Sergipe, visando à criação de um Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Estado de Sergipe;
- Reunião com o Secretário Estadual da Educação e a Diretora da DEA (Secretaria Estadual de Educação), no intuito de buscar parceria em projeto de divulgação, nas escolas públicas do Estado, de Campanha de combate à violência doméstica.

6

Audiências Públicas:

- No dia 14 de maio, foi realizada audiência na Secretaria de Segurança Pública para discutir acerca do atendimento à mulher vítima de violência sexual e propor à Procuradoria-Geral do Estado - PGE a emissão de novo parecer acerca da viabilidade jurídica de se capacitar médicos para elaborar o laudo pericial junto à Maternidade Nossa Senhora de Lourdes. Na sequência, foi realizada audiência com a Secretária de Ação Social, representantes da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Secretaria de Segurança Pública, da Secretaria Estadual da Saúde, do Instituto Médico Legal - IML, da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, da Secretaria Estadual de Educação e Procuradoria-Geral do Estado, quando foi definido que os médicos que atuam junto ao Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes vão participar de curso de capacitação, para que possam elaborar o laudo pericial. As iniciativas têm o intuito de evitar que as vítimas tenham que comparecer em dois locais de atendimento, o IML e a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, além de permitir que a mesma receba um atendimento diferenciado.

1

Visitas Realizadas

- Visita ao Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis - DAGV.

4

Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial:

- Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres;
- Lei Maria da Penha;
- 5 Anos da Lei Maria da Penha – Proteção e segurança que mudam a vida das mulheres;
- Prevenção do câncer de mama;
- Rede de atendimento às mulheres;
- Lei Maria da Penha coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher;
- Cartilha de orientação para criação e implementação de conselhos municipais dos direitos da mulher;
- Ligue 180;
- Cartilha Lei Maria da Penha e direitos da mulher;
- Prevenção do câncer do colo do útero.

350

Outras Atividades de Apoio: - Realização de campanhas educativas com foco na prevenção; - Levantamento das redes de proteção da mulher vítima de violência doméstica familiar em todo o Estado; - Promoção de palestras em algumas Comarcas do Estado, direcionadas às mulheres; - Atuação na Comissão Permanente de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID) do Grupo Nacional dos Direitos Humanos (GNDH); - Elaboração de cartilha com informações para quem busca o auxílio do Estado diante de agressões sofridas; - Confeccção do manual de rotinas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher; - Cadastramento das vítimas de violência doméstica, visando traçar um quadro dos casos em que o Ministério Público atua, além da criação de um banco de informações que possibilite a realização de avaliações estatísticas sobre o enfrentamento da violência doméstica no Estado; - Veiculação de campanha nas contas de água e energia; - Levantamento de informações sobre as políticas voltadas à saúde da mulher disponíveis no Estado de Sergipe; - Pesquisa sobre a existência de programa de reeducação e reabilitação para homens agressores nos municípios do estado de Sergipe.	9
--	---

Tabela 36 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp dos Direitos da Mulher

CAOp dos Direitos da Mulher			
Participação em Seminários, Congressos, Palestras e Outros Eventos Externos			
Tipo do Evento	Nome do Evento	Período de Realização	Local
Outros Eventos Externos	I Reunião Ordinária de 2012 do GNDH/CNPG - A COPEVID promoveu o evento com o escopo de tratar de forma padronizada a grave questão da violência doméstica e familiar contra a mulher no país.	27 e 28/03/2012	Rio de Janeiro-RJ
Outros Eventos Externos	II Reunião Ordinária de 2012 do GNDH/CNPG - Grupo de atuação na área de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.	14 e 15/06/2012	Salvador-BA
Seminário	I Capacitação de Profissionais da Rede de Atendimento - Evento que teve como objetivo tornar a rede de atendimento um referencial de qualidade no Estado.	26, 27 e 28/11/2012	Centro de Convenções de Sergipe

Tabela 37 - Participação do CAOp dos Direitos da Mulher em Eventos

CAOp dos Direitos da Mulher			
Eventos Promovidos pelo CAOp			
Tipo	Nome do Evento	Período de Realização	Local
Palestra	Discutindo os Mecanismos de Emancipação da Mulher Sancristovense - Comemoração do aniversário da Lei Maria da Penha.	Março/2012	Câmara Municipal de São Cristóvão
Palestra	Lei Maria da Penha - Palestra proferida para uma associação de mulheres marisqueiras.	Março/2012	Fórum de Nossa Senhora do Socorro
Palestra	Aplicabilidade da Lei Maria da Penha - Palestra proferida na Central Única de Trabalhadores de Sergipe.	Março/2012	Bairro Cirurgia Aracaju
Palestra	A Violência Doméstica Contra a Mulher - Palestra proferida para as mulheres no posto de saúde.	Junho/2012	Bairro Atalaia Aracaju

Tabela 38 - Eventos Promovidos pelo CAOp dos Direitos da Mulher nos municípios do Estado de Sergipe



1.1.10. ÁREA ADMINISTRATIVA

A Área Administrativa do Ministério Público de Sergipe é composta por Diretorias, Divisões, pela Coordenação de Evolução Humana, Ética e Espiritualidade e pelo Gabinete de Segurança Institucional – GSI. As Divisões, por sua vez, podem ser divididas em Núcleos.

Área meio da Instituição, auxilia na realização de suas atividades finalísticas, estando organizada conforme segue:

Área Administrativa do Ministério Público de Sergipe	
Órgão	Descrição
Assessoria Jurídica	Setor responsável por assessorar juridicamente o Procurador-Geral de Justiça e o Secretário-Geral do Ministério Público no exercício de suas funções administrativas. É composta por 02(duas) Assessorias: · Assessoria de Consultoria de Licitação e Contratos; · Assessoria de Consultoria de Processos Administrativos.
Centro Médico	Órgão responsável pela realização de atendimentos médicos e procedimentos de enfermagem a Membros, Servidores e seus dependentes.
Coordenação de Evolução Humana, Ética e Espiritualidade	Órgão Responsável pela promoção do desenvolvimento de princípios éticos, morais, sociais e espirituais entre os Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe.
Diretoria Administrativa	Responsável pela Direção, Supervisão e Acompanhamento das atividades de suporte administrativo. É composta por 5 (cinco) Divisões:
	· Divisão de Acompanhamento e Controle de Convênios e Contratos;
	· Divisão de Perícia Técnica;
	· Divisão de Material;
	· Divisão de Apoio Administrativo;
	· Divisão de Engenharia e Manutenção;
Diretoria de Recursos Humanos	· Cartório do 1º Grau.
	Setor responsável pela gerência dos Recursos Humanos do Ministério Público de Sergipe. Compreende 4 (quatro) Divisões:
	· Divisão de Gestão de Pessoas – Área Institucional;
	· Divisão de Gestão de Pessoas, Admissão, Avaliação e Movimentação de Servidores;
	· Divisão de Pagamentos e Centro de Custos;
Diretoria Financeira	· Divisão de Controle e Gestão de Estagiários.
	Compreende a gerência das finanças do Ministério Público de Sergipe. É composta pela Divisão Financeira.
Diretoria de Tecnologia da Informação	Compreende a gerência dos recursos tecnológicos do Ministério Público de Sergipe. É constituída de 5 (cinco) Divisões:
	· Divisão de Infraestrutura;
	· Divisão de Projetos e Bancos de Dados;
	· Divisão de Produção de Software;
	· Divisão de Suporte;
	· Divisão de Help Desk.

Tabela 39 - Órgãos Administrativos Vinculados à Secretaria-Geral

Área Administrativa do Ministério Público de Sergipe	
Órgão	Descrição
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil	Setor diretamente vinculado à Procuradoria-Geral de Justiça, com o intuito de auxiliar nas questões relacionadas ao Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil. Compõe-se de 3 (três) Divisões:
	· Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos;
	· Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Estatística;
	· Divisão de Perícia Contábil.
Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos	É responsável pelas atividades de comunicação interna e externa, eventos e cerimonial da Procuradoria-Geral de Justiça.
Divisão de Controle Interno	Tem por finalidade a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncias de receitas.
Gabinete de Segurança Institucional - GSI	Órgão com atribuição para adotar medidas de execução e de assessoramento dos Membros do Ministério Público nos assuntos relativos à segurança institucional.

Tabela 40 - Órgãos Administrativos Vinculados à PGJ

1.2. RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

1.2.1. HUMANOS

O Quadro de Pessoal do Ministério Público é composto por Membros (Procuradores e Promotores de Justiça), Servidores (efetivos, requisitados, comissionados e conveniados), estagiários de nível médio e superior e terceirizados, que desempenham suas funções nas áreas de atendimento direto à população, atividade fim, e na área administrativa do Órgão, atividade meio.

O Ministério Público de Sergipe, ao longo dos anos, vem promovendo o aumento no número de Membros e Servidores Efetivos, através da criação de novos cargos e da realização de concursos públicos para seu preenchimento, com vistas a promover um melhor atendimento à população do Estado.

A tabela abaixo apresenta a comparação entre os anos de 2011 e 2012, com relação ao número de cargos preenchidos na Instituição:

Cargos de Provimento Efetivo	Ocupados	
	2011	2012
Analista do MP – Especialidade Administração	1	0
Analista do MP – Especialidade Ciências Contábeis	3	3
Analista do MP – Especialidade Direito	116	129
Analista do MP – Especialidade Engenharia Civil	1	1
Analista do MP – Especialidade Informática	8	10
Analista do MP – Especialidade Serviço Social	2	2
Cargos de Provimento Efetivo de Nível Básico em Extinção	11	11
Cargos de Provimento Efetivo de Nível Médio em Extinção	34	32
Cargos de Provimento Efetivo de Nível Superior em Extinção	7	6
Técnico do MP – Área Administrativa	103	110
Técnico do MP – Especialidade Manutenção e Suporte de Equipamentos de Informática e Softwares	3	6
TOTAL	289	310

Tabela 41 - Ocupação do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo

O gráfico 13 demonstra a evolução do preenchimento do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Órgão nos últimos 02 (dois) anos:

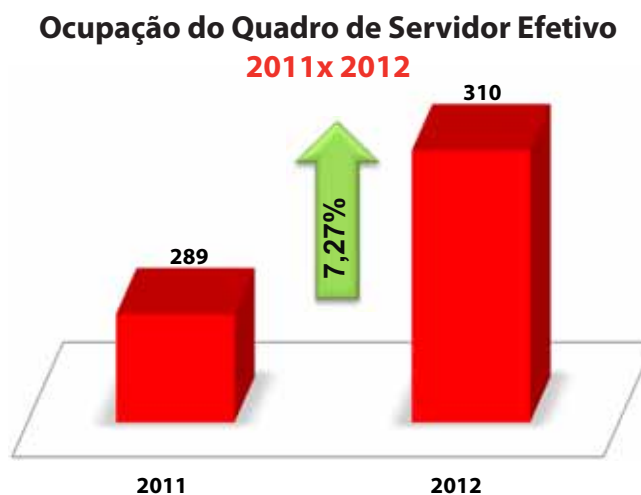


Gráfico 13 - Evolução da Ocupação do Quadro de Pessoal (2011-2012)

Pode-se constatar o aumento na ocupação de cargos de provimento efetivo, em razão das frequentes convocações de Técnicos e Analistas do Ministério Público ocorridas em 2012 e decorrentes de concursos ainda vigentes, realizados em anos anteriores. Esses números confirmam o comprometimento da Administração Superior em prover a Instituição de um quadro de servidores adequado às demandas que lhe são submetidas.

1.2.1.1. NOVOS PROMOTORES DE JUSTIÇA VITALICIADOS

O primeiro grupo de Promotores(as) de Justiça Substitutos(as) aprovados(as) no último concurso para provimento do cargo de Membro do MPSE encerrou, em novembro de 2012, seu período de Estágio Probatório, supervisionado pela Corregedoria-Geral da Instituição.

Durante o exercício de 2012, 09 (nove) Promotores(as) de Justiça empossados em novembro de 2010, realizaram visitas a abrigos, penitenciárias e outras instituições ligadas aos ramos de atuação do Ministério Público, tendo participado ainda de palestras e cursos direcionados a esta carreira jurídica.

O acompanhamento do Estágio Probatório por parte da Corregedoria-Geral, materializado através do Relatório Final homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público, visa garantir que o Membro do MP, quando de seu vitaliciamento, esteja apto a exercer seu mister de forma a melhor servir à sociedade.

1.2.1.2. CONVOCAÇÕES DE APROVADOS EM CONCURSOS

Ainda em vigor os concursos realizados nos anos de 2008 e 2010, para provimento de cargos do Quadro Permanente de Pessoal do Ministério Público, durante 2012, houve a convocação de 115 (cento e quinze) candidatos para os cargos de Técnico e Analista.

Para ingresso de Promotores Substitutos, foram convocados 11 (onze) candidatos no ano em foco.

As convocações possibilitaram o preenchimento imediato das vagas provenientes da rotatividade, consequência de aposentadorias, exonerações e desistências de posse de Membros e Servidores, promoções e remoções de Membros e reloações de Servidores.

1.2.1.3. PRORROGAÇÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS

Tendo em conta o crescente ritmo da atividade do Ministério Público e o gerenciamento da rotatividade de servidores, foram prorrogados os prazos de validade por mais 02 (dois) anos, dos Concursos para provimento de cargos públicos do Quadro Permanente de Pessoal (Edital nº 01/2010) e de Ingresso na Carreira do Ministério de Sergipe (Edital nº 01/2010-PGJ).

Com as prorrogações dos certames, permitiu-se, durante o novo período de validade, manter a margem necessária de candidatos aptos para convocação e preenchimento imediato das vagas ociosas.

1.2.1.4. NOVO CONCURSO

Com o intuito de suprir, futuramente, a necessidade de candidatos aptos para o provimento de cargos públicos do Quadro Permanente de Pessoal, foi designada Comissão Especial destinada à realização de Concurso Público Regionalizado para Cadastro de Reserva e preenchimento imediato de vagas (Portaria nº 1.638/12).

A regionalização permitirá que se façam convocações, tendo presente a peculiaridade e a necessidade de cada região, reduzindo o problema da demanda por mobilidade.

1.2.1.5. ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIOS

Em fevereiro de 2012, foi lançado o Edital nº 001/2012, referente ao Processo Seletivo para Estágio de Nível Médio, obtendo o total de 220 (duzentos e vinte) candidatos inscritos, visando à formação de cadastro de reserva para estágio em unidades administrativas, operacionais e institucionais do Ministério Público em Aracaju.

Para as Promotorias do Interior também houve Processo Seletivo de Estagiários de Nível Médio, em novembro de 2012, objetivando a formação de cadastro de reserva para estágio na Subsede das Promotorias de Justiça da Comarca de Estância.

Concluindo com sucesso o processo, foram admitidos no Ministério Público de Sergipe, durante o ano de 2012, 108 (cento e oito) estagiários, distribuídos nos quadros de Nível Superior (Direito e Outros Cursos) e Nível Médio (Ensino Médio e Fundamental), diante da classificação em Processo Seletivo realizado pelo Órgão.

1.2.1.6. CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO - ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Em 2012, celebraram-se os seguintes Acordos de Cooperação, com a finalidade de oferecer estágio não obrigatório:

Acordos de Cooperação – Estágio Não Obrigatório - 2012			
Concedente	Data	Objetivo	Prazo
Colégio Purificação Ltda.	06/06/2012	Proporcionar estágio aos alunos regularmente matriculados na instituição de ensino, visando a complementação de ensino e da aprendizagem social, profissional e cultural.	04 (quatro) anos
Faculdade Estácio de Sergipe – FASE	18/02/2012	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados na instituição de ensino a realização de estágio não obrigatório, a ser desenvolvido nas dependências da concedente.	05 (cinco) anos
Faculdade José Augusto Vieira	27/07/2012	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados na instituição de ensino a realização de estágio não obrigatório, a ser desenvolvido nas dependências da concedente.	05 (cinco) anos
Faculdade Pio Décimo	15/09/2012	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados na instituição de ensino a realização de estágio não obrigatório, a ser desenvolvido nas dependências da concedente.	05 (cinco) anos
Serviço Social da Indústria – SESI – Departamento Regional do Estado de Sergipe	10/02/2012	Proporcionar estágio aos alunos regularmente matriculados no Centro de Educação do Ensino Fundamental e Médio do SESI “Jair Meneguelli”, visando a complementação de ensino e da aprendizagem social, profissional e cultural.	04 (quatro) anos
Universidade Tiradentes – UNIT	10/02/2012	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados naquela instituição de ensino a realização de estágio não obrigatório, a ser desenvolvido nas dependências da concedente.	05 (cinco) anos

Tabela 42 - Acordos de Cooperação - Estágio Não Obrigatório

1.2.1.7. CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO – ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Com relação ao estágio obrigatório, em 2012, foram celebrados os seguintes Acordos de Cooperação:

Acordos de Cooperação – Estágio Obrigatório - 2012			
Concedente	Data	Objetivo	Prazo
Universidade Federal de Sergipe – UFS	06/07/2012	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados na instituição de ensino a realização de estágio obrigatório, a ser desenvolvido nas dependências da concedente.	03 (três) anos
Universidade Tiradentes – UNIT	01/09/2012	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados na instituição de ensino a realização de estágio obrigatório, a ser desenvolvido nas dependências da concedente.	05 (cinco) anos

Tabela 43 - Acordos de Cooperação - Estágio Obrigatório

1.2.2. ORÇAMENTO

A Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil - DIPLAN, órgão responsável pelo Planejamento Institucional, através de sua Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Estatístico, executou, ainda no ano de 2011, diversas ações com o objetivo de colher o máximo de informações possíveis para elaborar o Orçamento do Ministério Público para 2012.

Tomando-se por base o Plano Plurianual 2012-2015 e os dados coletados dos diversos órgãos da Instituição, contendo a previsão de despesas (materiais, serviços, equipamentos, dentre outros) a serem executadas no ano de 2012, foi possível apresentar ao Poder Executivo, responsável constitucional pela consolidação do Orçamento Estadual, nossa proposta orçamentária.

Considerando as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Governo do Estado de Sergipe em 2011, de forma cautelar, a previsão orçamentária aprovada para o Ministério Público não sofreu grande variação, permanecendo quase inalterada, aplicando-se um percentual mínimo de crescimento, conforme tabela abaixo, que coteja o Orçamento do Estado de Sergipe e o do Ministério Público Estadual:

Crescimento Orçamentário				
Ano	Orçamento Estadual		Orçamento do Ministério Público	
	Autorizado	% Crescimento	Autorizado	% Crescimento
2008	R\$ 4.336.261.661,00	-	R\$ 85.160.000,00	-
2009	R\$ 5.212.610.020,00	20,21%	R\$ 98.220.000,00	15,34%
2010	R\$ 5.337.445.520,00	2,39%	R\$ 98.440.000,00	0,22%
2011	R\$ 6.635.168.886,00	24,31%	R\$ 118.186.100,00	20,06%
2012	R\$ 7.581.872.490,00	14,27%	R\$ 119.051.830,00	0,73%

Tabela 44 - Evolução Orçamentária (2008-2012)

Destaca-se, ainda, que, por não haver percentual constitucional de participação do Órgão no Orçamento do Estado, a exemplo dos Poderes Judiciário e Legislativo e do Tribunal de Contas, o Ministério Público permaneceu à margem de uma maior participação das receitas estaduais, fato que exige planejamento e execução de suas atividades em prol da sociedade.

O gráfico a seguir ratifica a situação exposta no parágrafo anterior, confirmando que os valores aprovados a cada ano não tiveram aumento significativo. Contudo, com a gestão do Órgão voltada para a eficiência dos gastos, foi possível nesses últimos anos ampliar o atendimento ao público, implantando novos projetos, a exemplo do Censo Social e do MP Itinerante, além de promover significativa melhoria na estrutura física da Instituição com a construção da Nova Sede e reformas e ampliação de Subsedes.

Orçamento Estadual x Orçamento do Ministério Público - 2008 a 2012

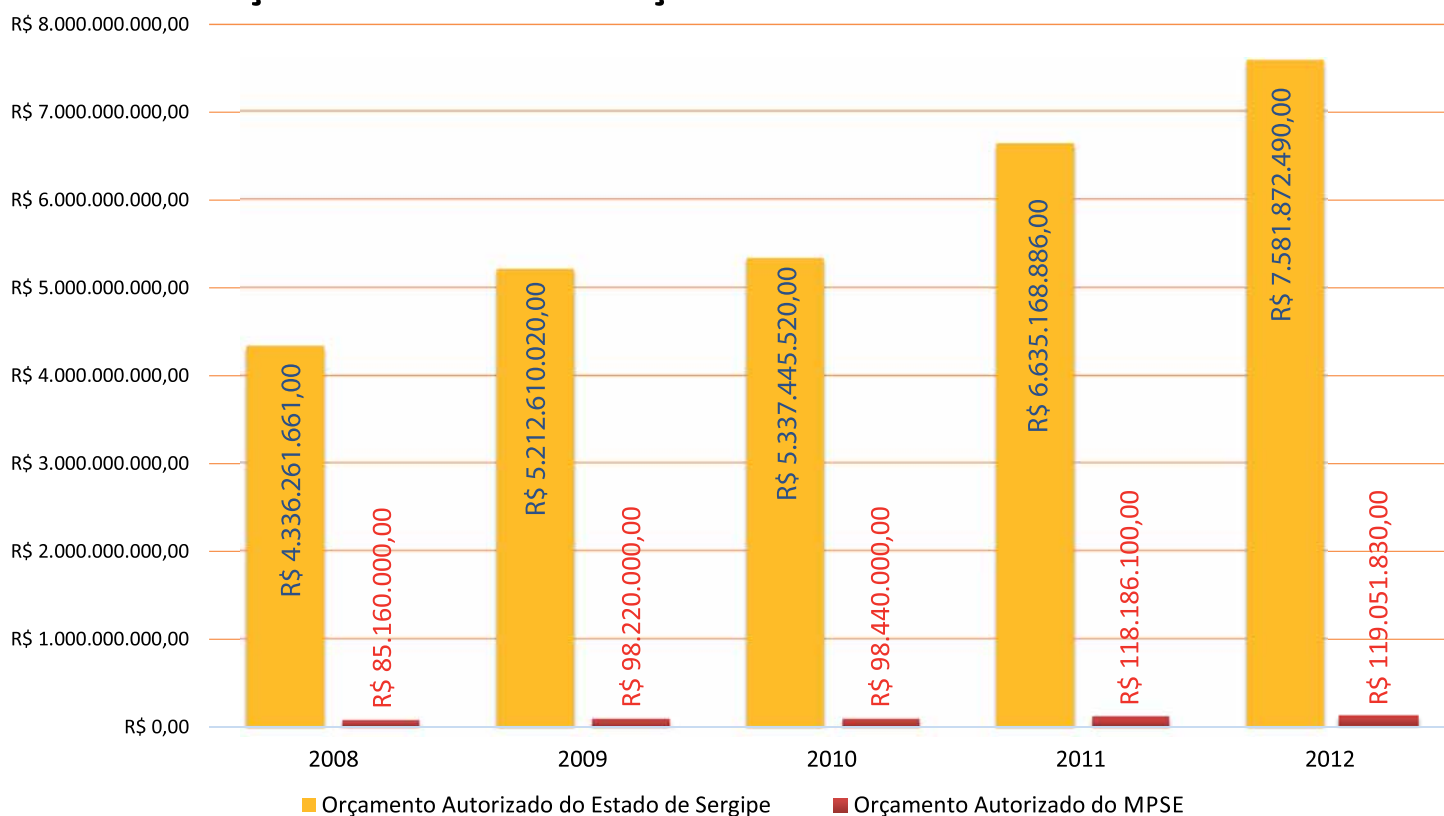


Gráfico 14 - Evolução do Orçamento Estadual e do MPSE

Atendendo criteriosamente às especificidades do Órgão, o orçamento foi segmentado em Ações Orçamentárias e repartido em Grupo de Despesas, conforme gráfico em seguida, de forma a promover melhor distribuição de recursos para o desempenho de suas Atividades e Projetos.

Orçamento Atualizado - 2012 por Grupo de Despesa

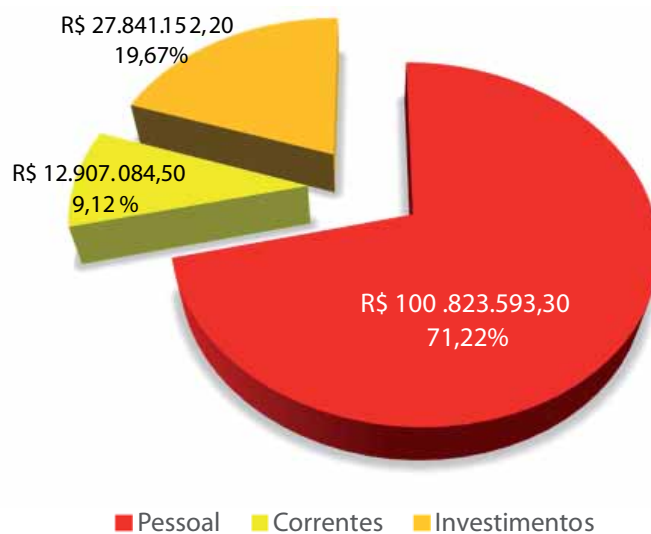


Gráfico 15 - Distribuição Orçamentária do MPSE por Grupo de Despesa

O Grupo de Despesa com Pessoal representa 71,22% (setenta e um inteiros e vinte e dois centésimos por cento) da dotação orçamentária fixada para o Ministério Público de Sergipe, restando, apenas, 28,78% (vinte e oito inteiros e setenta e oito centésimos por cento) para utilização em despesas com investimentos (equipamentos, construção, veículos) e despesas com manutenção (água, energia elétrica, material de consumo, demais serviços).

No decorrer do ano de 2012, a Procuradoria-Geral de Justiça, através de suas Diretorias, tentou minimizar os efeitos causados pela escassez de recursos, promovendo reuniões com o desígnio de ajustar o Orçamento aos compromissos assumidos.

Assim, a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil, em conjunto com a Diretoria Financeira, efetuou diversos estudos sobre a matéria, cuja solução pertinente foi a busca da dotação anulada em 2011, que foi transferida para o ano seguinte, de forma a atender o crescimento das despesas, notadamente aquelas com a construção da Nova Sede e respectiva mudança.

Nesse sentido, foram encaminhados diversos expedientes para o Governo Estadual, além de promovidas diversas reuniões com as Secretarias de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, com o objetivo de conseguir a suplementação das dotações orçamentárias então vigentes. Após muitas tratativas ao longo do ano, as solicitações foram acolhidas, garantido o atendimento às demandas do Órgão.

Encerrado o exercício de 2012, e considerando todas as alterações ocorridas no período, o Orçamento foi executado próximo ao seu montante, conforme demonstrado no gráfico em seguida:

Execução Orçamentária - 2012

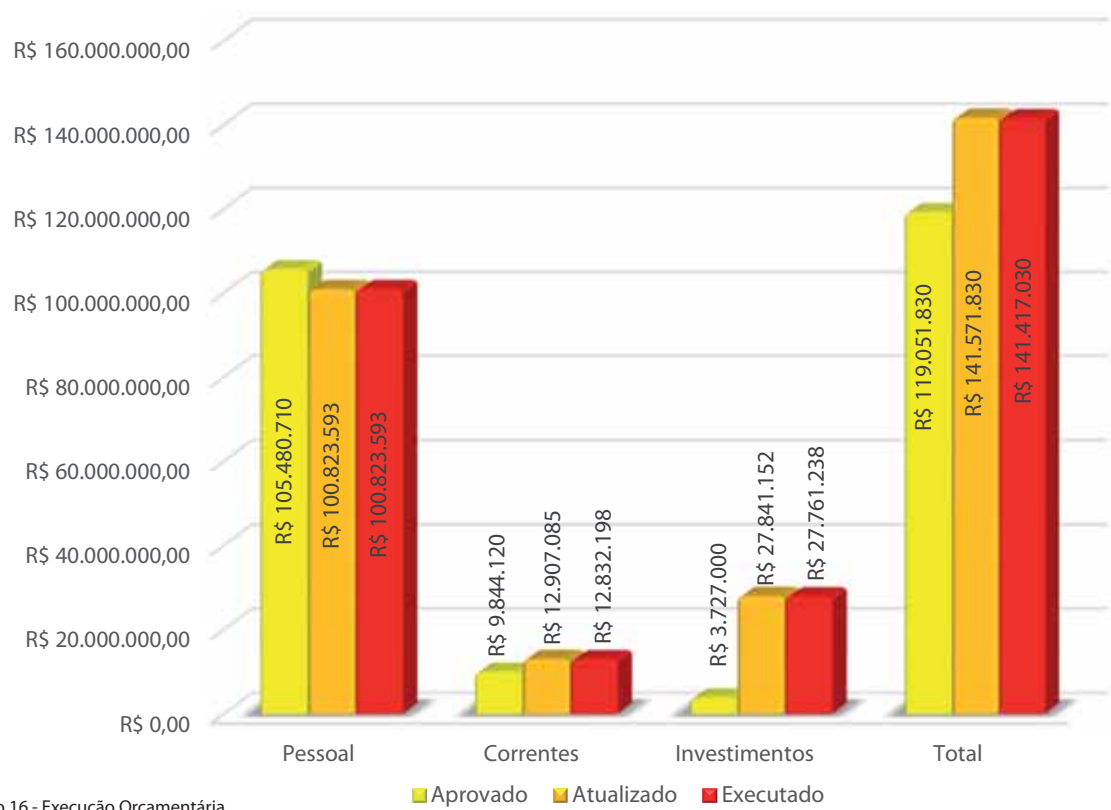


Gráfico 16 - Execução Orçamentária

Os dados apresentados no gráfico nº16 demonstram, ainda, que as movimentações orçamentárias ocasionaram alterações em todos os Grupos de Despesas, havendo redução no de Despesas com Pessoal e crescimento nos de Despesas Correntes e de Investimentos, estes últimos motivados pela conclusão da obra da Nova Sede e respectiva mudança.

Atendendo ao que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (LC 101/2000), em seu art. 20, II, “a”, que trata do limite de despesas de pessoal, o Ministério Público de Sergipe vem, ao longo dos anos, trabalhando arduamente para mantê-lo abaixo do limite prudencial de 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento).

Para acompanhar o atendimento ao limite de 2% (dois por cento) estabelecido pela LRF (art. 55), é apurado, quadrimestralmente, o percentual das Despesas com Pessoal frente à Receita Corrente Líquida - RCL do Estado. Conforme demonstrado no gráfico seguinte, o MPSE alcançou, ao final de 2012, o percentual de **1,74%** (um inteiro e setenta e quatro centésimos por cento), enquadrando-se abaixo do limite prudencial.

Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (101/2000) % Limite de Despesa com Pessoal

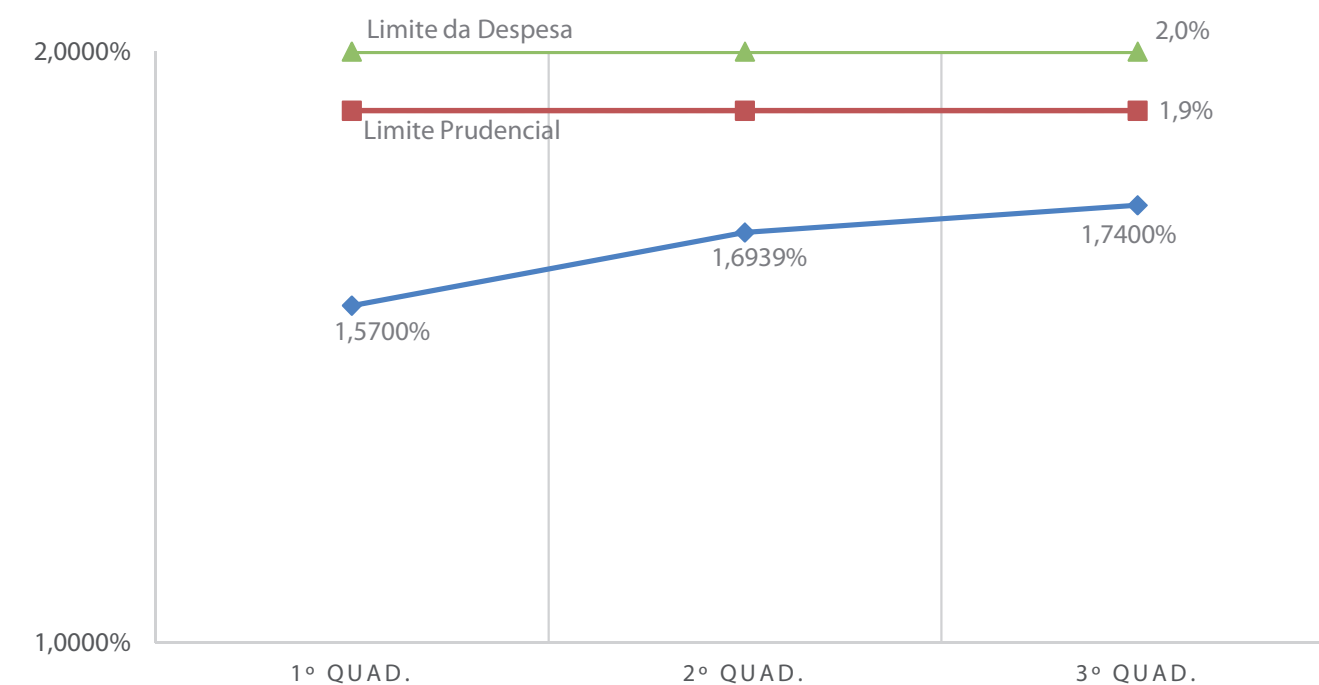


Gráfico 17 - Percentual do Limite de Despesa de Pessoal em 2012

1.2.3. PATRIMÔNIO

Atualmente, são controlados e contabilizados pela Divisão de Patrimônio, subordinada à Diretoria Administrativa, todos os bens móveis e imóveis da Instituição, adquiridos, cedidos e doados.

Durante o ano de 2012 foram adquiridos bens móveis e equipamentos de informática, veículos, livros e instrumentos musicais, dentre outros, no total de 4.291 (Quatro mil e duzentas e noventa e uma) unidades, cujos recursos aplicados resultaram no montante de R\$ **8.390.553,72 (Oito milhões, trezentos e noventa mil, quinhentos e cinquenta e três reais e setenta e dois centavos)**, conforme demonstrado na seguinte tabela:

Lista de Equipamentos Adquiridos - 2012			
Item	Equipamentos	Quantidade	Valor
1	Equipamentos de Informática	1.756	R\$ 4.046.505,47
2	Fotografia, Filmagem e Instrumentos Musicais	261	R\$ 772.236,41
3	Livros	346	R\$ 22.546,84
4	Material para Veículos	1	R\$ 2.888,00
5	Mobília em Geral e Utensílios	1.918	R\$ 2.334.534,20
6	Telefonia	3	R\$ 342,80
7	Veículos	6	R\$ 1.211.500,00
TOTAL		4.291	R\$ 8.390.553,72

Tabela 45 - Equipamentos Adquiridos em 2012

Ressalte-se que, em sua grande maioria, os bens adquiridos foram destinados à reestruturação dos diversos setores do Órgão e Promotorias e, principalmente, para suprir as necessidades da Nova Sede, inaugurada no período.

Com a aquisição de novos equipamentos, notadamente de informática, as eventuais substituições possibilitaram ao Ministério Público realizar algumas doações durante o ano.

1.2.4. TECNOLÓGICOS

Em 2012, a Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI coordenou projetos de ordem financeira no valor de R\$ **4.591.328,10 (Quatro milhões, quinhentos e noventa e um mil, trezentos e vinte e oito reais e dez centavos)**, sendo direcionados em grande parte para tecnologias necessárias ao funcionamento do prédio da Nova Sede, a saber:

- Monitoramento de Câmeras;
- Detecção e Prevenção de Incêndio;
- Sonorização e *Datashow*;
- Controle de Acesso.

Diferentemente do ano de 2011, quando foram feitos investimentos maiores para equipar Promotorias e demais setores do MPSE, em 2012, houve a necessidade de alocação de recursos nos projetos da Nova Sede, que envolveram fatores críticos para o bom funcionamento do Órgão, a exemplo da sonorização e *Datashow* para auditórios, salas de audiência, salas de aula da Escola Superior e Colégio de Procuradores.

A tabela a seguir detalha os investimentos feitos em projetos, sistemas e serviços de TI no ano de 2012:

Investimentos em Projetos, Sistemas e Serviços de TI em 2012	
Item	Valor Investido
Curso de capacitação em <i>Oracle, Java, Hibernate, Struts</i>	R\$ 44.170,00
Customização, implantação de capacitação dos analistas do MPSE para o Arquimedes	R\$ 161.394,00
Licenciamento de sistema para desenvolvimento – <i>DevXpress</i>	R\$ 56.000,00
Sistema de Banco de horas	R\$ 24.660,00
TOTAL	R\$ 286.224,00

Tabela 46 - Investimentos da TI em Projetos, Sistemas e Serviços

Ante as necessidades do novo Edifício Sede, as demandas por investimentos em equipamentos e sistemas necessários para produção de *softwares* e utilização de Membros e Servidores não pararam de crescer. No ano em foco, foram ainda adquiridos diversos produtos solicitados pelas Promotorias e outros setores, a saber:

Equipamentos de Segurança Adquiridos em 2012	
Item	Valor Investido
Equipamentos para Monitoramento, Controle de Acesso, Sonorização, Alarme e Incêndio para a Nova Sede	R\$ 3.521.300,40

Tabela 47 - Investimentos da TI - Equipamentos de Segurança

Equipamentos de TI Adquiridos em 2012		
Item	Quantidade	Valor Investido
Computadores	70 unidades	R\$ 147.000,00
Ativos de Rede – <i>Switches, Aps</i> e Periféricos	Diversos itens e quantidades	R\$ 174.179,00
Impressoras Coloridas	2 unidades	R\$ 2.894,70
Impressoras Monocromáticas	30 unidades	R\$ 29.940,00
Monitores	106 unidades	R\$ 43.990,00
<i>Nobreaks</i> para Estações de Trabalho	40 unidades	R\$ 26.360,00
TOTAL		R\$ 424.363,70

Tabela 48 - Investimentos de TI - Equipamentos Adquiridos

Os demais investimentos referentes à expansão de equipamentos para o *Datacenter*, necessários ao armazenamento de informações de bancos de dados, de imagens, arquivos de Promotorias e setores, entre outros recursos de comunicação de dados para redes sem fio, cabeada e energia totalizaram o montante de R\$ **359.440,00 (Trezentos e cinquenta e nove mil e quatrocentos e quarenta reais)**, conforme tabela a seguir:

Investimentos para o <i>Datacenter</i> em 2012		Valor Unitário	Valor Investido
Item	Quant.		
Servidor Lâmina	2	R\$ 15.500,00	R\$ 31.000,00
Kit de Memória RAM Tipo 2 para Servidor	12	R\$ 940,00	R\$ 11.280,00
Adaptador com 02 (duas) Portas 1gbe para Servidor Lâmina	2	R\$ 955,00	R\$ 1.910,00
Adaptador com 02 (duas) Portas FC para Servidor Lâmina	2	R\$ 1.850,00	R\$ 3.700,00
<i>Storage</i>	1	R\$ 59.000,00	R\$ 59.000,00
Gaveta para <i>Storage</i> FC – SAS 3.5in	1	R\$ 9.900,00	R\$ 9.900,00
Disco Rígido FC1 – SAS 600	11	R\$ 3.750,00	R\$ 41.250,00
Disco Rígido FATA – SAS 2tb	10	R\$ 3.460,00	R\$ 34.600,00
<i>Software</i> de Replicação Local para Área de Dados	2	R\$ 20.400,00	R\$ 40.800,00
<i>Software</i> de Replicação Remota para Área de Dados	2	R\$ 50.000,00	R\$ 100.000,00
<i>Rack</i> 19" 42 U para Servidores	2	R\$ 8.000,00	R\$ 16.000,00
Serviço de Implementação de <i>Storage</i>	1	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
TOTAL			R\$ 359.440,00

Tabela 49 - Investimentos de TI no *Datacenter*

O planejamento orçamentário, estipulado ainda no começo de 2011 pelo Procurador-Geral de Justiça, teve caráter fundamental na conclusão dos investimentos necessários na área de Informática. Sem isso, não seria possível adquirir equipamentos através do Sistema de Registro de Preços efetuados entre o fim de 2011 e começo de 2012, que se mostraram extremamente econômicos.

O planejamento tem sido assunto primordial dentro da Instituição, tendo a DTI o compromisso de apresentar sua programação para os anos seguintes, tarefa também compartilhada com as Diretorias de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil, de Recursos Humanos e Administrativa, de forma que possam ser ajustados projetos institucionais, demandas e futuras necessidades do Ministério Público de Sergipe.

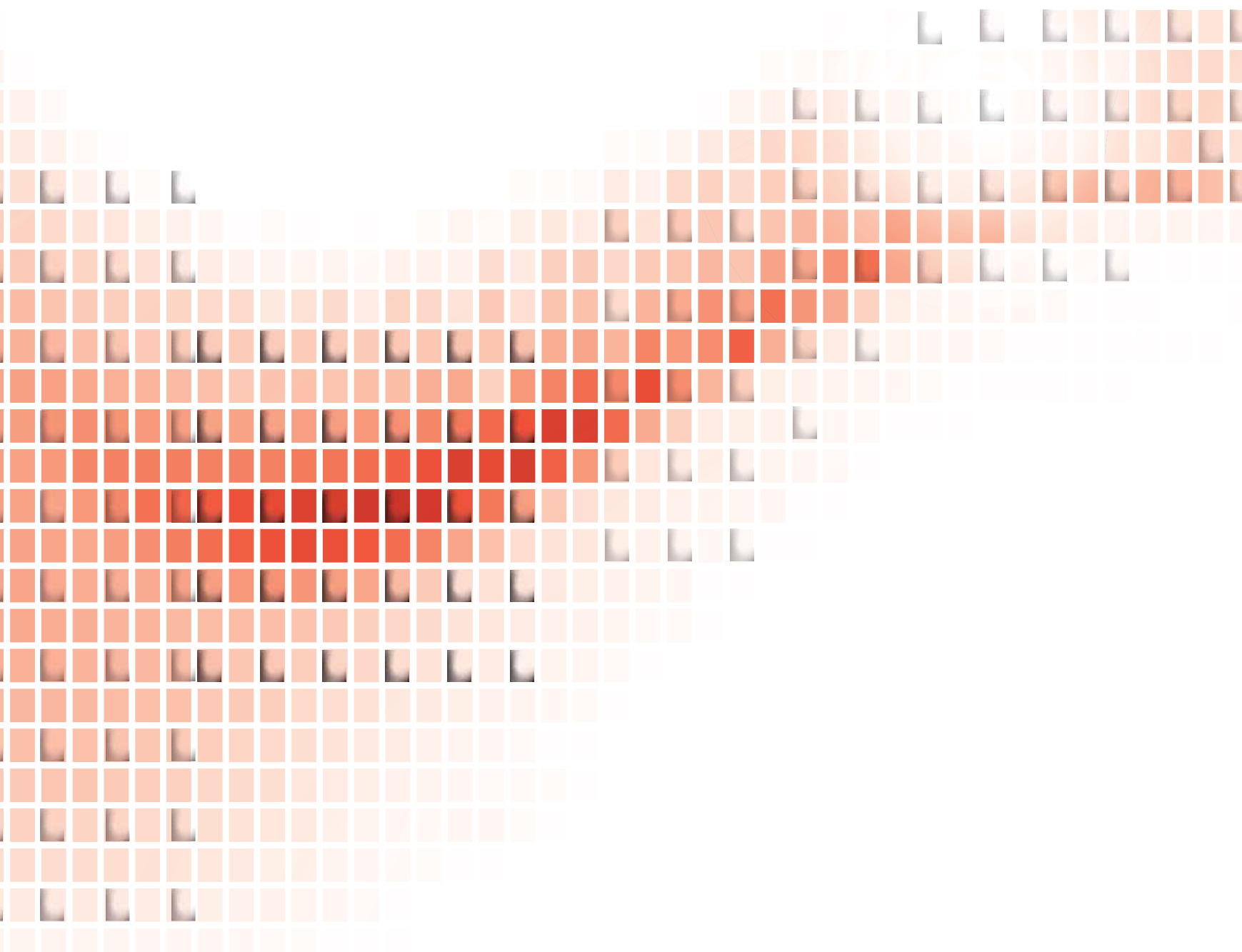




Figura 1 – Organograma do MPSE

1.4. MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE MELHORESTRUTURADO PARA O CIDADÃO

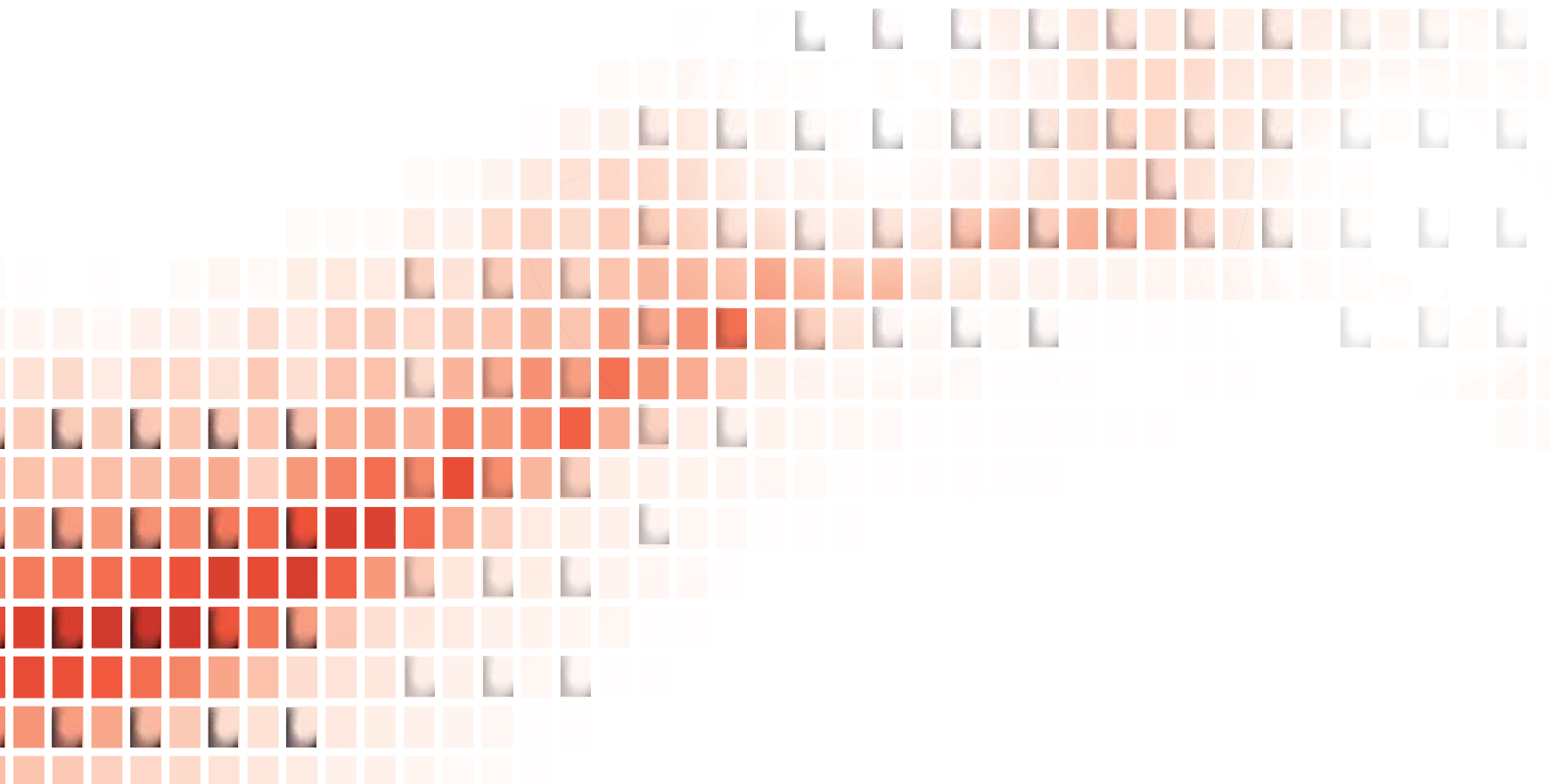
1.4.1. NOVA SEDE

O Ministério Público Sergipano vem se destacando no cenário nacional, desde que iniciou suas atividades, em 1839, com a criação do primeiro cargo na Província de Sergipe de Procurador Fiscal do Juízo Privativo dos Feitos da Fazenda Provincial de Primeira Instância.

Antes da sede própria, este Órgão Ministerial passou por alguns endereços, a exemplo da Sede do Tribunal de Relação, hoje Memorial do Poder Judiciário, de 1892 até 1930, após a Nova Constituição Estadual de 1891; do Edifício da Procuradoria-Geral do Estado, de 1930 até 1963; da Câmara Municipal de Aracaju, de 1972 até 1987; e do Edifício Walter Franco, em dois períodos: o primeiro, de 1963 até 1972, ocupando 03 salas, e o segundo, de 1987 até 2012.

Em todos esses lugares, a restrição do espaço representava um grande desafio, pois o aumento das demandas e as novas exigências passaram a requerer uma ampliação física que reunisse todos os setores da Instituição.

Com o crescimento das atividades do Ministério Público de Sergipe e a consequente adequação de sua estrutura administrativa, viu-se a necessidade de se construir uma Nova Sede, capaz de dotar a Instituição de condições ideais para comportar e instrumentalizar seus Membros e Servidores, de forma a propiciar um melhor atendimento à população sergipana.





1892 até 1930

Tribunal de Relação,
hoje Memorial do Poder Judiciário

1930 até 1963

Edifício da Procuradoria-Geral
do Estado



1963 até 1987

Câmara
Municipal de Aracaju

1963 até 1972
&
1987 até 2012
Edifício Walter Franco



Nova Sede do Ministério Público do Estado de Sergipe





Assim, durante a gestão do Procurador-Geral de Justiça Dr. Moacyr Soares da Motta, em 1998, o espaço para a construção da Nova Sede do Ministério Público foi doado através do Governador Albano do Prado Pimentel Franco, iniciando-se as obras a partir de 15 de dezembro de 2008.

Com o início dos trabalhos na Nova Sede, as melhorias foram notórias, tanto para o público interno, quanto para o externo, conforme demonstram os seguintes depoimentos:

"Fui muito bem atendido aqui no MP. As instalações estão modernas e adequadas. Apesar de ser um pouco longe, o acesso de transporte é fácil. Toda a equipe do MP está de parabéns. E o povo também está de parabéns!"

Sérgio Ferreira Dantas (Profissão: Lixador)

"Moro há pouco tempo em Aracaju e ainda não conhecia o prédio do Ministério Público. A estrutura está ótima, assim como o atendimento. Atenderam-me com rapidez e eficiência."

Maria José, 37 anos (Profissão: Dona de Casa)

"A mudança para a nova sede foi, sem dúvida, motivo de vários benefícios para Membros, Servidores e público externo. A ampliação do espaço físico trouxe conforto e comodidade e, com isso, otimização no trabalho e no atendimento ao público. Com a amplitude das salas, podemos ter toda a equipe de apoio concentrada, a exemplo das Promotorias que atendiam no Fórum Gumersindo Bessa. Além disso, o novo ambiente favoreceu o bem-estar de todos e, conseqüentemente, o aumento da autoestima e melhor desempenho das funções."

Dr. Fábio Viegas Mendonça de Araujo (Promotor de Justiça)

"Mudar para a nova sede foi mudar de vida. Mais condições de trabalho, salas amplas, mesas novas e bem aparelhadas, tudo isso contribuiu para promover mais vontade de trabalhar e, com isso, aumentar a produção. É importante frisar a melhoria na hora de estacionar os veículos. Agora, não precisamos ter trabalho e custo para deixar nosso carro. Os estacionamentos são imensos e acessíveis. Com isso, podemos chegar mais cedo ao trabalho."

Mirailton Silva Oliveira (Servidor do Ministério Público de Sergipe)

1.4.1.1. MINIAUDITÓRIOS

A Nova Sede possui, ainda, em sua estrutura, miniauditórios distribuídos em diversos andares, para realização de reuniões, audiências, dentre outros, equipados com um sistema de reprodução de áudio e microfones, integrados a um sistema de controle e debate, proporcionando aos usuários instalações modernas e de excelente qualidade, a exemplo do que demonstra a foto abaixo:



Foto 17 - Evento Realizado no Miniauditório

1.4.1.2. AUDITÓRIO

No novo auditório do Ministério Público Estadual foi instalado um sistema de sonorização eficiente e moderno, reproduzindo o discurso e a voz dos palestrantes de maneira uniforme e clara para todos os **412 (quatrocentos e doze)** assentos do recinto.

Frise-se que no auditório existe uma sala, localizada na parte superior, onde é realizado o controle de reprodução de áudio, vídeo e do telão retrátil instalado no ambiente.

Há, também um moderno sistema de microfone sem fio com alta capacidade de transmissão, equipamento adequado para funcionar sem interferências internas e externas, conforme demonstra a foto abaixo:



Foto 18 - Sistema de Microfones em Funcionamento

O auditório foi preparado, ainda, para possibilitar a conectividade à rede sem fio, provendo suporte a eventos e palestras com acesso a rede local e *internet*, propiciando conforto e segurança para os usuários, conforme demonstrado na foto a seguir:



Foto 19 – Auditório do MPSE - Promotor Valdir de Freitas Dantas

1.4.1.3. ESTACIONAMENTOS

Com vistas a oferecer maior comodidade ao cidadão e também aos seus Membros e Servidores, a Nova Sede do Ministério Público Estadual dispõe de amplos estacionamentos para aqueles que precisam se deslocar até o Órgão com seus veículos.

Dessa forma, os estacionamentos construídos contam com 483 (quatrocentas e oitenta e três) vagas para carro, incluindo térreo e subsolo, com disponibilidade de vagas para idosos e para deficientes, comportando todos os veículos de integrantes e visitantes da Instituição, conforme apresentado nas fotos em seguida:



Foto 20 - Estacionamentos do MPSE



Foto 21 - Estacionamento Externo Anexo



Foto 22 - Estacionamento Interno do Subsolo

1.4.2. A OBRA

Seguindo a tendência dos grandes Centros, de concentrar os serviços públicos num só lugar, o terreno para a construção do Edifício Governador Luiz Garcia foi localizado na mesma área em que estão instalados o Fórum Gumersindo Bessa, o Arquivo do Poder Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e o Tribunal Regional Eleitoral. Além desses edifícios, o Centro Administrativo abriga também o Fórum da Justiça Federal e a sede do Tribunal Regional do Trabalho, conforme demonstra a foto ao lado.

A Nova Sede possui **27.331,50m² (vinte e sete mil, trezentos e trinta e um metros quadrados e cinquenta décimos quadrados) de terreno, sendo 20.420m² (vinte mil, quatrocentos e vinte metros quadrados) de área construída, 16.122,90m² (dezesesseis mil, cento e vinte e dois metros quadrados e noventa décimos quadrados) de estacionamento externo, área verde de 9,998m² (nove metros quadrados e novecentos e noventa e oito décimos quadrados) e 1.583m² (mil, quinhentos e oitenta e três metros quadrados) de área de passeio.** É composta de 07 (sete) pavimentos, sendo 05 (cinco) andares, térreo, um subsolo e estacionamentos. Todos os cômodos foram climatizados e equipados para receber da melhor maneira possível os usuários dos serviços do Ministério Público.

O projeto da Nova Sede traduz a sua preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade. O prédio, ecologicamente correto, prevê a redução de consumo de energia elétrica, com o aproveitamento de luz natural, das águas pluviais e a utilização de um moderno filtro de recuperação de dejetos.

A sede do Ministério Público de Sergipe possui toda uma infraestrutura que prima pelo conforto e a segurança, contemplando rampas de acesso a cadeirantes, piso tátil para as pessoas com deficiência visual, instruções em braile nos banheiros e elevadores, além de vagas de estacionamento destinadas a idosos e pessoas com deficiência. O auditório, com capacidade para 412 (quatrocentos e doze) lugares, também observa as leis que atendem às pessoas com deficiência.



Foto 23 - Obra da Nova Sede do MPSE



Segundo o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Orlando Rochadel Moreira, a construção da Nova Sede representa a realização de um antigo anseio, almejado por várias gerações de Membros que serviram e servem ao Ministério Público e à sociedade sergipana.

A seguir, são apresentadas imagens da Nova Sede em seu período de construção:



Fotos 24 e 25 - Obra Nova Sede MPSE



Fotos 26 e 27 - Obra Nova Sede MPSE



Foto 28 - Nova Sede do MPSE

Importante frisar que o acompanhamento da execução dos serviços e do licenciamento da obra junto aos Órgãos responsáveis foi realizado pela Divisão de Engenharia do Ministério Público de Sergipe, que durante a obra executou as seguintes atividades:

Atividades da Divisão de Engenharia na Obra da Nova Sede do MPSE 2012	
Item	Total
Avaliação de Solicitações de Serviços/Alterações de Projetos	1.000
Especificações para Contratação de Serviços	21
Intervenções para Remoção de Obstáculos à Execução da Obra	10
Liberações para Execução de Serviços	70
Medições de Serviços para Liberação de Faturas	264
Reuniões	220

Tabela 50 - Atividades Executadas pela Divisão de Engenharia Durante a Obra

1.4.3. A INAUGURAÇÃO

A inauguração da Nova Sede do Ministério Público de Sergipe, no dia **24 de agosto de 2012**, marcou a história da Instituição. Todos os presentes ao evento foram contagiados pelo clima de emoção e alegria que reinou durante a solenidade, que foi iniciada com o hasteamento das bandeiras, seguida do ato simbólico de desatar a fita.



Fotos 29 e 30 - Inauguração da Nova Sede do MPSE - Hasteamento das Bandeiras



Foto 31 - Inauguração da Nova Sede do MPSE - Desatando a Fita da Inauguração



Foto 32 - Inauguração da Nova Sede do MPSE - Descerramento da Placa de Inauguração



Foto 33 – Inauguração da Nova Sede do MPSE - Descerramento da Placa do Auditório

Posteriormente, o Governador Marcelo Déda foi homenageado com a outorga do Colar Tobias Barreto, a mais alta Comenda do Órgão Ministerial Sergipano, instituída em 1989, com a finalidade de distinguir personalidades ou instituições que, por seus méritos e suas ações, tenham se destacado no Estado ou nacionalmente, contribuindo para o aperfeiçoamento e engrandecimento do Ministério Público de Sergipe. A homenagem foi registrada na imagem abaixo:



Foto 34 - Inauguração da Nova Sede - Entrega de Comenda ao Governador do Estado

1.4.3.1. DOS DISCURSOS

Durante a cerimônia, da qual fizeram parte várias autoridades do cenário jurídico, político e empresarial brasileiro, a Corregedora-Geral do MPSE, Dra. Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça, que acompanhou, passo a passo, a edificação do Edifício Luiz Garcia, fez um belo pronunciamento. A seguir, alguns trechos do discurso:



Foto 35 - Inauguração da Nova Sede do MPSE - Discurso da Corregedora-Geral

[...]

Foi um privilégio poder dar início e durante alguns anos participar deste trabalho empolgante, que nasceu da constatação, lá nos idos de 2007, ainda no início de minha passagem pela chefia da Instituição, de que o Edifício Valter Franco, construído na década de 50 do século passado, não dispunha mais de qualquer espaço útil a ser aproveitado, sendo vãs quaisquer novas tentativas de adaptação.

Esta premente necessidade de espaço físico para expansão dos serviços, é preciso que se diga, não ocorreu por imprevidência dos nossos anteriores gestores, que sempre se preocuparam em buscar as melhores condições de trabalho possíveis, mas foi consequência do acelerado desenvolvimento do Estado de Sergipe, do seu Sistema de Justiça e do próprio Ministério Público.

[...]

Embora não me recorde do dia exato, nunca esqueci esta reunião inicial, pois nela ocorreu uma curiosa coincidência: no preciso momento em que o consenso foi alcançado, o céu até então nublado abriu-se em um incrível arco-íris sobre a Praça Fausto Cardoso, o que, de imediato, foi interpretado como um sinal auspicioso, já que o arco-íris, segundo a Bíblia, simboliza a aliança de Deus com a sua Criação,

[...]

Direi apenas que, sem o apoio do Excelentíssimo Governador Marcelo Déda, não teria sido possível sequer dar início à construção.

Sem a garantia de que seria mantida a previsão de recursos para a obra, em todos os orçamentos anuais ao longo do tempo necessário para concluí-la, não seria viável assumir compromisso contratual de tal monta.

[...]

Graças... aos recursos inseridos nos orçamentos subsequentes, foi possível equipar o imóvel com o que há de mais atual em tecnologia da informação e ainda um mobiliário belo e funcional, além de recursos altamente sofisticados de monitoramento por câmeras, acesso e ponto eletrônico por biometria, detecção de metais, sonorização, bem como proteção contra incêndio.

Bonito e seguro, o prédio foi concebido para ser amigável ao meio ambiente, possuindo um sistema de climatização que funciona e consome energia apenas na medida em que cada sala tem o seu controle independente acionado, evitando refrigerar áreas que não estão sendo utilizadas no momento. Possui também um sistema de captação e armazenamento de água das chuvas para

utilização em lavagem de pisos, rega de jardins e descargas sanitárias.

Trata-se de uma obra que foi pensada com o objetivo de consolidar todos os serviços administrativos do Ministério Público de Sergipe e boa parte de sua atividade finalística em um único lugar...

Suas dimensões permitem esperar que possa abrigar o Ministério Público ao menos pelos próximos dez anos, sem necessidade de ampliações. Mais que isto, o prédio foi projetado e construído com a capacidade de suportar a futura edificação de mais um pavimento, no momento em que for preciso.

[...]

Esta sede, por resolução datada do dia 23 de junho de 2010, do Colégio de Procuradores, órgão máximo da Instituição, recebeu o nome do Governador Luiz Garcia, sergipano ilustre, nascido em 14 de outubro de 1910 em Rosário do Catete.

[...]

Assim, o Ministério Público agradece ao Governador Marcelo Deda o seu apoio decisivo, sem o qual não estaríamos hoje nesta festividade de inauguração. Através do Governador, fica também consignado o nosso agradecimento aos ilustres Secretários de Estado de sua administração.

[...]

Certa feita, ao observar este edifício crescendo, tornando-se mais e mais complexo, cheguei a compará-lo a um corpo, em que é possível encontrar analogias para as principais funções vitais.

[...]

Este corpo reluzente recebe hoje sua alma, como se viesse à luz, em um nascimento muito esperado e desejado.

[...]

O arcabouço de concreto e vidro, com seus revestimentos nas cores vermelha e branca, que simbolizam o Ministério Público de Sergipe, deixa de ser agora uma construção, um edifício em sua dimensão meramente concreta, para tornar-se a Sede desta Instituição e um porto seguro da cidadania.

Agora o nosso edifício sede, é corpo que desperta e ganha vida.

Um novo coração começou a bater (informação verbal).¹

¹Trechos do discurso proferido pela Exmª Senhora Procuradora de Justiça do Ministério Público de Sergipe, Drª Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça, no Evento de Inauguração da Nova Sede do Ministério Público de Sergipe, em 24.08.2012.

O Governador do Estado de Sergipe, Dr. Marcelo Déda Chagas, também fez um discurso permeado por palavras emocionadas, conforme demonstram alguns trechos selecionados em seguida:



Foto 36 - Inauguração da Nova Sede do MPSE - Discurso do Governador do Estado

[...]

É esse o Ministério Público que nasceu daquele alvorecer democrático é o Ministério Público presidido por Doutor Orlando Rochadel é o Ministério Público integrado pelo Conselho Superior que aqui se encontra é o Ministério Público incorporado no cotidiano de cada Promotor e de cada Promotora em cada Comarca, em cada Vara do Estado de Sergipe.

[...]

[...] pra tantas responsabilidades, pra tantos deveres estava reservado ao Ministério Público de Sergipe instalações minúsculas, instalações que não suportavam mais um funcionamento condigno, instalações que ofendiam não o Promotor de Justiça ou o Procurador de Justiça no seu cotidiano de trabalho, mas ofendiam e dificultavam, sobretudo, o acesso do povo a essa Instituição que nascera diferente para servir a esse mesmo povo.

[...] esse tamanho pequeno do espaço, confrontado com o gigantismo do significado e das tarefas do Ministério Público, provocou a necessidade de um debate: a construção de uma Nova Sede, capaz de oferecer condições adequadas e capaz de oferecer, na sua configuração de arquitetura e engenharia, a devida homenagem ao prestígio institucional e ao prestígio político que a Instituição goza.

[...]

Hoje, portanto, se comemora o valor dos sonhos e a coragem daqueles que são capazes de trazer esses sonhos para a vida e para a realidade... Vida na vida dos cidadãos, vida na vida da sociedade. E esta vida ganhou tal esplendor, que se transformou em prestígio, prestígio que a Instituição conquistou diante dos demais Poderes da República e diante da sociedade sergipana e da sociedade brasileira.

[...]

[...] a quem, como eu, achou belíssima a Sede, faço um apelo: ela é belíssima, ela é imponente, ela é grande, acrescentamos mais uma expressão desse conjunto de alumbramentos: ela é bela, ela é grande, ela é merecida!

Todos, ao seu tempo, tiveram a solidariedade do Executivo para ampliarem os seus espaços.

[...]

O último dos Órgãos autônomos que tinha “ganho” uma nova feição, mas não tinha recebido uma nova casa, era o Ministério Público Estadual. Por isso, quando Doutora Maria Cristina Foz Mendonça marcou a audiência com a minha equipe econômica e comigo para apresentar o Projeto da Nova Sede, eu não busquei frustrar o sonho que parecia impossível, que ela apresentava aos meus técnicos.

[...]

[...] ao comparecer a essa solenidade, celebro com Vossas Excelências essa vitória, que não é uma vitória dos Promotores nem dos Procuradores, é uma vitória da Instituição Ministerial com tudo que ela tem de significado, enquanto Instituição da República Brasileira, marcada pelo conceito do Estado Democrático de Direito.

O prédio é a Sede do Ministério Público, mas a Sede do Ministério Público deve ser a casa do povo de Sergipe.

[...]

Tenho, por fim, o dever de agradecer. Sabem os senhores que não há momento mais difícil do que o momento em que alguém que acaba de receber uma condecoração tão prestigiosa, vinda de um Órgão de tamanha credibilidade e batizada pelo Patrono da Inteligência Jurídica Brasileira Tobias Barreto.

[...]

Essa Condecoração, muito embora formalmente oferecida a este cidadão, ela na verdade é ofertada a todos e a todas que ao meu lado formam o Governo do Estado de Sergipe, o Poder Executivo Estadual, e que juntos trabalhamos para criar as condições que viabilizam parcerias e obras como esta.

[...]

A partir de hoje, os Senhores podem encarar as musas e dizerem à maneira de Camões: “cesse tudo que a antiga musa cante” porque neste prédio, em pedra, cimento e vocação de servir, um novo Ministério Público se alevanta (informação verbal)!²

² Trechos do discurso proferido pelo Exmº Senhor Governador do Estado de Sergipe, Dr. Marcelo Déda Chagas, no Evento de Inauguração da Nova Sede do Ministério Público de Sergipe, em 24.08.2012.

A emoção também foi marca do discurso proferido pelo Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Sergipe, Dr. Orlando Rochadel Moreira, que, por meio de inspiradoras palavras, expressou seus anseios e agradecimentos, comovendo a todos.



Foto 37 - Inauguração da Nova Sede do MPSE - Discurso do Procurador-Geral de Justiça

[...]

O meu coração bate por um Ministério Público que faz parte da solução e não do problema.

O meu coração bate por um Ministério Público Social, preocupado com os grupos mais carentes e vulneráveis, buscando preservar os direitos à educação, saúde, meio ambiente equilibrado.

O meu coração bate por um Ministério Público Humilde, que tem a consciência de que não possui o monopólio da moralidade, que seus Membros não se sentem superiores a ninguém e que reconhecem no próximo a si mesmos. Um Ministério Público que faz uso das Ações de Improbidade com critério e sem sensacionalismo.

O meu coração bate por cada um dos Membros e Servidores do Ministério Público.

O meu coração bate pelo Ministério Público do Estado de Sergipe.

[...]

O poeta afirmou que sentir gratidão e não expressá-la é como embrulhar um presente e não entregá-lo. Eu hoje quero entregar muitos presentes.

[...] falando de obras e de gratidão, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer ao Governador Marcelo Déda.

Hoje o senhor recebe a mais alta Comenda do Ministério Público sergipano, a Comenda do Colar do Mérito Tobias Barreto.

Gostaria de dizer que, neste um ano e meio de administração, concedemos essa honraria a apenas duas personalidades: ao saudoso Dr. Jugurta Barreto e a Vossa Excelência.

Com relação a esta Nova Sede, eu, inicialmente, gostaria de registrar que nada disso seria possível, se Sergipe não tivesse um Governador chamado Marcelo Déda Chagas.

Vossa Excelência não somente viabilizou os recursos necessários, mas também acreditou e estimulou o projeto.

[...]

Se é verdade que a beleza está nos olhos de quem vê, também é verdade que somente um sonhador consegue identificar outro sonhador!

Como afirmou Miguel de Cervantes, quando se sonha sozinho é apenas um sonho. Quando se sonha juntos é o começo da realidade.

[...]

Obrigado por tudo, Déda e Eliane. Principalmente por esta Nova Sede e que Deus Abençoe Vocês.

[...]

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer à Senhora, minha eterna chefe, que o Ministério Público Sergipano é antes e depois de Cristina Mendonça.

Organizada, séria, dedicada, foi graças à sua administração que podemos estar aqui no dia de hoje.

Querida amiga. A senhora foi a grande idealizadora e líder do processo de construção da Nova Sede do Ministério Público. Recordo que, numa bela manhã, alguns anos atrás, no ano de 2007, nos reunimos no seu gabinete para discutir a viabilidade de construção da Nova Sede.

Naquele dia foram apresentadas todas as dificuldades que a nova empreitada possuía.

[...]

Então eu levantei e fui até a janela para ver o que estava acontecendo. Afirmei, então, que todos ficassem tranquilos, pois a Nova Sede seria construída.

[...]

O que eu não disse na ocasião e que posso dizer agora é que uma das pontas do arco íris terminava exatamente onde todos nós nos encontramos nesse momento. No terreno onde a Nova Sede seria construída.

E a razão para uma das pontas do arco íris terminar exatamente aqui não é somente o fato deste prédio ter aqui sido edificado, mas o fato de aqui estar UM DOS MAIORES TESOUROS da sociedade brasileira, o Ministério Público.

[...]

Gostaria de homenageá-los e dizer à sociedade sergipana que cada detalhe desta Nova Sede tem as digitais da Dra. Cristina Mendonça e dos Promotores Rony e Machado. Aliás, os Doutores Rony e Machado praticamente se mudaram para cá nos últimos meses.

Obrigado pela dedicação, pelo empenho e competência, que tornaram este sonho realidade.

Rony e Machado, o côncavo e o convexo do Ministério Público Sergipano. Profissionais extremamente preocupados e solidários com todos os Membros e Servidores e que não medem esforços para ajudar ao próximo.

Vocês me fazem lembrar aquele famoso episódio acontecido nas Olimpíadas Especiais de Seattle, nos Estados Unidos da América. Final dos 100 (cem) metros, nove participantes com deficiências. É dada a largada. Um garoto tropeça, cai e começa a chorar. As outras crianças param para ver o que aconteceu. Uma garota com Síndrome de Down se ajoelha e dá um beijo no menino caído: “pronto, agora você vai sarar”. E, para surpresa de todo o estádio, as nove crianças deram as mãos e atravessaram a linha de chegada juntas. O estádio veio abaixo e aplaudiu de pé. A moral desta história, queridos Rony e Machado, é que o que importa nesta vida, mais do que ganhar sozinho, é ajudar os outros a vencer, mesmo que isso signifique ter que diminuir o passo ou mudar de direção. É exatamente isso que vocês fazem no nosso Ministério Público. Obrigado por tudo e que Deus Abençoe Vocês.

[...]

A mais completa, a regra de ouro, é a seguinte: “Fazer pelo próximo o que você gostaria que ele fizesse por você”. E vem a pergunta: quem é o meu próximo? O meu próximo é o meu pai, a minha mãe, os meus filhos, os meus amigos, as pessoas necessitadas, mas, o meu próximo é principalmente quem está perto de mim.

Nesse sentido, queridos Promotores e Servidores, quando vocês vierem trabalhar neste prédio maravilhoso, encontrarão dois próximos: os colegas de trabalho e a população em geral.

[...]

Lembrem-se sempre que este prédio não nos pertence, mas ao Povo Sergipano.

[...]

Foram dezenas de empresas, ao longo de 06 (seis) anos, entre elaboração de projetos e de construção. A todas as empresas e fornecedores, o nosso eterno muito obrigado!

Gostaria de agradecer a todos, em nome do Dr. Luciano Franco Barreto, proprietário da Construtora Celi, pela dedicação e empenho que viabilizaram a construção da Nova Sede do Ministério Público.

[...]

Falamos muito de pedras, de obras e de gratidão. Desse modo, encerro com uma poesia intitulada 'A Pedra', de autoria de Antônio Pereira:

'O distraído, nela tropeçou.
O violento atirou-a contra seus irmãos.
O construtor com ela edificou prédios e pontes.
O agricultor fez barragens e casas.
Drummond a poetizou. Já Davi, matou o Gigante Golias e Michelangelo extraiu-lhe a mais bela escultura.
Em todos esses casos, a diferença nunca esteve na Pedra, mas nas obras que o homem fez a partir da pedra.'

Peço a Deus que todos nós possamos edificar obras de evolução humana, ética e espiritualidade!

Muito obrigado e que Deus nos abençoe a todos (informação verbal)!³

³ Trechos do discurso proferido pelo Exm^o Senhor Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Sergipe, Dr. Orlando Rochadel Moreira, no Evento de Inauguração da Nova Sede do Ministério Público de Sergipe, em 24.08.2012.

O então Presidente do Supremo Tribunal Federal, que já foi Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Sergipe, Ministro Carlos Ayres Brito, por sua vez, pontuou a importância da obra, afirmando que os Membros e Servidores do MP estão, agora, alojados adequadamente e que a Nova Sede está de acordo com a importância da função institucional do Órgão.

Por fim, a solenidade foi abrilhantada pela música do Coral “Vozes da Cidadania”, composto de 80 (oitenta) servidores do MPSE que, acompanhado pela Orquestra de Câmara, regida pelo maestro Daniel Freire, executou canções que impressionaram todos os presentes.





Foto 38 - Apresentação do Coral Vozes da Cidadania na Cerimônia de Inauguração

1.4.4. O SUCESSO DA MUDANÇA

Cumprindo o cronograma elaborado para a inauguração da Nova Sede do Ministério Público de Sergipe, o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Orlando Rochadel Moreira, autorizou, no dia 02 de maio de 2012, a mudança do setor de Engenharia e de parte do setor administrativo do MPSE, para o novo prédio.

De acordo com o PGJ, as mudanças aconteceram para que tais setores pudessem acompanhar de perto a fase final da obra da nova sede do MPSE, cuja inauguração ocorreria em agosto de 2012.

Após a inauguração, com a Divisão de Engenharia e parte dos serviços administrativos já no novo prédio, diversos setores passaram a organizar documentos e mobiliário, a fim de iniciar uma transição que não interrompesse o funcionamento institucional.

O Secretário-Geral, Dr. José Rony Silva Almeida, e o Assessor-Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Manoel Cabral Machado Neto, foram designados para coordenar todo o processo de fiscalização relativo à conclusão da obra e das providências da mudança, que ocorreu gradativamente. Para auxiliá-los nessa tarefa vários outros servidores empenharam esforços, a exemplo da Divisão de Engenharia, das Diretorias e Coordenadorias.

1.4.5. NOVA SEDE PARA A ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Aproveitando o ensejo da mudança da Sede da Instituição, a Associação Sergipana do Ministério Público – ASMP também foi transferida para o atual endereço do MPSE, através da cessão de uso de uma sala situada no térreo do novo prédio, proporcionando melhor estrutura aos Membros da entidade.

O prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso é de 12 (doze) meses contados a partir de 26 de outubro de 2012, data de sua assinatura. O valor cobrado mensalmente é repassado para o Fundo Especial do Ministério Público – FEMP, possibilitando novos investimentos, a exemplo da conclusão da obra de Itabaiana, custeada, em parte, pelo Fundo.

1.4.6. SUBSEDES

1.4.6.1. ITABAIANA

No ano de 2012, a Subsede do Ministério Público em Itabaiana/SE passou por reformas, ampliando seu espaço físico para melhor servir à sociedade, que conta hoje com cinco Promotorias de Justiça: duas Cíveis, duas Criminais e uma Especial.

Foi também realizada reforma nos apartamentos daquela Subsede, sendo contratada empresa especializada em construção civil para executar serviços no prédio, com o intuito de eliminar as infiltrações existentes e reparar danos na pintura.

Os gastos com as obras totalizaram R\$ **152.833,04 (Cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta e três reais e quatro centavos)**, divididos em R\$ **137.910,33 (Cento e trinta e sete mil, novecentos e dez reais e trinta e três centavos)** para a ampliação e R\$ **14.972,71 (Quatorze mil, novecentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos)** para a reforma dos apartamentos, possibilitando a adequação das instalações às necessidades daquela Subsede.

Ressalte-se a importância do Fundo Especial do Ministério Público – FEMP para a conclusão da obra, que disponibilizou R\$ **10.933,65 (Dez mil, novecentos e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos)** para complementar a obra de ampliação do edifício de Itabaiana.

A seguir, algumas fotos da Subsede de Itabaiana após a reforma:



Foto 39 - Subsede de Itabaiana após a Reforma



Foto 40 - Ampliação da Subsede de Itabaiana

1.4.6.2. CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO

A Subsede do Ministério Público no município de Canindé do São Francisco também passou por reformas no ano de 2012, a fim de melhor atender à sociedade. Com esse propósito, contratou-se uma empresa especializada em construção civil para executar serviços de reforma do telhado e pintura na Promotoria de Justiça da Comarca.

Em julho de 2012, o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Orlando Rochadel Moreira, inaugurou as reformas na Subsele de Canindé do São Francisco, enfatizando que foi realizada uma reestruturação geral naquele prédio e informando, na oportunidade, sobre a tendência de continuar investindo na manutenção de todas as Subseles do Ministério Público do Estado de Sergipe.

Em seguida, o registro de algumas fotos da solenidade de inauguração e da Subsede de Canindé, após a reforma:



Foto 41 - Descerramento da Placa na Inauguração da Subsede de Canindé do São Francisco após a Reforma

A obra destaca o comprometimento do Órgão com a População do Interior do Estado. A comunidade de Canindé do São Francisco pode agora desfrutar de uma Promotoria melhor estruturada, de acordo com o que foi destacado por servidor do MPSE:

"A reforma da Promotoria de Justiça de Canindé do São Francisco demonstra a preocupação e o compromisso da atual Administração Superior da Instituição com a sociedade, buscando sempre o aprimoramento dos serviços prestados pelo Ministério Público. A reforma executada propiciará à comunidade canindeense melhores condições na hora de buscar respostas para suas necessidades."

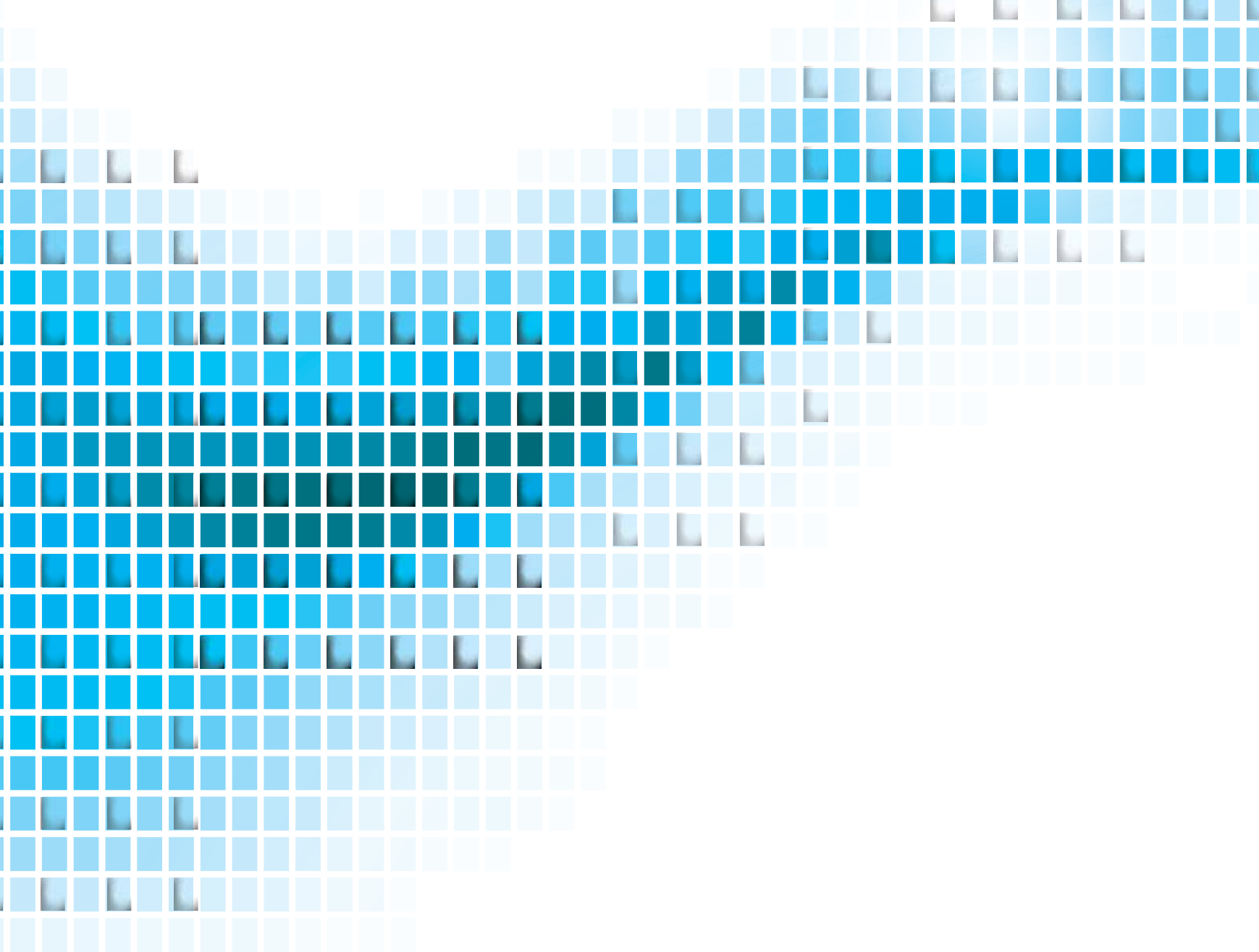
Denival Andrade Santos (Servidor do Ministério Público – Canindé)



Foto 42 - Solenidade de Inauguração da Subsede de Canindé do São Francisco após a Reforma



Foto 43 - Promotoria de Canindé de São Francisco após a Reforma





DESTAQUES DO PERÍODO

"Grandes realizações são possíveis quando se dá importância aos pequenos começos."

Lao-Tsé

2. DESTAQUES DO PERÍODO

2.1. PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS/ ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Além dos Acordos de Cooperação com diversas Instituições de Ensino, relacionados no tópico de Recursos Humanos deste Relatório, foram firmadas as seguintes Parcerias:

Parcerias, Termos de Cooperação e Convênios - 2012
Convênio de Cooperação Técnica/CAOP Patrimônio Público e Ordem Tributária Partes: Ministério Público do Estado de Sergipe e Governo do Estado de Sergipe Objetivo: Combater a Sonegação Fiscal
Convênio/CAOP Meio Ambiente Partes: Ministério Público do Estado de Sergipe e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Objetivo: Viabilizar o acesso do Ministério Público Estadual, através do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo, ao Sistema Linha Verde de Ouvidoria – SISLIV, responsável pela recepção de parte das denúncias que dizem respeito a crimes ambientais.
Termo de Cooperação Técnica/CAOP Infância e Adolescência - nº 01/2012 Partes: Ministério Público do Estado de Sergipe e Secretaria de Estado da Inclusão e Desenvolvimento Social – SEIDES Objetivo: Custear as despesas necessárias e suficientes para a disponibilização de exame de DNA gratuito a todas as pessoas atendidas pelo Projeto Paternidade Responsável.
Termo de Cooperação/Assessoria Jurídica - nº 001/2012 Partes: Ministério Público do Estado de Sergipe e Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe Objetivo: Viabilização da comunicação das prisões em flagrante, realizadas nas delegacias plantonistas do Interior, utilizando-se de meios digitais para garantir a celeridade e eficiência dos procedimentos, em respeito à legislação pertinente e aos interesses do cidadão sergipano.
Termo de Cooperação Mútua/ Assessoria Jurídica - nº 002/2012 Partes: Ministério Público do Estado de Sergipe, Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju – CARE, Associação Comunitária de Mulheres Trabalhadoras em Reciclagem - MATER e Projeto RECRIARTE Objetivo: União de esforços das partes, para desenvolvimento das ações do Projeto RECRIARTE, que consiste em oferecer reforço criativo escolar, atividades socioeducativas, lúdicas e culturais, desenvolvimento de práticas esportivas, incentivo às atividades artísticas e o resgate das tradições culturais regionais.
Termo de Cooperação/Assessoria Jurídica - nº 003/2012 Partes: Ministério Público do Estado de Sergipe e Tribunal de Contas do Estado de Sergipe Objetivo: Cessão gratuita e recíproca de <i>softwares</i> , com seus respectivos códigos fontes de sistemas, e conhecimentos da área de Tecnologia da Informação, para aplicação nas especificidades dos Órgãos partícipes.
Termo de Cooperação Técnica/CAOP Educação Partes: Ministério Público do Estado de Sergipe e o Governo de Sergipe, através da Secretaria Estadual da Educação e da Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social. Objetivo: Estimular os alunos da rede pública de ensino a aprimorarem os seus conhecimentos acadêmicos, tendo em vista que poderão ser selecionados para o exercício de atividade de estágio ou profissional junto às entidades públicas e privadas.

Tabela 51 - Parcerias Firmadas

2.2. DESTAQUES DA ÁREA FIM

2.2.1. PROJETOS SOCIAIS

2.2.1.1. CENSO EDUCACIONAL

Em atuação conjunta com a Secretaria Estadual de Educação, o Ministério Público de Sergipe, através do **Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação**, realiza periodicamente, **Censo Educacional** nos Bairros de Aracaju e nos Municípios de Sergipe, para, assim, colher dados acerca do número de crianças e adolescentes fora da sala de aula, os motivos da evasão, quantidade de analfabetos e outras informações relevantes.

A característica marcante do Censo Educacional é a visita a cada uma das residências do bairro ou do município, durante a realização do evento, o que possibilita a obtenção de dados estatísticos de pessoas que estão fora da sala de aula, seus nomes e endereços.

Acrescente-se que, durante o Censo Educacional, também são identificadas crianças e adolescentes sem registro civil e envidadas ações para obtenção de seus registros. São identificados, ainda, aqueles que necessitam de cuidados educacionais especiais, para atender tais necessidades e garantir-lhe o acesso à educação.

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação disponibiliza aos Membros que atuam na respectiva Curadoria da Educação todo o subsídio logístico no sentido de implantar o programa referido no município que venha a necessitá-lo.

Insta salientar que o Censo Educacional do Ministério Público tem mais de 12 (doze) anos de existência, tendo sido realizado nos seguintes Bairros de Aracaju: Augusto Franco, Industrial, Bugio, São Conrado, Orlando Dantas, Santos Dumont, 18 do Forte, América, Siqueira Campos, Santo Antônio, Ponto Novo, José Conrado de Araújo, Santa Maria, Olaria, Coroa do Meio, Jabotiana, Soledade, Cidade Nova, Atalaia, Porto Dantas, Suíssa, Aeroporto, Coqueiral, Conjunto Santa Lúcia, Getúlio Vargas, Jardim Centenário (Matadouro), Mosqueiro e Areia Branca.

Também foram realizados Censos Educacionais nos seguintes municípios sergipanos: Canindé do São Francisco, Estância, Lagarto, Itabaiana, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras, Poço Redondo, Nossa Senhora das Dores, Santana do São Francisco, Monte Alegre de Sergipe, Ilha das Flores e Maruim.

Impende ressaltar que, no ano de 2012, foram realizados Censos Educacionais nos bairros Matadouro, Mosqueiro e Areia Branca.

O Censo Educacional realizado no **Bairro Matadouro**, em 16 de março de 2012, projetou visitar um total de 2.186 (dois mil cento e oitenta e seis) domicílios, encontrando 717 (setecentos e dezessete) fechados, 60 (sessenta) vagos e 79 (setenta e nove) unidades não residenciais, conseguindo realizar, efetivamente, a visita de **1.330 (um mil trezentos e trinta) domicílios**.

No referido Censo, foram identificadas 225 (duzentas e vinte e cinco) crianças e adolescentes fora da escola, na faixa etária de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos, além de 379 (trezentos e setenta e nove) adolescentes e adultos analfabetos.

Com relação ao Censo Educacional realizado em 17 de agosto de 2012, nos **Bairros Areia Branca e Mosqueiro** foi constatada a existência de 175 (cento e setenta e cinco) crianças e adolescentes fora da escola, na faixa etária de 03 (três) a 18 (dezoito) anos e 437 (quatrocentos e trinta e sete) adolescentes e adultos analfabetos, sendo identificado que a Comunidade dispõe de apenas uma turma nesta modalidade de ensino, caracterizando a necessidade de ampliação da oferta de vagas. Impende ressaltar que a Secretaria de Estado da Educação já contatou a Coordenação do Programa Sergipe Alfabetizado para suprir a demanda.

A partir de 2011, o Censo Educacional passou a ser realizado em conjunto com o **Censo Social**.

2.2.1.2. CENSO SOCIAL

A partir de 2011, o Ministério Público ampliou seu campo de atuação na área social, disponibilizando os recursos da Instituição para atendimento direto à população sergipana, criando o **Censo Social**, que passou a atuar em conjunto com o Censo Educacional.

O **Censo Social**, então, possibilitou ao Ministério Público, não apenas atuar na área da educação, abrangendo o Censo Educacional, mas também averiguar, *"in loco"*, se as necessidades básicas da população - afetadas à saúde, urbanismo, meio ambiente, patrimônio público, consumidor, infância e adolescência, idoso, deficiente, segurança, dentre outras, - estão sendo atendidas pelo poder público, garantindo o acesso da comunidade visitada aos mais diversos serviços públicos e assegurando a efetivação dos seus direitos fundamentais.

Com a participação efetiva das Promotorias de Justiça das áreas citadas, no ano de 2012, foram realizadas 02 (duas) etapas do **Censo Social**, conforme abaixo:

2.2.1.2.1. CENSO SOCIAL DO BAIRRO MATADOURO - ARACAJU/SE

Mais uma vez, o Ministério Público de Sergipe demonstrou que, alicerçado na união e boa vontade de seus Membros e Servidores, é possível, através do contato direto, obter o diagnóstico dos principais problemas que atingem as comunidades.

Na data de 02 de março de 2012, foi realizado o **Pré-Censo Social** no Bairro Matadouro, em Aracaju, com a participação de diversos Promotores de Justiça, representantes de Órgãos Públicos e Lideranças Cívicas e Religiosas da comunidade. Na ocasião, os participantes foram informados acerca do objetivo do Censo, sendo-lhes dada a oportunidade para manifestar suas reclamações, de forma oral e também escrita, por meio de questionários, a fim de subsidiar os trabalhos dos Promotores e estimular a presença dos moradores do Bairro no dia do Censo.

No dia 16 de março, foi efetivamente realizado o **Censo Social**, sediado no Colégio Jornalista Paulo Costa, contando com a cooperação das Promotorias de Justiça dos Direitos do Cidadão de Aracaju, que desenvolveram suas atividades através do atendimento direto aos interessados e de visitas realizadas pelos Promotores aos locais das reclamações.

Ressalte-se, ainda, que durante o **Censo Social do Bairro Matadouro**, vários idosos participaram de palestras com informações relevantes sobre direitos humanos e qualidade de vida.

Os resultados do Censo podem ser conferidos através da tabela a seguir:

Censo Social do Bairro Matadouro	
Principais Ações das Promotorias de Justiça dos Direitos do Cidadão	
Área	Principais Ações
Consumidor e Relevância Pública	Instauração de Procedimento acerca de inclusão no Programa Tarifa social da Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO.
	Instauração de Procedimento referente à reclamação sobre terrenos baldios, servindo de foco de mosquitos, ratos e local de consumo de drogas.
	Instauração de Procedimento a respeito de providências em relação aos moradores da Invasão “Estrela do Oriente”.
	Visita à Invasão “Estrela do Oriente”.
	Solicitação à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMASC, por meio de Ofício, de realização de levantamento das famílias residentes na Invasão “Estrela do Oriente” e identificação do perfil das referidas famílias através do CADUNICO.
	Visita ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do Bairro Santos Dumont, a fim de verificar a existência de Programas sociais para a comunidade do bairro Matadouro, a qual é atendida pela referida instituição.
Direitos da Mulher	Distribuição de questionário, no intuito de verificar se as mulheres conhecem os locais onde possam buscar atendimento, e a qualidade dos serviços ofertados pelo Estado e Município.
	Visita aos Postos de Saúde localizados no Bairro, a fim de colher informações com os profissionais acerca das vítimas de violência doméstica.
	Distribuição, nos Postos de Saúde do Bairro Matadouro, de material educativo, a exemplo de cartilhas e folhetos que versam sobre os direitos da mulher e violência sexual, além de panfleto contendo a rede de atendimento à mulher no Estado.
Direitos Humanos em Geral	Realização de visita à invasão “Estrela do Oriente”, em virtude dos relatos efetuados por ocasião do Pré-Censo, em companhia de técnicas da Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB, Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMASC e da Divisão de Serviço Social do MPSE.
	Designação de Audiência Pública com a presença da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMASC, a fim de que sejam apresentadas soluções para os problemas encontrados.
Educação	Reclamação juntada ao procedimento já existente, cujo objetivo é verificar a regularização dos atos autorizativos de funcionamento das instituições de ensino do Bairro Matadouro perante o Conselho Municipal de Educação - CONMEA.
	Reclamação acostada a Procedimento, cujo objetivo é acompanhar a necessidade de construção de 91 (noventa e uma) creches no Município de Aracaju, até 2014.
	Expedição de ofícios à Secretaria de Estado da Educação e à Secretaria Municipal de Educação, a fim de que fossem tomadas providências a respeito de vagas em escolas para adolescentes que estão fora da sala de aula.
	Instauração de Procedimento, uma vez que foi observado que os computadores da Escola Estadual Jornalista Paulo Costa não têm um programa específico voltado para o aprendizado dos alunos, sendo utilizados como <i>Lan-House</i> .
Infância e Adolescência	Encaminhamento, através de Ofício, de reclamação sobre a falta de creches, à Promotoria Especializada nos direitos à Educação, para serem tomadas as providências cabíveis.
	Registro de reclamação referente a fatos ocorridos no Centro de Estudos e Observação - CEO, para sua apuração.
	Registro de Reclamação, para apuração dos fatos, diante da situação constatada no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Terezinha Moura, após visita realizada no dia do Censo.

Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Histórico e Cultural	Ação Civil Pública objetivando a adequação da prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário na Grande Aracaju.
	Instauração de Procedimento e requisição à Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB, para realização de vistoria no bairro e encaminhamento de relatório circunstanciado respondendo aos questionamentos do MPSE.
	Requisição à Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA de informações sobre licença ambiental do loteamento/desmembramento, além de vistoria no local.
	Instauração do Procedimento referente ao Loteamento "Estrela do Oriente", sendo determinada a notificação do reclamante para fins de complementação das informações apontadas na representação.
Terceiro Setor	Atendimento às entidades que funcionam na localidade.
	Constatação de informações sobre o recebimento de verba pública (federal, estadual e municipal), funcionamento e composição com diretoria e conselho fiscal.
Saúde	Requisição de inspeção da Vigilância Sanitária Municipal nas Unidades básicas de saúde, Lauro Dantas e Onésimo Pinto.
	Requisição de cópia do controle de frequência da Unidade Básica de Saúde Lauro Dantas, para verificação de controle de jornada e possível regulação do controle retromencionado da jornada de trabalho nas Unidades Básicas de Saúde e Sindicato dos Médicos de Sergipe.
	Notificação ao Núcleo de Controle, Auditoria, Avaliação e Regulação - NUCAAR e Centro de Especialidades do Município de Aracaju - CEMAR, para que informem sobre demanda e oferta dos exames e consultas de otorrino, vascular, neurologista e oftalmologista, com indicação dos prestadores contratados.
	Notificação à Secretaria Municipal de Saúde para viabilizar e disponibilizar consultas ginecológicas na Unidade Básica Lauro Dantas.

Tabela 52 - Principais Ações das Promotorias de Justiça no Censo Social

As fotos a seguir registraram as imagens das atividades realizadas no Censo Social do Matadouro:



Foto 44- Censo Social do Matadouro - Instrução para os Alunos Recenseadores



Foto 45 – Censo Social do Matadouro - Hasteamento da Bandeira



Foto 46 – Censo Social do Matadouro - Solenidade de Abertura



Foto 47 - Censo Social do Matadouro - Discurso do Procurador-Geral de Justiça

2.2.1.2.2. CENSO SOCIAL DOS BAIRROS AREIA BRANCA E MOSQUEIRO - ARACAJU/ SE

No dia 17 de agosto de 2012, a equipe do Ministério Público de Sergipe visitou a Escola Municipal Professor Florentino Menezes, em Areia Branca, com o objetivo de averiguar as condições sociais e educacionais dos Bairros Mosqueiro e Areia Branca.

Durante o **Censo Social**, aconteceram apresentações culturais e folclóricas pelo Grupo de Reisado Louvor a Maria e pelo Grupo de Capoeira Meninos de Ouro, além de grupos culturais do bairro Mosqueiro.

A seguir são apresentadas fotos do dia do evento:



Foto 48 - Censo Social dos Bairros Areia Branca e Mosqueiro - Solenidade de Abertura



Foto 49- Censo Social dos Bairros Areia Branca e Mosqueiro - Solenidade de Abertura



Foto 50 - Censo Social dos Bairros Areia Branca e Mosqueiro - Representantes da Comunidade

Os resultados do Censo podem ser conferidos nas seguintes tabelas:

Censo Social dos Bairros Areia Branca e Mosqueiro	
Principais Ações das Promotorias de Justiça dos Direitos do Cidadão	
Área	Principais Ações
Consumidor e Relevância Pública	Instauração de Procedimento com base em reclamação sobre a construção de uma praça para o lazer da comunidade.
	Instauração de Procedimento referente a organização da Orla “Por do Sol” e seu aproveitamento para atividades culturais.
	Procedimento instaurado com base em reclamação sobre a ausência de fornecimento de água para os habitantes dos bairros em questão.
	Instauração de Procedimento referente a reclamações de moradores solicitando uma agência dos Correios e uma casa lotérica credenciada pela Caixa, para facilitar o pagamento de suas contas.
	Instauração de Procedimento relacionado às condições do pavimento, insuficiência de linhas de transporte coletivo, ausência de sinalização e abrigo para ônibus e iluminação da Rodovia João Alves Bezerra.
	Instauração de Procedimento sobre a construção de um campo e de uma quadra de futebol.
	Instauração de Procedimento referente ao serviço de coleta de lixo.
Direitos da Mulher	Distribuição, em um dos Postos de Saúde do bairro, de material educativo, cartilhas e folhetos que versam sobre os direitos da mulher, violência sexual e a rede de atendimento no Estado.
Direitos Humanos em geral	Instauração de Reclamação em face da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, sobre a ausência de atendimento educacional especializado a portadores de Síndrome de Down.
	Instauração de Reclamação acerca da inexistência de Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, na região.

Educação	Instauração de reclamação no PROEJ sobre a necessidade de construção de creches nos Bairros Mosqueiro e Areia Branca, sendo elaborado despacho determinando a expedição de ofício para a Secretaria Municipal de Educação solicitando informações sobre o assunto.
	Registro de Reclamação no PROEJ sobre a falta de professores em Unidade Socioeducativa, tendo sido expedido ofício para a Secretaria de Assistência Social e Cidadania solicitando a regularização da situação.
	Instauração de reclamações a respeito da necessidade de construção de Unidade de Ensino que ofereça Ensino Médio, problemas estruturais e no quadro de pessoal da Escola sede do Censo e no Colégio Estadual Leonor Teles.
Infância e Adolescência	Disponibilização de panfletos, cartazes e folhetos que versam sobre os direitos da criança, do adolescente, uso de drogas, exploração sexual infantojuvenil e o programa Paternidade Responsável.
	Expedição de ofício à Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV), para proceder às investigações e tomada das medidas cabíveis quanto à “denúncia” de possível exploração sexual infantojuvenil e venda de bebida alcoólica a criança e adolescente.
	Visita à Unidade Socioeducativa localizada no bairro Areia Branca, constatando condições precárias e falta de estrutura para funcionamento.
Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Histórico e Cultural	Instauração de Procedimentos com base em reclamações sobre poluição sonora, requisitando-se à Empresa Municipal de Serviços Urbanos - EMSURB a realização de inspeção e vistoria com medição audiométrica nos locais reclamados e requisição à Secretaria de Finanças - SEFIN, de informações quanto à existência de alvará de funcionamento dos estabelecimentos.
	Instauração de Procedimento, tendo em vista inúmeras reclamações sobre o esgotamento sanitário e saneamento básico, requisitando-se à Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB a realização de inspeção no local.
	Reclamações referentes à existência de cemitérios clandestinos e à inexistência de cemitério licenciado, apensadas e juntadas aos autos de Processo já existente, para sua instrução.
Saúde	Instauração de Procedimento condensando todas as reclamações, devidamente registrado no PROEJ, versando sobre conteúdos relacionados à saúde pública.
	Visita às Unidades Básicas de Saúde “João Bezerra” e “Niceu Dantas”.
	Realização de Audiência Pública em que restou pactuada a implantação de uma base descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU com as condições adequadas.
Terceiro Setor	Atendimentos objetivando dirimir dúvidas.
	Orientações quanto às providências preliminares para formalização de entidade.

Tabela 53 - Principais Ações das Promotorias de Justiça no Censo Social

Censo Social - Areia Branca e Mosqueiro - Atendimentos no Setor de Triagem Técnica	
Promotoria	Atendimentos
2ª Promotoria de Justiça do Cidadão especializada na Defesa dos Direitos à Saúde	17
3ª Promotoria de Justiça do Cidadão especializada no Controle Externo da Atividade Policial, em Questões Agrárias e c/ Atuação no Sist. Prisional	11
4ª Promotoria do Cidadão especializada na Defesa do Acidentado do Trab., do Idoso, do Deficiente, dos Dir. Humanos em Geral	4
5ª Promotoria de Justiça do Cidadão especializada na Defesa do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural	12
6ª Promotoria de Justiça do Cidadão especializada na Defesa dos Direitos à Educação	13
8ª Promotoria de Justiça do Cidadão especializada na Defesa dos Direitos da Infância e da Adolescência	1
Encaminhamento à Defensoria Pública do Estado de Sergipe	5
Encaminhamento ao Ministério Público Federal	1
Encaminhamento à Defensoria Pública da União	2
Esclarecimentos jurídicos diversos	2
Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Consumidor e nos Serviços de Relevância Pública	20
Promotoria de Justiça Especializada no Controle e Fiscalização do Terceiro Setor de Aracaju	1
Total de Atendimentos	89

Tabela 54 - Censo Social dos Bairros Areia Branca e Mosqueiro - Atendimentos da Triagem Técnica

2.2.1.3. PROJETO “MP ITINERANTE”

O **Projeto “MP ITINERANTE”** tem por escopo a construção de uma nova realidade para os cidadãos residentes nas diversas comunidades carentes e sofridas do interior do Estado de Sergipe, além das periferias da Capital que, por desconhecerem o papel do Ministério Público, e ainda, pela falta de condições de deslocamento para centros maiores, acabam por não ter garantidos os direitos que lhes são assegurados pela Constituição Federal.

A iniciativa proporciona à Instituição consolidar a sua missão constitucional de defender os interesses mais caros da sociedade, atuando ao lado do povo de forma proativa, criando oportunidades de atendimentos aos cidadãos carentes de todo o Estado. Essa defesa só poderá concretizar-se com ações corretivas detectadas *in loco*, vez que à distância não seriam percebidas integralmente.

Preocupado com essa realidade, o Ministério Público do Estado de Sergipe adquiriu 01 (um) veículo, nominado “**ÔNIBUS DA CIDADANIA**”, que está equipado com os seguintes componentes:



Foto 51 - Ônibus da Cidadania

- 07 (sete) gabinetes, sendo 06 (seis) internos e 01 (um) externo, destinado ao atendimento a pessoas com necessidades especiais;
- Um gerador de 12 KVA;
- Entrada para 07 (sete) computadores, com antenas *Wi-Fi* para *Internet* e trabalhos *on-line*;
- 01 (uma) televisão de 42" para apresentação de vídeos;
- Banheiro;
- Caixa d'água;
- Cadeiras;
- Microondas;
- Toldos;
- 04 (quatro) impressoras.

O **"ÔNIBUS DA CIDADANIA"** irá ao encontro das comunidades, permitindo à população o acesso direto aos Promotores de Justiça e seus assessores, por meio de um atendimento célere e eficaz, propiciando igualdade de direitos a todos que necessitam.



Na manhã do dia 17 de dezembro de 2012, o Ministério Público de Sergipe lançou o **Projeto “MP ITINERANTE”** no Município de Carira, localizado no sertão sergipano. Além da população carirense que compareceu em massa para usufruir dos serviços prestados no **“ÔNIBUS DA CIDADANIA”**, conforme demonstram as fotos abaixo, também prestigiaram a cerimônia de lançamento do Projeto, Membros e Servidores da casa e autoridades como a Prefeita de Carira, Gilma Chagas, e o Presidente da Câmara de Vereadores, Jailton Martins Carvalho.



Foto 52 - MP Itinerante – Atendimento à População



Foto 53 - MP Itinerante – Atendimento à População



Foto 54 - MP Itinerante - Atendimento da Promotoria da Saúde



Foto 55 - MP Itinerante - Atendimento da Promotoria da Infância e Adolescência



Foto 56 - MP Itinerante – Atendimento da Promotoria do Idoso

O **“ÔNIBUS DA CIDADANIA”** continuará visitando os municípios sergipanos, integrando-o, inclusive, a outros projetos do MP, tais quais: o **Censo Social**, o **Censo Educacional** e o **Projeto “MP de Portas Abertas”**, da Escola Superior do Ministério Público, de forma a prestar solidariedade e oferecer seus serviços ao povo sergipano.

2.2.1.4. PROJETO “BOM SAMARITANO”

O **Projeto “BOM SAMARITANO”** tem como escopo realizar visitas a Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, Instituições de Longa Permanência para Idosos, Alas de Hospitais e Creches, para quem são doados mantimentos, remédios, agasalhos e outros itens necessários à continuidade da oferta de serviços de tais entidades.

No ano de 2012, foram realizadas mais duas etapas do Projeto em Instituições da Capital sergipana, coordenadas pelo Setor de Evolução Humana, Ética e Espiritualidade, com o apoio da Divisão de Serviço Social, detalhadas a seguir:

2.2.1.4.1. VISITA AO ASILO RIO BRANCO

O **Projeto “BOM SAMARITANO”**, que estimula a prática de ideais humanitários entre Membros e Servidores do Ministério Público, em sua primeira etapa do ano de 2012, proporcionou uma tarde diferente aos idosos do Asilo Rio Branco, localizado na capital sergipana. No dia 20 de abril de 2012, Membros e Servidores do Órgão levaram donativos, boa música e muita alegria aos que se encontram acolhidos naquela instituição.

O Coral Vozes da Cidadania, regido pelo Maestro Daniel Freire e composto por 80 (oitenta) servidores do MPSE, executou canções que atraíram a atenção de todos. A Banda da Polícia Militar também participou do evento, apresentando diversas músicas de seu repertório.

Por fim, foi ministrada uma palestra pelo Psicólogo Dr. Delman Moitinho Barboza, à época, Coordenador de **Evolução Humana, Ética e Espiritualidade** do MPSE. As Promotoras de Justiça Dra. Berenice Melo e Dra. Ana Paula Machado, Curadoras dos Direitos dos Idosos e do 3º Setor, respectivamente, também estiveram presentes, dentre outros, e visitaram as instalações do Asilo. As atividades desenvolvidas nessa etapa podem ser visualizadas nas fotos a seguir:



Foto 57 - Projeto Bom Samaritano - Apresentação do Coral no Asilo Rio Branco



Foto 58 - Projeto Bom Samaritano - Idosos Acolhidos no Asilo Rio Branco



Foto 59 - Projeto Bom Samaritano - Membros do MPSE em visita às instalações do Asilo



Foto 60 - Membros do MPSE Prestigiam o Projeto Bom Samaritano

2.2.1.4.2. VISITA À CASA MÃE DA MISERICÓRDIA – LAR FREI CRISTIANO

A equipe do Ministério Público visitou, no dia 03 de agosto de 2012, a Casa Mãe da Misericórdia – Lar Frei Cristiano, situada no Conjunto Padre Pedro, Bairro Santa Maria, instituição que, há mais de 10 anos, desenvolve um importante trabalho social junto às crianças residentes naquela comunidade.

A Casa Mãe da Misericórdia atende cerca de 100 (cem) crianças e oferece reforço escolar, oficinas de teatro, dança, música, futebol, além de curso de língua espanhola, ministrado por intercambistas. A entidade atua, ainda, junto às famílias, provendo-as dos chamados benefícios eventuais (cestas básicas, medicamentos, roupas) e ofertando cursos profissionalizantes aos pais, a fim de que eles conquistem autonomia e melhorem sua qualidade de vida.

Paula Costa Souza Pasquetti, servidora do MPSE, com magistral técnica pedagógica, falou às crianças sobre superação, abordando a história de José do Egito. Sob a regência do Maestro Daniel Freire, o Coral Vozes da Cidadania apresentou clássicos da Música Popular Brasileira. As crianças da Casa Mãe da Misericórdia também mostraram seu talento com quatro números de dança.

Somente nessa etapa, o **“Bom Samaritano”** doou mais de 1.300 (mil e trezentos) itens, desde mantimentos para as atividades cotidianas até computadores e materiais que ajudarão nas obras de reforma e ampliação da sede da entidade. As contribuições voluntárias partiram de Membros e Servidores do MP e da iniciativa privada.

A seguir são apresentadas fotos do evento:



Foto 61 - Crianças Atendidas pela Casa Mãe da Misericórdia – Lar Frei Cristiano



Foto 62- Membros e Servidores do MPSE Prestigiam Evento do Projeto Bom Samaritano



Foto 63 - Membros do MPSE com Crianças e Adolescentes Beneficiados pelo Projeto

2.2.1.5. PROJETO ÁRVORE DA SOLIDARIEDADE

Implementado pelo MPSE em 2005, o **Projeto Árvore da Solidariedade** vem sendo executado pelo **Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência** e tem a finalidade precípua de promover a convivência comunitária e a inclusão social das crianças e adolescentes acolhidos, levando até estes o verdadeiro espírito do Natal.

Dividido em duas etapas, *Ballet* Célia Duarte e Festa Natalina, o Projeto agraciou, somente no ano de 2012, mais de **200** (duzentas) crianças e adolescentes, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Lista de Entidades de Acolhimento - Projeto Árvore da Solidariedade	
Nome	Crianças atendidas
Abrigo Feminino Maria Izabel Santana de Abreu	19
Abrigo Gilton Feitosa da Conceição	15
Abrigo Maria Lilian Mendes Carvalho	5
Abrigo Nova Vida	7
Centro de Estudos e Observações - CEO	15
Casa da Criança Nossa Senhora Vitória	13
Casa de Abrigo Caçula Barreto	14
Casa Santa Zita	13
Creche Abrigo Sorriso	65
Lar Infantil Cristo Redentor	13
Lar Meninos de Santo Antônio	16
Oratório Festivo Dom Bosco	8
Projeto Esperança	19
TOTAL	222

Tabela 55 - Entidades de Acolhimento Contempladas pelo Projeto Árvore da Solidariedade

Em 16 de novembro de 2012, os acolhidos assistiram à pré-estreia do espetáculo “A Bela e a Fera”, realizado pelo *Ballet* Célia Duarte, no Teatro Tobias Barreto, em Aracaju, conforme ilustram as fotos a seguir:



Foto 64 - Balé Assistido pelas Crianças do Projeto Árvore da Solidariedade



Foto 65 - Crianças Beneficiadas pelo Projeto Árvore da Solidariedade

A Festa Natalina, por sua vez, realizou-se no dia 30 de novembro do mesmo ano, no late Clube de Aracaju, e contou com a participação de diversas entidades de acolhimento da Capital, oportunidade em que foram realizadas atividades lúdicas e recreativas, além da distribuição de lanches e brindes. Houve, ainda, a participação do “Papai Noel”, que presenteou a todos. A seguir, algumas imagens da Festa:



Foto 66 - Momento da Chegada do Papai Noel

Frise-se, por oportuno, que os presentes distribuídos na festa foram fruto de doações dos denominados “padrinhos”, através da Árvore da Solidariedade. Com efeito, em cada um dos pavimentos do Edifício Sede do MPSE foi armada uma árvore natalina, decorada com cartinhas escritas pelas crianças, de modo que Membros e Servidores da própria Instituição pudessem apadrinhá-las, doando um presente.



Foto 67 - Criança Acolhida Presenteada pelo Papai Noel

2.2.1.6. PROJETO FLORESCER “CONSTRUINDO A LIBERDADE”

Implantado em 2011 pela Corregedoria-Geral do MPSE, SEBRAE e Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, o **Projeto Florescer “Construindo a Liberdade”** manteve suas atividades ao longo de 2012.

Através de cursos e oficinas, além do incentivo à leitura, com a criação da biblioteca do Presídio Feminino, o “Florescer” objetiva o fortalecimento da cidadania das mulheres em situação de prisão, para sua inserção no mercado de trabalho, a fim de que as internas tenham a possibilidade de reconstruir seus projetos de vida por meio de trabalho formal, minimizando a possibilidade de retorno às práticas delitivas.

Dessa forma, em janeiro do ano em foco, aproveitando a realização da Feira de Sergipe na Orla de Atalaia, foram comercializados os primeiros produtos confeccionados pelas presidiárias no curso de artesanato ministrado por técnicos do SEBRAE.

Importante ressaltar a participação da equipe da Divisão de Serviço Social - DIVSS no **Projeto Florescer/PREFEM**, que vem ocorrendo ao longo de todas as etapas. A primeira foi marcada pela aplicação de um questionário para levantar informações quanto ao perfil, situação processual, educação e saúde dos filhos e as habilidades artesanais das internas.

Na segunda etapa, foram viabilizadas dinâmicas de grupo com discussões sobre a (con)vivência no presídio e palestras abordando os temas Inteligência Emocional e Execução de Penas, proferidas pelo então Coordenador de Evolução Humana, Ética e Espiritualidade e pelo Promotor de Justiça da Vara de Execução Criminal. Em continuidade às atividades desta etapa, foram realizados cursos de artesanato, duas vezes por semana, partindo do aperfeiçoamento das habilidades já desenvolvidas, como bordados, costura e confecção de caixas, dentre outros.

Frise-se que a aquisição de máquinas e materiais, além da disponibilização de instrutores para os cursos, foi efetivada com o aporte financeiro proveniente do Fundo Penitenciário - FUPEN, utilizado pela primeira vez, perfazendo um montante de R\$ **16.234,03 (Dezesseis mil, duzentos e trinta e quatro reais e três centavos)**.

A DIVSS, em conjunto com o Programa de Defesa Comunitária, contribuiu também para a execução dos objetivos da terceira etapa, apoiando a campanha continuada de doação de livros, revistas e periódicos. Essa atividade tem a parceria fundamental da Escola Superior e da Coordenação de Evolução Humana, Ética e Espiritualidade do MPSE, tendo por finalidade a ampliação do acervo da Biblioteca, já instalada no presídio, auxiliando no reforço às ações direcionadas à aprendizagem, sendo catalogado o quantitativo de 706 (setecentos e seis) itens.

Para favorecer o gosto pela leitura e estimular a reflexão das internas sobre vários temas, surgiu a ideia da realização de uma oficina literária, cujo resultado será a edição de um livro a partir dos textos produzidos pelas internas.

Nesse contexto, foi convidado o poeta e jornalista Araripe Coutinho que aceitou contribuir

voluntariamente para desenvolver essa desafiante e complexa atividade. A oficina foi montada em módulos com duração de quatro meses, iniciando em junho, contando com a participação de convidados especiais (artistas, terapeutas), e servidores do Ministério Público e do PREFEM.

As fotos a seguir apresentam algumas das atividades desenvolvidas, através do **Projeto Florescer**, com as internas do Presídio Feminino:



Foto 68 - Membros do MPSE Prestigiam Oficina de Leitura do Projeto Florescer



Foto 69- Servidor do MPSE Proferindo Palestra para as Internas



Foto 70 - Exposição de Artesanato das Internas



Foto 71 - Corregedora-Geral do MPSE e Poeta Araripe Coutinho em Oficina de Poesia para Internas

2.2.2. EXTINÇÃO DA FEIRA DAS TROCAS

Em atuação conjunta entre Promotorias e Órgãos Públicos, foi articulada operação que objetivou a cessação e a desocupação de espaço público utilizado por invasores que comercializavam, entre outros bens, vários produtos de crime e contravenção.

A iniciativa foi consolidada através da Recomendação nº 001/2012 do Ministério Público Estadual, para que o Governo de Sergipe procedesse à desocupação do terreno que abrigava a “Feira das Trocas” até o dia 08 de junho de 2012. A Recomendação, datada de 28 de maio, foi elaborada depois de várias reclamações feitas ao MPSE, dando conta de que os “comerciantes” instalados no local estavam praticando diversos delitos e várias irregularidades administrativas.

Com o apoio das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros e Empresa Municipal de Serviços Urbanos – EMSURB, foi executada operação fiscalizadora no local da Feira e constatadas diversas irregularidades, inclusive o comércio de animais silvestres e receptação de veículo supostamente furtado ou roubado.

A operação resultou em 35 (trinta e cinco) autos de infração, uma prisão em flagrante e as apreensões de 10 (dez) certificados de registros de licenciamento veicular, de 12 (doze) veículos, de 10 (dez) carteiras nacional de habilitação, de 70 (setenta) pássaros e de 34 (trinta e quatro) gaiolas.

Fizeram parte da operação e da Representação, a Promotoria de Justiça da Defesa do Consumidor; a 5ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, especializada na defesa do meio ambiente, urbanismo, patrimônio social e cultural, controle e fiscalização do Terceiro Setor e serviços de relevância pública; a 7ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, especializada na defesa da ordem tributária; a 3ª Promotoria de



Foto 72 - Policiais em Procedimento de Vistoria



Foto 73- Policiais Realizando Procedimento de Apreensão de Mercadorias



Foto 74 - Processo de Demolição da Feira das Trocas

Justiça dos Direitos do Cidadão, especializada no controle externo da atividade policial em questões agrárias e com atuação no sistema prisional; o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado; e o Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública do MPSE.

Em decorrência dos trabalhos realizados, a Feira das Trocas foi interdita e demolida, colocando fim às negociações ilícitas praticadas no local. Onde funcionava a Feira, serão construídos os Cartórios Eleitorais da cidade de Aracaju.

A seguir, algumas imagens da desocupação da Feira das Trocas e do terreno após a demolição:



Foto 75 - Terreno Após Desocupação da Feira das Trocas



Foto 76 - Terreno Após Desocupação da Feira das Trocas

2.2.3. ATUAÇÃO NO COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL

Na tarde do dia 25 de junho de 2012, o auditório do Ministério Público de Sergipe foi palco da solenidade de assinatura de Convênio de Cooperação Técnica, com o lançamento do Programa de Defesa da Ordem Tributária.

O referido Termo tem por objetivo o aperfeiçoamento da articulação entre o MPSE e órgãos responsáveis pela fiscalização tributária estadual, consultoria, representação judicial, funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, com vistas a promover ações de compartilhamento de informações, apoio à atuação e cooperação técnica.

Assinaram o pacto de cooperação, o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Orlando Rochadel Moreira, o Governador do Estado de Sergipe Dr. Marcelo Déda Chagas, o Promotor de Justiça da Defesa da Ordem Tributária, Dr. Renê Antônio Erba, o Promotor do Patrimônio Público, Dr. Paulo Lima de Santana, o Procurador-Geral do Estado, Dr. Márcio Leite Rezende, o Secretário de Estado de Segurança Pública, João Eloy de Menezes e o Secretário de Estado da Fazenda, João Andrade Vieira.

Importante frisar que todos os representantes dos órgãos envolvidos no Acordo manifestaram-se favoravelmente no sentido de juntos, identificarem os sonegadores e viabilizarem as propostas de ação à Justiça.

A seguir são apresentadas fotos da solenidade de assinatura do Convênio e lançamento do Programa de Defesa da Ordem Tributária:



Foto 77 - Procurador-Geral e Governador do Estado Assinando Convênio

2.2.4. PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDO - PAE

Instituído por meio de um Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério Público Estadual e o Governo de Sergipe, através da Secretaria Estadual da Educação e da Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social, o **Programa de Apoio ao Estudo – PAE** tem como objetivo estimular os alunos da rede pública de ensino a aprimorarem os seus conhecimentos acadêmicos, tendo em vista que poderão ser selecionados para o exercício de atividade de estágio ou profissional junto às entidades públicas e privadas.

O programa passou a estimular uma competição saudável entre os estudantes, pois somente os melhores alunos da rede pública teriam a oportunidade de serem contratados para exercer a função de estágio ou trabalho.

São requisitos dos alunos para participar do PAE na modalidade estágio:

1. Para 60% (sessenta por cento) das vagas: ser estudante da rede pública, ter entre 16 e 17 anos, apresentar aproveitamento escolar satisfatório (média mínima de 7,0 por disciplina), frequência escolar superior a 80% (oitenta por cento), bom comportamento escolar, currículo com foto, cópia da carteira de identidade e do CPF e comprovante de residência;
2. Para 40% (quarenta por cento) das vagas: ser estudante da rede pública, ter entre 16 e 17 anos, possuir baixa renda familiar de R\$ 70,00 (setenta reais) a R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) mensais por pessoa, frequência escolar superior a 70% (setenta por cento), bom comportamento escolar, currículo com foto, cópia da carteira de identidade e do CPF e comprovante de residência.

São requisitos dos alunos para participar do PAE na modalidade emprego: Possuir mais de 18 (dezoito) anos, estar matriculado no ensino médio da rede pública estadual, desde que tenha cursado o ensino fundamental na rede pública.

Todas as escolas da rede pública estadual de ensino que tiverem alunos nas condições previstas acima participam do Programa, enviando, quando solicitadas, à Secretaria de Estado da Educação/Diretoria de Educação de Aracaju, o resultado final da seleção contendo os nomes dos alunos aprovados por ordem de classificação.

Aos alunos selecionados são oportunizadas as vagas, obedecendo-se ao critério de disponibilidade.

O Ministério Público, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação e da 6ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, especializada na defesa dos direitos à educação, realiza os contatos com as entidades dos setores públicos e privados, realiza reuniões/audiências públicas, centraliza o trânsito de informações entre as escolas públicas e as entidades parceiras, e fiscaliza todas as fases do Programa, conforme consta na foto ao lado:



Foto 78 - Evento Realizado entre o MPSE e Entidades Parceiras do Projeto PAE

No ano de 2012, insta salientar, foram contemplados 80 (oitenta) alunos pelo **Programa de Apoio ao Estudo – PAE**, oriundos de 11 (onze) escolas estaduais, através de vagas oferecidas pelas instituições participantes, conforme demonstram as seguintes tabelas:

PAE - Escolas Participantes	
Escolas	Estagiários
Colégio Estadual Albano Franco	14
Colégio Estadual Augusto Franco	1
Colégio Estadual Barão de Mauá	1
Colégio Estadual Francisco Rosa	11
Colégio Estadual Governador Valadares	9
Colégio Estadual Joaquim Vieira Sobral	7
Colégio Estadual José Alves Nascimento	18
Colégio Estadual Leonor Teles de Menezes	11
Colégio Estadual Presidente Costa e Silva	4
Colégio Estadual Presidente Emílio Garrastazu Médici	3
Escola Estadual Professor Benedito Oliveira	1
TOTAL	80

Tabela 56 - Escolas Contempladas com o Programa de Apoio ao Estudo - PAE

Instituições Participantes	
Instituições	Vagas
Autoplus	2
Banco do Estado de Sergipe - Banese	7
Empresa Energética de Sergipe - Energisa	6
Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP	65
TOTAL	80

Tabela 57 – Instituições Participantes do Programa de Apoio ao Estudo - PAE

Os depoimentos seguintes demonstram os resultados produzidos na vida de estudantes, que aproveitaram a oportunidade de adquirir conhecimento e experiência através do Programa de Apoio ao Estudo – PAE:

“Através do PAE comecei meu estágio na Secretaria de Segurança Pública. Isso mudou completamente minha vida. Mudei meu jeito de ser, passei de tímida a muito extrovertida e, principalmente, tomei gosto pela área jurídica. Achei que seria médica, mas, depois do estágio, tenho certeza que quero fazer Direito. Achei o meu caminho.”

Ingrid Silva (Aluna do Colégio Joaquim Vieira Sobral)

“Sempre fui muito calada e introvertida. Depois que comecei a estagiar no Instituto de Identificação, conheci pessoas, me senti mais útil e, com isso, melhorei minha autoestima. Acho que o Projeto é muito válido e me ajudou bastante. Quero ser engenheira e, apesar de não estagiar nessa área, adquiri muitos conhecimentos na área de impressão digital que também vai me servir muito profissionalmente.”

Maria Izabel dos Santos (Aluna do Colégio Costa e Silva)

2.2.5. PROJETO PATERNIDADE RESPONSÁVEL

Implantado pelo Ministério Público de Sergipe em 2004, o **Projeto Paternidade Responsável** tem como finalidade precípua viabilizar o reconhecimento formal da paternidade, mediante a inclusão dos dados do genitor no Registro de Nascimento de crianças, adolescentes e, eventualmente, adultos carentes, resguardando direitos daí decorrentes, mormente no que tange à celebração de acordo de alimentos, quando se tratar de beneficiário menor, para suprimento de suas necessidades básicas.

O aludido Projeto, que vem sendo desenvolvido pela 8ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, especializada na defesa dos direitos da criança e do adolescente, em conjunto com o CAOp – Infância e Adolescência, conta com a parceria da Secretaria de Estado da Inclusão e Desenvolvimento Social – SEIDES, a qual, desde o ano de 2007, passou a celebrar, com o MPSE, Termo de Cooperação Técnica e Financeira, a fim de custear as despesas necessárias e suficientes para a disponibilização de exame de DNA gratuito a todas as pessoas atendidas pelo Projeto.

Em 2012, especificamente, foi celebrado o Termo de Cooperação Técnica nº 01/2012, por meio do qual a SEIDES se comprometeu a custear a realização de 300 (trezentos) exames de DNA do tipo DUO e 100 (cem) exames de DNA do tipo TRIO.

Em decorrência de parceria firmada com as instituições da rede pública de ensino e com alguns Cartórios de Registro Civil, são periodicamente encaminhadas à Promotoria informações sobre menores em cujos Registros de Nascimento não há identificação de paternidade e, a partir de então, é desenvolvido um trabalho objetivando identificar e convocar o suposto pai para solucionar o caso. Outrossim, qualquer interessado no Projeto pode procurar, espontaneamente, o setor reservado ao **Paternidade Responsável**, na sede do MPSE, onde serão

adotados todos os procedimentos legais necessários à inclusão dos dados do pai no Registro de Nascimento do assistido.

Com uma média de 40 (quarenta) atendimentos semanais, o **Projeto Paternidade Responsável**, desde a sua implantação, já viabilizou a realização de 1.500 (mil e quinhentos) exames de DNA, sendo **222 (duzentos e vinte e dois)** só no ano de 2012, resultando em **79 (setenta e nove)** reconhecimentos realizados no município de Aracaju.

2.2.6. PROJETO ROMPENDO COM O SILÊNCIO

Em alusão ao “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, instituído pela Lei Federal nº 9.970/00 como dia 18 de Maio, a 8ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão e o Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência elaboraram o **Projeto Rompendo com o Silêncio**, a ser executado no município de Aracaju, em parceria com os órgãos integrantes da rede de proteção ao público infantojuvenil.

O propósito, em linhas gerais, é o de instigar a população para a quebra do silêncio diante de suspeita ou confirmação de casos de abuso ou exploração sexual contra crianças e adolescentes, visando prevenir, combater e punir tais práticas.

Articulou-se um conjunto de ações desenvolvidas na terceira semana de maio, finalizando no dia 18/05/2012, a exemplo da distribuição de material educativo sobre o tema, abordagem direta de pessoas nos hotéis, restaurantes, lanchonetes, bares e similares, a realização de passeatas, palestras e audiências públicas, além de apresentações teatrais.

Como benefício proporcionado pelo Projeto, destaca-se a conscientização da sociedade aracajuana acerca da necessidade de se romper o silêncio sobre as práticas de violência contra criança e adolescente, as quais geralmente ocorrem no seio familiar, denunciando o fato através dos telefones 181 e disque 100 ou, em se tratando de profissionais da rede de saúde e educação, mediante preenchimento e encaminhamento do formulário SALVE - Sistema de Aviso Legal por Violência, Maus Tratos e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, ou mediante comunicação direta ao Conselho Tutelar.

2.2.7. IMPLANTAÇÃO DOS MATADOUROS REGIONALIZADOS

O ano de 2012 marca o início da implementação do Programa de Regionalização do Abate Sergipano – PRAS, através do empreendimento de ações, a exemplo de reuniões e audiências entre representantes do Ministério Público de Sergipe e outros Órgãos Estaduais.

Resultado do trabalho conjunto que está sendo desenvolvido pelos Centros de Apoio Operacional do Meio Ambiente, da Saúde e do Consumidor, o programa, idealizado pelo Grupo Curtume Souza, visa a criação de 04 (quatro) matadouros de pequeno/médio porte, a serem instalados estrategicamente nas cidades de Canindé de São Francisco, Estância, Itabaiana e Nossa Senhora da Glória, destinadas ao abate de carne bovina, caprina, ovina e suína, de modo a atender todo o Estado de Sergipe.

Além de pretender a regularização do abate no Estado, com a devida observância das normas ambientais, de saúde e de agricultura, a implantação dos matadouros regionalizados proporcionará, também, o desenvolvimento da agropecuária no Estado, legalizando em 100% (cem por cento) o abate de animais e gerando mais de 350 (trezentos e cinquenta) empregos formalizados.

2.2.8. REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS COMO FORMA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Considerando a Educação como o instrumento mais eficaz de prevenção à violência doméstica, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher procurou realizar em 2012 campanhas educativas a respeito do tema, através da distribuição de panfletos nos postos de saúde, nas ruas, supermercados, feiras livres, entre outros.

Acredita-se que a medida educativa pode expor as causas diretas e procedentes à violência doméstica, ajudando na compreensão de seu impacto e consequências, promovendo alternativas e modos de vida não violentos. Ao passo que a matéria é explorada, torna-se disponível uma quantidade maior de informação, para que os esforços de prevenção da violência sejam levados ao maior número de mulheres possível.

Diante do contexto e devido à enorme complexidade que o tema da Violência Doméstica e suas ramificações apresentam, o CAOp dos Direitos da Mulher elaborou panfleto, gerado a partir do levantamento da rede de proteção, apresentando as orientações da rede de atendimento, conforme demonstrado na imagem abaixo:



Figura 2 - Panfleto com Informações da Rede de Atendimento à Mulher

A iniciativa foi implementada com a finalidade de fazer com que as mulheres que sofrem violação dos seus direitos garantidos pela Lei, tenham acesso a orientações sobre violência doméstica, família e saúde através da rede de atendimento.

Outras campanhas também foram realizadas pelo CAOp no sentido de exercer suas atribuições na área de proteção e defesa da mulher, seja na modalidade preventiva ou repressiva.

Destacam-se as atividades realizadas no Censo Social, através da prestação de apoio técnico e operacional, com distribuição de material educativo, cartilhas, folhetos que versam sobre os direitos da Mulher, violência sexual, elaborados por outros Ministérios Públicos e por outros Órgãos parceiros e o mencionado panfleto contendo a rede de atendimento no Estado. O material distribuído pode ser visualizado na imagem em seguida:



Figura 3 - Material Educativo elaborado por outros Órgãos e Distribuídos no Censo Social

2.2.8.1. VEICULAÇÃO DE CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NAS CONTAS DE ÁGUA E ENERGIA

Uma parceria firmada entre o Ministério Público de Sergipe, a Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO e a Distribuidora de Energia S/A do Estado de Sergipe – ENERGISA, levou a campanha de combate à violência contra a mulher, com foco na Lei 11.340 (Lei Maria da Penha) para milhões de Sergipanos. Um *banner*

A campanha gera oportunidade de fortalecer as políticas contra a violência doméstica, levando informação a respeito da legislação.

Figura 4 - Veiculação de Campanha em Conta de Água

A campanha gera oportunidade de fortalecer as políticas contra a violência doméstica, levando informação a respeito da legislação.

Classe: RESIDENCIAL Monofásica
Roteiro: 17-001-240-0795
Nº do Medidor: W1029584957

0
Referência: JUN/2012
Emissão: 29/06/2012

4738

Atendimento ao Cliente ENERGISA
Ao ligar, tenha sempre em mãos a conta.



08000 79 0196

LIGAÇÃO GRATUITA

Acesse: www.energisa.com.br

Identificador para Débito Automático: 00003723384

Reservado ao FISCO

7973.84fc.f3c7.7840.f436.8d7c.fbb8.adf4

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

3/372338-4

Indicadores de Qualidade 04/2012 - Conjunto ATALAIA

LIMITES DA ANEEL	APURADO	LIMITE DE TENSÃO
DIC MENSAL 5,4	0,00	NOMINAL
DIC TRIMESTRAL 10,9		CONTRATADA
DIC ANUAL 21,7		LIMITE INFERIOR
FIC MENSAL 3,6	0,00	LIMITE SUPERIOR
FIC TRIMESTRAL 7,2		
FIC ANUAL 14,5		
DMIC 3,1	0,00	
DICRI		

DIC: nº de horas que o cliente ficou sem energia. FIC: nº de vezes que o cliente ficou sem energia. DMIC: duração em horas, da maior interrupção de energia no período. DICRI: Duração da interrupção da energia em período crítico. Possíveis valores individuais apurados acima dos padrões nesta unidade consumidora implicarão direito à compensação. É direito do consumidor solicitar, a qualquer tempo, a apuração dos indicadores de qualidade.

Dados do Cliente

Conta referente a

Apresentação

JUN/2012

03/07/2012

Data prevista da próxima leitura

30/07/2012

Histórico de Consumo KWh

MAI/2012	148
ABR/2012	166
MAR/2012	153
FEV/2012	153
JAN/2012	177
DEZ/2011	157
NOV/2011	161
OUT/2011	144
SET/2011	144
AGO/2011	185
JUL/2011	126
JUN/2011	154

Faturas em atraso

11/06/2012	73,98
11/05/2012	82,86

Cálculo de Consumo

ANTERIOR	ATUAL				
DATA	LEITURA	DATA	LEITURA	CONSTANTE	CONSUMO DIAS
29/05/12	17860	28/06/12	17989	1	129 30

Demonstrativo

	Valor (R\$)
FORNECIMENTO DE ENERGIA	
129 X 0.35369	45,62
IMPOSTOS / ENCARGOS	
PIS:	0,55
COFINS:	2,54
JUROS DE MORA 03/2012	1,26
MULTA 03/2012	1,48
ICMS (Base de Cálculo R\$ 64,94 Aliquota 25.00%)	16,23

MÉDIA DOS ÚLTIMOS MESES: 154 KWh

Composição do valor total da sua conta

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	%
SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DA ENERGISA	19,91	29,42
COMPRA DE ENERGIA	20,77	30,69
SERVIÇO DE TRANSMISSÃO	1,86	2,75
ENCARGOS SETORIAIS	3,08	4,55
IMPOSTOS DIRETOS E ENCARGOS	22,06	32,59
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00
TOTAL	67,68	100,00

- Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (Ref 04/2012): R\$ 36,36

ATENÇÃO

Violência contra a Mulher é crime. Denuncie. Ligue 180 ou procure o(a) Promotor(a) de Justiça.

Figura 5 - Veiculação de Campanha em Conta de Energia

2.2.9. APOIO AO PROJETO REFORÇO CRIATIVO ESCOLAR

Criado em 2001, fruto do Projeto “Lixo e Cidadania em Sergipe”, o **Reforço Criativo Escolar – RECRIARTE**, conta com o suporte do Ministério Público de Sergipe, em parceria com a Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju – CARE. O Projeto tem como principal objetivo reduzir a incidência de trabalho infantil e promover a inclusão social de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, mediante o desenvolvimento de ações socioeducativas e culturais.

Em 2012, o Ministério Público de Sergipe celebrou o Acordo de Cooperação Mútua nº 002/2012 com a Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju – CARE, a Associação Comunitária de Mulheres Trabalhadoras em Reciclagem – MATER e o **RECRIARTE**, objetivando a união de esforços das partes, para desenvolvimento das ações do Projeto em foco, que consiste em oferecer reforço criativo escolar, atividades socioeducativas, lúdicas e culturais, desenvolvimento de práticas esportivas, incentivo às atividades artísticas e o resgate das tradições culturais regionais.

Por meio do Acordo de Cooperação, o MPSE se comprometeu a disponibilizar para o **Projeto RECRIARTE** a equipe técnica da Divisão de Serviço Social, do Programa de Defesa Comunitária e estagiários de Pedagogia, destacando-se as seguintes atribuições:

1. Realizar a Coordenação Técnica e Administrativa do **Projeto RECRIARTE**;
2. Monitorar e avaliar sistematicamente as atividades desenvolvidas pelo **Projeto RECRIARTE**;
3. Apoiar a equipe de professores e estagiários, sempre que for necessário, para o bom andamento das atividades e para o total sucesso dos objetivos propostos nesta parceria;
4. Contribuir com as atividades socioeducativas, reforço escolar criativo e desenvolvimento de atividades lúdicas e culturais;
5. Planejar, em conjunto com a coordenação pedagógica e equipe do **Projeto RECRIARTE**, as atividades que serão desenvolvidas com o público-alvo;
6. Fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros de qualquer origem destinados ao **Projeto RECRIARTE**.

A seguir são demonstradas as principais atividades desempenhadas pela Divisão de Serviço Social, referentes ao Projeto, no ano de 2012:

Atividades do Projeto Recriarte	
Acompanhamento nas Escolas	14
Articulação Interinstitucional	3
Atendimento Individual	1
Elaboração de Relatório	2
Monitoramento	10
Participação em Eventos	2
Pesquisa e Levantamento de Dados	3
Reunião	9
TOTAL	44

Tabela 58 - Atividades de Apoio da Divisão de Serviço Social ao Projeto RECRIARTE

Ressalte-se que, em outubro de 2012, foi designada, ainda, uma pedagoga, servidora do quadro de pessoal de provimento comissionado do Ministério Público de Sergipe, para exercer a função de Orientadora Técnica do **Projeto RECRIARTE**, tendo em vista a necessidade de orientar tecnicamente os estagiários de pedagogia disponibilizados pelo Órgão Ministerial.

A seguir são apresentadas fotos de atividades realizadas no **RECRIARTE**, com a participação do MPSE:



Foto 79 - Prédio onde Funciona o Projeto RECRIARTE



Foto 80 - Crianças Beneficiadas pelo Projeto RECRIARTE

2.2.10. PROGRAMA DE ESCLARECIMENTO DE PESSOAS IDOSAS QUANTO A EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Considerando as diversas notícias de abuso por parte dos familiares dos idosos quanto à efetuação de empréstimos consignados, torna-se relevante conscientizar a população no tocante à cautela necessária ao realizar esse tipo de contrato.

Consciente da importância do assunto, o Ministério Público de Sergipe, através do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos, participou, em 2012, de campanha nacional promovida pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, a fim de promover esclarecimentos acerca da realização de empréstimos consignados por pessoa idosa.

Foram encaminhados aos Promotores de Justiça do Estado, com atribuição na defesa dos direitos da Pessoa Idosa, tanto pelo meio físico, quanto através de correio eletrônico, 03 (três) *spots* (gravações de áudio contendo as mensagens que foram veiculadas nas rádios) elaborados pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco para a campanha nacional, solicitando a sua colaboração na promoção de transmissão pelas emissoras de rádio de todo o Estado de Sergipe.

2.2.11. CUMPRIMENTO DA META 2 DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Buscando atingir os objetivos preconizados pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública - ENASP, foram realizadas reuniões no início de cada semestre, envolvendo a Corregedoria-Geral do MPSE, Gestor Estadual da ENASP e representante da Secretaria de Segurança Pública de Sergipe – SSP/SE, durante as quais foram explanadas as políticas de ambos os Órgãos visando o cumprimento das metas estabelecidas para o ano em tela.

A cargo dos Ministérios Públicos ficou a Meta 2 - “conclusão de todos os inquéritos policiais e procedimentos investigatórios relativos a homicídios dolosos, tentados ou consumados, instaurados até 31/12/2007”, **destacando-se que Sergipe ficou em 6º lugar no país.**

Ainda em 2012, a Meta 2 evoluiu para um segundo estágio, buscando, atualmente, o esclarecimento das investigações deflagradas até 31/12/2008, já tendo sido resolvidos, em Sergipe, 50% (cinquenta por cento) dos casos.

2.2.12. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DIREITOS DO CIDADÃO

Com foco na execução do **Plano Estratégico Plurianual de Ação do Ministério Público do Estado**

de Sergipe 2011/2015, o Procurador-Geral do MPSE instituiu, em fevereiro de 2012, 11 (onze) Comissões Setoriais, a fim de dar andamento aos trabalhos.

As Comissões foram agrupadas de acordo com os eixos previstos no Plano, todas coordenadas por um Procurador de Justiça e por Diretor do Centro de Apoio Operacional – CAOp, sendo compostas por Membros do Ministério Público.

Durante o ano em questão, os Grupos produziram materiais de apoio para o trabalho dos Promotores de Justiça de todo o Estado, referentes a temas relacionados ao objetivo estratégico de **Cumprir a Destinação Constitucional**, a exemplo da promoção da acessibilidade, adequação do sistema de trânsito e enfrentamento à violência contra a mulher.

Com vistas a promover a execução dos projetos seguindo a metodologia de gerenciamento definida pelo Órgão, e, assim, maximizar o sucesso de suas ações e possibilitar o acompanhamento de seu andamento, a Procuradoria-Geral de Justiça disponibilizou o apoio da Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos para auxiliar as Comissões, dando o devido suporte técnico na aplicação das técnicas de Gerência de Projetos para a condução de seus trabalhos.

A iniciativa marca o início da aplicação, com sucesso, das mais modernas e eficientes ferramentas de gestão, tendo obtido excelente receptividade das seguintes Comissões que demandaram o apoio da Divisão:

1. Defesa dos Direitos Humanos;
2. Relevância Pública;
3. Terceiro Setor.

Cabe ressaltar que os Centros de Apoio Operacional – CAOps são os órgãos responsáveis pela execução das atividades associadas aos diversos temas abordados pelas Comissões de Planejamento Estratégico.

Nos tópicos que seguem, pode ser visualizado um resumo dos trabalhos das Comissões específicas.

2.2.12.1. DOS DIREITOS HUMANOS

Em virtude da constatação existente da inobservância às disposições legais de acessibilidade às pessoas com deficiência e idosos, que restringem o exercício de sua cidadania, o acesso aos bens e serviços públicos e comunitários e a socialização, fez-se necessária a intervenção do MP junto aos gestores e/ou proprietários dos serviços postos a serviço da coletividade.

O **Projeto Promoção da Acessibilidade**, da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, pautou-se no objetivo de fomentar e promover, em todos os municípios de Sergipe, a acessibilidade arquitetônica e urbanística (acessibilidade física), para garantir o acesso, com segurança e autonomia, às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, aos bens e serviços públicos e aos de uso público e coletivo postos à disposição da coletividade.

Nesse sentido realizou-se, em 14/05/2012, no Auditório do MPSE, *Workshop* sobre Acessibilidade. O evento, que contou com a participação da Promotora de Justiça Dra. Rebecca Monte Nunes e da Sra. Bernadete Lula, Arquiteta e Urbanista, ambas do Ministério Público do Rio Grande do Norte, foi marcado pelo compartilhamento da experiência bem sucedida da implementação da acessibilidade naquele Estado, oferecendo subsídios para a atuação em Sergipe.

Buscando promover, também, a acessibilidade nos transportes coletivos e garantir o atendimento prioritário às pessoas com deficiência e idosos, a Comissão elaborou *kit* constituído de guia descritivo de conceitos, normas e *checklists*, que o Membro do MPSE pode utilizar para a tomada de decisões necessárias à promoção da acessibilidade em uma construção municipal, estadual ou da iniciativa privada, e de modelos de peças necessárias à prática judicial e extrajudicial, relativas à Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística, à Acessibilidade no Transporte Coletivo e à Acessibilidade/Atendimento Prioritário.

Complementando o trabalho, a Comissão tem envidado esforços para a elaboração e veiculação de vinheta através dos meios de comunicação, a fim de levar informações e conscientizar os gestores públicos e a sociedade sobre esta relevante questão.

A Comissão de Defesa de Defesa dos Direitos Humanos foi composta pelos seguintes Membros:

Coordenadores:

Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg – Procuradora de Justiça;

Berenice Andrade de Melo – Promotora de Justiça e Diretora do CAOp;

Promotores de Justiça:

Ana Galgane Paes;

Ana Paula Souza Viana;

Antônio Carlos Nascimento Santos;

Augusto César Lobão Moreira;

Cláudia do Amaral Calmon;

Fabiana Carvalho Viana Franca;

Fábio Pinheiro Silva de Menezes;

Lenilde Nascimento Araújo;

Maria Helena Sanches Lisboa Vinhas.

2.2.12.2. DA EDUCAÇÃO

O **Projeto Adequação Física e Estrutural das Escolas Públicas Estaduais e Municipais**, da Comissão de Direitos à Educação, teve como objetivo estabelecer cronograma para inclusão das necessidades diagnosticadas em orçamento e conclusão das adequações (reformas), sem comprometimento do ano letivo – adequação do calendário escolar aos cronogramas das obras.

Dentre os principais produtos definidos na Estrutura Analítica do Projeto proposta pela Comissão,

destaca-se a realização de diagnóstico, por amostragem, de escolas, em cada município, que se encontram em situação precária, necessitando de reforma. O levantamento, concluído em todo o Estado, possibilitou a indicação, pelos Promotores de Justiça com atribuição na Curadoria da Educação, de 02 (duas) escolas em cada Município do Estado de Sergipe, cuja melhor estruturação será exigida do Estado/Município.

Foram empreendidos os esforços necessários, tanto por parte dos Membros da Comissão como, principalmente, pelas briosas instituições parceiras, Corpo de Bombeiros Militar e Vigilância Sanitária do Estado de Sergipe, que inspecionaram e emitiram laudos de vistorias para escolas de 49 (quarenta e nove) municípios.

Em razão dos laudos técnicos enviados, foram expedidos 52 (cinquenta e dois) ofícios de encaminhamentos aos Promotores responsáveis pela Curadoria dos Direitos à Educação, atuantes nos respectivos municípios onde estão localizadas as unidades de ensino vistoriadas, devidamente acompanhados de modelos de Ações Cíveis Públicas e de Termos de Ajustamento de Conduta.

Enriquecendo ainda mais o trabalho desempenhado, diante da relevância do tema, a Comissão, acatando sugestão da Vigilância Sanitária Estadual, realizou palestra, em 10/12/2012, destinada a todos os Membros do Ministério Público de Sergipe, a fim de expor os principais problemas identificados quando da fiscalização das escolas. O evento foi um sucesso, contando com a presença dos Membros atuantes nas Curadorias dos Direitos à Educação de todo o Estado.

A Comissão de Direitos à Educação foi composta pelos seguintes Membros:

Coordenadores:

Maria Helena Fernandes de Barros – Procuradora de Justiça;

Etélio de Carvalho Prado Junior – Promotor de Justiça e Diretor do CAOp;

Promotores de Justiça:

Ana Leila Costa Garcez;

Cláudio Roberto Alfredo de Sousa;

Julival Pires Rebouças Neto;

Luis Fausto Dias de Valois Santos;

Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva;

Paulo José Francisco Alves Filho;

Raimundo Bispo Filho;

Suzy Mary de Carvalho Vieira;

Waltemberg Lima de Sá.

2.2.12.3. DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

O **Projeto Acolhimento Institucional**, da Comissão da Infância e Adolescência, foi criado com o objetivo de subsidiar o trabalho dos Promotores de Justiça com atribuição na área da infância e adolescência, especialmente no que tange ao fomento à municipalização do serviço de atendimento de crianças e adolescentes em famílias acolhedoras e casas lares.

Diante disso, foi confeccionado o **Kit – Acolhimento**, instrumento de apoio a ser usado por todos os Promotores de Justiça com atribuição na área da infância e adolescência. O *kit* contém documentos, a exemplo de diagnóstico dos equipamentos da rede socioassistencial de Sergipe, atos normativos, modelos de Portaria, Ofício e Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, relativos a programas de acolhimento e de atendimento.

Foi realizada, ainda, por duas representantes da ONG Aldeias Infantis, exposição acerca da dinâmica do acolhimento na modalidade Casa Lar.

A Comissão da Infância e Adolescência foi composta pelos seguintes Membros:

Coordenadores:

Maria Joselita Almeida Barbosa – Procuradora de Justiça;

Maria Rita Machado Figueiredo – Promotora de Justiça e Diretora do CAOp;

Promotores de Justiça:

Ademilton de Oliveira Santos;

Claudia Daniela de Freitas Silveira Franco;

Felix Carballal Silva;

Karla Christiany Cruz Leite;

Maria Lilian Mendes Carvalho;

Miriam Teresa Cardoso Machado;

Ricardo Sobral Sousa;

Rosane Gonçalves dos Santos;

Sílvio Roberto Matos Euzébio.

2.2.12.4. DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO, PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIAL

O **Projeto Fiscalização da Adequada Prestação do Serviço de Esgotamento Sanitário**, da Comissão de Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Cultural e Social, pautou-se pelos seguintes objetivos:

1. Sugerir aos Promotores de Justiça com atribuição na Curadoria do Meio Ambiente, em todos os municípios do Estado, a instauração de Procedimento Extrajudicial, visando à coleta de dados acerca da atual situação do sistema de esgotamento sanitário nos respectivos municípios, sobretudo da existência de Plano Municipal;
2. Verter esforços para obter dos gestores das municipalidades a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, através do firmamento de Termo de Ajustamento de Conduta, por meio das Promotorias de Justiça;
3. Obter das aludidas autoridades municipais cronograma de execuções de obra dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Dentre as relevantes atividades planejadas para alcançar os objetivos propostos, vale ressaltar a disponibilização de modelos de Portaria e Ofício, para instauração dos Procedimentos Administrativos e coleta de dados acerca da atual situação do sistema de esgotamento sanitário. Tal iniciativa visa facilitar o trabalho a ser desenvolvido pelas Promotorias de Justiça.

Concluindo-se pela premente necessidade de elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, de atribuição municipal, já que condiciona a execução de qualquer obra relativa ao esgotamento sanitário, fora desenvolvido, modelo de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, a ser firmado com os gestores municipais, através das Promotorias do Interior, de modo a instá-los a confeccionar o sobredito Planejamento, com cronograma de execução de obras.

Registre-se, ainda, a realização de reuniões na Secretaria Estadual de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB, com a presença da respectiva Secretária, Maria Lúcia Falcón, do Presidente da Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO, Antônio Sérgio Ferrari Vargas, visando à obtenção de dados técnicos sobre o tema e a celebração de parceria com o aludido Órgão Estadual, no intuito de convergir esforços para catalisar ações direcionadas a suprir a carência do devido serviço de esgotamento sanitário no Estado.

A Comissão de Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Cultural e Social foi composta pelos seguintes Membros:

Coordenadores:

Luiz Valter Ribeiro Rosário – Procurador de Justiça;

Carlos Henrique Siqueira Ribeiro – Promotor de Justiça e Diretor do CAOp;

Promotores de Justiça:

Adriana Ribeiro Oliveira;

Antônio Forte de Souza Júnior;

Francisco de Oliveira Gois;

Gilton Feitosa Conceição;

João Raimundo Moreira Guimarães;

Kelfreen Teixeira R. de Menezes;

Maurício Gusmão Magalhães;

Sandro Luiz da Costa.

2.2.12.5. DA MULHER

O **Projeto Enfrentamento à Violência contra a Mulher**, da Comissão dos Direitos da Mulher, pautou-se nos seguintes objetivos:

1. Buscar fortalecimento da rede de órgãos e entidades de defesa da mulher para elaboração de programas de conscientização sobre a necessidade de se respeitar as mulheres e oferecer-lhes proteção;

2. Promover palestras, cursos e elaborar campanhas de conscientização direcionadas às mulheres vítimas de violência e à proteção dessas mulheres;
3. Promover o mapeamento da violência de gênero no Estado de Sergipe;
4. Fomentar a otimização no atendimento às mulheres vitimizadas;
5. Incentivar a responsabilização e reeducação do agressor para que suas ações não se repitam;
6. Divulgar junto a todos os órgãos de defesa da mulher, notadamente aos integrantes do Ministério Público, o protocolo para atendimento das vítimas de violência sexual em Sergipe;
7. Fomentar a implantação de Casa de Abrigo para mulheres em situação de violência, nos municípios sergipanos;
8. Implantar o cadastro de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340/06.

Dentre os produtos definidos na Estrutura Analítica do Projeto proposta pela Comissão, merece destaque a veiculação de campanha em contas de água e energia. A campanha, já detalhada na seção **“VEICULAÇÃO DE CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NAS CONTAS DE ÁGUA E ENERGIA”**, previu a divulgação do *slogan* “Violência Contra a Mulher é Crime. Denuncie. Ligue 180 ou procure o(a) Promotor(a) de Justiça.”

Outra iniciativa de grande relevância executada no contexto do Projeto foi a elaboração de panfleto com orientações às mulheres, acerca dos seus direitos e com lista dos endereços de toda a rede de atendimento à mulher, ação que alcançou grande público, comprovando o êxito logrado com os trabalhos desenvolvidos. O assunto também foi tratado em seção específica, **“REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS COMO FORMA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER”**.

A Comissão dos Direitos da Mulher foi composta pelos seguintes Membros:

Coordenadores:

Maria Creuza Brito de Figueiredo – Procuradora de Justiça;

Gicele Mara Cavalcante d’Ávila Fontes – Promotora de Justiça e Diretora do CAOp;

Promotores de Justiça:

Ana Cláudia Machado Costa Moraes;

José Elias Pinho de Oliveira;

José Lucas da Silva Góis;

Juliana Checcuci Carballal;

Luciana Duarte Sobral Menezes;

Verônica de Oliveira Lazar.

2.2.12.6. DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA ORDEM TRIBUTÁRIA

O **Projeto Acompanhamento de Contratações Públicas**, da Comissão de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária, objetivou:

- Acompanhar e cobrar a publicação de relatório bimestral de execução orçamentária junto às Prefeituras;
- Fiscalizar, especialmente, casos de contratações diretas (com dispensa e inexigibilidade de licitação);
- Envidar esforços para a implementação do Portal da Transparência em cada município.

Com esse fim, foram disponibilizados modelos de Recomendação, referentes à adoção de medidas administrativas necessárias à implementação e manutenção do portal da transparência, para que os Promotores efetivem, nos municípios, os objetivos almejados.

A fim de viabilizar consulta direta às informações de execução orçamentária, foi celebrado Convênio de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas de Sergipe – TCE, visando à utilização e consulta das informações do seu Sistema de Auditoria – SISAP, que contém dados fiscais e contábeis de valor inestimável para o andamento de processos jurídicos, inquéritos e investigações. A parceria merece destaque, sendo abordada mais detalhadamente na seção **“ACESSO DIRETO DOS MEMBROS AO SISTEMA DE AUDITORIA PÚBLICA – SISAP”**.

A Comissão de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária foi composta pelos seguintes Membros:

Coordenadores:

Carlos Augusto Alcântara Machado – Procurador de Justiça;

Paulo Lima de Santana – Promotor de Justiça e Diretor do CAOp;

Promotores de Justiça:

Alex Maia Esmeraldo de Oliveira;

Alexandro Sampaio Santana;

Allana Rachel Monteiro Batista Soares Costa;

Alonso Gomes Campos Filho;

Antônio César Leite de Carvalho;

Augusto César Leite de Resende;

Carla Rocha Barreto de Lima;

Peterson Almeida Barbosa;

Renê Antônio Erba;

Tatiana Souto Quirino;

Walter César Nunes Silva.

2.2.12.7. DA PROTEÇÃO AO RIO SÃO FRANCISCO E ÀS NASCENTES

O Projeto da Comissão de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes teve como fim proposto atuar em conjunto com o Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Rio São Francisco e demais Promotorias de Justiça com atuação nessa área, em todo o Estado de Sergipe, em especial, para adotar as medidas necessárias à fiscalização da gestão florestal e da gestão de recursos hídricos.

Foram desenvolvidas diversas atividades, com especial destaque à conclusão do acompanhamento da elaboração e finalização do Plano de Recursos Hídricos do Estado de Sergipe e do acompanhamento da Atualização do Atlas Digital.

A Comissão de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes foi composta pelos seguintes Membros:

Coordenadores:

Moacyr Soares da Motta – Procurador de Justiça;

Eduardo Lima de Matos – Promotor de Justiça e Diretor do CAOp;

Promotores de Justiça:

Aldo Aragão;

Anderson Viana Souza;

Bruno Melo Moura;

Diego Gouveia Pessoa de Lima;

Francisco Ferreira de Lima Júnior;

Henrique Ribeiro Cardoso;

Iuri Marcel Menezes Borges;

Lúcio José Cardoso Barreto Lima;

Maura Silva de Aquino;

Renato Vieira Dantas Bernardes.

2.2.12.8. DA RELEVÂNCIA PÚBLICA

O Código de Trânsito Brasileiro, promulgado no ano de 1997, impôs aos Municípios a obrigação de gerir o trânsito local, e, passados quase 15 (quinze) anos desde a vigência do referido Diploma Normativo, a maioria dos municípios sergipanos ainda não se desincumbiu da obrigação imposta.

A inércia dos Poderes Executivos municipais gera grave prejuízo para a população, representado pela falta de organização da mobilidade urbana, risco à vida das pessoas, devido ao elevado número de acidentes de trânsito, com repercussão nos custos de saúde do Estado, realidade esta que se busca transformar através da atuação do Ministério Público.

Por esses motivos, criou-se o **Projeto Adequação do Sistema de Trânsito**, sob a responsabilidade da Comissão de Relevância Pública, com o objetivo de fomentar as Promotorias de Justiça que exercem a Curadoria dos Serviços de Relevância Pública a adotarem medidas extrajudiciais e judiciais para adequar o Sistema Estadual de Trânsito de Sergipe ao disposto na Lei Nacional nº 9503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), por meio de ações voltadas para a Municipalização do Trânsito, Melhorias na Circulação de Veículos, Adequação da Sinalização de Trânsito, Intensificação das Ações Fiscalizatórias e através da Realização de Campanhas e Programas Educativos destinados a conscientizar a população sobre a importância do cumprimento das normas de trânsito.

Nesse sentido, foi confeccionado *kit*, composto por modelos de peças acerca dos temas acima destacados. Material vasto e de qualidade, o produto demonstra a diretriz precípua da Comissão em procurar, por meio de suas ações, agilizar o trabalho de execução a ser realizado pelos Promotores de Justiça que exercem a Curadoria dos Serviços de Relevância Pública.

Ainda com vistas a promover a melhor atuação dos Promotores, foi idealizado e executado, com sucesso, o diagnóstico da situação do trânsito no Estado, com o escopo de se fazer um levantamento das dificuldades de cada Promotoria com relação à Adequação do Trânsito nos Municípios. O diagnóstico promete tornar mais eficiente o trabalho desempenhado pelo MPSE, ao passo que possibilita melhor direcionamento de suas ações.

Como trabalho de arremate, a Comissão realizou reuniões com a Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – SMTT e com o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, visando à elaboração de Termo de Cooperação Técnica entre os citados órgãos e o Ministério Público de Sergipe.

A Comissão de Relevância Pública foi composta pelos seguintes Membros:

Coordenador:

Dr. Josenias França do Nascimento – Procurador de Justiça;

Promotores de Justiça:

Aldeleine Melhor Barbosa;
Alexandre Albagli Oliveira;
Arnaldo Figueiredo Sobral;
Berlarmino Alves dos Anjos Neto;
Daniel Carneiro Duarte;
Flaviano Almeida Santos;
Joelma Soares Macedo de Santana;
Márcia Mendes Ungar;
Marcílio de Siqueira Pinto;
Mônica Maria H. Dantas Bernardes;
Rogério Ferreira da Silva;
Rômulo Lins Alves.

2.2.12.9. DA SAÚDE

O **Projeto Adoção das Medidas Necessárias à Reestruturação Física de Hospitais, Unidades de Pronto-Atendimento (UPA) e Unidades Básicas de Saúde**, da Comissão dos Direitos à Saúde, teve como objetivo adotar as medidas necessárias à reestruturação física e ao pleno funcionamento de Hospitais, Unidades de Pronto-Atendimento (UPA) e Unidades Básicas de Saúde, com vistas ao fortalecimento e efetividade das ações e serviços do Sistema Único de Saúde no Estado de Sergipe.

Com vistas ao cumprimento do objetivo principal, mediante atuação conjunta entre a Promotoria de Justiça com atribuição na Curadoria dos Direitos à Saúde, o CAOp Saúde e a Comissão da Saúde, foram realizadas inspeção e audiência pública para tratar de hospitais regionais, a exemplo do Hospital Regional de Lagarto.

Dentre as atividades desenvolvidas, destaca-se, ainda, a elaboração de modelos de peças acerca do tema tratado, necessárias à efetivação do objetivo acima citado.

A Comissão da Saúde foi composta pelos seguintes Membros:

Coordenadores:

Ernesto Anízio Azevedo Melo – Procurador de Justiça;

Nilzir Soares Vieira Junior – Promotor de Justiça e Diretor do CAOp;

Promotores de Justiça:

Alessandra Pedral de Santana;

Edyleno Ítalo Santos Sodré;

Euza Maria Gentil Missano Costa;

Fábio Viegas Mendonça de Araújo;

Ricardo Machado Oliveira;

Rivaldo Frias dos Santos Júnior;

Solano Lúcio de Oliveira Silva;

Wilton Araújo Santos.

2.2.12.10. DA SEGURANÇA PÚBLICA

O **Projeto Incrementação da Perícia Forense**, da Comissão de Segurança Pública, objetivou fomentar e executar ações com a finalidade de incrementar os serviços de perícia forense no âmbito do Estado de Sergipe, superando uma deficiência que afeta diversas investigações policiais e ações penais em andamento.

Nesse sentido, foi realizada reunião com representantes da Secretaria de Estado de Segurança Pública, Adelino Lisboa Costa, Coordenador-Geral de Perícia, Maria Auxiliadora G. B. Bittencourt, Diretora do Instituto de Análise e Pesquisas Forenses – IAPF, para esclarecer a situação em que se encontra a perícia forense no

Estado de Sergipe e identificar os entraves à prestação de um serviço adequado.

Foram, ainda, enviados Ofícios a diversos órgãos externos com o objetivo de acompanhar a implementação do Instituto de Análise e Pesquisa Forense – IAPF. Dentre os Órgãos oficiados, pode-se citar o IAPF, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia, o Sergipe Parque Tecnológico – SERGIPETEC, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Universidade Federal de Sergipe.

Complementando o trabalho da Comissão, foi realizada visita ao Procurador-Geral do Estado de Sergipe, Márcio Leite de Rezende, para tratar da possibilidade de celebração de convênio com instituições de ensino e das eventuais dificuldades que poderiam inviabilizar a proposta. Ainda nesse eixo, foram feitos diversos contatos com as Universidades Federais de Sergipe e de Alagoas.

A Comissão de segurança Pública foi composta pelos seguintes Membros:

Coordenadores:

Celso Luís Dória Leó – Procurador de Justiça;

Adson Alberto Cardoso de Carvalho – Promotor de Justiça e Diretor do CAOp;

Promotores de Justiça:

Cecília Nogueira Guimarães;

Deijaniro Jonas Filho;

Emerson Oliveira Andrade;

Gláucia Queiroz de Moraes;

Jarbas Adelino Santos Júnior;

João Rodrigues Neto;

Leydson Gadelha Moreira;

Rafael Schwez Kurkowski.

2.2.12.11. DO TERCEIRO SETOR

O **Projeto Promoção do Controle do Terceiro Setor**, da Comissão do Terceiro Setor, teve como fim proposto fomentar o controle e fiscalização das entidades de interesse social que recebem recursos públicos, através das seguintes ações:

1. Fiscalizar os Conselhos Setoriais e respectivos Fundos para acompanhamento do repasse de recursos públicos às entidades não governamentais;
2. Diagnosticar origem, finalidade e o emprego de repasses estaduais e municipais de recursos públicos para fundações e entidades de interesse social;

3. Cobrar a comprovação de prestação de contas pelas entidades do Terceiro Setor ao Tribunal de Contas;
4. Fiscalizar o cumprimento da destinação dos recursos públicos repassados às entidades de Terceiro Setor, quando constatadas irregularidades.

A Comissão promoveu levantamento e cadastro de Organizações Não Governamentais – ONGs do município de Aracaju que possuem título de utilidade pública estadual. Tal ação é de relevante importância, visto tratar-se de pré-requisito para o controle e fiscalização de tais Instituições.

A Comissão produziu, ainda, *kit* composto de modelos de documentos, a exemplo de Portarias de Instauração de Procedimentos Administrativos, Recomendações, Termo de Ajustamento de Conduta, Petição Inicial de Ações Civis Públicas, Petição Inicial de Ação de Improbidade Administrativa, Ofício a ser encaminhado pelo Promotor de Justiça ao Prefeito e ao Presidente de Câmara de Vereadores, questionando a existência de entidades com títulos de utilidade pública municipal, com vistas a facilitar o trabalho do Promotor de Justiça que não trabalha com o tema no dia a dia.

Como complemento do apoio aos Membros, foi confeccionado e encaminhado às Promotorias do Interior questionário para preenchimento, com a finalidade de diagnosticar as dificuldades de cada Promotoria, em relação ao Controle do Terceiro Setor, a fim de melhor subsidiar as ações do MPSE.

A Comissão do Terceiro Setor foi composta pelos seguintes Membros:

Coordenadores:

Ana Christina Souza Brandi – Procuradora de Justiça e Diretora do CAOp;

Promotores de Justiça:

Ana Cristina Aragão de Carvalho;

Ana Paula Machado Costa Meneses;

Carmem Lúcia Buarque de Gusmão;

Cláudia Virgínia Oliver de Sá;

Edjilda Resende de Lima Guerra;

Maria Eugenia Deda;

Newton Silveira Dias Júnior;

Paulo Vieira Messias;

Talita Cunegundes Fernandes da Silva;

Virgílio do Vale Viana.

2.2.12.12. DISPONIBILIZAÇÃO DOS MANUAIS DE ROTINA

No ano de 2012, foram disponibilizados pelos Centros de Apoio Operacionais - CAOps, Manuais de Rotina para as mais diversas áreas de atuação do Ministério Público.

Com esse compromisso, os integrantes dos mencionados Centros descreveram e compilaram as principais rotinas de trabalho da Instituição, a fim de facilitar as ações a serem desenvolvidas pelos Procuradores e Promotores de Justiça e todo o Corpo Técnico.



O resultado do esforço comum foi a confecção em mídia *DVD-RW* dos Manuais de Rotinas de Atuação Extrajudicial, tendo sido remetido um exemplar para cada Membro do Ministério Público de Sergipe.

Figura 6 - Mídia Distribuída com Manuais de Rotinas do MPSE





2.3. AVANÇOS NA GESTÃO DE PESSOAS

2.3.1. ESTAGIÁRIOS MOTIVADOS

Para atender despesas, com vistas à complementação de ensino, foi atualizada a Bolsa de Complementação Educacional aos valores de mercado, a partir de 1º de janeiro de 2012, através de Portaria nº 002/2012, de 09 de janeiro de 2012.

2.3.2. MEMBROS E SERVIDORES MOTIVADOS

Durante o ano de 2012, diversas iniciativas foram realizadas, visando a retenção e atração de talentos para o Ministério Público do Estado de Sergipe. Dentre elas, destacam-se as relacionadas a seguir:

1. Regulamentação e pagamento aos Membros da Instituição, do auxílio previsto no art. 100, da Lei Complementar Estadual n.º 02/90, C/C o art. 50, inciso II, da Lei n.º 8.625/93;
2. Regulamentação e autorização do abono de até 08 (oito) ausências anuais para Membros, através da Portaria nº 1.779/2012;
3. Concessão de 6,66% (seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) de aumento aos servidores do Ministério Público de Sergipe, vigorando a partir de janeiro/2012;
4. Concessão de gratificação no percentual máximo a todos os servidores, nos meses de março, abril e setembro/2012, diante dos esforços na execução de trabalhos de urgência, extraordinários e complexos;
5. Regulamentação e pagamento do auxílio-saúde aos Membros e Servidores, através da Resolução nº 001/2012, editada pelo Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça;
6. Avanço por titulação, resultado da alteração da Lei ocorrida no final de 2011, melhor detalhado abaixo.

2.3.2.1. AVANÇO POR TITULAÇÃO

O resultado da ampliação do avanço por titulação na carreira do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, ocasionado pela alteração e acréscimo de parágrafos ao Art. 6º da Lei nº 6.450, de 16 de julho de 2008 (referente à progressão por titulação), através da Lei 7.274/10, de 30 de novembro de 2011, vigente a partir de 07 de dezembro de 2011, pôde ser constatado em 2012.

Foram concedidas progressões na carreira a 13 (treze) servidores do quadro em extinção, entre avanços por titulação e por tempo de serviço, com interstício de cinco anos. Nesse mesmo período, avançaram na carreira, por titulação, 139 (cento e trinta e nove) servidores ocupantes de cargos efetivos.

Os avanços são originários de análises por participação em eventos científicos, publicação de trabalhos científicos, graduação em cursos de nível superior, conclusão de curso de pós-graduação lato sensu e conclusão de curso de Mestrado ou Doutorado e frequentemente requeridos, concomitantemente, por um único servidor.

O número de **152** (cento e cinquenta e dois) **servidores que progrediram na carreira**, em razão dos avanços por titulação e por tempo de serviço, **representa 49,03%** (quarenta e nove inteiros e três centésimos por cento) **do total de 310** (trezentos e dez) **cargos efetivos ocupados em 2012**.

Uma análise mais apurada da evolução do grau de escolaridade dos servidores efetivos, verificável no gráfico abaixo, evidencia o crescimento vertiginoso de servidores com nível superior completo. Comparando-se o ano de 2012 a 2011, obtêm-se um aumento de **15% (quinze por cento)**.

Evolução do Quadro de Servidores Efetivos quanto à Escolaridade -2011 e 2012

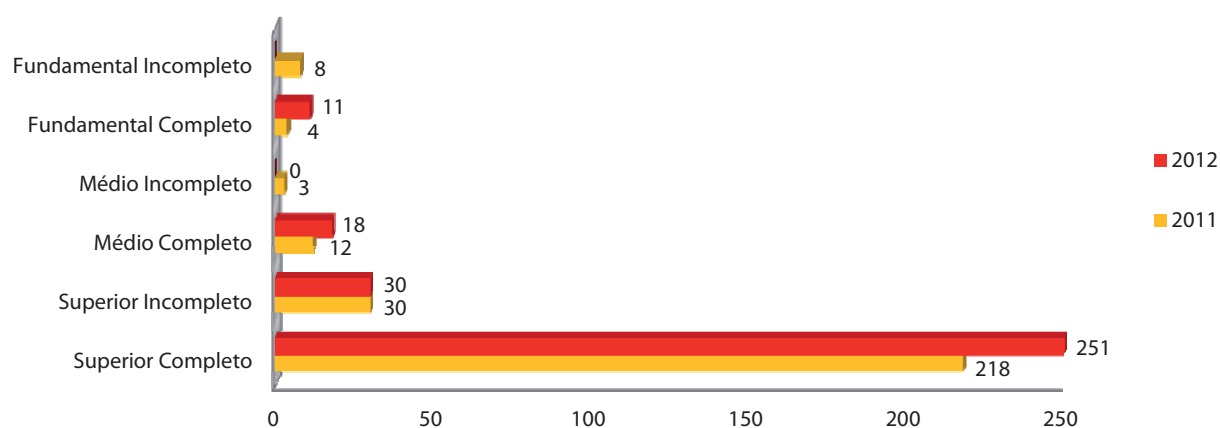


Gráfico 18 - Evolução do Quadro de Servidores quanto à Escolaridade

O ótimo nível de escolaridade dos servidores do Ministério Público de Sergipe torna-se notável, ao se analisar o gráfico a seguir, onde se demonstra que o seu corpo organizacional já pode ser considerado de Nível Superior, dada a prevalência deste grupo no quadro da instituição.

Quadro Efetivo x Escolaridade - 2012

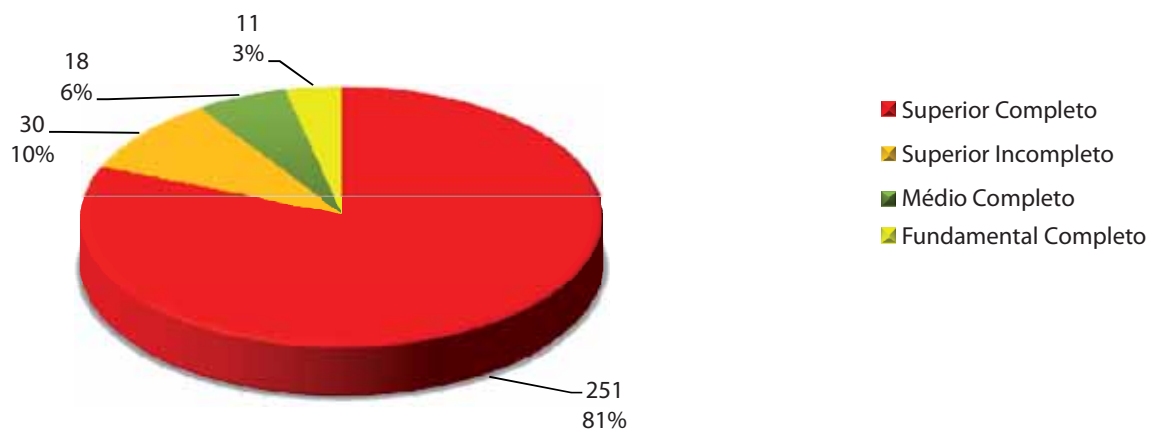


Gráfico 19 - Distribuição do Quadro de Servidores quanto à Escolaridade

O estímulo à educação, que continua impulsionada pela Lei nº 7.274, de 30 de novembro de 2011, possibilitando a progressão na carreira por aprofundamento nos estudos, corrobora o compromisso da Administração Superior com a ampliação da qualificação dos servidores.





2.4. VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

2.4.1. CORAL VOZES DA CIDADANIA

O **Coral Vozes da Cidadania**, iniciativa coordenada pela Evolução Humana, Ética e Espiritualidade e criada para proporcionar aos Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe uma oportunidade de integração e descontração, vivenciando uma atividade diferente da sua rotina e dos seus afazeres cotidianos, continua encantando a todos, a cada apresentação realizada.

O Coral conta, atualmente, com 80 (oitenta) componentes, tendo realizado, no ano em foco, 27 (vinte e sete) apresentações internas e externas, com destaque para as efetuadas no Teatro Tobias Barreto e na Rua do Turista, nos dias 19 e 20 de outubro, respectivamente, durante o Encontro de Corais, e na abertura da V Edição do Natal do Poder Judiciário, na Praça Olímpio Campos, Centro de Aracaju, em 03 de dezembro.

Com belas canções, o **Coral Vozes da Cidadania** tem elevado a imagem da Instituição junto à sociedade sergipana a cada apresentação, aprimorando-se e contribuindo para abrilhantar, ainda mais, as solenidades das quais participa. As fotos a seguir exibem imagens do Coral em suas performances durante o ano em tela:



Foto 81 - Apresentação do Coral no Dia Internacional da Mulher



Foto 82 - Apresentação do Coral na Missa da Páscoa do MPSE



Foto 83 - Apresentação do Coral na Missa de Natal do TJSE



Foto 84 - Apresentação do Coral na Missa de Natal do MPSE





Foto 85 - Apresentação do Coral na Cerimônia de Inauguração da Nova Sede do MPSE

Para melhorar a performance do Coral, o Procurador-Geral de Justiça autorizou, em 2012, a compra de diversos instrumentos acompanhados de seus respectivos acessórios, além de caixas de som, *notebook*, microfones e outros serviços de som, para utilização durante as apresentações, demonstrados na tabela a seguir:

Instrumentos Adquiridos para o Coral	
Itens	Quantidade
Bateria	1
Bongôs com estante	1
Cajon	1
Contra baixo	1
Flauta	1
Ganzá	1
Guitarra	1
Pandeiro	1
Piano acústico	1
Reco-reco	1
Tamborim com baqueta	1
Tantan	1
Teclado	1
Triângulo	1
Violão	1
Violinos	6
Total	21

Tabela 59 - Instrumentos Musicais Adquiridos para o Coral Vozes da Cidadania



2.4.2. MOVIMENTO PRÁTICA ESPORTIVA

O Ministério Público de Sergipe, preocupado com sua principal ferramenta de trabalho, que impulsiona e representa com denodo a Instituição, seus Membros e Servidores, lançou, no ano de 2012, o **Projeto Movimento Prática Esportiva - MPE**, de incentivo à prática da atividade física, visando beneficiar o seu quadro de pessoal e familiares, além de promover o controle das condições de saúde dos participantes.

As atividades físicas consistem em caminhadas e corridas realizadas em até 3 (três) vezes por semana, na Orla de Atalaia, em Aracaju, sendo 01 (uma) obrigatoriamente às quartas-feiras, no horário das 18h30min às 20h30min, exclusivamente com os participantes do Ministério Público do Estado de Sergipe.

Os 02 (dois) dias restantes e horários são de livre escolha dos participantes, dentro da programação semanal disponibilizada pela empresa contratada.



Figura 7 -Logomarca do Movimento Prática Esportiva

Os candidatos passam por avaliação realizada por profissional de Educação Física, que procede à análise de exames clínicos, recomendando a prática de uma das modalidades de atividade física. Além disso, são monitorados e incentivados pelo Centro Médico do Ministério Público, em conjunto com a Coordenação de Evolução Humana, Ética e Espiritualidade.

Inicialmente, foram oferecidas 100 (cem) vagas, sendo 75% (setenta e cinco por cento) para Membros e Servidores e 25% (vinte e cinco por cento) para familiares, limitado a um familiar por participante.

A seguir são apresentados a camiseta e o boné do Movimento Prática Esportiva e as atividades realizadas pelos participantes:



Figura 8 - Uniforme do Movimento Prática Esportiva



Figura 9 - Boné do Movimento Prática Esportiva



Foto 86 - Membros e Servidores Durante Atividade do Movimento Prática Esportiva

Muitos têm sido os benefícios alcançados pelos integrantes da Instituição e seus familiares que aderiram ao Projeto, fato corroborado através dos depoimentos a seguir:

“O MPE foi uma excelente iniciativa do Procurador-Geral de Justiça Dr. Orlando Rochadel Moreira, que colocou o MP de Sergipe na linha de grandes organizações que se preocupam com a saúde física de seus colaboradores. Vale ressaltar, no MPE, dois pontos positivos: o primeiro é a questão do incentivo. Muitas pessoas com vidas sedentárias começaram a mudar seu estilo de vida. É perceptível a diferença do estilo de vida de diversas pessoas do MP que, depois da adesão ao Projeto, pode ser já consideradas atletas. O segundo ponto positivo é a empresa que assessora o MPE. São profissionais capacitados e seres humanos ímpares. Nota dez para o Projeto MPE.”

Newton Silveira Dias Júnior (Promotor de Justiça)

“O MPE foi o que eu estava precisando para organizar minha saúde. Eu estava sedentário e desmotivado. As reuniões das quartas-feiras são divertidas. Além da parte de condicionamento físico, nós criamos uma interação maior com os colegas, ponto positivo para o dia a dia no trabalho. Minha saúde melhorou consideravelmente, meu colesterol está excelente e eu me sinto muito mais disposto.”

Paulo José de Freitas (Servidor do Ministério Público de Sergipe)

2.4.3. EXAMES MÉDICOS ANUAIS/PERIÓDICOS

O Ministério Público de Sergipe, em função do **Projeto Movimento Prática Esportiva – MPE** instituiu, ainda, a prática anual de realização de exames médicos periódicos para Membros e Servidores, visando à prevenção de doenças relacionadas ou não ao trabalho, além da melhoria da qualidade de vida de seus integrantes.

Os exames médicos são realizados anualmente, no mês de aniversário dos Membros e Servidores, conforme faixas etárias e coordenados pelo Centro Médico, com apoio da Coordenação de Evolução Humana, Ética e Espiritualidade.

Com a implantação dos exames médicos anuais, através da Portaria nº 1.100/12, de 21 de maio de 2012, a partir do mês de agosto, começaram a ser enviadas requisições aos servidores aniversariantes, sendo concedido um prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação dos resultados e marcação da avaliação médica anual.

Ao final do ano de 2012, foram atendidos 101 (cento e um) servidores para entrega de resultado dos exames, encaminhamentos e orientações médicas que se façam necessárias, estando ainda os demais Membros e Servidores agendando diariamente a remessa dos exames e avaliação médica.

É de bom alvitre salientar que os integrantes do Órgão estão aderindo de forma bastante positiva ao programa ora implementado, uma vez que está sendo desenvolvida na Instituição uma rotina de alerta e monitoramento aos cuidados com a saúde, conforme demonstrado nas fotos a seguir:



Foto 87 - Palestra do Médico do MPSE Durante o Lançamento do Projeto Prática Esportiva



Foto 88 - Servidor Durante Atendimento de Exames Periódicos

2.4.4. PROJETO EVOLUÇÃO HUMANA

O **Projeto Evolução Humana** visa incentivar os Membros e Servidores do Ministério Público a melhor refletir sobre as relações interpessoais, dentro da ética e urbanidade, evocando a espiritualidade, não em termos de religiosidade, mas no sentido de introspecção, fraternidade, solidariedade e respeito ao próximo.

O Projeto foi executado com êxito no ano de 2012, sempre nas últimas segundas-feiras dos meses de realização. Em todos os encontros, os participantes foram brindados com apresentações musicais pelo Coral Vozes da Cidadania e palestras sobre temas diversos, ligados à Evolução Humana, Ética e Espiritualidade, e os aniversariantes homenageados pelos colegas da Instituição, conforme ilustram as seguintes fotos:



Foto 89 - Peça Teatral Encenada como Momento de Reflexão de Evento de Evolução Humana



Foto 90 - Palestra sobre Solidariedade como Escolha Ética



Foto 91 - Palestrante do Evento sobre Saúde Mental e Trabalho

Ao longo do ano, a Coordenação de Evolução Humana, Ética e Espiritualidade realizou 08 (oito) encontros, no Auditório do MPSE, conforme demonstrado na tabela abaixo, sempre contando com a presença de grande número de Servidores, Membros, palestrantes e do Coral Vozes da Cidadania.

Encontros do Projeto Evolução Humana		
Data	Palestra	Palestrante
30/01/12	É Preciso Saber Viver	Robson Santos Pereira
27/02/12	Sobre a Amizade: Da Escuridão do Individualismo à Luz da Solidariedade	Edmundo de Oliveira Gaudêncio
30/04/12	Tolerância e Diferença para uma Ética Mundial	Rogério Proença Leite
28/05/12	Solidariedade como Escolha Ética	Telma Maria Santos Machado
25/06/12	Pontos a Ponderar	Milton Rabêlo Barreto
30/07/12	Saúde Mental e Trabalho	Luiz de Oliveira Santos Neto
27/08/12	Marketing Pessoal	Margarida Maria Vieira Machado
26/11/12	Vida: Desafios e Soluções	José Gomes de Almeida Junior

Tabela 60 – Encontros do Projeto Evolução Humana

2.4.5. PROJETO SAÚDE DO TRABALHADOR

Em 2012, o Ministério Público de Sergipe, deu continuidade ao **Projeto Saúde do Trabalhador**, desenvolvendo ações através da medicina preventiva, visando, primordialmente, o ser humano.

Foram realizadas atividades de acompanhamento nutricional, psicológico e clínico, além de palestras, vivências, dinâmicas de grupo e avaliações periódicas.

A equipe do Centro Médico acompanhou o Projeto, que, sob a Coordenação do Setor de Evolução Humana, Ética e Espiritualidade, procurou despertar e sensibilizar nos Membros e Servidores, hábitos saudáveis para a melhoria da qualidade de vida, encerrando suas atividades em abril de 2012 com um total de 21(vinte e um) participantes.



Foto 92 - Encerramento do Projeto Saúde do Trabalhador



2.5. EFICIÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.5.1. ECONOMIA COM LICITAÇÕES

Ao focar o Princípio da Economicidade, a Procuradoria-Geral de Justiça prioriza a gestão orçamentária, promovendo um eficiente gerenciamento dos gastos através de remanejamentos orçamentários necessários e realizando procedimentos licitatórios, notadamente na modalidade Pregão, que garantem uma economia significativa na aquisição de materiais, serviços e equipamentos necessários à manutenção das atividades e ao desenvolvimento dos projetos da Instituição.

Durante todo o ano de 2012, a Divisão de Material buscou incessantemente os preços mais vantajosos em suas licitações, sem olvidar, todavia, da qualidade. Prova disto é a ampla utilização, pelo setor, do Pregão Presencial ou Eletrônico, com ou sem registro de preços, modalidade de licitação que tem trazido as maiores vantagens nos quesitos preço e celeridade para a Administração Pública em todo Brasil.

Corroborando essa premissa, o gráfico a seguir demonstra que, do total de licitações realizadas no ano, 58% (cinquenta e oito por cento) ocorreram através da modalidade Pregão, responsável por 95% (noventa e cinco por cento) do total da economia de recursos dos certames realizados.

Número de Licitações por Modalidade - 2012

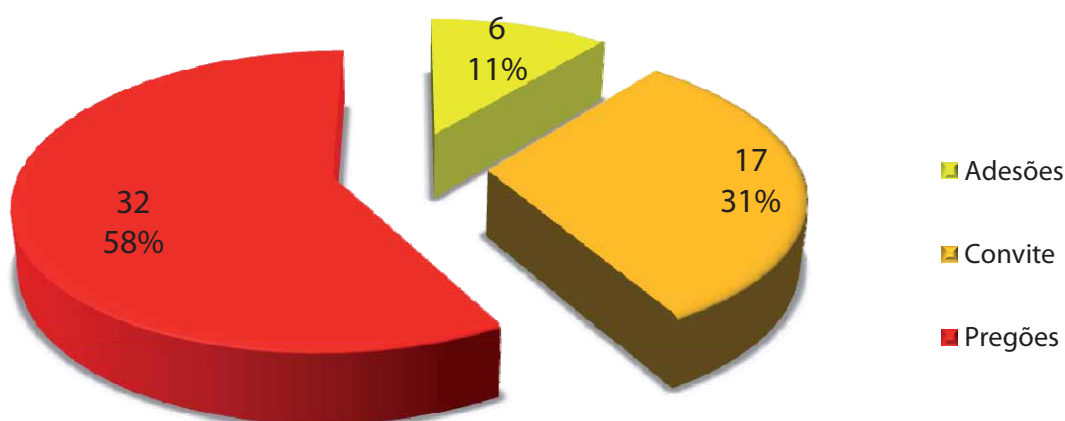


Gráfico 20 - Distribuição de Licitações por Modalidade



Em virtude dessa conduta de melhor preço com qualidade, foi possível apurar uma economia de R\$ **1.058.696,79 (um milhão, cinquenta e oito mil, seiscentos e noventa e seis reais e setenta e nove centavos)**, representando **7,16% (sete inteiros e dezesseis centésimos por cento)** dos valores previstos para todas as licitações, conforme tabela abaixo:

Economia com Licitações - 2012					
Modalidade	Quantidade	Valor Estimado	Valor Licitado	Economia	% Economia
Adesões	6	931.497,34	931.497,34	0,00	0%
Convite	17	758.762,44	706.821,56	51.940,88	6,85%
Pregões	32	13.086.463,47	12.079.707,56	1.006.755,91	7,69%
TOTAL	55	14.776.723,25	13.718.026,46	1.058.696,79	7,16%

Tabela 61 - Economia com Licitações

O referido percentual obtém maior relevância se for levado em consideração o contexto histórico vivido pelo Ministério Público de Sergipe no ano de 2012, quando se intensificaram os esforços para a conclusão da obra da Nova Sede.

A economia alcançada demonstra a preocupação da Instituição com a lisura e o uso responsável do erário, em perfeita harmonia com os preceitos que regem a moderna Administração Pública.

2.5.2. LEILÕES REALIZADOS NO EXERCÍCIO

A Procuradoria-Geral de Justiça através de Procedimento Administrativo Nº. 01/2012 realizou leilão de 13 (treze) veículos usados, importando na quantia de R\$ **97.250,00 (noventa e sete mil, duzentos e cinquenta reais)**, gerando receita em favor da Instituição.

2.6. INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA

2.6.1. MONITORAMENTO DE CÂMERAS E INCÊNDIO

Durante o período de transferência para a Nova Sede do Ministério Público Estadual, foram concluídos os serviços de instalação dos sistemas de monitoramento do prédio por câmeras e do sistema responsável pela detecção preventiva de incêndios, conforme pode ser demonstrado pelas seguintes fotos:



Foto 93 - Central de Incêndio do MPSE



Foto 94 - Equipamentos de Detecção Preventiva de Incêndio

O Sistema de Monitoramento dos Serviços de Segurança do MPSE é integrado, permitindo a interoperabilidade entre os dados oriundos de cada tecnologia em particular. Dessa forma, é possível garantir a utilização da informação de um sistema em outro, a exemplo do monitoramento em um ponto único de todos os eventos registrados, seja incêndio, acesso indevido ou falha de algum dispositivo.

Através da integração dos sistemas, é permitido ao Órgão continuar investindo na automação e tecnologia do prédio, com o controle e monitoramento do acesso aos seus andares e portas específicos pelo uso de crachás, biometria, senhas e outras formas de autenticação.

Independente das novidades que ainda podem ser implantadas na Nova Sede, o prédio hoje está equipado com mais de 80 (oitenta) câmeras, com tecnologia de visão noturna, infravermelho, controle remoto e *zoom* para câmeras de longo alcance, tais quais as instaladas na área externa e dos estacionamentos, conforme se demonstra nas fotos 91 e 92.



Foto 95 - Câmeras de Segurança Instaladas

Por meio de um moderno centro de segurança, equipado com 03 (três) monitores e 03 (três) televisões, além da existência de um ponto de coordenação com a mesma estrutura em uma sala separada, pode-se ter acesso a qualquer imagem do prédio.

Tendo o auxílio de diretrizes de segurança sugeridas pela Diretoria de Tecnologia da Informação e empresa contratada para instalação do sistema e dos equipamentos, o Gabinete de Segurança Institucional – GSI, órgão responsável pela segurança, implantou as políticas de visualização e perfis de monitoramento do circuito de câmeras, baseado nos períodos diurno e noturno, dinamizando a segurança em horários de menor efetivo militar.



Foto 96 - Câmera de Segurança Instalada

O centro de monitoramento possui o acesso a todas as câmeras, informações de sensores de incêndio, de presença e até de catracas e detectores de metais. Esse controle permite a rápida atuação e movimentação dos efetivos militares para coação e prevenção de eventuais ocorrências.

As instalações da central de segurança foram projetadas para acomodar até três agentes de monitoramento e um supervisor, além de existir a possibilidade de disponibilizar o acesso à visualização e monitoramento em distintos pontos do prédio, ou seja, guaritas, recepção, portaria e outros. A seguir, a foto da Central de Monitoramento:



Foto 97 - Central de Monitoramento

2.6.2. IDENTIDADE FUNCIONAL

O Ministério Público do Estado de Sergipe, considerando a necessidade de adoção de medidas destinadas a atender recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público, com relação ao controle de pessoal e o acesso à Sede e às Unidades Administrativas, Operacionais e Institucionais, estabeleceu através da Portaria nº 1.423/12, de 12 de junho de 2012, o uso obrigatório de crachá para os servidores efetivos e comissionados, do seu quadro de pessoal dos serviços auxiliares, requisitados e conveniados à disposição da Instituição.

O uso do crachá incluiu, ainda, os estagiários de nível médio e superior do Órgão, sendo estendido aos servidores terceirizados e prestadores de serviço, além dos visitantes e imprensa.

Importante ressaltar que diversos órgãos do MPSE auxiliaram no processo de implementação da medida, com destaque para as Diretorias Administrativa, de Recursos Humanos e de Tecnologia da Informação, além do Gabinete de Segurança Institucional - GSI.

Em seguida, modelo de crachá utilizado por servidora da Instituição:



Foto 98 - Servidora do MPSE usando a Identidade Funcional



Figura 10 - Identidade Funcional



Figura 11 - Identidade Funcional



2.6.3. REGULAMENTAÇÃO SOBRE O USO DOS ESTACIONAMENTOS

Considerando a necessidade de intensificar a segurança de acesso ao Ministério Público de Sergipe foi regulamentada, através de Portaria, a utilização dos estacionamentos da Instituição por veículos oficiais e veículos particulares de Membros, Servidores, Estagiários, Terceirizados e Visitantes.

Dessa forma, foi estabelecido que as vagas localizadas no **Estacionamento Interno** do Subsolo, devidamente identificadas, são de uso exclusivo de veículos oficiais dos senhores Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça lotados no Edifício Sede do MPSE, Diretores e veículos administrativos da Instituição.

As vagas localizadas no **Estacionamento Interno do Pavimento Térreo** foram designadas aos Membros não lotados no Edifício Sede, Coordenadores das Divisões, Coordenador da Divisão Administrativa do Gabinete do PGJ, Chefe da Assessoria Jurídica, Assessor do Secretário-Geral, servidores idosos e servidores portadores de necessidades especiais.

As vagas localizadas no **Estacionamento Externo Anexo** são destinadas aos demais servidores, estagiários, terceirizados e aos cidadãos em visita ao Ministério Público, além de vagas para Advogados e motos.

Por fim, as vagas do **Estacionamento Externo Frontal** foram reservadas aos visitantes idosos e portadores de necessidades especiais, assim identificados.



2.7. APRIMORAMENTO DOS PROCESSOS DE TRABALHO

2.7.1. ÁREA FIM

2.7.1.1. ACESSO DIRETO DOS MEMBROS AO SISTEMA DE AUDITORIA PÚBLICA - SISAP

Em 16 de maio de 2012, foi celebrado o Termo de Cooperação nº 003/2012, entre o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas de Sergipe – TCESE, tendo por objeto a cessão gratuita e recíproca de *softwares*, com seus respectivos códigos fontes de sistemas, e conhecimentos da área de Tecnologia da Informação, para aplicação nas especificidades dos Órgãos partícipes.

Uma das primeiras ações viabilizadas por meio desse acordo permitiu o acesso do MPSE às informações armazenadas no Sistema de Auditoria Pública – SISAP do TCESE, ferramenta responsável pela coleta de informações dos atos contábeis relacionados com os registros das movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais dos órgãos jurisdicionados.

Dessa forma, o acesso ao Sistema do TCESE, diretamente pelos Promotores de Justiça, facilita o acompanhamento de licitações e contratações de bens e obras públicas do Estado de Sergipe, permitindo uma atuação mais eficiente de ambos os Órgãos e um melhor resultado para a população sergipana.

2.7.1.2. INTEROPERABILIDADE COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE

Em parceria com o Tribunal de Justiça de Sergipe – TJSE foi dado andamento ao projeto de comunicação entre as bases de dados de Processos de 1º e 2º Graus e Extrajudicial, para interação das informações cadastradas em bancos de dados do MPSE e daquele Tribunal.

Atualmente, o Sistema de Gerenciamento de Autos, denominado ARQUIMEDES, já importa os dados cadastrados em sistemas do Tribunal de Justiça, de forma que, quando é efetuado um registro nesses sistemas, os dados podem, automaticamente, ser visualizados nas Promotorias onde o ARQUIMEDES já está implantado, não sendo mais necessário fazer um mesmo cadastro duas vezes ou procurar uma informação no *site* do outro Órgão.

O Ministério Público, em contrapartida, já deliberou e definiu os dados para compartilhamento com o TJSE. O *WebService* encontra-se junto à Comissão de Tecnologia de Informação para confirmação e uso junto ao Tribunal.



2.7.2. ÁREA ADMINISTRATIVA

2.7.2.1. REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS DIVISÕES DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO E DE PERÍCIA TÉCNICA

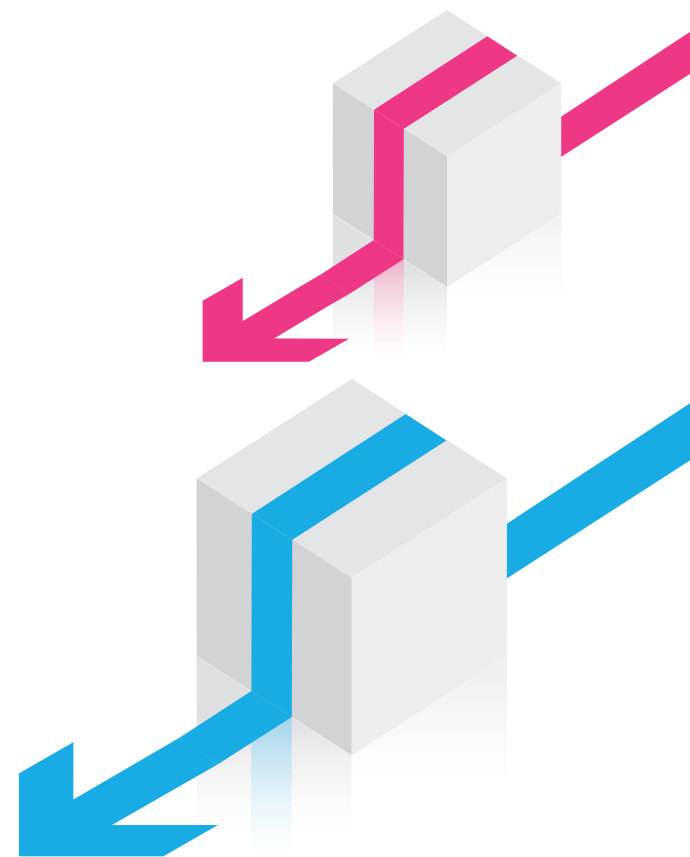
No decorrer do ano, uma grande quantidade de procedimentos foi remetida à Divisão de Engenharia e Manutenção e à Divisão de Perícia Técnica do Ministério Público de Sergipe, muitas vezes dificultando a celeridade do processo de trabalho.

Tornou-se necessário, então, o estabelecimento de medidas que melhor adequassem às atividades de apoio institucional desenvolvidas por essas Divisões, regularizando o trâmite das remessas de Processos contendo Ações, Reclamações e Inquéritos Cíveis, para fins de realização de exame de caráter técnico e especializado.

Dessa forma, foi instituída a Portaria nº 986/2012, de 20 de abril de 2012, que regulamentou as atividades desenvolvidas pela Divisão de Engenharia e Manutenção e pela Divisão de Perícia Técnica no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe.

Com a Portaria, foi estabelecido que as mencionadas Divisões não procederão a estudos e verificações de informações inerentes a outras áreas de conhecimento, tampouco decorrentes de requisições de caráter genérico e sem objeto específico definido. As requisições e requerimentos de análises deverão conter quesitação específica, redigida pelo Membro do Ministério Público e anexada ao rosto do primeiro volume do processo.

Ressalte-se que as Divisões de Engenharia e Manutenção e de Perícia Técnica passaram a receber mensalmente, o máximo de 03 (três) processos por Promotoria, para fins de análise e emissão de parecer técnico, conferindo, assim, maior celeridade às análises.



2.7.2.2. REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DIVISÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL

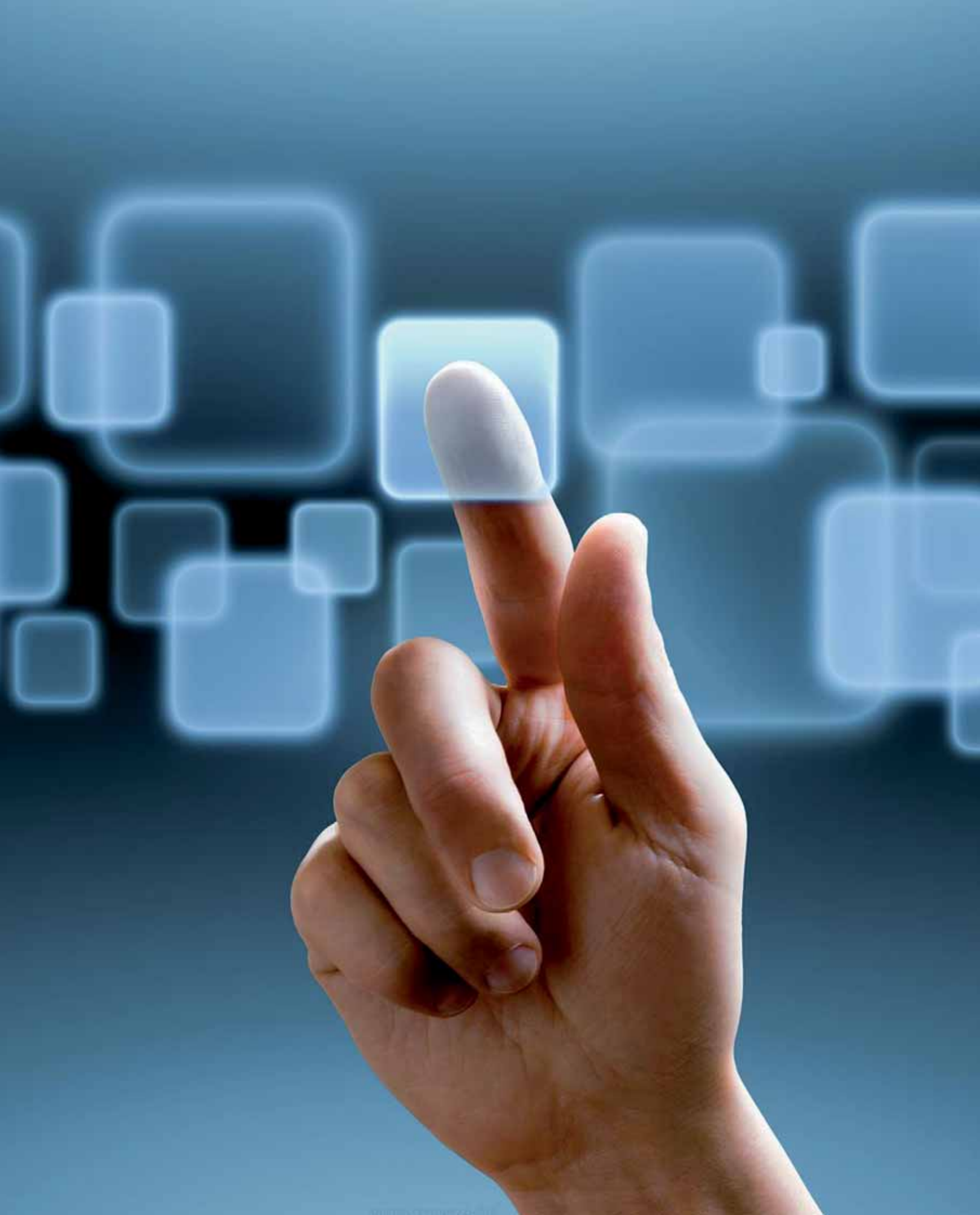
A exemplo das Divisões de Engenharia e Manutenção e de Perícia Técnica, a Divisão de Perícia Contábil, da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil, também necessitou de regulamentação específica para suas atividades, devido à grande quantidade de procedimentos que chegavam ao setor.

Por conseguinte, foi instituída a Portaria nº 984/2012, que regulamenta as atividades desenvolvidas por essa Divisão no âmbito do Ministério Público de Sergipe.

A Portaria instituiu que as análises efetuadas pela Divisão de Perícia Contábil consistirão na verificação de demonstrações contábeis, prestações de contas, indicadores econômico-financeiros, cálculo de propostas e outros assuntos pertinentes à área contábil, não sendo de sua competência a apreciação de informações inerentes a outras áreas de conhecimento.

Ficou estabelecida, ainda, a obrigatoriedade de quesitação específica, a qual deverá ser redigida por Membro do Ministério Público e anexada ao rosto do primeiro volume do Processo objeto de investigação, devendo apontar indícios de situação que induzam à investigação estritamente contábil.

Conforme a mencionada Portaria, a Divisão de Perícia Contábil passaria a receber, mensalmente, o máximo de 03 (três) processos por Promotoria, para fins de análise e emissão de parecer técnico, podendo a quantidade sofrer eventual alteração, mediante prévia autorização da Secretaria-Geral do Ministério Público, após entendimento com o Coordenador daquela Divisão.



2.8. DESTAQUES DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

2.8.1. INÍCIO DA IMPLANTAÇÃO DO ARQUIMEDES

Projeto de grande amplitude, que visa o gerenciamento da atividade fim do Ministério Público de Sergipe, o sistema ARQUIMEDES foi projetado para atuar em todas as áreas da Instituição, sejam elas Extrajudicial, Primeiro Grau ou Segundo Grau.

Nos meses de outubro e novembro do ano em tela, foi iniciada a primeira fase de implantação do ARQUIMEDES nas Promotorias de Justiça Cíveis e Criminais de Aracaju (exceto as virtualizadas), além das Promotorias Especializadas.

Uma equipe composta por servidores do setor de Tecnologia da Informação e da Corregedoria-Geral, sob direção do Dr. Eduardo Barreto d'Ávila Fontes – Presidente da Comissão de Modernização do MPSE – realizou a implantação e treinamento de servidores de Promotorias Cíveis e Criminais com atuação exclusivamente judicial, para que o Sistema possa ser utilizado e aprimorado de acordo com as necessidades que o dia a dia processual apresenta.

Com sua plena utilização, o Sistema Arquimedes concentrará os dados judiciais – de 1º e 2º graus – e extrajudiciais, fornecendo informações mais precisas sobre a atuação do Ministério Público, além de uniformizar a terminologia utilizada pelo Órgão, através da implementação das Tabelas Unificadas, pautadas pela taxonomia determinada pelo CNMP e CNJ.

2.8.2. INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS COM O TRIBUNAL DE CONTAS DE SERGIPE

No ano de 2012, um novo Convênio foi firmado entre o Tribunal de Contas de Sergipe e o Ministério Público Estadual, permitindo aos setores de tecnologia a troca de informações sobre aplicativos desenvolvidos e projetos realizados. As fotos em seguida registram momentos da solenidade de assinatura desse Convênio:



Foto 99 – Encontro do MPSE e TCESE para Assinatura do Convênio



Foto 100 – Assinatura de Convênio entre Tribunal de Contas do Estado e MPSE

Inicialmente, foram realizados projetos para especificação e aquisição de novos recursos de *hardware* para o *Datacenter*, devido à semelhança de estrutura existente nos órgãos. Foram realizados, inclusive, encontros com o fabricante, expondo dificuldades e problemas técnicos em comum para solução em conjunto e com maior força de empenho dos fornecedores.

Com relação aos sistemas produzidos pelas duas casas, o TCESE teve acesso aos códigos fonte do Sistema de Controle de Frota do Ministério Público Estadual, ao passo que este obteve do Tribunal o Sistema de Controle de Exames periódicos para estudo de caso de uso no setor médico do MPSE.

Em paralelo aos trâmites deliberados nas áreas de Tecnologia da Instituição junto ao Tribunal de Contas, a parceria proporcionou a Membros e Servidores autorizados, o uso do sistema de auditoria do TCESE – SISAP, que contém dados fiscais e contábeis de valor inestimável para o andamento de processos jurídicos, inquéritos e investigações.

O projeto de implantação do SISAP no Ministério Público conta ainda com o auxílio do TCESE para ministrar treinamentos sobre utilização da ferramenta, que contém inúmeras informações e funcionalidades técnicas disponíveis.

Registro do momento em que Membros e Servidores do MPSE participavam de treinamento do SISAP:



Foto 101 - Treinamento do SISAP

2.8.3. DATACENTER - GARANTIA DA SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES

Os *Datacenters* são ambientes especialmente projetados para o armazenamento e processamento de dados, além de prover diversos tipos de serviços, sejam estes internos ou fornecidos a terceiros. São considerados ambientes seguros, dotados de dispositivos que garantem o fornecimento ininterrupto de energia, dispositivos de segurança contra incêndios, sistemas de controle de acesso e vigilância eletrônica, climatização, entre outros.

Com base em tais fatos, realizou-se o Projeto do novo *Datacenter* da Instituição, sob o acompanhamento da Divisão de Infraestrutura da Diretoria de Tecnologia da Informação, que desempenhou importante papel no sentido de alinhar os objetivos, visando alcançar o melhor resultado com o menor custo.

Assim, foi possível identificar e sugerir, em tempo hábil, adequações que melhor poderiam atender a estrutura do Órgão Ministerial, minimizando os pontos de falhas e buscando o atendimento à norma internacional ANSI/TIA/EIA-942, que elenca as premissas mínimas de segurança para a construção e manutenção de uma sala segura de processamento de dados.

A tabela abaixo apresenta as novidades tecnológicas instaladas no *Datacenter*:

Novidades Tecnológicas Instaladas no <i>Datacenter</i>	
Cabeamento Óptico e Metálico	Como infraestrutura principal para interligação dos equipamentos, foram instalados diversos pontos de acesso à rede, com lançamento de cabeamento metálico cat. 6 e fibras ópticas sob o piso elevado, baseado nas normas de cabeamento estruturado.
Infraestrutura de Encaminhamentos	No <i>Datacenter</i> foi executada toda infraestrutura em eletrocalhas perfuradas 300x50 para encaminhamento de cabeamento estruturado e toda infraestrutura em eletrocalhas 200x50 para encaminhamento dos cabos elétricos de ligação. Para encaminhamentos dos cabos elétricos de distribuição, foram utilizados infraestrutura em eletrodutos galvanizados leves e <i>sealtubes</i> de 1" juntamente com suas terminações e acessórios.
Piso Elevado	Todo <i>Datacenter</i> é provido de piso elevado modular específico para suportar as condições necessárias ao ambiente e peso dos equipamentos. Todo o piso é feito de material cerâmico específico para salas seguras, sendo esse instalado sobre suportes metálicos a uma distância de 30 centímetros do piso estrutural, possibilitando a passagem de cabeamento elétrico e estruturado sob o piso, facilitando o acesso aos condutores e manutenção preventiva e/ou corretiva com a capacidade para ampliações futuras na infraestrutura.
<i>Racks</i> de Equipamentos	Neste ambiente foram dispostos diversos <i>racks</i> (armários de equipamentos) para, de forma organizada e padronizada, acomodar servidores, <i>storages</i> , ativos de rede, <i>nobreaks</i> , central telefônica, entre outros equipamentos responsáveis por manter os serviços e toda a infraestrutura de tecnologia do órgão em funcionamento.
Sistema de Ar-Condicionado	O projeto do <i>datacenter</i> contemplou o fornecimento e instalação de 3 (três) máquinas de ar condicionado SISTEMA <i>SPLIT SYSTEM</i> COM GÁS R-22 – COMPRESSOR, trabalhando em escala definida e controlada por um micro-controlador digital.
Sistema Elétrico	O sistema elétrico de alimentação e distribuição foi projetado e executado objetivando prover o <i>datacenter</i> de alimentação elétrica dentro dos padrões de qualidade exigidos para alimentação de equipamentos sensíveis, em obediência às normas técnicas de segurança e qualidade.

Tabela 62- Novidades Tecnológicas Instaladas no *Datacenter*

2.8.3.1. MONITORAMENTO DE PARÂMETROS DE AMBIENTE

Com vistas a monitorar e analisar parâmetros ambientais do *Datacenter*, foi projetado e instalado **dispositivo de monitoramento ambiental** capaz de detectar, registrar e alertar tipos específicos de exposição à umidade, à presença de água, de gases, fluxo de ar, baixas e altas temperaturas, entre outros.

O sistema é composto pelos seguintes dispositivos:

- 01 (um) dispositivo de monitoramento *SERVSSENSOR* com 8 (oito) portas RJ45 para entrada de sensores;
- 01 (um) sensor de temperatura e umidade;
- 01 (um) sensor de porta aberta;
- 01 (um) sensor de líquido no piso.

O monitoramento ambiental é peça imprescindível para manutenção das condições adequadas de funcionamento dos equipamentos e detecção de possíveis alterações nos níveis aceitáveis.

2.8.3.2. SEGURANÇA FÍSICA DO DATACENTER

Para prover segurança de acesso ao *Datacenter* e, conseqüentemente, aos equipamentos, foram projetados diversos sistemas que registram, dificultam e/ou impedem o acesso não autorizado.

A sala possui porta corta fogo que conta com sistema de controle de acesso, permitindo a entrada somente de pessoas previamente autorizadas e cadastradas no sistema. Como medida de segurança, foi instalada fechadura eletromagnética que ativa ou desativa o acesso através do controle do leitor biométrico.

Para monitoramento por imagens, foram instaladas câmeras, estrategicamente dispostas, para analisar todo o ambiente do *datacenter*, registrando as imagens.

Para detecção de intrusão, instalou-se um sistema de alarme de detecção de presença com acionamento por senha através de painel externo e sensores de presença distribuídos nos principais pontos críticos, cobrindo toda área do *Datacenter*.

2.8.4. PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO DA NOVA SEDE

A execução do Projeto de Cabeamento da Nova Sede foi realizada por empresa contratada, especialista neste ramo de atividade, garantindo o atendimento às normas e utilização das melhores práticas de mercado. Dessa forma, o novo Edifício Sede do Ministério Público de Sergipe foi provido de uma infraestrutura de comunicação de dados moderna e robusta, possibilitando a integração dos mais diversos equipamentos existentes neste Órgão e propiciando a flexibilidade necessária para crescimento futuro.

Durante todo o ano de 2012, a Divisão de Infraestrutura da Diretoria de Tecnologia da Informação empreendeu esforços, a fim de proporcionar a integração com a equipe da Empresa, gerenciando o Projeto de Cabeamento Estruturado da Nova Sede.

Todo o Projeto foi acompanhado e vistoriado, buscando sempre atender aos requisitos de conformidade com as normas nacionais e internacionais de cabeamento estruturado, a exemplo da ABNT NBR 14565, EIA/TIA 568B, EIA/TIA 569, EIA/TIA 606, entre outras, dando ao Ministério Público a segurança de ter um resultado satisfatório, comparando-se ao padrão de qualidade internacional especificado nas normas.

Os pontos de rede instalados, distribuídos em todo o edifício da Nova Sede, conforme projeto arquitetônico são os pontos de acesso do usuário à rede do MPSE, através dos mais diversos dispositivos e proveem a convergência de tecnologias, possibilitando a conexão de equipamentos, a exemplo de computadores, impressoras, telefones, câmeras de vigilância, sensores, entre outros.

Ao todo são 2.144 (dois mil cento e quarenta e quatro) pontos de acesso à rede, concentrando-se em 10 (dez) *racks* de telecomunicações localizados nas chamadas “Salas dos *Racks*”, sendo 02 (duas) salas por andar, do pavimento térreo ao 4º (quarto). Todas essas salas são interligadas com o *Datacenter*, localizado no 3º (terceiro) pavimento, através de fibras ópticas.

O Projeto teve uma duração de execução aproximada de 2 (dois) anos, devido a atrasos e mudanças de *layout*, mas que não causaram nenhum impacto negativo em relação à inauguração e funcionamento do edifício.

2.8.5. GARANTIA DA DISPONIBILIDADE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Para auxiliar a equipe de Infraestrutura, foi instalado um sistema de monitoramento em tempo real que mostra o *status* dos ativos monitoráveis, criando uma forma de detectar imediatamente possíveis falhas nos equipamentos, *status* de utilização dos recursos, testes de conexão e fluxo de transmissão de dados.

Além do monitoramento em tempo real, esse sistema armazena registros dos alertas ocorridos, podendo gerar relatório de *uptime* (tempo em atividade) e disponibilidade dos serviços e equipamentos.

A instalação desse sistema vem suprir uma grande necessidade existente no gerenciamento dos equipamentos, visto que a infraestrutura de Tecnologia da Informação - TI do Ministério Público de Sergipe cresce em ritmo acelerado, com a ativação de novos equipamentos servidores e a disponibilização de diversos serviços e sistemas informatizados.

O sistema é composto por 02 (dois) equipamentos televisores, um servidor de aplicação e *software* de monitoramento, conforme exibido na imagem a seguir:

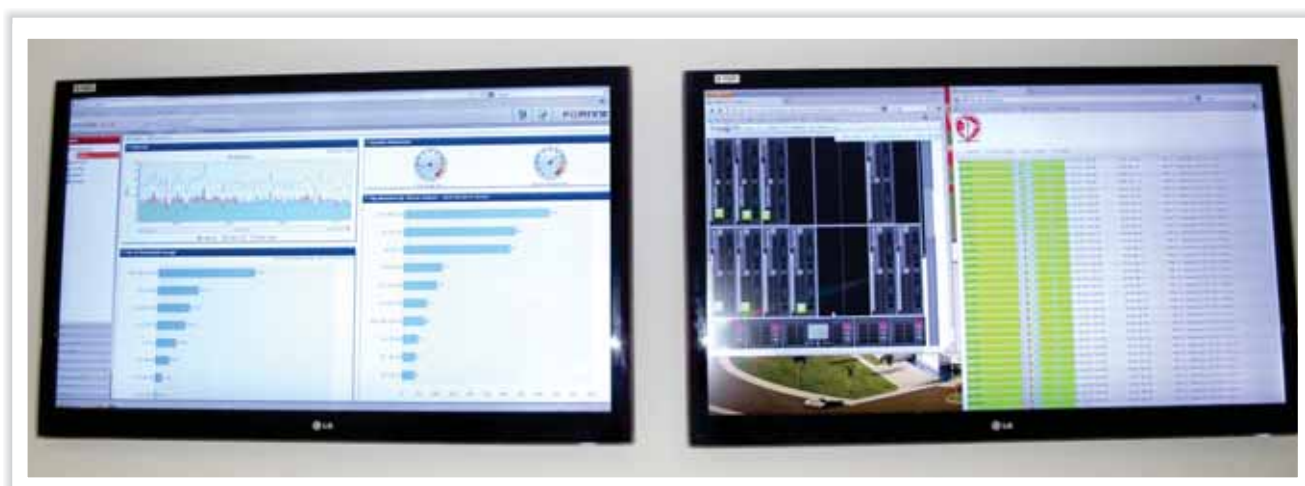


Foto 102 – Monitoramento dos Sistemas da TI

Como sua base foi projetada e vem sendo desenvolvida em *software* livre, sob licença *General Public License* - GPL, não existe custo com aquisição de licenças, podendo ser utilizada tranquilamente em ambientes corporativos.



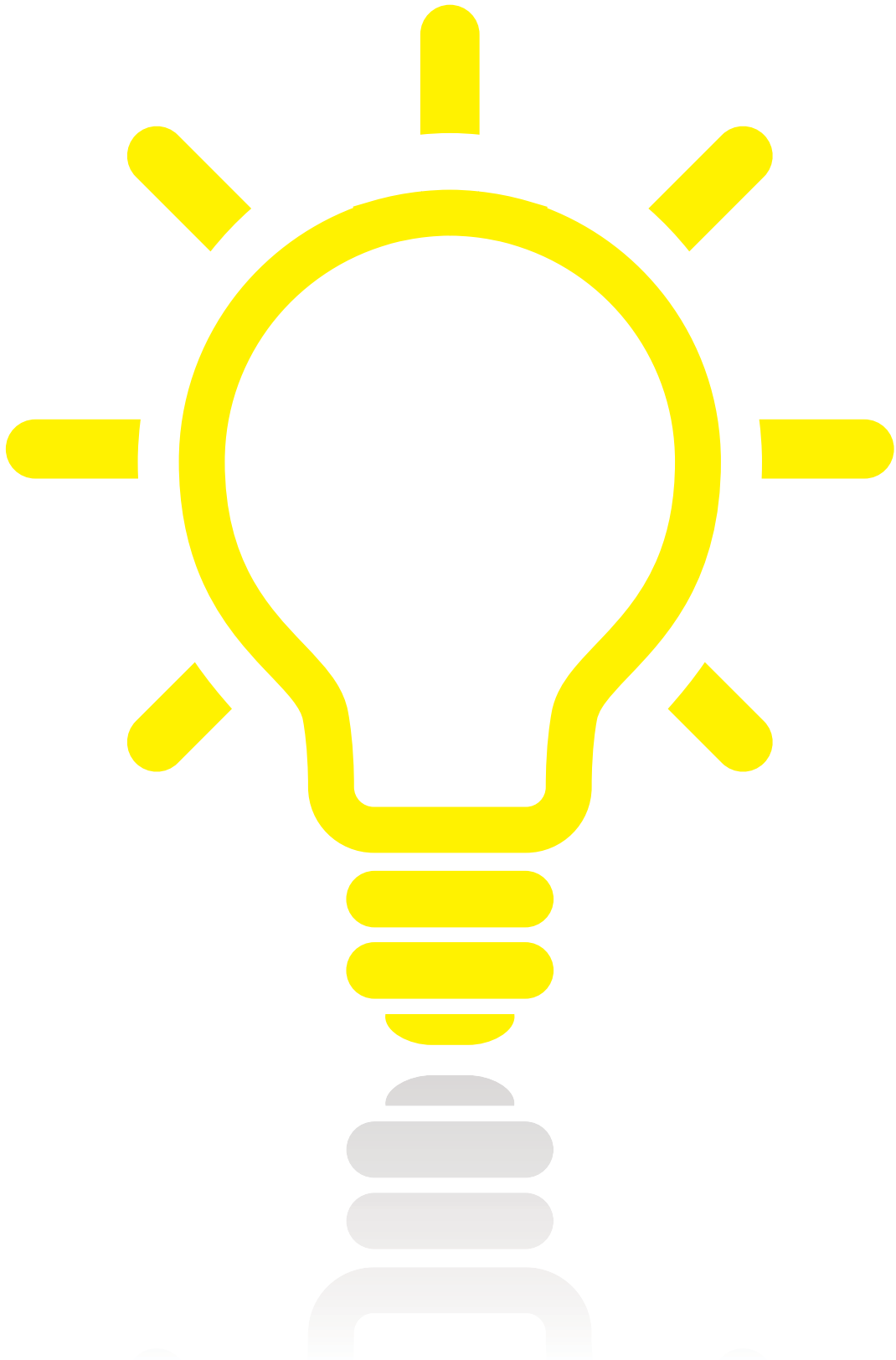
2.8.6. EFICIÊNCIA NA COMUNICAÇÃO

A telefonia da Nova Sede do Ministério Público de Sergipe, tecnologia principal para a comunicação interna e externa, foi concebida através de um projeto que buscou o que havia de mais moderno no mercado, aliado à possibilidade de comunicação sobre redes IP convergentes através de sinais puramente digitais, preservando a qualidade e nitidez do som.

Atualmente instalada e em funcionamento no novo prédio do MPSE, a recente central telefônica representou um grande avanço na forma de comunicação da Instituição, extinguindo todos os problemas e deficiências da sede antiga. Apesar de, à primeira vista, realizar a mesma função da antiga central telefônica, o equipamento traz um novo paradigma de comunicação que envolve além do *hardware*, *software* de gerenciamento e integração, comunicação através do protocolo VoIP (Voz sobre Internet Protocol - IP), virtualização de central para redundância, entre outros recursos, que possibilitam a flexibilização para a implementação da chamada comunicação unificada.

A nova central telefônica conta com *hardware* totalmente diferenciado, padrão mais moderno existente no mercado, facilitando e simplificando futuras expansões de ramais, ampliação de recursos físicos e integração com outras tecnologias.

Com um total de 471 (quatrocentos e setenta e um) ramais adquiridos, espalhados em 400 (quatrocentos) aparelhos IP, 70 (setenta) analógicos e 1 (uma) central de operador para telefonista, o MPSE conta também com equipamentos de telefonia modernos, capazes de realizar funções antes não disponíveis, a exemplo de identificação de chamadas, viva voz, agenda, conferência de chamadas, linha de espera, suporte a *headset*, entre outros.



2.9. APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

2.9.1. CONCURSO MELHOR ARRAZOADO JURÍDICO E FORENSE

Através da Portaria nº 02/12, da lavra do Procurador-Geral de Justiça, a Escola Superior do Ministério Público abriu seleção de artigos e peças jurídicas, do qual participaram Promotores de Justiça, Analistas e Técnicos do Ministério Público. Nesse concurso, foram apresentados vários temas submetidos à análise do Conselho designado no mencionado Ato, permitindo a premiação do melhor trabalho de pesquisa e prática forense, destacando-se os seguintes:

Melhor Arrazoado Forense		
Nome	Categoria	Premiação
Augusto César Leite de Resende	Membro	1º Lugar
Edjilda Resende de Lima Guerra	Membro	1º Lugar
Melhor Arrazoado Jurídico		
Nome	Categoria	Premiação
Augusto César Leite de Resende	Membro	1º Lugar
Luã Silva Santos	Servidor	Menção Honrosa
Petrúcio Lopes Casado Filho	Servidor	1º Lugar

Tabela 63 - Agradados com o Concurso Melhor Arrazoado Forense

2.9.2. BIBLIOTECA

A Biblioteca Gonçalo Rollemberg Leite integra a Escola Superior do Ministério Público - ESMP. Tem como objetivo contribuir para o exercício das atividades dos Membros e Servidores e disponibiliza acesso ao conhecimento jurídico para a comunidade jurídica local.

De janeiro a dezembro do ano de 2012 foram adquiridos, através de doações, 31 (trinta e um) exemplares de livros e 105 (cento e cinco) periódicos, além de realizada a compra de 176 (cento e trinta e seis) livros. Nesse período a Biblioteca recebeu mais de **2.231 (duas mil, duzentas e trinta e uma)** visitas para consultas e empréstimos dos livros e cadastrou 60 (sessenta) novos usuários

A seguir são apresentadas fotos da Biblioteca da ESMP nas novas instalações do Ministério Público Estadual:



Foto 103 - Biblioteca da Escola Superior do Ministério Público



Foto 104 - Biblioteca da Escola Superior do Ministério Público

2.9.3. EVENTOS VOLTADOS PARA A FORMAÇÃO DE PESSOAL

Atendendo os requisitos do Plano de Desenvolvimento de Pessoal, durante todo o ano, foram realizados Cursos de Capacitação e diversos eventos, com a finalidade precípua de aprimorar o conhecimento, qualificar e treinar continuamente Membros, Servidores e Estagiários. Isso demonstra que a Gestão de Recursos Humanos vem fomentando a reciclagem e o aprimoramento de Pessoal para o uso de novas tecnologias implantadas, aperfeiçoamento das atividades desempenhadas e atualização do conhecimento, em decorrência das alterações na legislação pátria.

Assim, com o apoio da Escola Superior do Ministério Público – ESMP, durante o ano de 2012, foram realizadas as seguintes atividades:

Mês	Eventos (Cursos, Encontros, Palestras, Simpósios, Seminários)	Tema	Palestrante	Carga Horária	Nº Participantes		
					Membros	Servidores	Total
Março	Curso de Vitaliciamento	Visita o Complexo Penitenciário Advogado Antônio Jacinto Filho -COMPAJAF.	-	-	17	-	17
	Curso de Vitaliciamento	Palestra sobre Vigilância Sanitária do Estado de Sergipe.	Antônio de Pádua	-	17	-	17
Abril	Curso de Ambientação e Capacitação para Estagiários de Nível Médio	Proporcionar aos estudantes /estagiários instrumentos que facilitem sua passagem do ambiente escolar para o mundo do trabalho.	-	10 horas	-	-	27
	Palestra - Reforma do Código Penal Brasileiro	Eutanásia, ortotonásia, suicídio assistido, criação de um tipo descritivo sobre organizações criminosas, conversão de contravenções penais em crimes.	Luiz Flávio Gomes	02 horas	33	150	183
	Curso de Direito Eleitoral	Direitos Políticos; Abuso de Poder Político, Econômico e Condutas Veladas; Registro de Candidaturas e Propaganda Política.	Roberto Moreira de Almeida	08 horas	40	25	65
	Curso de Vitaliciamento	Visita a Unidade de Acolhimento Institucional Maria Isabel Santana de Abreu.	-		17	-	17
Maio	Curso sobre Controle na Aplicação de Verbas Públicas - Módulo I e II	Conhecimento técnico à fiscalização das aplicações das verbas públicas federais, bem como à instrução de eventuais procedimentos ou ações de improbidade administrativa.	Manoel Gomes Marciape Neto	03 horas	41	12	53
Junho	Curso de Capacitação na Persecução Penal no Crime de Homicídio	Integração dos vários profissionais dos órgãos do sistema de justiça e de segurança pública (Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública - ENASP / Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP).	-	14 horas	84	-	84
Julho	Curso iPad – Módulo I	Funções básicas do iPad bem como os recursos do equipamento e o modo de utilização do mesmo.	Diego Garcia Cruz Carvalho	03 horas	12	-	12
Agosto	Curso iPad – Módulo I	Funções básicas do iPad bem como os recursos do equipamento e o modo de utilização do mesmo.	Diego Garcia Cruz Carvalho	03 horas	20	-	20
Setembro	Ciclo de Palestras - Combate à Corrupção e ao Crime Organizado	Crimes de Licitação: teoria e prática investigativa; Interceptação telefônica e telemática; Casos práticos do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO/Sorocaba-SP no combate às organizações criminosas em esquemas de corrupção e delitos contra a Administração Pública e Experiências investigativas do MP/SP no Combate à Corrupção.	-	12 horas	42	102	144
	Curso de Ambientação e Capacitação para Estagiários de Nível Médio	Proporcionar aos estudantes /estagiários instrumentos que facilitem sua passagem do ambiente escolar para o mundo do trabalho.	-	08 horas	-	-	18
	Palestra sobre a Nova Prisão Cautelar	A Nova Prisão Cautelar.	Renato Brasileiro	2 horas	22	80	102
Dezembro	Curso iPad – Módulo II	Funções básicas do iPad, bem como os recursos do equipamento e o modo de utilização do mesmo.	Diego Garcia Cruz Carvalho	03 horas	5		5
TOTAL DE PARTICIPANTES					350	369	764

Tabela 64 - Cursos de Capacitação Realizados

Considerando a relevância da Tecnologia da Informação para a consecução de objetivos ambiciosos nas outras perspectivas do Plano Estratégico Plurianual de Ação do Ministério Público do Estado de Sergipe - 2011/2015, a Procuradoria-Geral de Justiça vem continuamente implementando políticas de atualização de tecnologias, com a respectiva promoção de cursos para sua instrumentalização, conforme quadro abaixo:

Cursos de TI - 2012			
Mês	Curso/Módulo	Carga Horária	Nº Participantes
Maio	Implantação de Redes Seguras e VPN IPSec - Curso <i>Fortinet</i> 201	16 horas	4
	Implantação de Redes Seguras e VPN IPSec - Curso <i>Fortinet</i> 301	24 horas	4
Junho	II Seminario de Formação de Preço em Obras Públicas: Preço Justo, Obra Concluída, Sociedade Atendida.	5 horas	2
Junho	<i>Extreme Networks Ridgeline Training</i>	16 horas	2
Novembro	Curso IPV6 básico	40 horas	1
	Curso de Administração de Banco de Dados <i>ORACLE</i> III	40 horas	4

Tabela 65 - Cursos Realizados na Área de Tecnologia da Informação

A seguir são apresentadas fotos de cursos realizados pelo Ministério Público de Sergipe durante o ano de 2012, demonstrando a grande participação de Membros e Servidores nos referidos eventos:



Foto 105 - Curso de Ambientação e Capacitação de Estagiários de Nível Médio



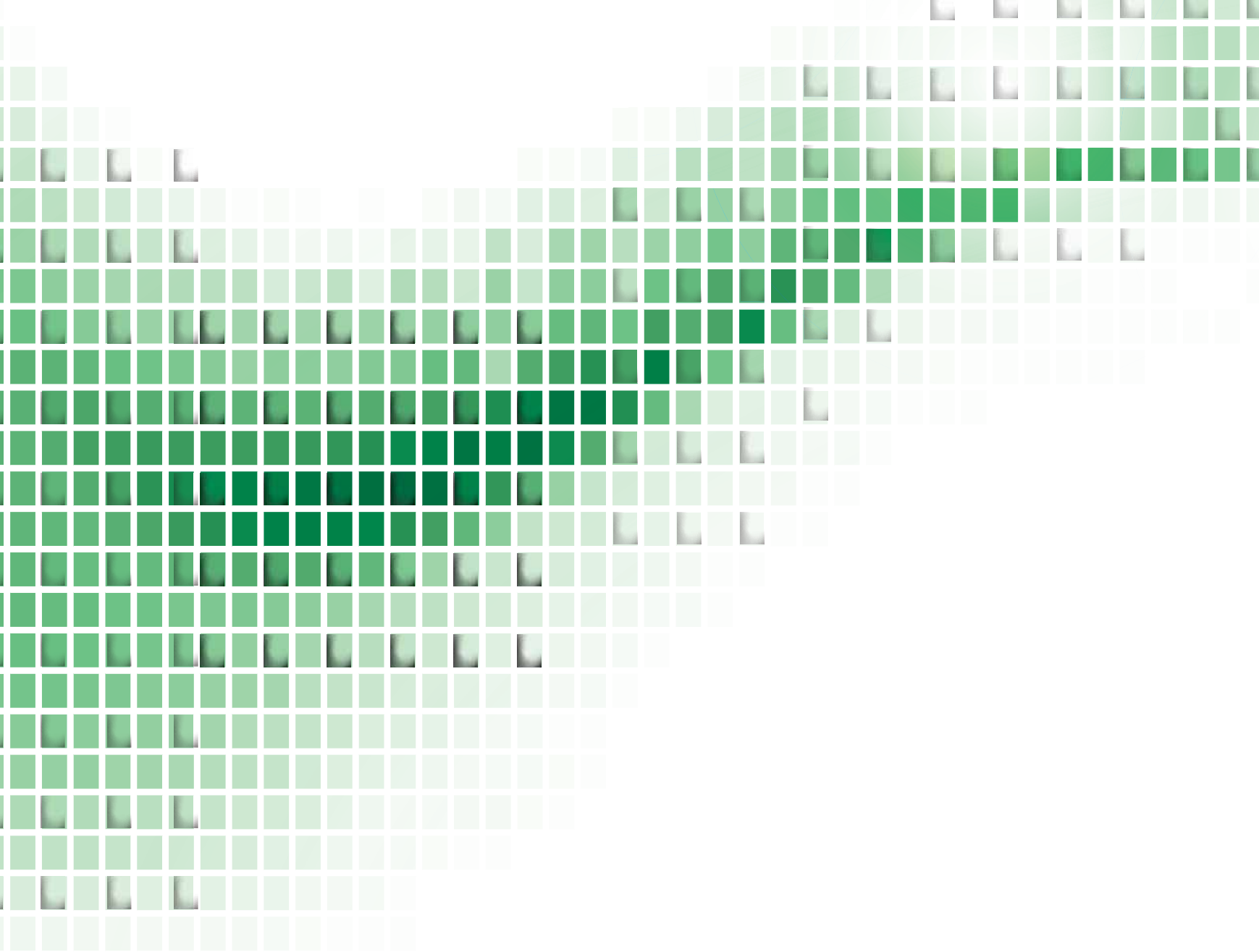
Foto 106 - Curso de Capacitação na Persecução Penal

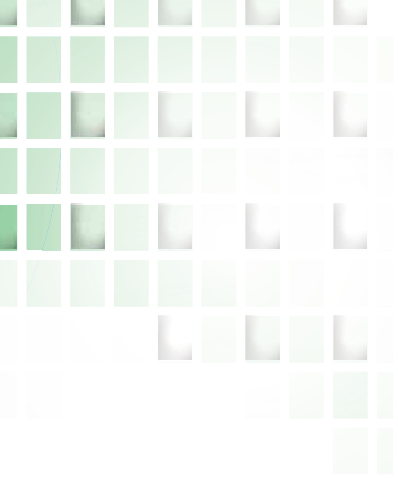


Foto 107 – Palestra sobre a Nova Lei de Prisão Cautelar



Foto 108 - Palestra sobre a Reforma do Código Penal Brasileiro





APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE

“Não há sociedade possível sem o dever, que compreende a justiça e a caridade.”

Hughes Lamennais

3. APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE

A fim de estabelecer uma comunicação mais direta com a sociedade, o Ministério Público de Sergipe disponibiliza a Ouvidoria e a Triagem Técnica, órgãos que servem de interlocutores entre a Instituição e o cidadão.

3.1. DA OUVIDORIA

A Ouvidoria possui instrumentos permanentes de comunicação capazes de permitir o recebimento de denúncias, reclamações, críticas, sugestões e elogios de cidadãos, entidades representativas, órgãos públicos e autoridades, além da obtenção, por parte destes, de informações sobre as ações desenvolvidas pelo Órgão Ministerial.

Os números estatísticos comprovam que a Ouvidoria tem cumprido seu papel institucional, de promover a interação entre os cidadãos e os gestores públicos.

O gráfico abaixo é uma ferramenta disponibilizada pelo Sistema da Ouvidoria, logo após a criação de uma manifestação, quando são gerados número e senha relativos àquele pleito, para que o reclamante possa avaliar os serviços prestados pela Ouvidoria. Ele demonstra o quanto o trabalho da Ouvidoria pode ser considerado útil à comunidade, e ao interesse das pessoas, nas suas tratativas com os entes públicos.

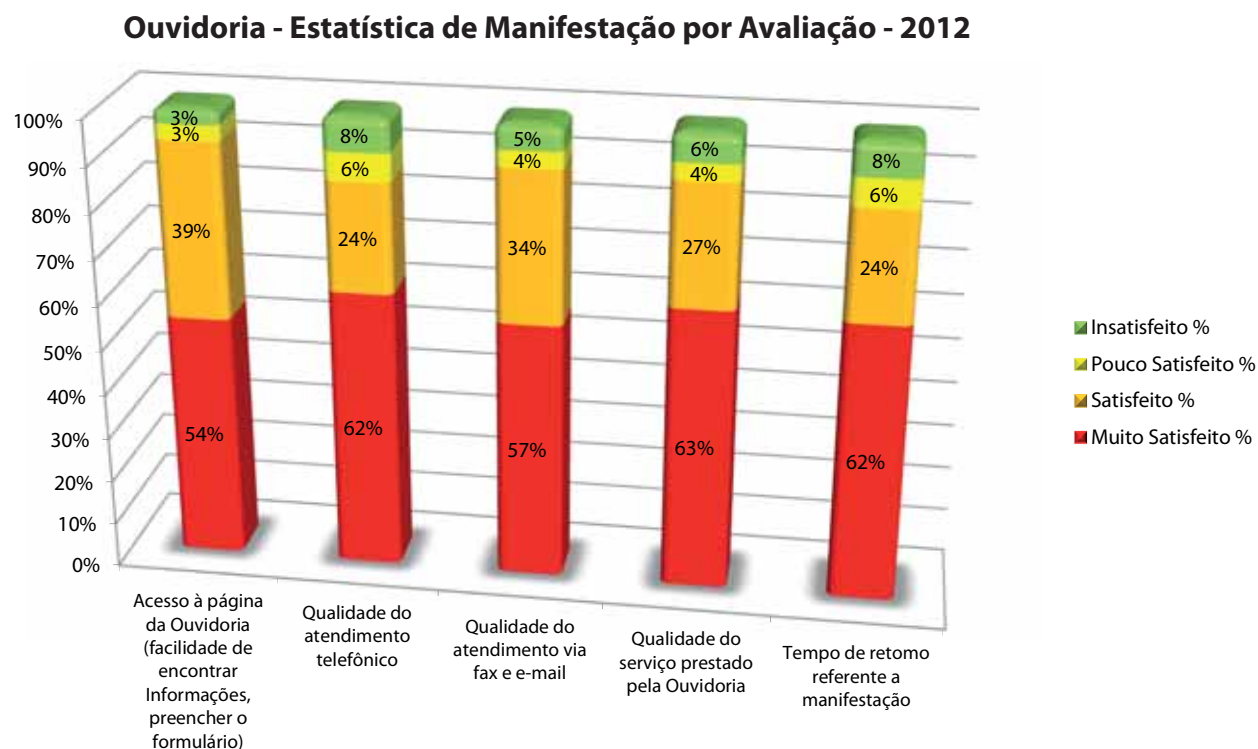


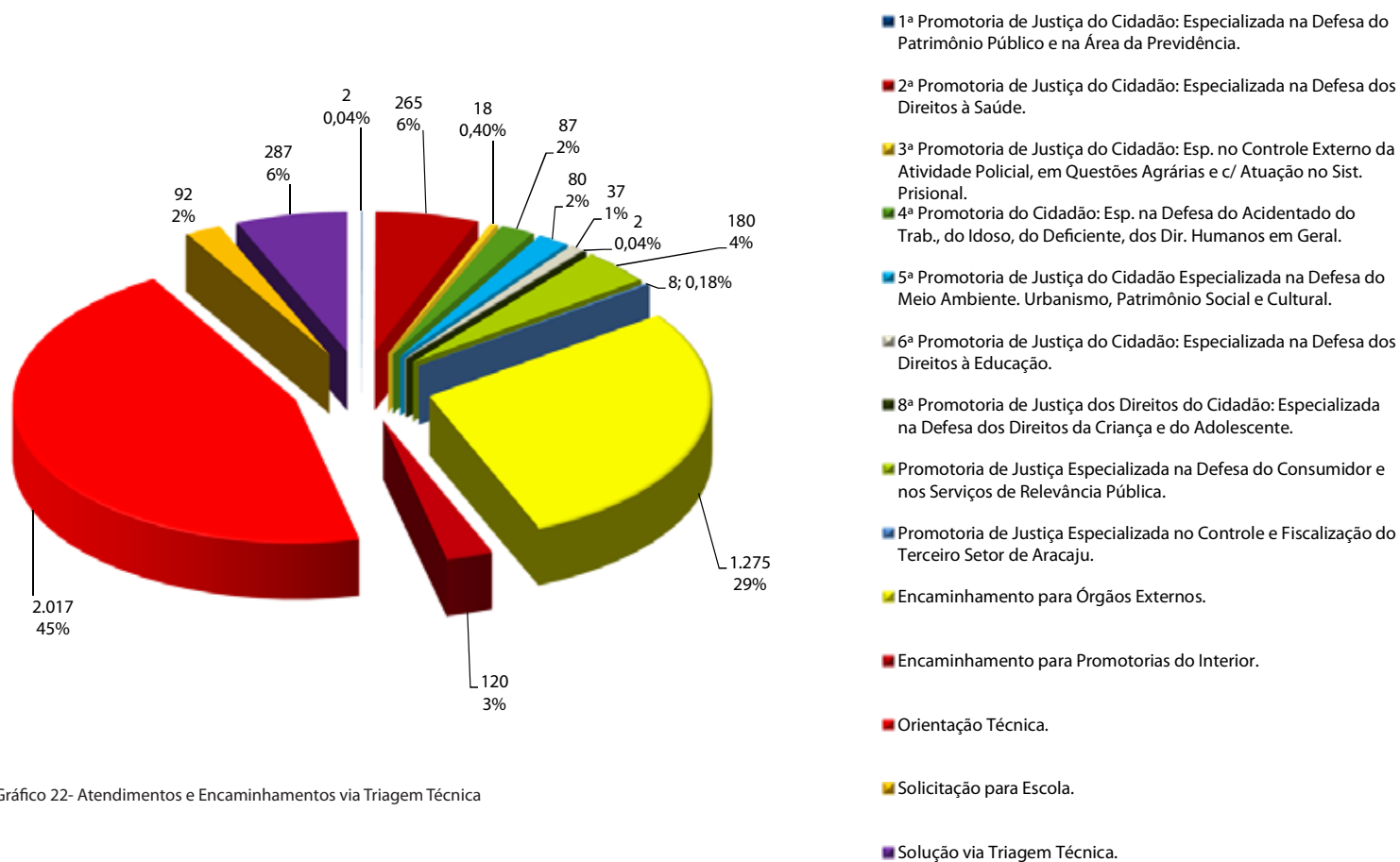
Gráfico 21 - Avaliação do Cidadão quanto ao Atendimento às Solicitações Feitas ao MPSE

3.2. DA TRIAGEM TÉCNICA

O Ministério Público de Sergipe disponibiliza, ainda, outro ponto de atendimento de acesso direto ao cidadão, denominado Triagem Técnica, órgão responsável por receber e direcionar as demandas que chegam à Sede do MPSE, conduzindo o cidadão para a Promotoria pertinente, da Capital ou do Interior, para a Escola Superior ou até mesmo para órgãos externos.

No ano de 2012, foram realizados **4.470 (quatro mil, quatrocentos e setenta)** atendimentos, conforme quadro em seguida, quase a metade referindo-se a **Orientação Técnica**. Tal procedimento consiste em oferecer orientação jurídica ao cidadão acerca de suas demandas, informando-os dos seus direitos, obrigações e procedimentos a serem tomados para solução do problema, principalmente, quando se reporta a casos individuais.

Triagem Técnica - Atendimentos da Sede do MPSE - 2012



Outro ponto merecedor de destaque é o da **Solução via Triagem Técnica**, que consiste no pronto atendimento das necessidades do cidadão, realizado diretamente pela Triagem sem interveniência de Promotorias. A solução à demanda do cidadão pode ser levada a efeito através de ligações telefônicas para órgãos, hospitais, empresas, entre outros, sem a necessidade de gerar novos encaminhamentos.

Vale ressaltar, também, o item **Solicitação para Escola** que consiste nos atendimentos aos pais ou responsáveis de alunos, estudantes de Estabelecimentos de Ensino Privado, que reclamam da negativa de entrega de Histórico Escolar ou Transferência, enquanto pendentes débitos com a Instituição Escolar. O encaminhamento desses casos, por se tratar de regra de contrato privado, é feito através de Ofício da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, remetido à Unidade de Ensino, solicitando atendimento às demandas.



Foto 109 - Atendimento via Triagem Técnica

A Triagem Técnica tem sido de grande relevância para o Ministério Público Estadual, servindo de elo entre as Promotorias e o cidadão, que, em muitas oportunidades, tem seus problemas resolvidos ali mesmo, sem a necessidade de se deslocar para outros órgãos ou setores. As fotos 105 e 106 ilustram o atendimento da Triagem:



Foto 110 - Atendimento via Triagem Técnica





PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

"O futuro dependerá daquilo que fazemos no presente."

Mahatma Gandhi

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos atuou fortemente, durante todo o ano de 2012, em seu papel de elaborar/revisar, implementar, monitorar e controlar a execução do Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe, tendo como meta a efetiva execução do ciclo PDCA (*Plan* – Planejar, *Do* – Fazer, *Check* – Verificar, *Act* – Agir), focando suas atividades nas fases referentes à Execução – *DO* e Validação – *Check*.



Figura 12 - Gráfico Ilustrativo do Ciclo PDCA

Contribuindo para a execução do Plano Estratégico Plurianual de Ação do Ministério Público do Estado de Sergipe 2011/2015, cumprindo o seu papel de apoio e suporte técnico na área de gerenciamento de projetos, a Divisão acompanhou os trabalhos das Comissões de Execução do Planejamento, disponibilizando orientações sobre ferramentas e técnicas de gestão de projetos, baseadas em padrões de mercado reconhecidos mundialmente, a exemplo do guia de boas práticas em gerenciamento de projetos PMBOK.

Foi realizado com essas Comissões um piloto para a implantação da Metodologia de Gerenciamento de Projetos do MPSE, definida no corrente ano. A equipe técnica da DIPLAN acompanhou todas as reuniões de Projeto de 4(quatro) das 11(onze) Comissões de execução, a saber: Direitos Humanos, Relevância Pública, Segurança Pública e Terceiro Setor, possibilitando a realização de ajustes para uma perfeita adequação da metodologia às características dos projetos do Órgão.

Constitui-se objetivo da Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos prosseguir na análise e definição de uma forma automatizada para o acompanhamento dos projetos institucionais pela Administração Superior do Órgão, promovendo uma maior transparência das ações realizadas.

A seguir, foto de reunião realizada com a Comissão de Relevância Pública:



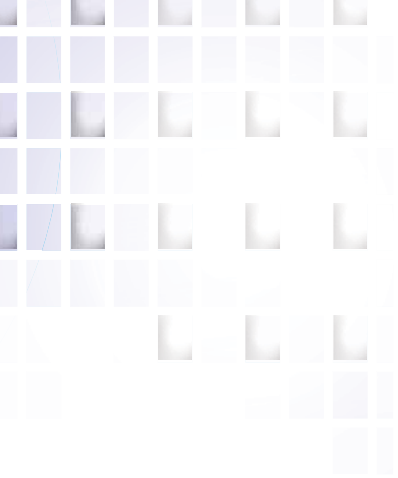
Foto 111 - Reunião do Planejamento Estratégico com a Comissão de Relevância Pública

Também como parte do acompanhamento da execução de algumas ações institucionais relacionadas a projetos, a Diretoria de Planejamento elaborou e/ou analisou diversos Projetos Sociais e Institucionais com o apoio da Coordenadoria de Evolução Humana, Ética e Espiritualidade.

No que tange às atividades voltadas para o acompanhamento - *check*, a Divisão desenvolveu um trabalho piloto com alguns setores da Instituição, na busca do mapeamento entre as ações executadas e o Plano Estratégico Estabelecido. Nesse sentido, foram realizadas algumas reuniões com representantes de diversos órgãos, quando foram levantadas, através de entrevistas, as informações necessárias.

Importante frisar que todas as ações relacionadas ao Planejamento Estratégico são definidas e monitoradas pelo Comitê Gestor de Planejamento Estratégico, perante o qual a DIPLAN exerce também o papel de apoio técnico no tocante à definição de padrões e metodologias.





INDICADORES DE GESTÃO

"A cooperação é a convicção plena de que ninguém pode chegar à meta se não chegarem todos."

Virginia Burden



5. INDICADORES DE GESTÃO

O gráfico a seguir representa, por grupo de despesa (Pessoal, Correntes e Investimentos), a execução do orçamento do Ministério Público durante o ano de 2012. Nele, são apresentadas as despesas autorizadas⁴ ao final do exercício, comparando-as com as despesas executadas naquele ano.

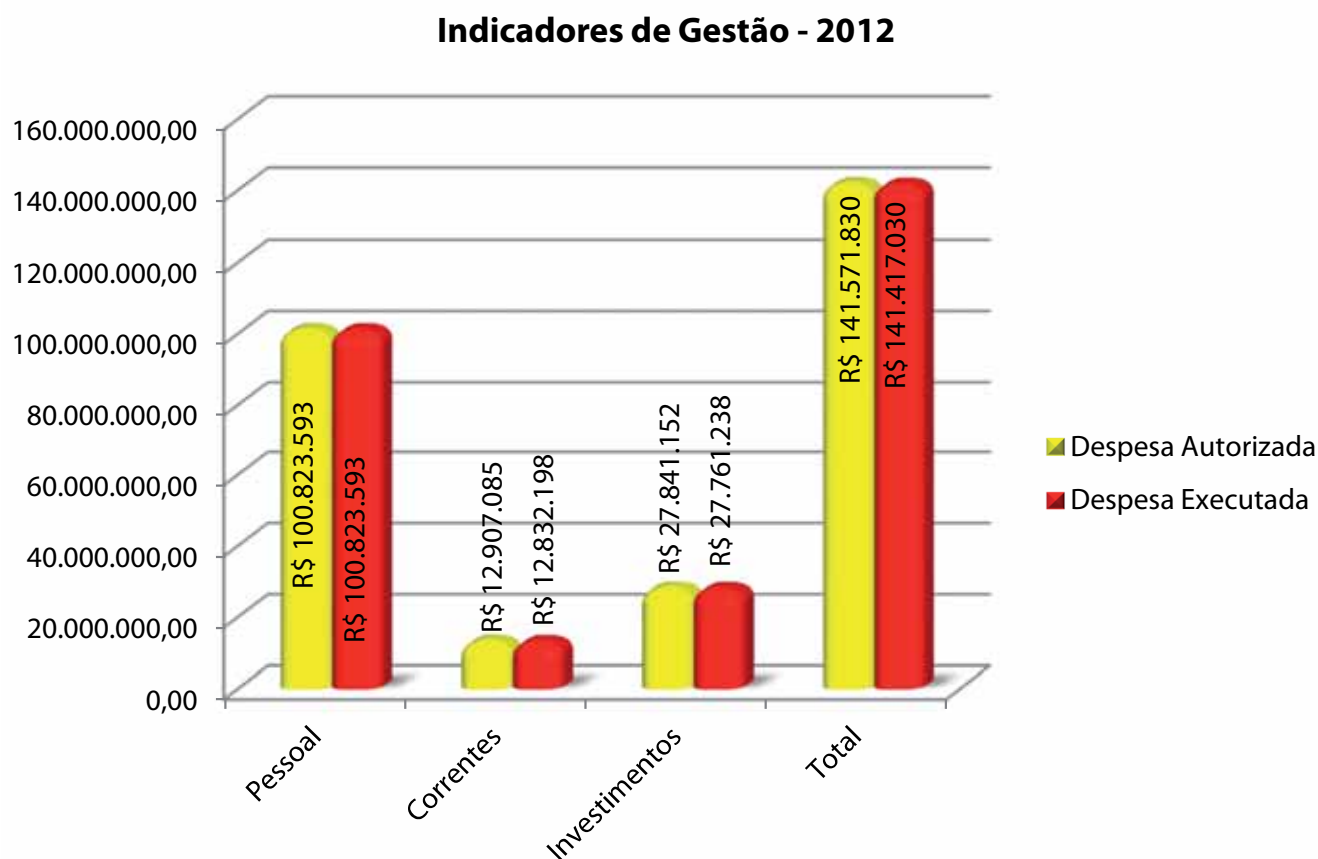


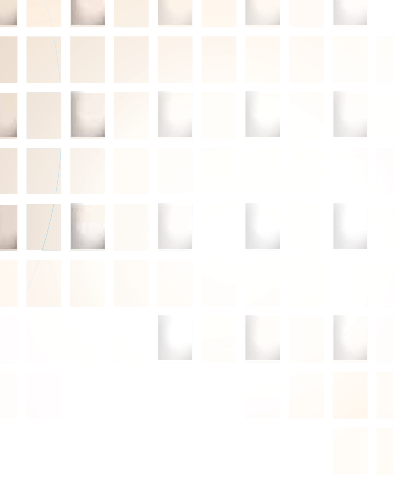
Gráfico 23 - Indicadores da Execução Orçamentária

Em percentuais, esses valores atingem o índice de execução de **100%** (cem por cento) dos recursos disponibilizados para Despesas com Pessoal; de **99,41%** (noventa e nove inteiros e quarenta e um centésimos por cento) para Despesas Correntes; e **99,71%** (**noventa e nove inteiros e setenta e um centésimos por cento**) para Investimentos.

Ressalte-se que o índice de utilização de todos os recursos disponibilizados para o Ministério Público de Sergipe atingiu o percentual de **99,89%** (**noventa e nove inteiros e oitenta e nove centésimos por cento**). Esse patamar, uma realidade ímpar, reflete a Gestão Administrativa voltada para utilização dos recursos, executada através do planejamento das movimentações orçamentárias, atendendo as necessidades das Atividades, dos Projetos e das Operações Especiais previstas no Orçamento do Órgão para o exercício.

4 - Despesas Autorizadas – Orçamento ao final do exercício, após a abertura de créditos adicionais e anulações de dotações orçamentárias.





DESTAQUES LEGISLATIVOS

“Só o bem neste mundo é durável, e o bem, politicamente, é todo justiça e liberdade, formas soberanas da autoridade e do direito, da inteligência e do progresso.”

Rui Barbosa



6. DESTAQUES LEGISLATIVOS

Legislação do Período – 2012		
Data	Nº Norma	Assunto
12/01/2012	Resolução nº 001/2012 - CPJ	Regulamenta a concessão da assistência à saúde, através de auxílio, de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento parcial das despesas dos Membros e Servidores ativos e inativos do Ministério Público do Estado de Sergipe, conforme previsto na Lei nº 7.375, de 29 de dezembro de 2011, e dá outras providências.
02/02/2012	Resolução nº 002/2012 - CPJ	Regulamenta a alínea “e” do inciso I do artigo 100 da Lei Complementar nº 02, de 12 de novembro de 1990.
08/03/2012	Resolução nº 003/2012 - CPJ	Remunera e disciplina a alocação das Promotorias de Justiça Cíveis da cidade de Aracaju.
08/03/2012	Resolução nº 004/2012 - CPJ	Altera a redação dos artigos 3º, 4º e 5º da Resolução nº 11/2011 – CPJ, que atribui numeração às Procuradorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, prevê regras de vinculação e dá outras providências.
20/04/2012	Portaria nº 983	Disciplina o uso dos cartões de envio de correspondências, via AR ou SEDEX, pelas Promotorias de Justiça do Interior do Estado de Sergipe.
21/05/2012	Portaria nº 1100	Institui a realização de exames médicos periódicos para Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe.
21/05/2012	Portaria nº 1.183	Institui o regulamento do Projeto Movimento Prática Esportiva - MPE.
12/06/2012	Portaria nº 1.423	Institui o uso obrigatório de crachá, no Ministério Público do Estado de Sergipe e dá outras providências.
14/06/2012	Portaria nº 1.425	Institui o regulamento do Projeto “Coral Vozes da Cidadania” e dá outras providências.
14/06/2012	Resolução nº 005/2012 - CPJ	Regulamenta a eleição para formação da Lista Tríplice objetivando a escolha do Procurador-Geral de Justiça. Revogada a Resolução nº 006/2010 – CPJ.
14/06/2012	Resolução nº 006/2012 - CPJ	Institui Comissão Eleitoral. Revogada a Resolução nº 007/2010 – CPJ.
15/06/2012	Portaria nº 1.436	Disciplina o controle de entrada e saída de pessoas nas dependências do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Sergipe.
20/06/2012	Portaria nº 1.472	Institui comissão para coordenação e controle das atividades do Coral Vozes da Cidadania.
02/08/2012	Resolução nº 010/2012 - CPJ	Denomina “Promotor de Justiça Valdir de Freitas Dantas” o Auditório do Edifício Governador Luiz Garcia, prédio-sede do Ministério Público do Estado de Sergipe.
27/08/2012	Portaria nº 1.982	Concede Gratificação Especial Operacional – GEO a servidores do Quadro de Provedimento efetivo e Requisitados dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do estado de Sergipe, no mês de Setembro/2012.
28/08/2012	Portaria nº 2.076	Institui o dia 15.12.12 como o dia da “Corrida Esportiva do Ministério Público”, em comemoração à Semana do Ministério Público, e dá outras providências.
30/08/2012	Resolução nº 011/2012 - CPJ	Prorroga, por mais (02) dois anos, o prazo de validade do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério público do Estado de Sergipe.
06/09/2012	Resolução nº 012/2012 - CPJ	Prorroga, por mais 02 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Sergipe. Revogada a Resolução nº 011/2012 – CPJ.
27/09/2012	Portaria nº 2.310	Designa servidores para o Plantão de recesso Forense, no período de 20.12.12 a 06.01.2013, em decorrência do acompanhamento de mudanças das unidades para a nova Sede do Ministério Público, Licitação de Equipamentos e Materiais, Empenho e Pagamento.
22/11/2012	Resolução nº 013/2012 - CPJ	Regulamenta a eleição para escolha do Ouvidor do Ministério Público do Estado de Sergipe. Revogada a Resolução nº 019/2010 – CPJ.
29/11/2012	Portaria nº 2.400	Designa servidores para o Plantão de Recurso Forense, no período de 20.12.12 a 06.01.13, e estabelece concessão de Gratificação Especial Operacional.
12/12/2012	Portaria nº 2.949	Regulamenta o Projeto “MP Itinerante” e disciplina a utilização do “Ônibus da Cidadania”, do Ministério Público do Estado de Sergipe, revogada a Portaria nº 1791/12.
18/12/2012	Resolução nº 015/2012 - CPJ	Institui o auxílio-alimentação para Membros do Ministério Público do Estado de Sergipe, no efetivo exercício dos respectivos cargos, e dá outras providências.

Tabela 66 - Legislação do Período

MP denuncia envolvidos na Operação Castelo de Cartas

São indiciados no inquérito policial 32 acusados de participação

Juiz de Direito da Comarca de Japaratinga ofereceu denúncia

O procedimento inquisitivo apurou a existência de fraudes em licitações e desvio

executadas por uma quadrilha especializada, que atuava tanto de forma independente como interagindo com inte-

ditorias realizadas pela equipe da intervenção e pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. O IP que lastreia a denúncia foi instaurado po-

MPE e SMTT preparam ação para combater táxis ilegais

Órgão do MPE desencadeará operação contra os clandestinos

Os alunos do C... reprovados na... terão a oportu... avaliação. Assin... fessor não have... semestral em m... traria as regras... O impasse, que... na imprensa loc... pela retenção d... plina que o senso... De acordo com o... foram trinta e du... verso de trezent... índice não gerari... to, se a disciplina e... ca, por exemplo... Ele sustenta que... adolescentes nas... educação com mu...

Governo e MPE firmam acordo de Cooperação para o lançamento do Programa de Defesa da Ordem Tributária

Nesta segunda-feira, o Governo do Estado e o Ministério Público de Sergipe (MPE/SE) firmaram Acordo de Cooperação Técnica para o lançamento do "Programa de Defesa da Ordem Tributária". A ação será desenvolvida pela 7ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão (Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária), articulando ações conjuntas entre os órgãos envolvidos na fiscalização tributária do Estado de Sergipe.

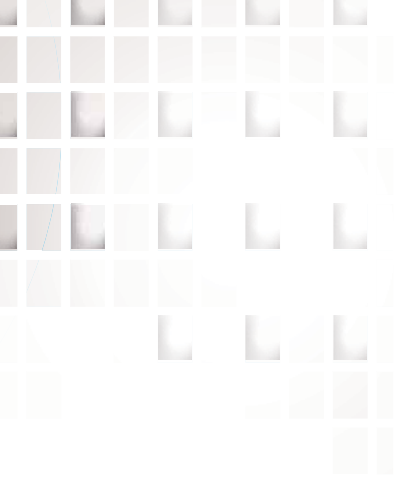
consultoria, representação judicial, funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, com vistas a promover ações de compartilhamento de informações, apoio à atuação e cooperação técnica que objetive a defesa da Ordem Tributária.

Atribuições - O Acordo de Cooperação Técnica prevê, entre outras atribuições, que a Sefaz deverá disponibilizar ao MPE...

das decisões do Conselho Estadual de Contribuintes nos processos fiscais.

A Sefaz disponibilizará apoio técnico ao Ministério Público por meio da criação de grupo especializado de Auditores Fiscais. O apoio técnico e operacional por meio de auditores se estenderá à organização de ações conjuntas de fiscalização. A Sefaz disponibilizará ao MPE os equipamentos necessários à realização de...

ciações de tutelas concedidas pelo Poder Judiciário, promovendo os recursos necessários e formando um banco de dados para ciência da Sefaz, SSP e MPE. A PGE avaliará a propositura das medidas cíveis cautelares necessárias sempre que houver a propositura de ação de sequestro no âmbito criminal pelo Ministério Público. A SSP procederá...



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE NA MÍDIA

“Comunicação é mais que informação; informação subsidia, atualiza, nivela conhecimento. A comunicação sela pactos e educa.”

Emílio Odebrecht

7. MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE NA MÍDIA

Janeiro

MPE pacifica impasse entre professor e alunos
MPE aciona governo para proteger patrimônio de escola
MP denuncia 32 envolvidos com a “Castelo de Cartas”

Fevereiro

MPE discute tarifa de ônibus com empresas e estudantes
MPE busca solução para feirantes da Orla
MPE move mais uma Ação Civil Pública contra a PMA
MPE tenta ampliar leitos para pacientes portadores de Aids
MPE ajuíza Ação de Execução por salários em dia
MPE discute situação do Hospital de Cirurgia
MPE apresenta dados dos Censos Educacional e Social de Maruim
MPE ajuíza Ação Civil Pública contra Ipesaúde
MPE constata acessibilidade no Parque dos Cajueiros
MPE cobra gratuidade da passagem de ônibus

Março

MPE entra na Justiça para exigir melhorias no Ipesaúde
MPE investiga deficiências no Procon
MPE cobra entrega de medicamentos
MPE realiza Censo Social na Zona Norte da Capital
MPE investiga ONGs citadas pela CGU

Abril

MPE devolve computadores apreendidos para investigação
MPE ajuíza ação contra dirigente de sindicato
MPE fixa prazo para transferência de pacientes
MPE discute contratações para as festas juninas
MPE discute prostituição infantil
MPE determina regulação de vagas para renais crônicos
MPE, Sefaz, PGE e SSP recuperam R\$ 40 milhões
MPE apura razão dos problemas nas escalas dos médicos
MPE já ajuizou 56 ações civis contra a Secretaria de Saúde

Maiο

MPE quer proibir o uso de sacolas plásticas
MPE ajuíza ação contra um ‘servidor fantasma’

MPE quer transparência no uso dos recursos públicos
MPE exige uma solução para o caos do Hospital João Alves

Junho

MPE exige mais rigor para empréstimos consignados
MPE requer mais funcionários para o Procon em Sergipe
MPE requer suspensão de concurso público da Seed
Polícia e MPE apontam crimes na "Feira das Trocas"
Mega operação do MPE dará fim à feira das trocas
MPE requer garantia de tratamento a crianças
MPE visita o João Alves e constata irregularidades

Julho

MP propõe ações para impugnar candidaturas
MPE fiscaliza atuação de ONGs em SE
MPE fiscaliza a atuação de ONGs no Estado de Sergipe
MP pede rampas de acessibilidade e Prefeitura de Lagarto diz que obras já existem em ruas e praças
Problemas ambientais estão na mira do MPE
MP requer restituição de multas a condutores autuados indevidamente pelo Detran
MPE vai entrar na Justiça contra Maternidade
MPE requer restituição a condutores autuados
MPE discute destino do Santa Isabel
MPE denuncia sindicato por propaganda eleitoral antecipada
MPE entra com ação contra Deso
MP alerta para critérios na propaganda eleitoral
Governo e MPE firmam acordo de Cooperação para o lançamento do Programa de Defesa da Ordem Tributária
Governo e MPE firmam acordo para Programa de Defesa
MPE define regras para eleição direta

Agosto

MPE não permite a construção de posto
MPE cobra licença do Parque da Cidade
MP inaugura inquérito para apurar situação da saúde em N. S do Socorro
MPE requer situação da saúde pública em Socorro
MPE/SE requer retorno da realização de transplantes
MPE quer saber: Competência para a remoção de cadáver
Governo e MPE dialogam sobre novas melhorias no sistema socioeducativo
MPE tenta aplicar lei que proíbe sacolas plásticas

MP combate abusos na propaganda eleitoral

MPE ajuíza representação por propaganda antecipada

Setembro

TCE e MPE discutem o orçamento de 2013

Moradores buscam soluções no MPE para feira livre

Ministério Público move mais uma ação contra a prefeitura

MPE intervém em limpeza de terrenos baldios

MPE exige que prefeitura cumpra decisão da Justiça

MP quer que Samu transfira pacientes de hospitais

MPE requer do município atendimento a bebês

MPE requer auxílio a pacientes internados

MPE quer assegurar cirurgias de bebês

MPE quer regulação de leitos de hospitais

MP pede cassação de médico em Porto da Folha

MPE propõe representação contra candidato a prefeito de Porto da Folha

MPE reúne gestores para falar de trânsito

O Ministério Público em nova sede

Outubro

MPE requer plano para descarte de pilhas

MPE apura denúncia de uso de insumos fora da validade

MPE exige escala de ortopedistas no Huse

MPE acata medida que põe fim aos táxis lotação de Aracaju

MPE tenta apresentar cirurgias ortopédicas

Samu - MPE exige melhorias na Central de Regulação

Ação do MPE quer garantir pagamento dos salários dos servidores de São Cristóvão

MPE propõe TAC para regularizar passe escolar

MPE prepara plantão para o dia da eleição

MPE ajuíza nova ação civil contra município de Aracaju

Ministério Público apela por tropas federais em vários municípios por conta da violência

Paternidade Responsável - MPE vai à comunidade

MP investiga fiscalização de ciclomotores

MP cobra assistência integral às crianças e adolescentes com necessidades especiais

MPE requer recuperação ao Parque Tramanday

Novembro

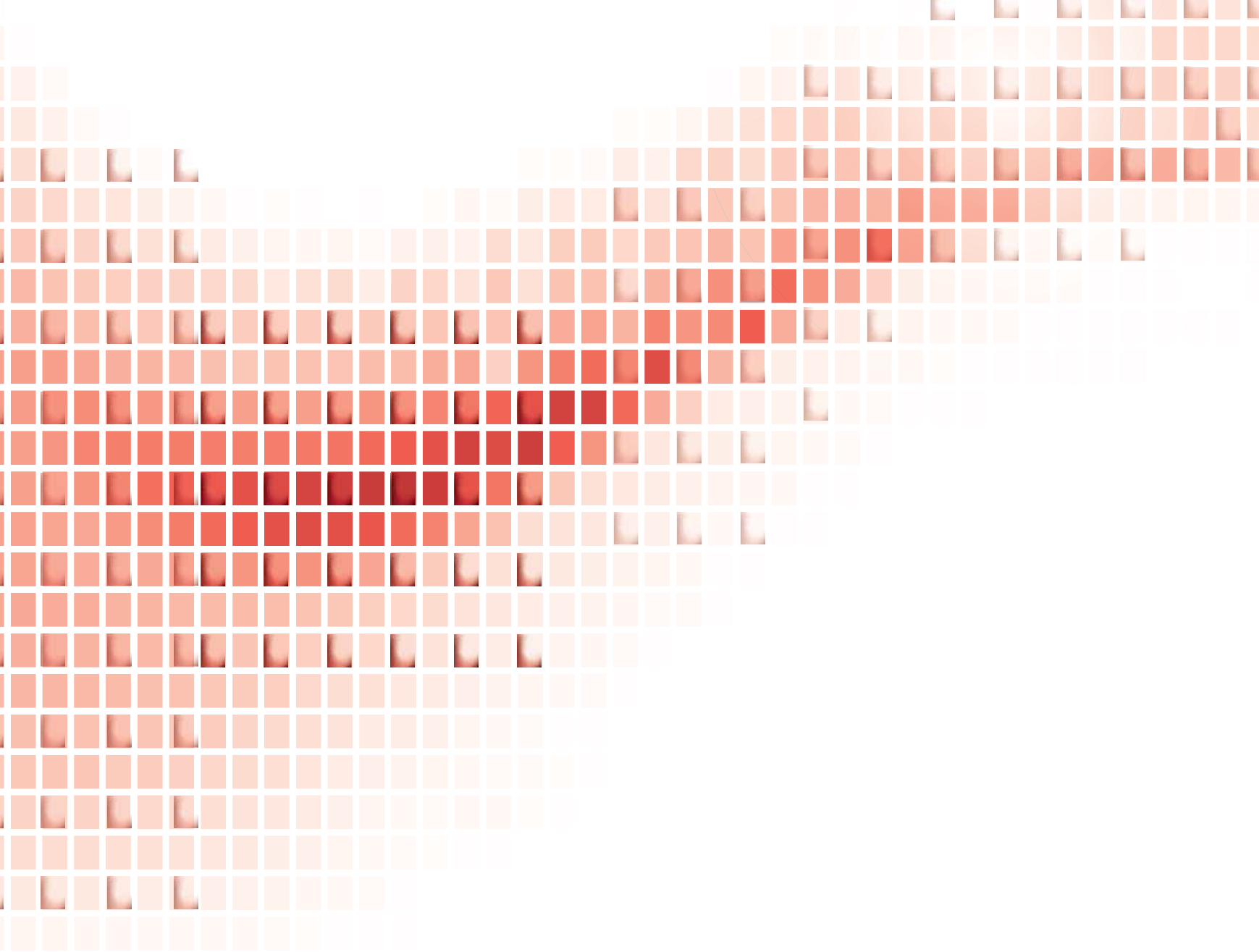
MPE requer ampliação de assistência no Cirurgia

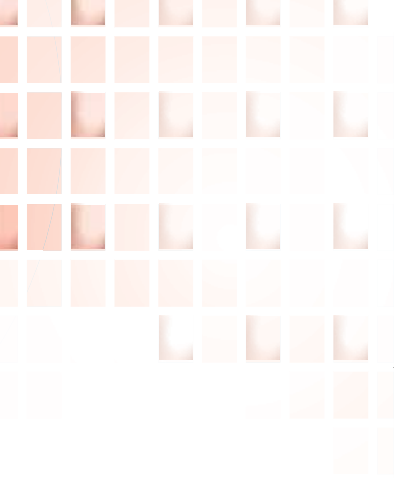
MPE discute medidas para os veículos de tração animal

MP quer fornecimento de remédios em 48 horas
MPE discute com anestesistas funcionamento da SRPA
MP move ação de investigação judicial contra prefeito de Areia Branca
MP move ação contra o prefeito reeleito de Areia Branca
MP processa candidato a vereador de Areia Branca
MPE requer a inelegibilidade de vereador eleito
TCE e MPE querem solução para problemas no Hospital João Alves
MP faz visita à farmácia da Oncologia
Dirigentes do TJ, TCE, AL e MPE participam de reunião
MPE reúne poderes e discute projetos
Déda reconduz Rochadel ao cargo de Procurador-Geral
MPE doa veículos ao Conselho da Criança e de Meio Ambiente de Estância
MPE ajuizou 56 ações contra o Governo
MP preocupado com animais

Dezembro

Aprovados em concurso recorrem ao MPE
Dívida da prefeitura com empresa é discutida no MPE
Autores do "Crime do Cemitério" são denunciados pelo MP
MPE denuncia quatro por homicídio
MPE debate segurança no Huse
MPE requer manutenção de elevadores do HGJAF
MPE cobra guardiães em piscinas
MPE tenta regularizar loteamento
Pais vão ao MPE em busca de solução para Escola do Estado
MP quer acessibilidade para alunos
MPE exige que escolas particulares não cobrem taxa
MPE quer acessibilidade
MPE fiscaliza obras inacabadas no Bairro Santa Maria
Deso tem apoio do MPE para combater furto de água





MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE

“Reunir-se é um começo, permanecer juntos é um progresso, e trabalhar juntos é sucesso.”

Henry Ford

8. MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE

Procurador-Geral de Justiça

Orlando Rochadel Moreira

Corregedora-Geral

Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça

Coordenador-Geral

Ana Christina Souza Brandi

Ouvidor

José Carlos de Oliveira Filho

Colégio de Procuradores

Presidente: Orlando Rochadel Moreira

Moacyr Soares da Mota

José Carlos de Oliveira Filho

Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça

Maria Creuza Brito de Figueiredo

Rodomarques Nascimento

Maria Helena Fernandes de Barros

Luiz Valter Ribeiro Rosário

Maria Joselita Almeida Barbosa

Josenias França do Nascimento

Ana Christina Souza Brandi

Celso Luís Dória Leó

Maria Conceição de Figueiredo Rollemberg

Carlos Augusto Alcântara Machado

Ernesto Anízio Azevedo Melo

Conselho Superior

Presidente: Orlando Rochadel Moreira

Corregedora-Geral: Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça

Membros:

Maria Conceição de Figueiredo Rollemberg

Maria Creuza Brito de Figueiredo

José Carlos de Oliveira Filho

Secretário: José Rony Silva Almeida

Secretário-Geral

José Rony Silva Almeida

Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Manoel Cabral Machado Neto

Escola Superior do Ministério Público

Diretor: Eduardo Lima de Matos

Coordenador de Ensino: Newton Silveira Dias Junior

PROMOTORES(AS) DE JUSTIÇA

Ademilton de Oliveira Santos

Adriana Ribeiro Oliveira

Adson Alberto Cardoso de Carvalho

Aldeleine Melhor Barbosa

Aldo Souza Aragão

Alessandra Pedral de Santana

Alex Maia Esmeraldo de Oliveira

Alexandre Albagli Oliveira

Alexandro Sampaio Santana

Allana Rachel Monteiro Batista Soares Costa

Alonso Gomes Campos Filho

Ana Cláudia Machado Costa Moraes

Ana Cristina Aragão de Carvalho

Ana Galgane Paes

Ana Leila Costa Garcez

Ana Paula Machado Costa Meneses

Ana Paula Souza Viana

Anderson Viana Souza

Antônio Carlos Nascimento Santos

Antônio César Leite de Carvalho

Antônio Forte de Souza Júnior

Arnaldo Figueiredo Sobral

Augusto César Leite de Resende

Augusto César Lobão Moreira

Belarmino Alves dos Anjos Neto

Berenice Andrade de Melo

Bruno Melo Moura

Carla Rocha Barreto de Almeida

Carlos Henrique Siqueira Ribeiro

Carmem Lúcia Buarque de Gusmão
Cecília Nogueira Guimarães
Cláudia Daniela de Freitas Silveira Franco
Cláudia do Amaral Calmon
Cláudia Virgínia Oliver de Sá
Cláudio Roberto Alfredo de Sousa
Daniel Carneiro Duarte
Deijaniro Jonas Filho
Diego Gouveia Pessoa de Lima
Edjilda Resende de Lima Guerra
Eduardo Barreto d'Ávila Fontes
Eduardo Franklin Miranda de Oliveira
Eduardo Lima de Matos
Edyleno Ítalo Santos Sodré
Emerson Oliveira Andrade
Etélio de Carvalho Prado Júnior
Euza Maria Gentil Missano Costa
Fabiana Carvalho Viana Franca
Fábio Pinheiro Silva de Menezes
Fábio Viegas Mendonca de Araújo
Félix Carballal Silva
Flaviano Almeida Santos
Francisco Ferreira de Lima Júnior
Francisco José de Oliveira Gois
Gicele Mara Cavalcante d'Ávila Fontes
Gilton Feitosa Conceição
Gláucia Queiroz de Moraes
Henrique Ribeiro Cardoso
Iúri Marcel Menezes Borges
Jarbas Adelino Santos Junior
João Raimundo Moreira Guimarães
João Rodrigues Neto
Joelma Soares Macêdo de Santana
José Elias Pinho de Oliveira
José Lucas da Silva Gois
José Rony Silva Almeida
Juliana Checcucci Carballal
Julival Pires Rebouças Neto
Karla Christiany Cruz Leite
Kelfrenn Teixeira Rodrigues De Menezes
Lenilde Nascimento Araujo
Leydson Gadelha Moreira
Luciana Duarte Sobral Menezes
Lúcio José Cardoso Barreto Lima

Luís Alberto Moura Araújo
Luís Cláudio Almeida Santos
Luís Fausto Dias Valois Santos
Manoel Cabral Machado Neto
Márcia Mendes Ungar
Marcílio de Siqueira Pinto
Maria Eugênia Deda
Maria Helena Sanches Lisboa Vinhas
Maria Lilian Mendes Carvalho
Maria Rita Machado Figueiredo
Marilene Paes Barreto de Figueiredo
Martha Carvalho Dias de Figueiredo
Maura Silva de Aquino
Maurício Gusmão Magalhães
Míriam Teresa Cardoso Machado
Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva
Mônica Maria Hardman Dantas Bernardes
Newton Silveira Dias Junior
Nilzir Soares Vieira Junior
Odil Silva Oliveira
Orlando Rochadel Moreira
Paulo José Francisco Alves Filho
Paulo Lima de Santana
Paulo Vieira Messias
Peterson Almeida Barbosa
Pollyanna Mara de Castro Aguiar
Rafael Schwez Kurkowski
Raimundo Bispo Filho
Renato Vieira Dantas Bernardes
Renê Antônio Erba
Ricardo Machado Oliveira
Ricardo Sobral Sousa
Rivaldo Frias dos Santos Júnior
Rogério Ferreira da Silva
Rômulo Lins Alves
Roosevelt Batista de Carvalho
Rosane Gonçalves dos Santos
Sandro Luiz da Costa
Silvio Roberto Matos Euzébio
Solano Lúcio de Oliveira Silva
Suzy Mary de Carvalho Vieira
Talita Cunegundes Fernandes da Silva
Tatiana Souto Quirino
Verônica de Oliveira Lazar Amado

Virgílio do Vale Viana
Waltenberg Lima de Sá
Walter César Nunes Silva
Wilton Araújo Santos

Assessoria Jurídica
Morgana Boto Menezes

Coordenação de Acompanhamento de Atividades Extrajudiciais
Luciana Dias Souza

Coordenação de Acompanhamento de Atividades Judiciais
Carlos Henrique de Melo Conceição

Coordenação da Biblioteca
Cândida Alves Carvalho

Coordenação de Evolução Humana, Ética e Espiritualidade
Tatiane Aguiar Guimarães Silva

Coordenação do Cartório
Selma Suely Farias dos Santos

Coordenação do Centro Médico
Milton Rabelo Barreto

Coordenação do Gabinete de Segurança Institucional
Jorge Tavares de Jesus

Coordenação do Grupo de Atuação Especial de Combate do Crime Organizado
Adriano Ulisses Deda Chagas de Melo

Divisão Administrativa do Gabinete do Procurador-Geral
Denise dos Santos Costa

Divisão Administrativa e Pedagógica da Escola Superior
Maria Selma Siqueira de Carvalho

Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos
Paulo José de Freitas Filho

Divisão de Controle Interno
Alberto Rodrigues Cardoso da Silva

Divisão de Serviço Social
Mercedes Cabirta DORTAS

Diretoria Administrativa
Carlos TAVARES

Coordenação do Cartório de 1º Grau
Marcos Antônio de Menezes Santana

Divisão de Apoio Administrativo
José Costa Cavalcante Júnior

Divisão de Engenharia e Manutenção
Isaú de Lima Franca

Divisão de Material
Léa Maria Sobral Da Cruz

Divisão de Patrimônio
Adlênio Marinho Araujo Andrade

Divisão de Perícia Técnica
Miguel Ângelo Fontes Dos Santos

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil
José Ailton Nunes da Silva

Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Estatístico
Givanilson Santos de Jesus

Divisão de Perícia Contábil
José Marlúcio Monteiro Ferreira

Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos
Alessandra Souza de Santana

Diretoria de Recursos Humanos
Sávio Augusto Sobral Garcez

Divisão de Controle e Gestão de Estagiários
Antônio Diego Cardoso Viana

Divisão de Gestão de Pessoas Área Institucional

Izabel Cristina Rocha Ribeiro

Divisão de Gestão de Pessoas e Admissão, Avaliação e Movimentação de Servidores
Bruno Gomes de Andrade

Divisão de Pagamentos e Centro de Custos
Maria de Lourdes Tojal Dantas Santos

Diretoria de Tecnologia da Informação
Alexandre Andrade de Souza

Divisão de Help Desk

Saulo Moraes de Andrade

Divisão de Infraestrutura

Lissandro Patricius Gois Santos

Divisão de Produção de Software

Marcos Antônio Bastos Filho

Divisão de Projetos e Banco de Dados

Everaldo da Silva Cerqueira

Divisão de Suporte

Maylane Menezes Lima Oliveira

Diretoria Financeira

Ligia Maria Monteiro de Figueiredo

Divisão Financeira

Diego Soares Ribeiro

REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS QUE COLABORARAM PARA ELABORAÇÃO DESTE RELATÓRIO**Assessoria Jurídica**

Michelli Oliveira Barbosa

CAOp às Atividades Cíveis e Criminais

Verônica Eugênia Morales Salinas Cardoso

CAOp da Infância e da Adolescência

Mônica Oliveira Nunes

CAOp de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária

Aline Barboza Alcântara

CAOp de Defesa dos Direitos Humanos

Mariana Moura Rocha

CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes

Elza Cespedes Ramos Siqueira

Maria de Lourdes Alves Costa

CAOp de Segurança Pública

Irinaldo José dos Santos

CAOp do Meio Ambiente e Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural

Fernanda Silva Costa

CAOp do Terceiro Setor

Eva Cecília Trindade Siqueira

CAOp dos Direitos à Educação

Juliana Vasconcelos de Oliveira

CAOp dos Direitos à Saúde

Milton Barreto Freitas Filho

CAOp dos Direitos da Mulher

Sheila Andrade Araújo Matos

Cartório

Denisson Soares Bezerra

Centro Médico

Ana Cristina Barros Carvalho

Coordenação de Evolução Humana, Ética e Espiritualidade

Tatiane Aguiar Guimarães Silva

Coordenadoria-Geral

Luciana Dias Souza

Corregedoria-Geral

Carlos Henrique de Melo Conceição

Diretoria Administrativa

Ivan Vieira de Araújo

Léa Gomes de Andrade

Diretoria de Recursos Humanos

Ronald Nascimento de Jesus

Diretoria de Tecnologia da Informação

Lissandro Patrícus Gois Santos

Diretoria Financeira

Diego Soares Ribeiro

Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos

Celene Socorro de Moraes

Paulo José de Freitas Filho

Divisão Administrativa do Fórum Gumersindo Bessa

Marcos Antônio de M. Santana

Divisão de Controle Interno

Alberto Rodrigues C. da Silva

Divisão de Engenharia

João Bosco Franco

Silvia Roberta Ferreira Tavares

Divisão de Material

Victor José Pinto Ribeiro Silveira Almeida

Divisão de Patrimônio

Adlenio Marinho Araujo Andrade

Divisão de Perícia Contábil

José Marlúcio Monteiro Ferreira

Divisão de Serviço Social

Mercedes Cabirta Dortas

Escola Superior do Ministério Público

Conceição Fontes Felix Costa

João Ricardo Andrade Cortês

Gabinete de Segurança Institucional

Jorge Tavares de Jesus

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Amanda Maria Prado Lima

Paloma Matos Monteiro Leite

Ouvidoria

Nelma Maria Lima Canuto Santiago

Perícia Técnica

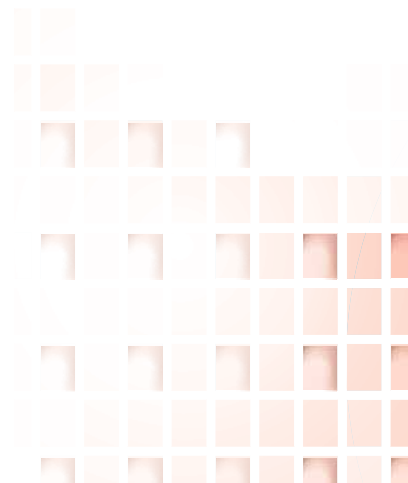
José Edson Cardoso

Secretaria-Geral

Márcio dos Santos Dória

Triagem Técnica

José de Faro Menezes Neto





MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2012



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA